

ESTADOS UNIDOS
COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
Washington, D.C. 20549

FORMULÁRIO 20-F

- TERMO DE REGISTRO DE ACORDO COM O ARTIGO 12(b) OU (g) DA LEI DE MERCADOS DE CAPITAIS DE 1934
OU
- RELATÓRIO ANUAL DE ACORDO COM O ARTIGO 13 OU 15(D) DA LEI DE MERCADOS DE CAPITAIS DE 1934
Em relação ao exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2021
OU
- RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO DE ACORDO COM O ARTIGO 13 OU 15(d) DA LEI DE MERCADOS DE CAPITAIS DE 1934
OU
- RELATÓRIO DE COMPANHIA FANTASMA (*SHELL COMPANY*) DE ACORDO COM O ARTIGO 13 OU 15(d) DA LEI DE MERCADOS DE CAPITAIS DE 1934

Número de Registro na Comissão 1-14626

COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO

(Denominação exata da Requerente especificada em seu Ato Constitutivo)

BRAZILIAN DISTRIBUTION COMPANY

(Tradução da denominação da Requerente para o inglês)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

(Jurisdição de fundação ou constituição)

Guillaume Marie Didier Gras, Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores
Telefone: +55 11 3886-0421
gpa.ri@gpabr.com
Avenida Brigadeiro Luiz Antonio, 3142
01402-901 São Paulo, SP, Brasil
(Endereço da sede executiva principal)

Valores mobiliários registrados ou a serem registrados de acordo com o Artigo 12(b) da Lei.

<u>Título de cada classe</u>	<u>Código de Negociação</u>	<u>Nome de cada bolsa de valores na qual estão registrados</u>
Ações Ordinárias, sem valor nominal	-	New York Stock Exchange*
Ações Depositárias Americanas (conforme evidenciado por Recibos Depositários Americanos), cada uma representando uma Ação Ordinária	CBD	New York Stock Exchange

*Não para fins de negociação, mas apenas em relação à listagem na New York Stock Exchange das Ações Depositárias Americanas representando essas Ações Ordinárias.

Valores Mobiliários registrados ou a serem registrados de acordo com o Artigo 12(g) da Lei:

Não há

Valores mobiliários com relação aos quais existe obrigação de prestação de informações de acordo com o Artigo 15(d) da Lei:

Não há

Indique a quantidade de ações em circulação de cada uma das classes de capital social ou ação ordinária da emissora no período abrangido pelo relatório anual:

Em 31 de dezembro de 2021, a requerente tinha 269.375.860 ações ordinárias em circulação, sem valor nominal por ação

Assinale se a requerente é a emissora conhecida e tradicional, conforme definição contida na Norma 405 da Lei de Mercados de Capitais

Sim Não

Se este relatório for um relatório anual ou de transição, assinale se a requerente não é obrigada a registrar relatórios em conformidade com o Artigo 13 ou 15(d) da Lei de Mercados de Capitais de 1934.

Sim Não

Observação – Assinalar a caixa de seleção acima não isentará nenhum requerente que seja obrigado a apresentar relatórios de acordo com o Artigo 13 ou 15(d) da Lei de Mercados de Capitais de 1934 de suas obrigações nos termos de tais Artigos.

Assinale se a requerente (1) tiver registrado todos os relatórios que devem ser registrados nos termos do Artigo 13 ou 15(d) da Lei de Mercados de Capitais de 1934 nos últimos 12 meses (ou em um período mais curto durante o qual a requerente fosse obrigada a registrar os relatórios) ou (2) esteve sujeita a essas exigências de registro nos últimos 90 dias.

Sim Não

Assinale se a requerente apresentou eletronicamente cada Arquivo de Dados Interativo cuja apresentação é exigida conforme a Norma 405 do Regulamento S-T (parágrafo 232.405 deste capítulo) durante os últimos 12 meses (ou em um período mais curto durante o qual a requerente fosse obrigada a apresentar os arquivos).

Sim Não

Assinale se a requerente for uma registrante antecipada de grande porte (*large accelerated filer*), registrante antecipada (*accelerated filer*), registrante não antecipada (*non-accelerated filer*) ou companhia em crescimento (*emerging growth company*). Consulte as definições de “*large accelerated filer*”, “*accelerated filer*” e “*emerging growth company*” na Norma 12b-2 da Lei de Mercados de Capitais.

**Registrante Antecipada de Grande Porte (*large accelerated filer*) Registrante Antecipada (*accelerated filer*)
Registrante Não Antecipada (*non-accelerated filer*) Companhia em Crescimento (*emerging growth company*)**

Caso seja uma companhia em crescimento que elabora suas demonstrações financeiras de acordo com os GAAP dos EUA, assinale se a requerente tiver escolhido não usar o período prorrogado de transição para cumprir com quaisquer normas contábeis e financeiras novas ou revisadas†, conforme disposto no Artigo 13(a) da Lei de Mercados de Capitais.

† O termo “normas contábeis e financeiras novas ou revisadas” se refere a qualquer atualização emitida pelo Conselho de Normas de Contabilidade Financeira para sua Codificação de Normas de Contabilidade após 5 de abril de 2012.

Assinale se a requerente apresentou um relatório e um atestado referente à avaliação de sua administração sobre a eficácia de seu controle interno de relatórios financeiros de acordo com o Artigo 404(b) da Lei Sarbanes-Oxley (15 U.S.C. 7262(b)) pela firma de contabilidade pública registrada que elaborou ou emitiu seu relatório de auditoria

Assinale a base contábil empregada pela requerente na elaboração das demonstrações financeiras incluídas neste registro:

GAAP DOS EUA **Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo Conselho Internacional de Normas Contábeis** **Outros**

Caso tenha sido selecionada a opção “Outros” como resposta da pergunta anterior, assinale qual item de demonstração financeira a requerente optou por seguir:

Item 17 Item 18

Caso este relatório seja anual, assinale se a requerente é uma companhia fantasma (*shell company*) (conforme definição contida na Norma 12b-2 da Lei de Mercados de Capitais).

Sim Não

ÍNDICE

Página

PART I.....	1
ITEM 1. IDENTIDADE DOS CONSELHEIROS, ADMINISTRAÇÃO SÊNIOR E ASSESSORES	1
ITEM 2. ESTATÍSTICAS DA OFERTA E CRONOGRAMA ESPERADO.....	1
“ITEM 3. INFORMAÇÕES IMPORTANTES	1
3A. Dados Financeiros Selecionados.....	1
3B. Capitalização e Endividamento.....	5
3C. Razões para a Oferta e Uso dos Recursos.....	5
3D. Fatores de Risco.....	5
ITEM 4. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA	21
4A. História e Desenvolvimento da Companhia	21
4B. Visão Geral do Negócio.....	28
4C. Estrutura Organizacional	54
4D. Imobilizado	55
ITEM 4A. COMENTÁRIOS SOBRE QUADRO DE COLABORADORES SEM SOLUÇÃO	56
ITEM 5. REVISÃO E PERSPECTIVAS OPERACIONAIS E FINANCEIRAS	56
5A. Resultados Operacionais	56
5B. Liquidez e Recursos de Capital Social	71
5C. Pesquisa e Desenvolvimento, Patentes e Licenças, Etc.	75
5D. Informação sobre Tendências.....	75
5E. Políticas contábeis e estimativas críticas	76
ITEM 6. CONSELHEIROS, ALTA ADMINISTRAÇÃO E EMPREGADOS	80
6A. Conselheiros e Alta Administração	80
6B. Remuneração.....	83
6C. Práticas do Conselho.....	87
6D. Empregados	92
6E. Participação Acionária	93
ITEM 7. PRINCIPAIS ACIONISTAS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	93
7A. Principais Acionistas	93
7B. Transações com Partes Relacionadas	94
7C. Interesses de Especialistas e Advogados	101
ITEM 8. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS	101
8A. Demonstrações Consolidadas e Outras Informações Financeiras	101
8B. Alterações Significativas	106
ITEM 9. OFERTA E LISTAGEM.....	106
9A. Informações da Oferta e Listagem.....	106
9B. Plano de Distribuição	106

9C.	Mercados	106
9D	Acionistas Vendedores	109
9E.	Diluição	109
9F.	Despesas da Emissão	109
ITEM 10.	INFORMAÇÕES FINANCEIRAS	109
10A.	Capital Social	109
10B.	Memorando de Constituição e Estatuto Social	109
10C.	Contratos Relevantes.....	120
10D.	Controles de Câmbio	121
10E.	Tributação.....	122
10F.	Dividendos e Agentes de Pagamento	132
10G.	Declaração de Peritos	132
10H.	Documentos Apresentados	132
10I.	Informações de Subsidiárias	133
ITEM 11.	DIVULGAÇÕES QUANTITATIVAS E QUALITATIVAS SOBRE O RISCO DE MERCADO	133
ITEM 12.	DESCRIÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS QUE NÃO SEJAM AÇÕES	136
12A.	Títulos de Dívida	136
12B.	Garantias e Direitos	136
12C.	Outros Valores Mobiliários	136
12D.	Ações Depositárias Americanas	136
PART II	138
ITEM 13.	INADIMPLÊNCIAS, DIVIDENDOS A PAGAR E OUTROS ATRASOS	138
ITEM 14.	MODIFICAÇÕES RELEVANTES DOS DIREITOS DOS DETENTORES DE VALORES MOBILIÁRIOS E DESTINAÇÃO DOS RECURSOS	138
ITEM 15.	CONTROLES E PROCEDIMENTOS	138
ITEM 16.	RESERVADO	140
16A.	Especialista Financeiro do Comitê de Auditoria	140
16B.	Código de Ética	140
16C.	Principais Taxas e Serviços Contábeis.....	141
16D.	Isonções das Normas de Listagem para Comitês de Auditoria	141
16E.	Compras de Ações pelo Emissor e Compradores Afiliados.....	142
16F.	RESERVADO	142
16G.	Governança Corporativa	142
16H.	Divulgação de Segurança de Minas	144
16I.	Divulgação sobre Jurisdições Estrangeiras que Impedem Inspeções	144
PART III	144
ITEM 17.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	144

ITEM 18.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	145
ITEM 19.	ANEXOS.....	145

INTRODUÇÃO

Todas as referências neste relatório anual a (i) “CBD”, “nós”, “nos”, “nosso”, “Companhia” e “Grupo Pão de Açúcar” são referências à Companhia Brasileira de Distribuição e suas subsidiárias consolidadas, a menos que o contexto exija o contrário; (ii) “governo brasileiro” se refere ao governo federal da República Federativa do Brasil, ou Brasil; (iii) “governo colombiano” se refere ao governo federal da República Federativa da Colômbia, ou Colômbia; (iv) “governo argentino” se refere ao governo federal da República Federativa da Argentina, ou Argentina; (v) “ações ordinárias” se refere às nossas ações ordinárias autorizadas e em circulação, sem valor nominal; e (vi) “ações preferenciais” se refere às nossas ações preferenciais emitidas anteriormente, todas convertidas em ações ordinárias em 28 de fevereiro de 2020. Para informações adicionais sobre a conversão de nossas ações preferenciais em ações ordinárias, consulte o “Item 9. Oferta e Listagem – 9A. Informações da Oferta e Listagem”. Todas as referências a “ADSs” se referem às Ações Depositárias Americanas, cada uma representativa de uma ação ordinária, sem valor nominal. As ADSs são comprovadas por Recibos Depositários Americanos, ou ADRs, emitidos pelo J.P. Morgan Chase Bank N.A., o banco depositário das ADSs. Todas as referências neste documento a “real”, “reais” ou “R\$” são referências ao real brasileiro, a moeda oficial do Brasil. Todas as referências a “COP\$” são referências ao peso colombiano, a moeda oficial da Colômbia. Todas as referências a “US\$”, “dólares” ou “dólares dos EUA” são referências ao dólar dos Estados Unidos. Todas as referências a “€” ou “euro” são referências à moeda introduzida no início da terceira fase da união econômica e monetária europeia nos termos do tratado que instituiu a Comunidade Europeia, conforme alterado.

Apresentação de Dados Financeiros e Outros

Dados Financeiros

Elaboramos nossas demonstrações financeiras consolidadas incluídas neste relatório anual de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade, ou IFRS, conforme emitidas pelo Conselho Internacional de Normas Contábeis, ou IASB.

Nossas demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em reais. Convertemos alguns dos valores em reais contidos neste relatório anual para dólares dos EUA e COP. A taxa usada para converter os valores em dólares dos EUA em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 5,5805 para US\$ 1,00, que era a taxa de venda comercial de dólares dos EUA em vigor em 31 de dezembro de 2021, conforme informado pelo BACEN, ou Banco Central. Salvo indicação em contrário, a taxa usada para converter os valores em pesos colombianos em 31 de dezembro de 2021 foi de COP\$ 0,0015 para R\$ 1,00, que era a taxa de venda comercial de pesos colombianos em vigor em 31 de dezembro de 2021, conforme informado pelo Banco Central. As informações equivalentes em dólares dos EUA e pesos colombianos apresentadas neste relatório anual são fornecidas exclusivamente para a conveniência dos investidores e não devem ser interpretadas como se os valores em reais representassem dólares dos EUA e pesos colombianos, ou pudessem ter sido ou possam ser convertidos para dólares dos EUA e pesos colombianos à referida taxa ou qualquer outra taxa.

Outros Dados

Neste relatório anual:

- alguns dos dados financeiros refletem um arredondamento;
- o termo “segmento de varejo brasileiro” se refere ao nosso segmento operacional de varejo alimentar e não alimentar no Brasil que opera em diferentes formatos através das bandeiras *Pão de Açúcar*, *Extra Hiper*, *Mercado Extra*, *Compre Bem*, *Mini Extra*, *Minuto Pão de Açúcar*, *Aliados Minimercado* e *Pão de Açúcar Adegas*, e *GPA Malls*, nossa unidade de negócios imobiliários que opera no Brasil;
- o termo “Casino” se refere a Casino, Guichard-Perrachon S.A., uma sociedade anônima francesa (*société anonyme*). Casino é nossa acionista controladora indireta. Em última instância, é controlada pelo Sr. Jean-Charles Naouri, presidente do nosso conselho de administração. Para informações adicionais sobre nossos acionistas diretos e indiretos, consulte o “Item 7A. Principais Acionistas;”
- o termo “Grupo Casino” se refere à Casino e às subsidiárias da Casino, incluindo Rallye S.A., ou Rallye, e Euris S.A.S., ou Euris, Wilkes Participações S.A., Segisor S.A., King LLC, Geant International B.V. e Helicco Participações Ltda., que são controladas em última instância pelo Sr. Jean-Charles Naouri;

- o termo “Cnova” se refere- à Cnova N.V., uma sociedade anônima holandesa e, quando apropriado, suas subsidiárias. A Cnova era uma de nossas subsidiárias consolidadas até 31 de outubro de 2016 e, a partir de 1º de novembro de 2016, passamos a registrar nosso investimento na Cnova pelo método de equivalência patrimonial. Para informações adicionais sobre nosso investimento na Cnova, consulte o “Item 4A. História e Desenvolvimento da Companhia – Mudanças em Nossos Negócios;”
- o termo “Cnova Brasil” se refere à Cnova Comércio Eletrônico S.A., uma sociedade anônima brasileira, que até 31 de outubro de 2016 era uma subsidiária integral da Cnova e operava e detinha os negócios brasileiros de e-commerce não alimentar da CBD e Via, conforme definido abaixo. Após a conclusão da reestruturação societária da Cnova em 31 de outubro de 2016, a Cnova Brasil tornou-se uma subsidiária integral da Via. Para informações adicionais sobre a reestruturação da Cnova, consulte o “Item 4A. História e Desenvolvimento da Companhia;”
- “Éxito” se refere à Almacenes Éxito S.A., uma sociedade anônima colombiana, uma de nossas subsidiárias consolidadas, que passou a fazer parte do Grupo Pão de Açúcar em novembro de 2019. Para informações adicionais sobre a aquisição da Éxito, consulte o “Item 4A. História e Desenvolvimento da Companhia – Mudanças em Nossos Negócios – Aquisição do Grupo Éxito;”
- “Grupo Éxito” se refere ao Éxito e suas subsidiárias consolidadas;
- “segmento do Grupo Éxito” refere-se ao segmento operacional de varejo alimentar e não alimentar do Grupo Éxito na Colômbia, Uruguai e Argentina
- “FIC” se refere à Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento, uma companhia brasileira de serviços financeiros;
- o termo “eletrodomésticos” refere-se a bens duráveis (ou seja, eletrônicos, móveis e outros itens para o lar);
- o termo “supermercados de baixo custo” se refere a um formato de varejo de mercearia ou supermercado que vende produtos a preços que são, em princípio, inferiores ao preço normal de varejo;
- o termo “marca própria” refere-se aos produtos de nossa própria marca, incluindo *Qualitá, Taaq, Cheftime, Casino, Club des Sommeliers, Fábrica 1959, Confraria, Finlandek, Arkitect, Bronzini, Cast, Bambini, Boomy Nous, Frescampo* e *Custer*;
- o termo “vendas de mesmas lojas” se refere a vendas realizadas em lojas abertas por pelo menos 12 meses consecutivos e que não fecharam nem permaneceram fechadas por um período de sete ou mais dias consecutivos;
- o termo “Sendas” se refere à Sendas Distribuidora S.A., uma sociedade anônima brasileira e, quando apropriado, suas subsidiárias. A Sendas era uma de nossas subsidiárias até 31 de dezembro de 2020 e atuava no segmento de cash and carry sob a bandeira *Assaí*. O processo de spin-off e separação da Sendas da CBD foi concluída em 31 de dezembro de 2020. Para informações adicionais sobre o processo de spin-off e separação da Sendas, consulte o “Item 4. Informações sobre a Companhia – Mudanças em Nossos Negócios – Processo de Spin-Off do Segmento Operacional Cash and Carry”.
- “Separação da Sendas” se refere à nossa separação da Sendas. Em 14 de dezembro de 2020, celebramos um Acordo de Separação com a Sendas para estabelecer uma estrutura para nosso relacionamento com Sendas após a Separação e a Processo de Spin-Off da Sendas. Para obter mais informações sobre o Acordo de Separação, consulte o “Item 7B. Transações com Partes Relacionadas – Acordos e Contratos com a Sendas”;
- “Processo de Spin-Off da Sendas” se refere à distribuição de substancialmente todas as ações ordinárias da Sendas emitidas e em circulação aos detentores de ações ordinárias da CBD, de forma pro rata, sem contraprestação. Para mais informações sobre o Processo de Spin-Off da Sendas, consulte o “Item 4A. História e Desenvolvimento da Companhia – Mudanças em Nossos Negócios – Processo de Spin-Off do Segmento Operacional Cash and Carry; e

- o termo “Stix” se refere à Stix Fidelidade e Inteligência S.A., uma sociedade anônima brasileira, com enfoque em programas de fidelidade, na qual detemos 66,7% do capital social e a Raia Drogasil S.A., ou RD, uma rede varejista de farmácias no Brasil, detém os 33,3% remanescentes do capital social.
- o termo “Via” se refere à Via S.A., uma sociedade anônima brasileira e, quando apropriado, suas subsidiárias. A Via era uma de nossas subsidiárias até junho de 2019 e atuava no ramo de eletrodomésticos sob as bandeiras *Ponto Frio* e *Casas Bahia*. As operações da Via foram classificadas e apresentadas como operações descontinuadas nos períodos de novembro de 2016 a junho de 2019. Em 14 de junho de 2019, realizamos a venda de toda a participação acionária que detínhamos na Via. Para informações adicionais sobre a venda das operações descontinuadas da Via, consulte o “Item 4. Informações sobre a Companhia – 4A. História e Desenvolvimento da Companhia – Mudanças Recentes em Nossos Negócios – Venda da Via;”

Nenhuma das informações disponíveis em nosso site ou em sites mencionados neste relatório anual é incorporada por referência a este relatório anual.

DECLARAÇÕES PROSPECTIVAS

Este relatório anual inclui declarações prospectivas de acordo com o significado da Lei de Reforma de Litígios sobre Títulos e Valores Mobiliários Privados dos EUA de 1995, principalmente no “Item 3. Informações Principais – 3D. Fatores de Risco”, “Item 4. Informações sobre a Companhia – 4B. Visão Geral do Negócio” e “Item 5. Revisão e Perspectivas Operacionais e Financeiras”. Baseamos essas declarações prospectivas em grande parte em nossas expectativas e projeções atuais sobre eventos futuros e tendências financeiras que afetam nossos negócios. Essas declarações prospectivas estão sujeitas a riscos, incertezas e suposições, incluindo, entre outros:

- os efeitos econômicos, financeiros, políticos e sociais da pandemia de COVID-19, incluindo novas variantes, e quaisquer medidas restritivas impostas por autoridades governamentais para conter a pandemia de COVID-19 (ou outras pandemias, epidemias e crises semelhantes), particularmente no Brasil e em outros países da América Latina onde atuamos, e na medida em que continuem a causar efeitos macroeconômicos negativos, provocando e agravando os riscos descritos no “Item 3. Informações Principais – 3D. Fatores de Risco;”
- os impactos da pandemia de COVID-19, e novas variantes, na demanda e nos hábitos de compra dos clientes, bem como nos resultados operacionais esperados, condição financeira e fluxos de caixa;
- flutuações nos preços do petróleo bruto e seu efeito nos custos de combustível, especialmente à luz do conflito entre a Rússia e a Ucrânia;
- condições econômicas globais, incluindo quaisquer efeitos adversos decorrentes da guerra em curso entre a Rússia e a Ucrânia e seu impacto nos padrões de gastos do consumidor, particularmente no Brasil, incluindo, entre outros, taxas de desemprego, patamar de juros, políticas monetárias e taxas de inflação;
- nossa capacidade de sustentar ou melhorar nosso desempenho;
- concorrência no setor de varejo do Brasil, Colômbia, Uruguai e Argentina nos setores em que atuamos;
- regulamentos governamentais e questões fiscais nos países onde atuamos;
- condenação em disputas ou processos legais ou regulatórios;
- nossa capacidade de implementar nossa estratégia, incluindo nossas iniciativas de transformação digital;
- riscos de crédito e outros riscos das atividades de empréstimo e investimento;
- nossa capacidade de expandir nossas operações fora de nossos mercados existentes;
- riscos de hedge; e

- outros fatores de risco conforme estabelecido no “Item 3. Informações Principais – 3D. Fatores de Risco”.

As palavras “acreditar”, “poder”, “ir”, “estimar”, “continuar”, “antecipar”, “pretender”, “esperar” e palavras semelhantes se destinam a identificar declarações prospectivas. Não assumimos nenhuma obrigação de atualizar publicamente ou revisar quaisquer declarações prospectivas devido a novas informações, eventos futuros ou outros. À luz desses riscos e incertezas, as informações prospectivas, eventos e circunstâncias discutidos neste relatório anual podem não vir a ocorrer. Nossos resultados e desempenho reais podem diferir substancialmente daqueles previstos em nossas declarações prospectivas.

PART I

ITEM 1. IDENTIDADE DOS CONSELHEIROS, ADMINISTRAÇÃO SÊNIOR E ASSESSORES

Não aplicável.

ITEM 2. ESTATÍSTICAS DA OFERTA E CRONOGRAMA ESPERADO

Não aplicável.

“ITEM 3. INFORMAÇÕES IMPORTANTES

3A. Dados Financeiros Selecionados

Apresentamos nesta seção dados financeiros e operacionais resumidos derivados de nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, ou nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas, incluídas em outras partes deste relatório anual e elaboradas de acordo com as IFRS conforme emitido pelo IASB, e de nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas em 31 de dezembro de 2020 e 2019 e referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, não incluídas neste relatório anual e elaboradas de acordo com as IFRS emitidas pelo IASB.

A IFRS 16 – Arrendamentos, ou IFRS 16, entrou em vigor em 1º de janeiro de 2019 e substitui (i) IAS 17 – Arrendamentos, (ii) IFRIC 4 – Determinação se um Acordo contém um Arrendamento, (iii) SIC-15 – Arrendamentos Operacionais- Incentivos, e (iv) SIC-27 – Avaliação da Substância das Operações que Envolvem a Forma Jurídica de um Arrendamento. A IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários reconheçam a maioria dos arrendamentos no balanço patrimonial.

A contabilização pelo arrendador de acordo com a IFRS 16 permanece substancialmente inalterada quando comparada à IAS 17. Os arrendadores continuarão a classificar os arrendamentos como arrendamentos operacionais ou financeiros usando princípios semelhantes à IAS 17. Assim, a IFRS 16 não tem um impacto adverso no reconhecimento de um arrendamento pelo arrendador.

Adotamos a IFRS 16 usando o método retrospectivo completo de adoção em 1º de janeiro de 2019. Dessa forma, as despesas de arrendamento operacional são substituídas por despesas de depreciação relacionadas ao direito de uso e despesas de juros relacionadas a passivo de arrendamento. Aplicamos também o expediente prático que nos isenta da reavaliação dos contratos quanto à existência de arrendamento. Além disso, optamos por não reconhecer um direito de uso e passivo de arrendamento para arrendamentos com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos.

Como resultado da aplicação do método retrospectivo completo de adoção da IFRS 16, reformulamos as informações financeiras comparativas de e para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 com os seguintes impactos:

	Em e para o Exercício Findo em 31 de dezembro de	
	2018	2017
	(R\$ milhões)	
Ativos de direito de uso.....	4.545	4.108
Passivo de arrendamento.....	5.787	5.267
Despesa de depreciação.....	(481)	(483)
Despesas com juros.....	(587)	(565)

As tabelas a seguir apresentam alguns de nossos dados financeiros e operacionais consolidados históricos resumidos para cada um dos períodos indicados. Exclusivamente para conveniência do leitor, os valores em reais em e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram convertidos em dólares dos EUA a uma taxa de R\$ 5,5805 para US\$ 1,00, que era a taxa de venda comercial de dólares dos EUA em vigor em 31 de dezembro de 2021, conforme informado pelo Banco Central.

	Em e para o Exercício Findo em 31 de dezembro de					
	2021^(*)	2021	2020	2019^{(**)(1)(2)(3)}	2018^{(**)(1)(2)}	2017^{(**)(1)(2)}
(US\$ milhões, exceto dados de ação/ADS)	(R\$ milhões, exceto dados de ação/ADS)					
Demonstração do resultado e do resultado abrangente						
Receita operacional líquida	9.191	51.291	51.253	28.838	26.490	26.195
Custo de vendas.....	(6.871)	(38.341)	(37.504)	(21.225)	(19.046)	(18.092)
Lucro bruto	2.321	12.950	13.749	7.613	7.444	8.103
Desp. Com Vendas, Gerais e Adm. .	(1.676)	(9.353)	(9.343)	(5.698)	(5.396)	(5.433)
Depreciação e amortização.....	(332)	(1.853)	(1.804)	(1.028)	(892)	(935)
Outras despesas operacionais, líquidas	(1)	(7)	(71)	(386)	(199)	(551)
Despesas operacionais	(2.009)	(11.213)	(11.218)	(7.112)	(6.487)	(6.919)
Lucro das operações antes das despesas financeiras líquidas e participação nos lucros das associadas	311	1.737	2.531	501	957	1.184
Receita financeira.....	87	488	909	353	193	144
Despesas financeiras.....	(324)	(1.809)	(1.637)	(1.224)	(1.095)	(1.391)
Despesas financeira, líquidas.....	(237)	(1.321)	(728)	(871)	(902)	(1.247)
Participação nos lucros de associadas	(8)	(47)	98	2	28	(93)
Lucro (perda) antes do imposto de renda e contribuição social	66	369	1.901	(368)	83	(155)
Imposto de renda e contribuição social	106	594	(662)	95	41	(28)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício com operações continuadas	173	963	1.239	(273)	124	(183)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício com operações descontinuadas	(1)	(3)	1.087	1.109	1.160	1.012
Lucro líquido do exercício	172	960	2.326	836	1.284	829
Atribuído aos acionistas controladores de operações continuadas.....	144	805	1.092	(287)	124	(183)
Atribuído aos acionistas controladores de operações descontinuadas.....	(1)	(3)	1.087	1.077	1.025	682
Total atribuído aos acionistas controladores	144	802	2.179	790	1.149	499
Atribuído aos acionistas não controladores de operações continuadas.....	28	158	147	14	-	-
Atribuído aos acionistas não controladores de operações descontinuadas.....	-	-	-	32	135	330
Total atribuído aos acionistas não controladores	28	158	147	46	135	330
Outros resultados (prejuízos) abrangentes do exercício, líquidos de imposto de renda.....	(252)	(1.408)	2.162	218	(9)	(36)
Total dos resultados (prejuízos) abrangentes do exercício	(80)	(448)	4.488	1.054	1.275	821
Atribuído aos acionistas controladores	(57)	(316)	3.748	945	1.132	478
Atribuído aos acionistas não controladores	(24)	(132)	740	109	143	343
Dados por ação⁽⁴⁾						
Lucro básico por ação ordinária (média ponderada do ano):						
Ordinárias – Operações continuadas	0,54	3,00	4,08	(1,07)	0,47	1,34
Ordinárias – Total.....	0,53	2,98	8,13	2,96	4,31	1,91
Lucro diluído por ação ordinária (média ponderada do ano):						
Ordinárias – Operações continuadas	0,54	2,99	4,07	(1,07)	0,46	1,34
Ordinárias – Total.....	0,53	2,98	8,12	2,95	4,29	1,90
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação (em milhares).....	268.696	268.696	267.926	267.068	266.604	266.071
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio por ação ordinária ..	0,05	0,30	1,92	0,85	1,09	0,30

	Em e para o Exercício Findo em 31 de dezembro de					
	2021 ^(*)	2021	2020	2019 ^{(**)(1)(2)(3)}	2018 ^{(**)(1)(2)}	2017 ^{(**)(1)(2)}
	(US\$ milhões, exceto dados de ação/ADS)			(R\$ milhões, exceto dados de ação/ADS)		
Dados do balanço patrimonial						
Caixa e equivalentes de caixa.....	1.483	8.274	8.711	7.954	4.369	3.792
Imobilizado, líquido.....	2.929	16.344	19.888	24.290	14.052	13.292
Ativos Não-Correntes a Venda.....	213	1.187	109	223	28.687	26.746
Ativo total.....	8.860	49.443	53.295	58.475	61.657	55.862
Empréstimos e financiamentos						
circulantes.....	263	1.470	2.309	3.488	1.981	1.200
Empréstimos e financiamentos não circulantes.....						
	1.359	7.582	6.842	10.706	3.392	3.193
Passivo relacionado a ativos não-correntes a venda.....						
	11	62	-	-	23.545	21.947
Patrimônio líquido.....	2.935	16.380	16.807	13.548	13.159	12.156
Capital social.....	1.050	5.859	5.434	6.857	6.825	6.822
Outras informações financeiras						
Caixa líquido proveniente de (utilizado em):						
Atividades operacionais.....	489	2.728	4.742	1.135	4.267	3.464
Atividades de investimento.....	(14)	(77)	(4.291)	(3.266)	(1.897)	(1.592)
Atividades de financiamento.....	(492)	(2.743)	(281)	1.894	(1.641)	(3.663)
Despesa de capital ⁽⁵⁾	(227)	(1.267)	(2.490)	(2.782)	(2.364)	(1.713)

(*) Apenas para conveniência do leitor, convertimos certos valores em reais a uma taxa de R\$ 5,5805 para US\$ 1,00, a taxa comercial de venda do dólar dos EUA em 31 de dezembro de 2021, conforme publicada pelo Banco Central.

(**) As demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019, 2018 e 2017, apresentadas na tabela referente a Sendas, foram classificadas em uma única linha como operações descontinuadas. Para informações adicionais sobre a Separação da Sendas e o Processo de Spin-Off da Sendas, vide as notas explicativas 1.2 e 3.3 de nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, incluídas em outras partes deste relatório anual e no “Item 4. Informações sobre a Companhia – 4A. História e Desenvolvimento da Companhia – Mudanças em Nossos Negócios – Processo de Spin-Off do Segmento Operacional Cash and Carry”.

- (1) As operações da Via foram classificadas como operações descontinuadas nos períodos de novembro de 2016 a junho de 2019. Para informações adicionais sobre a venda de nossas operações descontinuadas da Via, consulte o “Item 4. Informações sobre a Companhia – 4A. História e Desenvolvimento da Companhia – Mudanças em Nossos Negócios – Segmento Operacional de Venda de Eletrodomésticos”. Além disso, a partir de 1º de novembro de 2016, começamos a registrar nosso investimento na Cnova de acordo com a IFRS 5.
- (2) A IFRS 16 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2019. Optamos pelo método de adoção retrospectiva completa como se a IFRS 16 tivesse sido adotada desde a data de início da vigência dos contratos de arrendamento para mostrar os efeitos comparativos de cada período passado. Como resultado, reapresentamos nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas e as informações financeiras incluídas neste relatório anual, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.
- (3) Em decorrência da aquisição do Grupo Êxito em 27 de novembro de 2019, esta tabela inclui as informações financeiras do Grupo Êxito exclusivamente quanto ao mês de dezembro de 2019.
- (4) Até fevereiro de 2020, cada ação preferencial recebeu um dividendo 10% superior ao dividendo pago a cada ação ordinária. Em 2019, pagamos dividendos no valor de R\$ 20,6 aos nossos acionistas preferenciais. Consulte o “Item 8. Informações Financeiras – 8A. Demonstrações Consolidadas e Outras Informações Financeiras – Política de Dividendos. Como resultado de nossa migração para o segmento de listagem Novo Mercado da B3 em 2 de março de 2020, convertimos todas as nossas ações preferenciais em ações ordinárias e começamos a negociar nossas ações ordinárias no segmento de listagem Novo Mercado da B3. Para informações adicionais sobre nossa migração para o segmento de listagem Novo Mercado da B3, consulte o “Item 9. Oferta e Listagem – 9A. Informações da Oferta e Listagem”. De acordo com a IAS33, para fins de apresentação do lucro básico por ação e lucro diluído por ação, estamos considerando apenas nossas ações ordinárias, inclusive para períodos de 2017 ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Calculamos o lucro básico por ação e lucro diluído por ação de forma convertida para atender ao fato de que não temos mais ações preferenciais em circulação.
- (5) As despesas de capital são compostas pelo caixa utilizado na compra de imobilizado e intangível, conforme refletido na demonstração do fluxo de caixa consolidada.

	Em 31 de dezembro de				
	2021 ⁽⁴⁾	2020 ⁽⁴⁾	2019 ⁽⁴⁾	2018	2017
	(R\$, exceto conforme indicado)				
Dados operacionais*					
Número de empregados no final do período ⁽¹⁾	91.917	95.616	92.648	61.130	64.731
Total de metros quadrados de área de venda no final do período.....	1.970.128	2.164.137	2.232.514	1.195.089	1.237.769
Número de lojas no final do período ⁽²⁾ :					
<i>Pão de Açúcar</i>	181	182	185	186	186
<i>Extra Hiper</i> ⁽³⁾	72	103	112	112	117
<i>Mini Extra e Minuto Pão de Açúcar</i>	240	236	237	235	265
<i>Mercado Extra e Compre Bem</i> ⁽⁴⁾	174	175	181	186	188
<i>Grupo Êxito</i> ⁽⁵⁾	620	629	653	-	-

Número total de lojas no final do período	1.287	1.325	1,368	719	756
--	--------------	--------------	--------------	------------	------------

*A tabela não inclui os dados operacionais da Sendas.

- (1) Com base no número equivalente de empregados em tempo integral, que é o produto do número de todos os empregados do varejo (empregados em tempo integral e parcial) e a razão entre a média de horas mensais de todos os empregados do varejo e a média mensal horas de empregados em tempo integral.
- (2) Exclui postos de combustíveis e drogarias.
- (3) Esperamos classificar os resultados operacionais da bandeira Extra Hiper como operações descontinuadas em nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas do exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2022. Para mais informações sobre a descontinuidade da bandeira Extra Hiper, consulte o “Item 5A. Operações Descontinuadas – Operações Descontinuadas do Exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2022 – Lojas Extra Hiper”.
- (4) No primeiro semestre de 2021, convertemos seis lojas *Extra Supermercado* em lojas *Mercado Extra*, concluindo o processo de conversão de todas as lojas Extra Supermercado em lojas *Mercado Extra* e *Compre Bem*. Dessa forma, as informações operacionais referentes às bandeiras *Mercado Extra* e *Compre Bem* incluem as operações das lojas *Extra Supermercado* até 31 de dezembro de 2020.
- (5) Inclui as operações do Grupo Êxito na Colômbia, Uruguai e Argentina.

	Em e para o Exercício Findo em 31 de dezembro de					
	2021^(*)	2021	2020	2019⁽¹⁾	2018	2017
	(US\$, exceto conforme indicado)			(R\$, exceto conforme indicado)		
Receita operacional líquida por empregado⁽²⁾:						
<i>Pão de Açúcar</i>	88.759	495.321	586.990	447.977	442.129	414.903
<i>Extra Hiper⁽³⁾</i>	155.682	868.783	838.464	622.068	609.364	570.601
<i>Mini Extra e Minuto Pão de Açúcar⁽⁴⁾</i>	116.456	649.884	581.231	424.552	348.985	349.306
<i>Mercado Extra e Compre Bem⁽⁴⁾</i>	79.812	445.392	468.733	376.005	390.024	439.678
<i>Grupo Êxito⁽⁵⁾</i>	116.868	652.182	585.415			
Receita operacional líquida média da CBD por empregado	100.194	559.130	544.030	311.259	433.333	404.657
Receita operacional líquida por formato de loja⁽⁶⁾:						
<i>Pão de Açúcar</i>	1.299	7.249	7.630	7.156	7.171	6.932
<i>Extra Hiper⁽³⁾</i>	2.217	12.374	14.694	13.613	13.719	13.652
<i>Mini Extra e Minuto Pão de Açúcar⁽³⁾</i>	373	2.082	1.678	1.273	1.182	1.085
<i>Mercado Extra e Compre Bem⁽⁴⁾</i>	925	5.160	5.168	4.611	4.417	4.525
<i>Grupo Êxito⁽⁵⁾</i>	4.365	24.357	22.034	2.151	-	-
Outro ⁽⁷⁾	13	70	49	34	-	-
Total de receita operacional líquida	9.191	51.291	51.251	28.838	26.489	26.194
Receita operacional líquida mensal média por metro quadrado⁽⁸⁾:						
<i>Pão de Açúcar</i>	452	2.522	2.638	2.448	2.451	2.385
<i>Extra Hiper⁽³⁾</i>	271	1.515	1.711	1.515	1.516	1.536
<i>Mini Extra e Minuto Pão de Açúcar⁽³⁾</i>	539	3.010	2.407	1.850	1.524	1.343
<i>Mercado Extra e Compre Bem⁽⁴⁾</i>	375	2.093	2.046	1.786	1.704	1.278
<i>Grupo Êxito⁽⁵⁾</i>	354	1.978	1.767			
Receita operacional líquida mensal média da CBD por metro quadrado	348	1.944	1.892	1.772	1.740	1.634
Valor do ticket médio:						
<i>Pão de Açúcar</i>	16	89	90	67	64	59
<i>Extra Hiper⁽³⁾</i>	20	112	116	90	86	80
<i>Mini Extra e Minuto Pão de Açúcar⁽³⁾</i>	9	49	38	25	22	20
<i>Mercado Extra e Compre Bem⁽⁴⁾</i>	9	53	49	40	38	36
<i>Grupo Êxito⁽⁵⁾</i>	17	94	90			
Valor do ticket médio da CBD	16	87	85	63	60	56
Número médio de tickets por mês:						
<i>Pão de Açúcar</i>	6.800.133	6.800.133	7.060.537	8.959.041	9.393.488	9.770.687
<i>Extra Hiper⁽³⁾</i>	9.167.364	9.167.364	10.559.155	12.669.866	13.244.647	14.284.209
<i>Mini Extra e Minuto Pão de Açúcar⁽³⁾</i>	3.510.029	3.510.029	3.634.277	4.160.461	4.435.348	4.425.078
<i>Mercado Extra e Compre Bem⁽⁴⁾</i>	8.181.570	8.181.570	8.703.080	9.674.130	9.710.083	10.480.779
<i>Grupo Êxito⁽⁵⁾</i>	21.655.975	21.655.975	20.421.095			
Número médio de tickets da CBD por mês	49.315.071	49.315.071	50.378.144	35.463.497	36.783.565	38.960.753

- (*) Apenas para conveniência do leitor, convertemos certos valores em reais a uma taxa de R\$ 5,5805 para US\$ 1,00, a taxa comercial de venda do dólar dos EUA em 31 de dezembro de 2021, conforme publicada pelo Banco Central.
- (1) A IFRS 16 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2019. Optamos pelo método de adoção retrospectiva completa como se a IFRS 16 tivesse sido adotada desde a data de início da vigência dos contratos de arrendamento para mostrar os efeitos comparativos de cada período passado. Como resultado, rerepresentamos nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas e as informações financeiras incluídas neste relatório anual, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.
 - (2) Com base no número equivalente de empregados em tempo integral, que é o produto do número de todos os empregados do varejo (empregados em tempo integral e parcial) e a razão entre a média de horas mensais de todos os empregados do varejo e a média mensal horas de empregados em tempo integral.
 - (3) Inclui receitas associadas ao aluguel de espaços comerciais. As receitas de postos de combustíveis, drogarias, e-commerce de entrega de alimentos e retirada em loja estão incluídas na respectiva bandeira. Esperamos classificar os resultados operacionais de nossas drogarias como operações descontinuadas em nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas do exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2022. Para mais informações sobre a descontinuação de nossas drogarias, consulte o “Item 5A. Operações Descontinuadas – Operações Descontinuadas do Exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2022 – Drogarias”. Esperamos classificar os resultados operacionais da bandeira *Extra Hiper* como operações descontinuadas em nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas do exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2022. Para mais informações sobre a descontinuidade da bandeira *Extra Hiper*, consulte o “Item 5A. Operações Descontinuadas – Operações Descontinuadas do Exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2022 – Lojas Extra Hiper”.
 - (4) No primeiro semestre de 2021, convertemos seis lojas *Extra Supermercado* em lojas *Mercado Extra*, concluindo o processo de conversão de todas as lojas *Extra Supermercado* em lojas *Mercado Extra* e *Compre Bem*. Dessa forma, as informações operacionais referentes às bandeiras *Mercado Extra* e *Compre Bem* incluem as operações das lojas *Extra Supermercado* até 30 de junho de 2021.
 - (5) Em decorrência da aquisição do Grupo Éxito em 27 de novembro de 2019, esta tabela inclui as informações financeiras do Grupo Éxito exclusivamente quanto ao mês de dezembro de 2019 em diante.
 - (6) Receita operacional líquida de cada bandeira *dividida pelo* número total de lojas da bandeira.
 - (7) Inclui as bandeiras *Cheftime*, *James* e *Stix Fidelidade*.
 - (8) Calculado pela média dos metros quadrados de área de venda no último dia de cada mês do período.

3B. Capitalização e Endividamento

Não aplicável.

3C. Razões para a Oferta e Uso dos Recursos

Não aplicável.

3D. Fatores de Risco

Um investimento em ADSs ou em nossas ações ordinárias envolve nível elevado de risco. Você precisa considerar cuidadosamente os riscos e incertezas descritos abaixo e outras informações contidas neste relatório anual antes de tomar uma decisão de investimento. Os riscos descritos abaixo são aqueles que acreditamos atualmente que podem nos afetar significativamente. Nossos negócios, situação financeira e resultados operacionais podem ser afetados de forma relevante e adversa por qualquer um desses riscos. Riscos adicionais que não conhecemos atualmente ou que atualmente consideramos irrelevantes também podem prejudicar nossas operações comerciais. Este relatório anual também contém declarações prospectivas que envolvem riscos e incertezas. Vide “Declarações prospectivas”. O preço de negociação das ADSs e de nossas ações ordinárias pode sofrer redução devido à ocorrência de qualquer desses riscos ou outros fatores, e você pode perder parte ou o total de seu investimento. Nossos resultados reais podem diferir substancial e adversamente daqueles previstos nessas declarações prospectivas em decorrência de certos fatores, incluindo os riscos enfrentados pela nossa Companhia descritos abaixo e em outras partes deste relatório anual.

Para efeitos deste Item 3D. Fatores de Risco, quando declaramos que um risco, incerteza ou problema pode ter, poderia ter ou terá um “efeito adverso” sobre nós ou nos “afetar adversamente”, queremos dizer que o risco, a incerteza ou problema pode ter um efeito adverso em nossas atividades, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, perspectivas, reputação e/ou o preço de negociação das nossas ações ordinárias e ADSs, exceto conforme indicado de outro modo. Você deve considerar expressões semelhantes neste Item 3D. Fatores de Risco como tendo significados semelhantes.

Riscos Relacionados ao Brasil

O governo brasileiro tem exercido e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. As condições políticas e econômicas brasileiras podem nos afetar adversamente e afetar negativamente o preço de negociação das ADSs e de nossas ações ordinárias.

O governo brasileiro intervém frequentemente na economia brasileira e ocasionalmente faz mudanças significativas nas políticas e regulamentações monetárias, creditícias, tarifárias, fiscais e outras. As ações do governo brasileiro para controlar a inflação envolveram muitas vezes, entre outras medidas, aumentos e reduções no patamar de juros, mudanças nas políticas fiscais e previdenciárias, controles de preços, controles cambiais e de remessas, desvalorizações, controles de capital e limites às importações. Nossos negócios, situação financeira, resultados operacionais e o preço de negociação de nossas ADSs e ações ordinárias podem ser adversamente afetados por mudanças na política ou regulamentação brasileira em nível federal, estadual ou municipal que envolvam ou afetem vários fatores, tais como:

- instabilidade econômica, política e social;
- aumentos da taxa de desemprego;
- patamar de juros e políticas monetárias (como medidas restritivas de consumo que podem afetar a renda da população e medidas governamentais que podem afetar os níveis de investimento e emprego no Brasil);
- aumentos significativos da inflação ou forte deflação dos preços;
- expansão ou contração da economia brasileira, medida pelo produto interno bruto, ou PIB, taxas de crescimento;
- variações cambiais;
- controles de importação e exportação;
- controles de câmbio e restrições sobre remessas ao exterior (como aqueles que foram impostos em 1989 e início de 1990);
- modificações em leis e regulamentos de acordo com interesses políticos, sociais e econômicos;
- esforços para reformar as políticas e regulamentações trabalhistas, fiscais e previdenciárias (incluindo o aumento de impostos, tanto em geral quanto sobre dividendos);
- racionamento ou falta de energia ou água;
- liquidez do capital doméstico e mercados de crédito;
- saúde pública, inclusive em decorrência de epidemias e pandemias, como a pandemia de COVID-19; e
- outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos no Brasil ou que afete o Brasil.

Incerteza sobre se o governo brasileiro implementará mudanças em políticas ou regulamentações que afetem esses ou outros fatores no futuro poderão contribuir para incerteza econômica no Brasil e aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro e valores mobiliários emitidos por sociedades brasileiras no exterior. Essas incertezas e outros acontecimentos futuros na economia brasileira podem afetar adversamente nossas atividades comerciais e, conseqüentemente, nossos resultados operacionais, e também podem afetar adversamente o preço de negociação das ADSs e de nossas ações ordinárias. Além disso, os negócios e os resultados operacionais de empresas brasileiras, bem como o preço de negociação de seus valores mobiliários, incluindo os nossos, podem sofrer maior volatilidade devido às eleições presidenciais brasileiras, que serão realizadas em outubro de 2022.

A instabilidade política afetou adversamente e pode continuar afetando adversamente nossos negócios, resultados operacionais e o preço de negociação das ADSs e de nossas ações ordinárias.

A economia brasileira foi e continua sendo afetada por eventos políticos no Brasil, que também afetaram a confiança dos investidores e do público em geral, o que afetou adversamente o desempenho da economia brasileira e aumentou a volatilidade dos valores mobiliários emitidos por empresas brasileiras, incluindo o preço de negociação das ADSs e de nossas ações ordinárias.

Os mercados brasileiros têm experimentado uma maior volatilidade devido às incertezas das investigações relacionadas a alegações de lavagem de dinheiro, corrupção e improbidade por funcionários do governo e pessoas jurídicas e pessoas físicas do setor privado realizadas pela Polícia Federal do Brasil e pelo Ministério Público Federal. Essas investigações afetaram adversamente a economia e o cenário político brasileiro. Não temos controle e não podemos prever os desdobramentos dessas investigações nem se investigações ou alegações futuras resultarão em mais instabilidade política e econômica, o que poderia afetar adversamente o preço de negociação de valores mobiliários emitidos por empresas brasileiras, incluindo a nossa.

Além disso, qualquer dificuldade do governo brasileiro em obter maioria no Congresso Nacional pode resultar em impasse no Congresso, agitação política e manifestações ou greves, o que pode nos afetar adversamente. Incertezas relacionadas à implementação pelo governo brasileiro de mudanças relacionadas a políticas monetária, fiscal e previdenciária, bem como às leis relacionadas, podem contribuir para a instabilidade econômica. Essas incertezas podem aumentar a volatilidade do mercado brasileiro de valores mobiliários, inclusive em relação às nossas ADSs e nossas ações ordinárias.

Os esforços do governo brasileiro para combater a inflação podem prejudicar o crescimento da economia brasileira e podem prejudicar a nós e ao preço de negociação das ADSs e das nossas ações ordinárias.

Historicamente, o Brasil tem tido altas taxas de inflação. A inflação e certas medidas tomadas pelo governo brasileiro para contê-la, incluindo o aumento da taxa SELIC, a taxa básica de juros do sistema bancário brasileiro, estabelecida pelo Banco Central, juntamente com a especulação sobre as medidas governamentais a serem adotadas, têm afetado significativa e adversamente a economia brasileira e contribuído para a incerteza econômica no Brasil, aumentando a volatilidade nos mercados de capitais brasileiros e nos afetando adversamente. A inflação anual do Brasil, medida pelo Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), foi de 17,1% em 2021, 23,1% em 2020 e 7,31% em 2019. De acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o Brasil registrou inflação de 10,1%, 4,5% e 4,3% em 2021, 2020, e 2019, respectivamente, de acordo com o IBGE. Em 2021, 2020 e 2019, a taxa SELIC foi de 9,25%, 1,90% e 4,90%, respectivamente. O Comitê de Política Monetária (COPOM) ajusta o patamar de juros oficial em situações de incerteza econômica para atender às metas econômicas estabelecidas pelo governo brasileiro. Em fevereiro de 2022, o COPOM elevou o patamar de juros oficiais de 9,25% para 10,75%. Na data deste relatório anual, a taxa de juros oficial no Brasil é de 11,75%.

Pressões inflacionárias podem prejudicar nossa capacidade de acessar mercados financeiros estrangeiros ou levar a políticas governamentais de combate à inflação que podem nos prejudicar ou afetar adversamente o preço de negociação das ADSs e de nossas ações ordinárias. Além disso, podemos não conseguir ajustar os preços que cobramos de nossos clientes para compensar os efeitos da inflação em nossa estrutura de custos.

As medidas do governo brasileiro para combater a inflação que resultam em um aumento no patamar de juros podem ter um efeito adverso sobre nós, uma vez que nosso endividamento está indexado à taxa dos Certificados de Depósito Interbancário (CDI). Um aumento no patamar de juros pode afetar não apenas o custo de novos empréstimos, mas também o custo de nosso endividamento atual, aumentando nossas despesas financeiras. Esse aumento, por sua vez, pode afetar adversamente nossa disponibilidade de caixa e capacidade de cumprir nossas obrigações financeiras. Além disso, políticas monetárias restritivas com alto patamar de juros têm restringido e podem restringir o crescimento do Brasil e a disponibilidade de crédito, o que afeta adversamente o poder de compra de nossos clientes e, conseqüentemente, nossa receita operacional líquida.

Por outro lado, políticas mais brandas do governo e do Banco Central e reduções no patamar de juros têm desencadeado e podem desencadear aumentos na inflação e, conseqüentemente, a volatilidade do crescimento e a necessidade de aumentos repentinos e significativos do patamar de juros, o que poderia afetar negativamente nossos negócios e aumentar nossas despesas financeiras. Além disso, reduções no patamar de juros podem afetar nossa capacidade de manter as margens de juros que cobramos nas vendas a prazo, o que pode ter um efeito negativo em nossa receita operacional líquida.

A volatilidade da taxa de câmbio pode afetar adversamente a economia brasileira e a nós.

Historicamente, o real passou por flutuações frequentes e substanciais em relação ao dólar dos EUA e outras moedas estrangeiras. Em 2018, o real se desvalorizou em relação ao dólar dos EUA em comparação a 2017, atingindo R\$ 3,875 por US\$ 1,00 em 31 de dezembro de 2018. Em 2019, o real se desvalorizou ainda mais em relação ao dólar dos EUA em comparação a 2018, atingindo R\$ 4,0301 por US\$ 1,00 em 31 de dezembro de 2019. Em 2020, o real se desvalorizou ainda mais em relação ao dólar dos EUA em comparação a 2019, atingindo R\$ 5,1967 por US\$ 1,00 em 31 de dezembro de 2020. Em 2021, o real se desvalorizou ainda mais em relação ao dólar dos EUA em comparação a 2020, atingindo R\$ 5,5805 por US\$ 1,00 em 31 de dezembro de 2021. Em 13 de maio de 2022, taxa de câmbio real/dólar dos EUA era de R\$ 5,1075 por dólar dos EUA.

O real pode se desvalorizar ou valorizar substancialmente frente ao dólar dos EUA no futuro. A desvalorização do real em relação ao dólar dos EUA pode criar pressões inflacionárias no Brasil e causar aumentos no patamar de juros, o que afeta negativamente o crescimento da economia brasileira como um todo, restringe o acesso a mercados financeiros estrangeiros e pode levar à intervenção do governo, incluindo políticas governamentais recessivas. A desvalorização do real em relação ao dólar dos EUA também levou, inclusive no contexto de desaceleração econômica, à diminuição dos gastos do consumidor, pressões deflacionárias e redução do crescimento da economia como um todo. A depreciação também reduziria o valor em dólar dos EUA de distribuições e dividendos e o equivalente em dólar dos EUA do preço de negociação das ADSs e de nossas ações ordinárias. Consequentemente, podemos ser substancial e adversamente afetados pelas flutuações na taxa de câmbio do real/dólar dos EUA.

Qualquer rebaixamento adicional da classificação de crédito do Brasil pode afetar adversamente o preço de negociação das ADSs e de nossas ações ordinárias.

As classificações de crédito afetam a percepção de investidores sobre risco e, como resultado, os rendimentos necessários para emissão de dívida nos mercados financeiros. As agências de classificação avaliam regularmente o Brasil e suas classificações soberanas, levando em consideração uma série de fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, endividamento e a perspectiva de mudança nesses fatores. Rebaixamentos na classificação de crédito do Brasil podem levar a rebaixamentos em nossa classificação de crédito e aumentar o custo de nosso endividamento, pois os investidores podem exigir uma taxa de retorno mais alta para compensar uma percepção de risco aumentado.

Em janeiro de 2018, a Standard & Poor's rebaixou a classificação de crédito do Brasil para BB- com perspectiva estável, alterando para positiva em dezembro de 2019 e voltando para estável em abril de 2020. Mais recentemente, a Standard & Poor's reafirmou sua classificação e perspectiva em junho de 2021. Em fevereiro de 2018, a Fitch rebaixou a classificação de crédito do Brasil para BB- com perspectiva estável, o que reafirmou em maio de 2019. Em maio de 2020, a Fitch ajustou sua perspectiva para negativa, o que reafirmou mais recentemente em maio de 2021. Desde abril de 2018, a Moody's mantém o classificação de crédito do Brasil em Ba2 com perspectiva estável, o que reafirmou mais recentemente em dezembro de 2020.

Não podemos garantir que as agências de classificação manterão as classificações de crédito soberano do Brasil. Qualquer redução da classificação de crédito do Brasil poderá aumentar a percepção de risco pelos investidores e, como resultado, aumentar o custo de emissões de dívida e afetar adversamente o preço de negociação de nossos valores mobiliários.

Acontecimentos e a percepção de risco em outros países podem afetar adversamente o preço de negociação dos valores mobiliários brasileiros, incluindo as ADSs e nossas ações ordinárias.

O valor de mercado dos valores mobiliários de emissores brasileiros é afetado em graus variados pelas condições econômicas e de mercado em outros países, incluindo países desenvolvidos como os Estados Unidos e alguns países europeus e de mercados emergentes.

As reações dos investidores aos acontecimentos em outros países podem afetar adversamente o valor de mercado dos valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo as ADSs e nossas ações ordinárias. Qualquer crise financeira ou acontecimentos significativos, como aumento do patamar de juros em outros países, especialmente nos Estados Unidos, podem diminuir a liquidez global e o interesse dos investidores em valores mobiliários de emissores brasileiros, afetando adversamente as ADSs e as nossas ações ordinárias. Além disso, os conflitos geopolíticos, como o conflito militar entre a Rússia e a Ucrânia, tiveram e podem continuar a ter um efeito adverso nos mercados de capitais globais e no interesse dos investidores em valores mobiliários emitidos

por empresas que operam em mercados emergentes, o que pode ter um impacto negativo no preço de negociação das ADSs e das nossas ações ordinárias.

O surto de doenças transmissíveis no mundo gerou e pode continuar a gerar uma maior volatilidade nos mercados de capitais globais, afetando adversamente o preço de negociação das ADSs e das nossas ações ordinárias.

O surto de doenças transmissíveis em escala global afetou adversamente e pode continuar a afetar adversamente o sentimento de investimento e resultar em maior volatilidade nos mercados de capitais globais devido ao aumento das preocupações com a pressão recessiva na economia global. Desde dezembro de 2019, uma nova cepa de coronavírus conhecido como COVID-19 se espalhou na China e em outros países. O surto de COVID-19 obrigou governos de todo o mundo a adotar medidas temporárias para conter a propagação da COVID-19 por meio de lockdown de cidades, restrições de viagens e transporte público, fechamento de negócios e lojas e quarentenas de emergência, entre outros, o que causou perturbações significativas na economia global e no curso normal das operações de negócios em vários setores e países. As medidas adotadas para combater o surto de COVID-19, incluindo novas variantes, afetaram adversamente e podem continuar a afetar adversamente a confiança das empresas e o sentimento do consumidor. Eles foram e podem continuar a ser acompanhadas por uma volatilidade significativa nos mercados de capitais globais e nas bolsas de valores em todo o mundo.

No Brasil, o mercado de ações passou por suspensões automáticas conhecidas como “circuit breakers”, devido à significativa volatilidade na negociação de ações causada pela reação dos investidores à incerteza relacionada à pandemia de COVID-19 na economia global e efeito recessivo na economia brasileira. A B3 caiu 36,9% de 1º de janeiro de 2020 a 31 de março de 2020, após a queda dos mercados acionários internacionais. O preço de negociação de nossas ações ordinárias também foi afetado adversamente.

Incertezas relacionadas à disseminação de novas variantes da COVID-19, especialmente se as medidas para conter a propagação do vírus persistirem, podem continuar a ter implicações macroeconômicas mais amplas, incluindo níveis reduzidos de crescimento econômico e possivelmente uma recessão global, cujos efeitos poderão ser sentidos muito além do momento em que a propagação da infecção for contida e afetar adversamente o sentimento de investimento nos mercados de capitais globais. Não podemos estimar os impactos adicionais que novas variantes da COVID-19 podem causar no preço e no desempenho de nossas ações ordinárias e ADSs.

Riscos relacionados a outros países latino-americanos onde operamos

As condições políticas e econômicas da Colômbia, Uruguai e Argentina podem afetar adversamente nossos negócios, resultados operacionais e o preço de negociação das ADSs e das nossas ações ordinárias.

Como resultado da aquisição do Grupo Éxito em 27 de novembro de 2019, passamos a ter operações na Colômbia, Uruguai e Argentina, que representaram 36,6%, 7,5% e 3,4%, respectivamente, de nossa receita operacional líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Estamos expostos a crises políticas e econômicas e ao declínio do poder de compra de nossos clientes na Colômbia, Uruguai e Argentina, que podem ser motivados por vários fatores, incluindo principalmente:

- interferência dos governos locais nas políticas econômicas;
- taxas de câmbio instáveis e desvalorização das moedas locais;
- deterioração das condições econômicas;
- inflação e patamar de juros;
- controles de câmbio e restrições sobre remessas ao exterior, inclusive remessa de dividendos;
- política fiscal e regime tributário;
- política de comércio exterior, inclusive impostos e tarifas;
- liquidez nos mercados financeiros, de capital e de crédito;
- rebaixamentos nas classificações de crédito da Colômbia, Uruguai ou Argentina; e

- outros riscos diplomáticos, políticos, sociais e econômicos que afetem esses mercados.

Incertezas relacionadas às condições econômicas e políticas na Colômbia, Uruguai e Argentina, incluindo mudanças nas políticas e regulamentações governamentais, podem afetar adversamente o cenário de negócios nesses países, o que pode afetar adversamente nossos resultados operacionais e o preço de negociação das ADSs e das nossas ações ordinárias.

Em especial, o governo colombiano frequentemente impôs impostos adicionais e promulgou modificações nos impostos existentes relacionados a transações financeiras, receita, imposto sobre valor agregado ou IVA e impostos sobre o patrimônio líquido. Mais recentemente, em setembro de 2021, o governo colombiano aprovou o aumento do imposto de renda de pessoa jurídica geral para 35%, que entrou em vigor em janeiro de 2022. Novas leis e regulamentações tributárias, bem como mudanças nas leis e regulamentações relacionadas a impostos, podem criar encargos fiscais adicionais significativos para nós e nossos negócios, afetando adversamente nossos resultados operacionais e nossa situação financeira. Além disso, nossos negócios e resultados operacionais colombianos, bem como o preço de negociação das ADSs e das nossas ações ordinárias, podem sofrer maior volatilidade devido às eleições presidenciais colombianas, que serão realizadas em maio de 2022.

Historicamente, a Colômbia passou por vários períodos de violência e instabilidade. A violência e a instabilidade futura na Colômbia podem afetar adversamente a economia colombiana e nossas operações.

A Colômbia passou por vários períodos de violência nas últimas seis décadas, principalmente devido às atividades de guerrilhas, grupos do crime organizado e cartéis de drogas.

Embora tenha havido uma redução da atividade guerrilheira e criminosa na Colômbia após o acordo de paz entre as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, ou FARC, e o governo colombiano em 2016 e a criação de certos programas e políticas do governo colombiano, a guerrilha e a atividade criminosa persistem na Colômbia. Qualquer escalada na violência relacionada a essas atividades e os efeitos associados a elas podem ter um impacto negativo na economia colombiana e em nossos negócios e resultados operacionais.

Além disso, o nível de insatisfação dos cidadãos colombianos em relação às instituições públicas desse país está aumentando, o que já ocasionou protestos em massa, atos de violência, vandalismo e distúrbios à ordem pública. Esses eventos podem ter um efeito negativo na economia colombiana e em nós.

Riscos Relacionados ao Nosso Setor e a Nós

Enfrentamos concorrência e pressão significativas para nos adaptarmos às mudanças nos hábitos e preferências dos consumidores, o que pode afetar adversamente nosso market share e nosso lucro líquido.

Atuamos principalmente no setor varejista de alimentos no Brasil e na Colômbia, incluindo o segmento de eletrodomésticos, que são altamente competitivos. Competimos com outros varejistas com base em preço, mix de produtos, localização e layout das lojas e serviços. Os hábitos dos consumidores estão mudando constantemente e talvez não sejamos capazes de antecipar e responder rapidamente a essas mudanças. Enfrentamos intensa concorrência de outros formatos e subsegmentos de lojas do setor varejista de alimentos, especialmente o setor de cash and carry, que nos últimos anos impôs uma pressão competitiva significativa em nossas lojas de hipermercados. Também enfrentamos concorrência de pequenos varejistas regionais, principalmente no segmento de varejo, e especialmente aqueles que atuam no segmento informal das economias brasileira e colombiana. Além disso, em nossos mercados, principalmente nas regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro, competimos no setor atacadista brasileiro com várias grandes redes multinacionais de varejo de alimentos, mercadorias em geral e redes de cash and carry, bem como supermercados locais e mercearias. No setor de eletrodomésticos, também competimos com grandes redes multinacionais e empresas brasileiras de grande porte ou especializadas. Aquisições ou consolidações no setor também podem aumentar a concorrência e afetar adversamente nosso market share e nosso lucro líquido.

Se não formos capazes de competir com sucesso em nossos mercados-alvo (incluindo a adaptação de nosso mix ou layout de formato de loja, identificação de locais e abertura de lojas em áreas preferenciais e ajuste rápido de nosso mix de produtos ou preços em cada uma de nossas bandeiras e segmentos) ou nos ajustarmos às mudanças de hábitos e preferências do consumidor, como compras online, inclusive por meio de dispositivos móveis, podemos perder market share, o que afetaria adversamente nossa condição financeira e resultados operacionais.

Nossos supermercados e lojas de varejo tradicionais enfrentam crescente concorrência com vendas pela internet, o que pode afetar negativamente as vendas dos canais tradicionais, e nossa estratégia de transformação digital pode não ser uma resposta eficaz a essa concorrência emergente.

Nos últimos anos, as vendas no varejo de produtos alimentícios, vestuário e eletrodomésticos pela internet aumentaram significativamente no Brasil e em outros países da América Latina onde atuamos. Esperamos que essa tendência continue à medida que os varejistas mais tradicionais entram no campo do varejo online ou expandem sua infraestrutura existente relacionada às vendas pela internet. Por exemplo, nos últimos anos, a Amazon vem expandindo suas operações no Brasil. O crescimento nos negócios de varejo pela internet de nossos concorrentes provavelmente prejudicaria não apenas nossas operações de varejo, mas também nossas operações de varejo na internet. Os varejistas que atuam na internet conseguem vender diretamente aos consumidores, reduzindo a importância dos canais de distribuição tradicionais, como supermercados e lojas de varejo. Certos varejistas alimentares que atuam na internet têm custos operacionais significativamente mais baixos do que os hipermercados e supermercados tradicionais porque não dependem de uma rede cara de pontos de venda de varejo ou de uma grande força de trabalho. Como resultado, os varejistas alimentares que atuam na internet podem oferecer seus produtos a custos mais baixos do que nós e, em certos casos, podem ignorar os intermediários do varejo e entregar produtos frescos e de alta qualidade aos consumidores. Acreditamos que nossos clientes estão usando cada vez mais a internet para fazer compras de alimentos e outros produtos de varejo virtualmente, e que essa tendência provavelmente continuará, especialmente como resultado da pandemia da COVID-19.

Além disso, a tecnologia empregada no varejo de alimentos e eletrodomésticos evolui constantemente como parte de uma cultura digital moderna. Podemos não ser capazes de nos adaptar a essas mudanças com rapidez suficiente para atender às demandas e preferências de nossos clientes, bem como aos padrões do setor em que atuamos.

Temos uma estratégia de transformação digital, mas não podemos garantir que nossa estratégia será bem-sucedida em atender às demandas dos clientes ou manter nosso market share à luz dos negócios de varejo na internet de nossos concorrentes. Se as vendas pela internet no Brasil continuarem a crescer, a dependência dos consumidores de canais de distribuição tradicionais, como nossos supermercados e lojas de varejo, poderá diminuir substancialmente, o que poderá ter um efeito adverso relevante em nossa condição financeira e resultados operacionais.

As indústrias de varejo alimentar e eletrodomésticos são sensíveis a quedas no poder de compra do consumidor e ciclos econômicos desfavoráveis.

Historicamente, o setor varejista de alimentos no Brasil e em outros países onde atuamos passou por períodos de desaceleração econômica que levaram a quedas nos gastos dos consumidores. O sucesso das operações nos setores de varejo alimentar e de eletrodomésticos depende de vários fatores relacionados aos gastos e renda do consumidor, incluindo condições gerais de negócios, patamar de juros, inflação, disponibilidade de crédito ao consumidor, tributação, confiança do consumidor nas condições econômicas futuras, emprego e níveis salariais. Reduções na disponibilidade de crédito no Brasil ou nos demais países onde atuamos, bem como políticas de crédito mais rigorosas adotadas por nós e pelas operadoras de cartão de crédito podem afetar negativamente nossas vendas, especialmente de eletrodomésticos. Condições econômicas desfavoráveis no Brasil ou em outros países da América Latina onde atuamos, ou condições econômicas desfavoráveis em todo o mundo refletidas na economia brasileira e nos outros países onde atuamos, podem reduzir significativamente os gastos do consumidor e a renda disponível, principalmente para as classes de baixa renda, que têm menos acesso ao crédito do que as classes de alta renda, condições de refinanciamento de dívida mais limitadas e maior suscetibilidade a serem afetadas por aumentos na taxa de desemprego. Essas condições podem ter um efeito adverso substancial sobre nossa condição financeira e resultados operacionais.

Esses fatores são agravados à medida que o Brasil emerge de uma recessão prolongada após um período de recuperação lenta, seguido pela crise desencadeada pela pandemia de COVID-19, com PIB reduzido. As taxas de crescimento do PIB do Brasil foram de 4,6% em 2021, (4,0)% em 2020 e 1,1% em 2019. De acordo com o Departamento Administrativo Nacional de Estatística da Colômbia (*Departamento Administrativo Nacional de Estadística*), ou DANE, em 2021, o PIB colombiano aumentou 10,6%. No final de 31 de dezembro de 2020, o PIB colombiano diminuiu 6,8% em relação ao mesmo período de 2019, enquanto o setor varejista e atacadista colombiano como um todo diminuiu 2,8%, principalmente devido aos efeitos adversos da pandemia de COVID-19, incluindo restrições à circulação de pessoas, lockdown, encerramento de espaços comerciais, bem como o aumento da taxa de desemprego e a diminuição da confiança dos consumidores.

Nossos resultados operacionais e condição financeira foram e continuarão sendo afetados pelo fraco PIB dos países onde atuamos. Acontecimentos na economia dos países da América Latina onde atuamos, principalmente Brasil e Colômbia, podem afetar as taxas de crescimento desses países e, conseqüentemente, as vendas de nossos produtos, o que pode afetar adversamente o preço de negociação de nossas ADSs e ações ordinárias.

Como o setor de varejo geralmente é percebido como essencialmente orientado para o crescimento, somos dependentes da taxa de crescimento da população urbana e dos níveis de renda da população nos países onde atuamos, especialmente Brasil e Colômbia. Qualquer diminuição ou desaceleração nessas métricas pode afetar adversamente nossas vendas e nossos resultados operacionais.

Não podemos garantir que nossos prestadores de serviços ou fornecedores não se envolvam em práticas irregulares.

No curso normal dos negócios, participamos de transações comerciais com um número significativo de prestadores de serviços e fornecedores. Embora tenhamos políticas e procedimentos em vigor para conhecer os fatos essenciais relacionados às operações dos prestadores de serviços e fornecedores com os quais celebramos contratos, não podemos garantir que eles não terão problemas, como trabalho ilegal e condições inadequadas de segurança, questões de sustentabilidade e ambientais, entre outras questões, nem que não se envolverão em práticas irregulares. Se nossos prestadores de serviços ou fornecedores tiverem questões relacionadas a essas condições ou assuntos ou se envolverem em práticas irregulares, nossa reputação poderá ser prejudicada e poderemos estar sujeitos ao escrutínio do mercado ou processos judiciais, o que pode afetar adversamente o preço de negociação das ADSs e das nossas ações ordinárias. Além disso, a percepção de nossos clientes sobre nossos produtos pode ser adversamente afetada, causando uma redução nas vendas e em nossos resultados operacionais.

Restrições de disponibilidade de crédito para consumidores no Brasil e regras e intervenções do governo brasileiro que afetam as operações financeiras podem afetar adversamente nossos volumes de vendas e operações, e estamos expostos a riscos relacionados a financiamentos e empréstimos a clientes.

As vendas a prazo são um componente importante dos resultados operacionais do varejo não alimentar brasileiro. O aumento da taxa de desemprego combinado com o patamar de juros relativamente alto resultaram em uma maior restrição da disponibilidade de crédito aos consumidores no Brasil. A taxa de desemprego no país atingiu 11,1% em 2021, em comparação a 13,9% em 2020 e 11,9% em 2019.

Nossos volumes de vendas, principalmente de produtos não alimentícios, e, conseqüentemente, nossos resultados operacionais podem ser afetados adversamente se a disponibilidade de crédito aos consumidores for reduzida ou se o governo brasileiro restringir a concessão de crédito aos consumidores.

Além disso, por meio da FIC, concedemos crédito a clientes no Brasil. A FIC é nossa parceria com o Itaú Unibanco Holding S.A., ou Itaú Unibanco, uma das maiores instituições financeiras privadas do Brasil. A FIC oferece exclusivamente cartões de crédito, serviços financeiros e cobertura de seguro em nossas lojas. Para mais informações sobre a FIC, consulte o “Item 4. Informações sobre a Companhia – 4B. Visão Geral do Negócio – Operações no Brasil – Serviços Financeiros”.

A FIC está sujeita aos riscos normalmente associados à prestação de serviços de financiamento, incluindo o risco de inadimplência no pagamento do principal e dos juros e qualquer descasamento de custo e vencimento de nosso financiamento em relação ao custo e vencimento do financiamento a clientes, o que poderia ter um efeito adverso relevante sobre nós.

Além disso, a FIC é uma instituição financeira regulada pelo Banco Central e, portanto, sujeita a ampla regulamentação. O marco regulatório do sistema financeiro brasileiro está em constante mudança. As leis e regulamentações existentes podem ser alteradas, e sua aplicação ou interpretação também pode mudar, e novas leis e regulamentações podem ser adotadas. A FIC pode ser adversamente afetada (e, portanto, nós podemos ser adversamente afetados) por mudanças regulatórias, incluindo aquelas relacionadas a:

- requisitos mínimos de capital;
- requisitos para investimento em capital fixo;
- limites de crédito e outras restrições de crédito;

- requisitos contábeis;
- sistemas de intervenção, liquidação e/ou administração especial temporária; e
- patamar de juros.

As regras e intervenções do governo brasileiro podem afetar adversamente nossas operações e patamar de rentabilidade mais do que as de um concorrente sem operações financeiras.

Estamos cada vez mais dependentes das vendas com cartão de crédito. Quaisquer alterações nas políticas dos compradores podem nos afetar adversamente.

Estamos cada vez mais dependentes das vendas com cartão de crédito. As vendas para clientes que utilizam cartões de crédito representaram 47,2%, 46,5% e 46,4% da receita operacional líquida consolidada em 2021, 2020 e 2019 do nosso segmento de varejo brasileiro. Para oferecer vendas com cartão de crédito a nossos clientes, dependemos das políticas dos compradores, incluindo as taxas cobradas por essas empresas. Qualquer alteração nas políticas dos compradores, incluindo, por exemplo, sua taxa de antecipação de credenciadora, pode nos afetar adversamente.

Além disso, parte de nossas vendas é paga em parcelas oferecidas pelos compradores. Assim, dependemos desses compradores para continuar oferecendo cartões de crédito como opção de pagamento para nossos clientes. Qualquer mudança nas políticas dos compradores em relação a pagamentos parcelados e crédito pode nos afetar adversamente.

Nosso negócio depende de marcas fortes. Podemos não ser capazes de manter e aprimorar nossas marcas, ou podemos receber reclamações desfavoráveis de clientes ou publicidade negativa, o que pode afetar adversamente nossas marcas.

Acreditamos que nossas bandeiras *Pão de Açúcar, Extra, Compre Bem, Êxito, Carulla, Surtimax, Super Inter, Surtimayorista, Devoto, Disco, Geant e Libertad* contribuem significativamente para o sucesso do nosso negócio. Também acreditamos que manter e aprimorar essas marcas é fundamental para expandir nossa base de clientes, o que depende em grande parte de nossa capacidade de continuar criando a melhor experiência para o cliente, com base em nossos preços competitivos e nosso grande sortimento de produtos.

Reclamações de clientes ou publicidade negativa sobre nossas ofertas de produtos ou serviços podem prejudicar nossa reputação e diminuir a confiança do consumidor em nós. Uma redução na força de nossas marcas e reputação pode afetar adversamente nossos negócios, situação financeira e resultados operacionais.

O surto da pandemia de COVID-19 pode interromper ainda mais nossas operações e ter um impacto adverso em nossos negócios, situação financeira, resultados operacionais ou perspectivas.

Em resposta à pandemia de COVID-19, autoridades governamentais em todo o mundo e nos países onde atuamos impuseram medidas restritivas em 2020 e 2021. Nos países em que atuamos, os governos estaduais e locais seguiram as orientações emitidas pelo respectivo Ministério da Saúde para controlar a disseminação da COVID-19 e impuseram restrições relacionadas ao distanciamento social e aos lockdowns, resultando no fechamento de restaurantes, escolas, creches, hotéis, shopping centers e áreas de intenso tráfego de pedestres, incluindo parques e outros espaços públicos.

À medida que novas variantes do vírus da COVID-19 surgiram, os governos continuaram a impor medidas restritivas até recentemente. A maioria dos governos da América Latina, incluindo Brasil, Colômbia, Uruguai e Argentina, flexibilizou as medidas restritivas impostas para conter a propagação do vírus da COVID-19 e das variantes.

Em se tratando de mercearias, nossa atividade é considerada essencial e nossas operações comerciais no Brasil não foram adversamente afetadas pelas medidas restritivas impostas pelos governos federal e estaduais brasileiros. Por outro lado, nossas operações colombianas foram adversamente afetadas pelas medidas restritivas impostas pelos governos regionais e estaduais em decorrência da pandemia de COVID-19, uma vez que as restrições impostas na Colômbia eram mais rigorosas do que no Brasil e incluíam, entre outros, redução do horário de funcionamento das lojas, estabelecimento de limites de compra, fechamento de lojas, aplicação da lei seca durante alguns finais de semana e toque de recolher nas principais cidades colombianas. Adicionalmente, algumas

de nossas operações não foram consideradas essenciais pelas autoridades governamentais, o que levou ao fechamento de parte significativa de nossas galerias e centros comerciais na Colômbia. Mesmo após a reabertura dessas galerias e centros comerciais, observamos uma redução do tráfego de pessoas nesses locais. Consequentemente, a receita dessas operações diminuiu significativamente, o que nos afetou adversamente e pode continuar a nos afetar negativamente.

Além disso, nosso escritório administrativo e outras instalações foram afetados, pois adotamos uma política de trabalho remoto para nosso pessoal administrativo e de back-office nos países em que atuamos. Após a diminuição do número de casos e internações causados pela variante Omicron do COVID-19, nossos empregados estão retornando gradativamente ao escritório, em um modelo híbrido de trabalho. O uso desta política pode afetar nossa produtividade, resultar em erros e atrasos em nossas operações, desviar a atenção de nossa administração, aumentar nossos custos operacionais, aumentar nossos riscos operacionais, incluindo segurança cibernética e litígios trabalhistas. À medida que novas variantes do vírus da COVID-19 continuam a se espalhar pelo mundo, podemos enfrentar riscos na cadeia de suprimentos, como escrutínio ou embargo de mercadorias produzidas em áreas infectadas, além de inadimplemento por parte terceiros, incluindo nossos fornecedores, fabricantes contratados, contratadas, bancos comerciais, parceiros de joint venture e parceiros de negócios externos no cumprimento de suas obrigações ou perturbações significativas em sua capacidade de fazê-lo.

A extensão em que a pandemia de COVID-19 continuará afetando ou interrompendo ainda mais nossas operações depende de fatores incertos que não podem ser previstos, incluindo se haverá novas ondas causadas por períodos adicionais de aumentos ou picos no número de casos de COVID-19, mutações futuras ou cepas relacionadas do vírus nas áreas em que operamos; fatores macroeconômicos em evolução, incluindo incerteza econômica geral, taxas de desemprego e pressões recessivas; consequências desconhecidas em nosso desempenho de negócios e iniciativas decorrentes do investimento substancial de tempo e outros recursos para a resposta à pandemia; o impacto de longo prazo da pandemia em nossos negócios, incluindo mudanças no comportamento do consumidor. Assim, se a pandemia de COVID-19 causar mais interrupções em nossas operações, nossos negócios, situação financeira, resultados operacionais ou perspectivas podem ser afetados adversamente.

Obrigações contingentes em benefício de partes não relacionadas podem causar um efeito adverso relevante em nossos negócios e resultados operacionais.

Em 14 de junho de 2019, concluímos a venda de toda a nossa participação acionária na Via, e a Via deixou de ser uma subsidiária consolidada. Desde então, não controlamos a Via nem exercemos influência sobre sua administração ou operações e, conseqüentemente, a Via deixou de ser nossa parte relacionada. No entanto, certas transações, anteriormente existentes entre a Companhia e a Via, quando a Via fazia parte do Grupo Pão de Açúcar, permaneceram em vigor, incluindo garantias que concedemos para certas obrigações da Via. Embora a maioria das garantias tenha sido rescindida, obrigações supostamente pendentes no âmbito de certos contratos estão sendo discutidas entre nós e a Via. Em caso de descumprimento por parte da Via dessas obrigações, inclusive em decorrência do não pagamento, nossos negócios e resultados operacionais podem ser adversa e materialmente afetados. Para informações adicionais sobre essas transações, consulte o “Item 7. Principais Acionistas e Transações com Partes Relacionadas – 7B. Transações com Partes Relacionadas – Via”.

Podemos não ser capazes de proteger nossos direitos de propriedade intelectual.

Nossa estratégia de negócios depende significativamente de nossa capacidade de proteger nossas marcas e defender nossos direitos de propriedade intelectual, incluindo marcas registradas, patentes, nomes de domínio, segredos comerciais e know-how. Vários registros de marcas que abrangem nossas marcas e produtos nos foram concedidos, e depositamos, e esperamos continuar a depositar, pedidos de marcas e patentes visando proteger marcas e produtos recém-desenvolvidos. Não podemos garantir que os registros de marcas e patentes serão emitidos em relação a qualquer um de nossos pedidos. Também existe o risco de que possamos inadvertidamente deixar de renovar uma marca ou patente em tempo hábil ou que nossos concorrentes contestem, invalidem ou burlem quaisquer marcas e patentes existentes ou futuras emitidas a nós ou licenciadas a nós. Embora tenhamos implementado ações apropriadas para proteger nosso portfólio de direitos de propriedade intelectual (incluindo registro de marcas e nomes de domínio), não podemos garantir que as medidas que tomamos serão suficientes ou que terceiros não infringirão ou se apropriarão indevidamente de nossos direitos de propriedade. Qualquer falha em nossa capacidade de proteger nossos direitos de propriedade contra violação ou apropriação indevida pode afetar adversamente nossos negócios, resultados operacionais, fluxos de caixa ou condição financeira e, em particular, nossa capacidade de conduzir nossos negócios e implementar nossa estratégia de negócios.

Nossas vendas dependem da eficácia de nossas propagandas e campanhas de marketing, o que pode afetar adversamente nossas receitas e patamar de rentabilidade.

Para promover o aumento do tráfego de clientes e atraí-los para nossas lojas, dedicamos recursos substanciais às nossas propagandas e campanhas de marketing. Nossas receitas e patamar de rentabilidade dependem de nossa capacidade de, entre outros, identificar nossos consumidores-alvo e decidir sobre a mensagem de marketing e o método de comunicação para alcançá-los da maneira mais eficaz. Se não concebermos, planejarmos ou executarmos nossas atividades de propaganda e marketing para aumentar com sucesso e eficiência as receitas e market share, nosso patamar de rentabilidade e posição financeira poderão ser adversamente afetados.

Podemos não conseguir renovar ou manter os contratos de arrendamento de nossas lojas em termos aceitáveis, ou completamente, e podemos não conseguir obter ou renovar as licenças operacionais de nossas lojas ou centros de distribuição em tempo hábil.

A maioria de nossas lojas são alugadas. A localização estratégica de nossas lojas é fundamental para o desenvolvimento de nossa estratégia de negócios e, consequentemente, podemos ser afetados adversamente caso um número significativo de nossos contratos de arrendamento seja rescindido e não renovemos esses contratos de locação em termos aceitáveis, ou completamente. Além disso, de acordo com a lei aplicável, os proprietários de imóveis podem aumentar o aluguel periodicamente, geralmente a cada três anos. Um aumento significativo no aluguel de nossos imóveis arrendados pode afetar adversamente nossa posição financeira e resultados operacionais.

Nossas lojas e centros de distribuição também estão sujeitos a certas licenças operacionais. Nossa incapacidade de obter ou renovar essas licenças operacionais pode resultar na aplicação de multas e, conforme o caso, no fechamento de lojas ou centros de distribuição. Dado que as operações lineares e ininterruptas em nossas lojas e centros de distribuição são um fator crítico para o sucesso de nossa estratégia de negócios, podemos ser afetados negativamente em caso de fechamento por não conseguirmos obter ou renovar as licenças operacionais necessárias.

Nossa distribuição de produtos depende de um número limitado de centros de distribuição e dependemos dos sistemas e infraestrutura de transporte brasileiros para entregar nossos produtos, e qualquer interrupção em um de nossos centros de distribuição ou atraso relacionado ao transporte e infraestrutura pode afetar adversamente nossas necessidades de abastecimento e nossa capacidade de distribuir produtos para nossas lojas e clientes.

Em nosso segmento de varejo brasileiro, aproximadamente 65% de nossos produtos são distribuídos por meio de nossos onze centros de distribuição e armazéns localizados nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do Brasil. O sistema de transporte e a infraestrutura no Brasil são subdesenvolvidos e precisam de investimentos significativos para funcionar com eficiência e atender às nossas necessidades de negócios.

Qualquer interrupção ou redução significativa no uso ou operação da infraestrutura de transporte nas cidades onde nossos centros de distribuição estão localizados ou nas operações em um de nossos centros de distribuição, devido a desastres naturais, incêndios, acidentes, falhas sistêmicas, greves (como a greve dos caminhoneiros brasileiros em maio de 2018) ou outras causas inesperadas, podem atrasar ou afetar nossa capacidade de distribuir produtos para nossas lojas e clientes e podem diminuir nossas vendas, o que pode ter um efeito adverso substancial sobre nós. Nossa estratégia de crescimento inclui a inauguração de novas lojas que podem exigir a inauguração de novos centros de distribuição ou a expansão dos existentes para suprir e atender a demanda das lojas adicionais. Nossas operações podem ser afetadas negativamente se não formos capazes de inaugurar novos centros de distribuição ou expandir nossos centros de distribuição existentes para atender às necessidades de abastecimento dessas novas lojas.

Nossos sistemas e banco de dados estão sujeitos a violações e interrupções, que podem causar um efeito adverso substancial em nossos negócios e reputação. Além disso, falha na proteção ao nosso banco de dados pode ter um efeito adverso sobre nós.

Nós, como todas as organizações de negócios no mundo digital, estamos sujeitos a uma ampla gama de ameaças cibernéticas, incluindo ataques, com diferentes níveis de sofisticação. Essas ameaças cibernéticas estão relacionadas à confidencialidade, disponibilidade e integridade de nossos sistemas e banco de dados, incluindo informações confidenciais, sigilosas ou pessoais de nossos clientes, fornecedores e empregados.

Mantemos o que acreditamos ser controles de segurança técnica razoáveis e adequados, mecanismos de aplicação de políticas, sistemas de monitoramento e supervisão de administração para lidar com essas ameaças. Embora essas medidas sejam projetadas para prevenir, detectar e responder a atividades não autorizadas em nossos sistemas, certos tipos de ataques, incluindo ataques cibernéticos, podem ocorrer. Além disso, nossos sistemas de informação podem sofrer interrupções devido a fatores fora de nosso controle, como desastres naturais, ataque por hackers, interrupções de energia, falhas em telecomunicações e vírus de computador, entre outros fatores. Qualquer uma dessas interrupções pode afetar adversamente nossos negócios e reputação e assim afetar adversamente nossa condição financeira e resultados operacionais.

Além disso, mantemos um banco de dados com informações sobre nossos fornecedores, empregados e clientes, que inclui, entre outros, principalmente dados coletados quando os clientes se inscrevem em nossos programas de fidelidade. Se sofrermos uma violação em nossos procedimentos de segurança que afete a integridade do nosso banco de dados, incluindo acesso não autorizado a qualquer informação pessoal de nossos clientes, podemos estar sujeitos a processos judiciais que podem resultar em indenização, multas e danos à nossa reputação.

Alguns de nossos fornecedores e prestadores de serviços têm acesso significativo a dados confidenciais e estratégicos coletados por nossos sistemas, incluindo informações confidenciais sobre nossos clientes. Qualquer acesso não autorizado, liberação ou violação de nossos sistemas e dados ou de nossos clientes, fornecedores ou prestadores de serviços pode interromper nossas operações, especialmente nossas operações de varejo digital, causar perdas de informações e ocasionar custos significativos, incluindo o custo de recuperar informações perdidas, o que poderia ter um efeito adverso substancial em nossos negócios e reputação.

Dependemos de nossos sistemas de tecnologia da informação, e qualquer falha desses sistemas pode afetar adversamente nossos negócios e nos sujeitar a riscos associados ao não cumprimento das leis de proteção de dados aplicáveis.

O processamento de dados pessoais é regulado nas jurisdições onde atuamos por uma série de regras promulgadas no Brasil e na Colômbia, algumas das quais foram recentemente implementadas pelas autoridades locais.

O regime geral de proteção de dados pessoais foi estabelecido na Colômbia em 2012, com a promulgação da Lei 1581. Esse regime exige que as empresas que tratam dados pessoais protejam essas informações e sujeita essas empresas a multas e penalidades como a suspensão do uso de bancos de dados pessoais ou a encerramento temporário ou permanente das operações em caso de não cumprimento da lei ou vazamento de dados pessoais.

A Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) foi promulgada em 2018 para entrar em vigor em agosto de 2020, trazendo alterações ao sistema de proteção de dados pessoais no Brasil. Após alguns reveses no Congresso, a lei entrou em vigor em 18 de setembro de 2020. Essa lei estabelece um novo marco legal para o tratamento de dados pessoais, incluindo os direitos dos titulares de dados pessoais; a base jurídica aplicável à proteção de dados pessoais; os requisitos para obter o consentimento; as obrigações e requisitos relacionados a incidentes de segurança, vazamentos e transferências de dados pessoais; e a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados, entre outros. Se deixarmos de cumprir a Lei Geral de Proteção de Dados do Brasil, podemos estar sujeitos a penalidades, incluindo advertência, obrigação de divulgar o incidente, bloqueio temporário ou exclusão de dados pessoais e multa de até 2% de nossa receita ou das receitas do nosso grupo ou conglomerado no Brasil no último exercício fiscal, excluindo impostos, até um valor total de R\$ 50,0 milhões por infração. Além disso, podemos ser responsabilizados por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados por nós e podemos ser responsáveis solidariamente por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados por nossas subsidiárias, em razão do descumprimento das obrigações estabelecidas na Lei Geral de Proteção de Dados brasileira.

Assim, falhas na proteção dos dados pessoais processados por nós e no cumprimento da legislação aplicável podem resultar em multas significativas, divulgação do incidente ao mercado, exclusão de dados pessoais de nosso banco de dados e suspensão de nossas operações, o que pode nos afetar adversamente.

Nosso acionista controlador tem a capacidade de dirigir nossos negócios e assuntos.

De acordo com a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, ou Lei das Sociedades por Ações brasileira, nosso acionista controlador, o Grupo Casino, tem o poder de (i) nomear a maioria dos membros de nosso conselho de administração, que, por sua vez, nomeiam nossos diretores executivos; e (ii) determinar o resultado da grande maioria das ações que requerem a aprovação dos acionistas. Os interesses e as

decisões de negócios de nossos acionistas controladores podem prevalecer sobre aqueles de nossos outros acionistas ou detentores de ADSs.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais e administrativos podem ter um efeito adverso relevante sobre nós.

Somos parte em processos judiciais e administrativos relacionados a questões cíveis, regulatórias, tributárias e trabalhistas. Não podemos garantir que esses processos judiciais serão decididos em nosso favor. Fizemos provisões para processos em que a chance de perda foi classificada como provável por nossos assessores jurídicos externos, administração e nosso comitê de auditoria. Nossas provisões podem não ser suficientes para cobrir a totalidade do passivo decorrente de decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos. Se todos ou um número significativo desses processos tiver um resultado desfavorável a nós, nossos negócios, situação financeira e resultados operacionais podem ser afetados de forma substancial e adversa. Além das provisões registradas em nossas demonstrações financeiras e do custo dos honorários advocatícios relacionados aos processos, podemos ser obrigados a prestar fianças em relação aos processos, o que pode afetar adversamente nossa situação financeira. Consulte o “Item 8. Informações Financeiras – 8A. Demonstrações Consolidadas e Outras Informações Financeiras – Processos Judiciais” e nota explicativa 21 de nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, incluídas em outras partes deste relatório anual, para uma descrição de nossas contingências judiciais relevantes.

Podemos não conseguir atrair ou reter pessoal relevante.

Para apoiar e desenvolver nossas operações, devemos atrair e reter pessoal com habilidades e conhecimentos específicos. Enfrentamos vários desafios inerentes à administração de um grande número de empregados numa vasta área geográfica. O pessoal relevante pode nos deixar por diversos motivos e o impacto dessas saídas é difícil de prever, o que pode dificultar a implementação de nossos planos estratégicos e afetar adversamente nossos resultados operacionais.

Podemos ser adversamente afetados por violações da Lei Anticorrupção brasileira, Lei de Práticas de Corrupção no Exterior dos EUA, Lei Sapin II e leis anticorrupção semelhantes.

A Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, ou Lei Anticorrupção brasileira, introduziu o conceito de responsabilidade objetiva para pessoas jurídicas envolvidas em atos lesivos à administração pública, sujeitando o autor a sanções administrativas e civis. De forma similar à Lei de Prática de Corrupção no Exterior dos Estados Unidos, à qual também estamos sujeitos, a Lei Anticorrupção brasileira considera que a implementação efetiva de um programa de conformidade pode ser utilizada para mitigar as penalidades administrativas a serem aplicadas em decorrência de uma ato lesivo contra a administração pública. Da mesma forma, na Colômbia, a Lei nº 1.778 de 2016 impõe responsabilidade às empresas se seus acionistas controladores, empregados, contratados ou administradores ou de qualquer de suas subsidiárias praticarem crimes de suborno no exterior. As sanções incluem multas significativas e proibição de contratos com o governo colombiano, entre outras. Da mesma forma, a lei colombiana contempla entre seus critérios para limitar a responsabilidade corporativa a existência, execução e eficácia de programas de transparência e ética empresarial ou mecanismos anticorrupção dentro da empresa.

Adicionalmente, a Lei Francesa nº 1.691, de dezembro de 2016, ou Lei Sapin II, trata da transparência, prevenção da corrupção e modernização da atividade econômica, e determina que as empresas devem estabelecer um programa anticorrupção para identificar e mitigar os riscos de corrupção. De acordo com a Lei Sapin II, entre outros, qualquer pessoa jurídica ou pessoa física pode ser responsabilizada criminalmente por oferecer doação, presente ou recompensa com a intenção de induzir funcionário público estrangeiro a abusar de seu cargo ou influência para obter vantagem indevida. A Lei Sapin II é aplicável a empresas pertencentes a um grupo cuja matriz esteja sediada na França e cuja força de trabalho inclua pelo menos 500 empregados em todo o mundo. Portanto, a Lei Sapin II se aplica a nós. As principais disposições anticorrupção da Lei Sapin II estão em vigor desde 1º de junho de 2017.

O descumprimento das leis anticorrupção em qualquer dos países onde atuamos e às quais estamos sujeitos ou quaisquer investigações de improbidade ou ações de fiscalização podem nos sujeitar a multas, perda de licenças operacionais e danos à reputação, bem como outras penalidades, incluindo prisões individuais, que podem nos afetar substancial e adversamente, bem como nossa reputação e o preço de negociação das ADSs e de nossas ações ordinárias.

Algumas categorias de produtos que vendemos são adquiridas principalmente de poucos fornecedores e a concentração excessiva pode prejudicar a disponibilidade desses produtos.

Algumas categorias de produtos que vendemos são adquiridas principalmente de poucos fornecedores. Se algum fornecedor não for capaz de fornecer os produtos na quantidade e na frequência que normalmente os adquirimos, e não conseguirmos substituir o fornecedor em termos aceitáveis ou de forma alguma, poderemos não conseguir manter nosso nível normal de vendas na categoria de produto afetada, o que pode ter um efeito adverso substancial em nossos negócios e operações e, conseqüentemente, em nossos resultados operacionais.

Podemos ser responsabilizados por incidentes de consumo que envolvam reações adversas após o consumo de produtos vendidos por nós.

Os produtos vendidos em nossas lojas podem causar reações adversas aos consumidores. Incidentes envolvendo esses produtos podem ter um efeito adverso substancial em nossas operações, situação financeira, resultados operacionais e reputação. Processos judiciais ou administrativos relacionados a esses incidentes podem ser iniciados contra nós, com alegações, entre outras, de que nossos produtos estavam com defeito, danificados, adulterados, contaminados, não contêm as propriedades anunciadas ou não contêm informações adequadas sobre possíveis efeitos colaterais ou interações com outras substâncias químicas. Qualquer risco à saúde real ou potencial associado a esses produtos, incluindo publicidade negativa relacionada a esses riscos, pode levar à perda de confiança entre nossos clientes em relação à segurança, eficácia e qualidade dos produtos vendidos em nossas lojas, especialmente nossos produtos de marca própria. Qualquer alegação dessa natureza feita contra nossas marcas ou produtos vendidos em nossas lojas pode ter um efeito adverso substancial em nossas operações, situação financeira, resultados operacionais e reputação.

Estamos sujeitos a leis e regulamentações ambientais e qualquer descumprimento pode afetar adversamente nossa situação financeira e resultados operacionais.

Estamos sujeitos a uma série de leis e regulamentações federais, estaduais e municipais relativos à preservação e proteção do meio ambiente, especialmente em relação aos nossos postos de combustíveis. Entre outras obrigações, essas leis e regulamentações estabelecem requisitos e normas de licenciamento ambiental para lançamento de efluentes, emissões gasosas, gestão de resíduos sólidos e áreas protegidas. Incorremos em despesas com a prevenção, controle, redução ou eliminação de lançamentos no ar, solo e água em nossos postos de combustíveis, bem como no descarte e manuseio de resíduos em nossas lojas e centros de distribuição. Qualquer descumprimento dessas leis e regulamentações pode nos sujeitar a sanções administrativas e criminais significativas, como multas e encerramento de negócios e operações, além da obrigação de remediar ou indenizar terceiros pelos danos causados. Não podemos garantir que essas leis e regulamentações não se tornem mais rigorosas. Se isso acontecer, poderemos ser obrigados a aumentar, talvez de forma significativamente, nossas despesas de capital e custos para cumprir essas leis e regulamentações ambientais. Sanções por descumprimentos das leis e regulamentações ambientais e investimentos ambientais imprevistos podem afetar substancial e adversamente nossa situação financeira e resultados operacionais.

Riscos Relacionados às ADSs e Nossas Ações Ordinárias

Os detentores de ADSs podem ter dificuldade para exercer direitos de voto em nossas assembleias gerais de acionistas.

Os detentores de ADSs somente poderão exercer seus direitos de voto de acordo com o contrato de depósito que rege as ADRs. Os detentores de ADSs enfrentam limitações práticas no exercício de seus direitos de voto devido às etapas adicionais envolvidas em nossas comunicações com os detentores de ADSs. Por exemplo, somos obrigados a publicar uma notificação de nossas assembleias gerais de acionistas em jornais específicos no Brasil. Os detentores de nossas ações ordinárias podem exercer seus direitos de voto participando de uma assembleia geral de acionistas presencial ou virtualmente (sempre que a assembleia geral de acionistas for realizada em formato parcial ou 100% digital), por meio do boletim de voto à distância ou por votação por procuração. Por outro lado, os detentores de ADSs receberão notificação de uma assembleia geral de acionistas por correio do banco depositário das ADSs se notificarmos o depositário para que assim proceda. Para exercer seus direitos de voto, os detentores de ADSs devem instruir o depositário em tempo hábil. Esse processo de votação necessariamente leva mais tempo para os detentores de ADSs do que para os detentores de nossas ações ordinárias. Se o depositário não receber instruções de voto em tempo hábil para todas ou parte das ADSs, o depositário presumirá que esses detentores de ADSs estão instruindo-o a dar uma procuração discricionária a uma pessoa

designada por nós para votar suas ADSs, na medida permitida pelas normas da New York Stock Exchange, ou NYSE.

Os detentores de ADSs também podem não receber os materiais de votação a tempo de instruir o depositário a votar nossas ações ordinárias subjacentes às ADSs. Além disso, o depositário e seus agentes não se responsabilizam pela não execução das instruções de voto dos detentores de ADS ou pela forma de execução dessas instruções de voto. Assim, os detentores de ADSs podem não ser capazes de exercer os direitos de voto, e eles têm pouco ou nenhum recurso se as ações ordinárias subjacentes às ADSs não forem votadas conforme solicitado.

Se você trocar as ADSs por ações ordinárias, em decorrência das regulamentações brasileiras, você corre o risco de perder a capacidade de remeter moeda estrangeira para o exterior.

Na condição de detentor de ADS, você se beneficia do registro eletrônico de capital estrangeiro obtido pelo Itaú Corretora de Valores S.A., ou Custodiante, de nossas ações ordinárias subjacentes às ADSs no Brasil, o que permite ao Custodiante converter dividendos e outras distribuições em relação às ações ordinárias em moeda estrangeira e remeter os proventos ao exterior. Caso você devolva suas ADSs e retire suas ações ordinárias, você poderá continuar a se valer do registro eletrônico de capital estrangeiro do Custodiante por apenas cinco dias contados da data da retirada. A partir de então, mediante a alienação ou distribuição de ações ordinárias, você não poderá remeter moeda estrangeira ao exterior, a menos que obtenha seu próprio registro eletrônico de capital estrangeiro ou se qualifique de acordo com os regulamentos brasileiros de investimento estrangeiro que dão direito a alguns investidores estrangeiros comprar e vender ações ordinárias nas bolsas de valores brasileiras sem obter registro eletrônico de capital estrangeiro separado. Se você não se qualificar de acordo com os regulamentos de investimento estrangeiro, você estará sujeito em geral a tratamento tributário menos favorável quanto a dividendos e distribuições sobre nossas ações ordinárias, bem como a proventos de qualquer venda delas.

Se você tentar obter seu próprio registro eletrônico de capital estrangeiro, poderá incorrer em despesas ou sofrer atrasos no processo de solicitação, o que pode atrasar sua capacidade de receber dividendos ou distribuições relacionadas às nossas ações ordinárias ou o retorno de seu capital em tempo hábil. O registro eletrônico de capital estrangeiro do depositário também pode ser adversamente afetado por futuras alterações legislativas. Consulte o “Item 10. Informações Adicionais – 10D. Controles de Câmbio”.

Você pode não conseguir exercer direitos de preferência com relação às ações ordinárias subjacentes às ADSs.

Você não poderá exercer os direitos de preferência relativos às ações ordinárias subjacentes às suas ADSs, a menos que uma declaração de registro nos termos da Lei de Mercados de Capitais dos Estados Unidos de 1933, conforme alterada, ou a Lei de Mercados de Capitais, tenha efeito com relação a esses direitos, ou uma isenção dos requisitos de registro da Lei de Valores Mobiliários esteja disponível. Não somos obrigados a arquivar uma declaração de registro ou a tomar qualquer medida para disponibilizar direitos de preferência aos detentores de ADSs. A menos que arquivemos uma declaração de registro ou se aplique uma isenção de registro, você poderá receber apenas o produto líquido da venda de seus direitos de preferência pelo depositário ou, se os direitos de preferência não puderem ser vendidos, eles expirarão e você não receberá nenhum valor por eles. Além disso, podemos emitir um número substancial de ações ordinárias como contraprestação por futuras aquisições ou para quaisquer outras necessidades de captação de recursos, e podemos optar por não conceder direitos de preferência aos detentores de ADSs.

A volatilidade e falta de liquidez dos mercados de valores mobiliários brasileiros e de nossas ações ordinárias podem limitar substancialmente sua capacidade de vender as ações ordinárias subjacentes às ADSs ao preço e no momento que você desejar.

Investimentos em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, inclusive no Brasil, geralmente envolvem maior risco e geralmente são considerados de natureza mais especulativa do que investir em valores mobiliários negociados em mercados de valores mobiliários de países mais desenvolvidos. Esses investimentos estão sujeitos a certos riscos econômicos e políticos, incluindo (i) mudanças no cenário regulatório, fiscal, econômico e político que podem afetar a capacidade dos investidores de obter um retorno total ou parcial de seus investimentos; e (ii) restrições ao investimento estrangeiro e retorno do capital investido.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado do que os principais mercados internacionais de valores mobiliários, incluindo o mercado de valores mobiliários dos Estados Unidos. Além disso, a regulamentação da B3 pode diferir do que os investidores

estrangeiros estão acostumados a ver em outras bolsas internacionais. As características do mercado brasileiro de valores mobiliários podem limitar substancialmente a capacidade dos detentores das ações ordinárias subjacentes às ADSs de vendê-las no momento e ao preço que desejarem e, conseqüentemente, podem afetar adversamente o preço de mercado de nossas ações ordinárias. Se um mercado de negociação líquido e ativo não for mantido, o preço de negociação de nossas ações ordinárias poderá ser afetado negativamente.

Os detentores de ADSs e nossas ações ordinárias podem não receber nenhum dividendo.

De acordo com nosso estatuto social, devemos pagar aos nossos acionistas pelo menos 25% de nosso lucro líquido anual como dividendos, conforme determinado e ajustado de acordo com a legislação societária brasileira. Esse lucro ajustado pode ser utilizado para absorver prejuízos ou de outra forma apropriado conforme permitido pela legislação societária brasileira e pode não estar disponível para pagamento de dividendos. Podemos não pagar dividendos a nossos acionistas em qualquer exercício fiscal específico se nosso conselho de administração determinar que essas distribuições seriam desaconselháveis em vista de nossa situação financeira.

Nossa condição de emissor privado estrangeiro nos isenta de algumas das normas de governança corporativa da NYSE que limitam as proteções concedidas aos investidores.

Somos um “emissor privado estrangeiro” na acepção das normas de governança corporativa da NYSE. De acordo com as regras de listagem da NYSE, um emissor privado estrangeiro pode optar por cumprir a prática de seu país de origem e não cumprir certos requisitos de governança corporativa da NYSE, incluindo os requisitos de que (i) a maioria do conselho de administração seja composta por conselheiros independentes, (ii) seja estabelecido um comitê de nomeação e governança corporativa que seja composto inteiramente por conselheiros independentes e tenha um estatuto por escrito abordando o propósito e as responsabilidades do comitê, (iii) seja estabelecido um comitê de remuneração composto inteiramente de conselheiros independentes e tenha um estatuto abordando o propósito e as responsabilidades do comitê e (iv) seja realizada uma avaliação anual de desempenho dos comitês de nomeação e governança corporativa e remuneração. Portanto, os detentores de ADSs não têm as mesmas proteções concedidas aos acionistas de empresas que estão sujeitas a todos os requisitos de governança corporativa da NYSE.

Por exemplo, como emissor privado estrangeiro, optamos por contar com uma isenção nos termos da Norma 10A-3(c)(3) da Lei de Mercados de Capitais de 1934, conforme alterada, ou o Lei de Mercados de Capitais com relação ao nosso comitê de auditoria. Para uma discussão mais detalhada sobre nosso comitê de auditoria estatutário e a isenção do comitê de auditoria, consulte o “Item 6. Conselheiros, Alta Administração e Empregados – 6C. Práticas do Conselho – Comitês do Conselho de Administração – Comitê de Auditoria”.

As leis de valores mobiliários dos EUA não exigem que divulguemos tantas informações aos investidores quanto um emissor dos EUA é obrigado a divulgar, e você pode receber menos informações sobre nós do que receberia de uma empresa dos EUA comparável.

Os requisitos de divulgação corporativa aplicáveis a nós podem não ser equivalentes aos requisitos aplicáveis a uma empresa dos EUA e, portanto, você pode receber menos informações sobre nós do que receberia em relação a uma empresa dos EUA comparável. Estamos sujeitos aos requisitos de relatórios periódicos da Lei de Mercados de Capitais que se aplicam a “emissores privados estrangeiros”. A divulgação periódica exigida de emissores privados estrangeiros nos termos da Lei de Mercados de Capitais é mais limitada do que a divulgação periódica exigida de emissores dos EUA. Por exemplo, somos obrigados a apresentar apenas um relatório anual de acordo com o Formulário 20-F, mas não somos obrigados a apresentar nenhum relatório trimestral. Um requerente dos EUA deve apresentar um relatório anual de acordo com o Formulário 10-K e três relatórios trimestrais de acordo com o Formulário 10-Q. Além disso, somos obrigados a apresentar relatórios atuais de acordo com o Formulário 6-K, mas as informações que devemos divulgar nesses relatórios são regidas principalmente pelos requisitos de divulgação da legislação brasileira e podem diferir dos requisitos de relatórios atuais de acordo com o Formulário 8-K impostos a um emissor dos EUA. Por fim, não estamos sujeitos aos requisitos de procuração do Artigo 14 da Lei de Mercados de Capitais e nossos diretores, conselheiros e principais acionistas não estão sujeitos aos requisitos de relatórios de negociação de informações privilegiadas *short swing* e recuperação de acordo com o Artigo 16 da Lei de Mercados de Capitais.

ITEM 4. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

4A. História e Desenvolvimento da Companhia

Fomos constituídos no Brasil sob as leis desta jurisdição em 10 de novembro de 1981, como Companhia Brasileira de Distribuição. Nossos principais escritórios executivos estão localizados na Avenida Brigadeiro Luiz Antonio, 3142, São Paulo, SP, Brasil (telefone: +55-11-3886-0421). Nosso agente para citação nos Estados Unidos é a CT Corporation, 28 Liberty Street, Nova York, Nova York, 10005.

Fomos pioneiros no varejo alimentar brasileiro, tendo inaugurado nossa primeira loja, uma confeitaria, em 1948 na cidade de São Paulo com o nome de *Pão de Açúcar*. Estabelecemos uma das primeiras redes de supermercados do Brasil, com a inauguração do nosso primeiro supermercado em 1959 e a inauguração do primeiro hipermercado no Brasil em 1971. As reformas econômicas brasileiras implementadas em 1994, incluindo a introdução do real como moeda brasileira e a redução drástica das taxas de inflação, resultaram em um crescimento sem precedentes nos mercados consumidores locais. O aumento da renda disponível e o consequente aumento da confiança do consumidor ampliaram nossa base de clientes endereçáveis e nos proporcionaram oportunidades de crescimento.

Respondemos a essas mudanças fortalecendo nossa estrutura de capital, aumentando nossos investimentos em logística e tecnologia e implementando uma estratégia de expansão com foco nas diferentes preferências de consumo e necessidades da população brasileira. Para sustentar nossa estratégia de expansão, composta por aquisições e crescimento orgânico, definimos o formato de nossas lojas para adequá-las às expectativas, padrões de consumo e poder aquisitivo das diferentes faixas de renda do Brasil. Nossas lojas têm operado sob diferentes bandeiras direcionadas aos diversos segmentos de renda da população brasileira, com o objetivo de oferecer uma cobertura abrangente e direcionada das regiões onde atuamos. Para implementar essa estratégia e aumentar nosso market share, ao longo de nossa história, adquirimos importantes redes de supermercados brasileiras, que foram posteriormente e gradativamente convertidas em nossas bandeiras. Também adquirimos ou nos associamos a varejistas do segmento de eletrodomésticos e uma instituição financeira, o Itaú Unibanco, para oferecer cartões de crédito e serviços financeiros.

Ao longo dos anos, nossas principais bandeiras incluíram *Pão de Açúcar* (supermercados premium), *Extra* (hipermercados, supermercados, drogarias e postos de combustíveis), *Mercado Extra* e *Minuto Pão de Açúcar* (lojas conceito de proximidade e de bairro), *Assaf* (lojas cash and carry), e *Ponto Frio* e *Casas Bahia* (eletrodomésticos). Para obter mais informações sobre nossas bandeiras, consulte o “–Item 4B. Visão Geral do Negócio – Operações” e “–Item 4B. Visão Geral do Negócio – Operações – Operações no Brasil”.

Além disso, firmamos uma parceria financeira denominada FIC com o Itaú Unibanco para oferecer cartões de crédito e serviços financeiros. Para mais informações sobre a FIC, consulte o “–Item 4. Informações sobre a Companhia – 4B. Visão Geral do Negócio – Operações no Brasil – Serviços Financeiros”.

No final de 2019, com a aquisição do Grupo Éxito, passamos a atuar na Colômbia, Uruguai e Argentina, através das seguintes bandeiras: (i) *Viva Malls*, *Éxito*, *Carulla*, *Surtimayorista*, *Surtimax* e *Super Inter* na Colômbia, (ii) *Devoto*, *Disco* e *Géant* no Uruguai, e (iii) *Libertad*, *Mini Libertad* e *Paseo Libertad Malls* na Argentina.

Mais recentemente, nossa estratégia no Brasil tem sido nos concentrar no segmento de varejo alimentar nos formatos de proximidade e premium sob as bandeiras *Pão de Açúcar*, *Minuto Pão de Açúcar* e *Mercado Extra*.

Resumimos abaixo as principais mudanças históricas em nossos negócios relacionadas a aquisições, alienações e outros eventos significativos.

Mudanças em Nossos Negócios

Operações Descontinuadas do Exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2022

Lojas Extra Hiper

Em 14 de outubro de 2021 e 16 de dezembro de 2021, os conselheiros da CBD e da Sendas em reuniões do conselho de administração de ambas as empresas aprovaram a conversão de 70 lojas *Extra Hiper* operadas por

nós e localizadas em vários estados do Brasil em lojas atacado de autosserviço a serem operadas pela Sendas, ou a Transação de Cessão de Imóveis. O preço total estimado da Transação de Cessão de Imóveis é de R\$ 5.200,0 milhões, dos quais R\$ 3.973,0 milhões serão pagos pela Sendas à CBD em parcelas entre dezembro de 2021 e janeiro de 2024. A Transação de Cessão de Imóveis foi formalizada por meio de contrato de cessão entre a CBD e a Sendas para cessão das lojas *Extra Hiper* e venda para Sendas de alguns equipamentos dessas lojas. A consumação da transação está sujeita a diversas condições suspensivas, incluindo a desmobilização de todas as lojas cedidas. Em 31 de dezembro de 2021, recebemos R\$ 1,0 bilhão da Sendas no âmbito da Transação de Cessão de Imóveis.

Até a data deste relatório anual, havíamos concluído a cessão de 60 lojas *Extra Hiper* para a Sendas. Esperamos ceder todas as lojas para a Sendas no âmbito da Transação de Cessão de Imóveis até o final de maio de 2022.

Das 33 lojas *Extra Hiper* que não foram cedidas para a Sendas, até 29 serão convertidas em lojas *Pão de Açúcar* ou *Mercado Extra*. Estamos analisando se as quatro lojas *Extra Hiper* remanescentes serão fechadas ou convertidas em outras bandeiras.

A partir do segundo semestre de 2022, deixaremos de operar com a bandeira *Extra Hiper* e vamos nos concentrar nos segmentos premium e proximidade, notadamente nas bandeiras *Pão de Açúcar*, *Minuto*, *Compre Bem* e *Mercado Extra*. Nesse sentido, esperamos classificar os resultados operacionais da bandeira *Extra Hiper* como operações descontinuadas em nossas demonstrações de operações nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas do exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2022. Para mais informações sobre a descontinuidade da bandeira *Extra Hiper*, consulte o “Item 5. Revisão e Perspectivas Operacionais e Financeiras–Item 5A. Resultados Operacionais – Operações Descontinuadas – Operações Descontinuadas do Exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2022 – Lojas Extra Hiper”.

Além disso, em 25 de fevereiro de 2022, também celebramos um acordo com a Barzel Properties, fundo de investimento imobiliário brasileiro, ou Barzel, e a Sendas, como interveniente e garantidora, para vender à Barzel 17 das 70 lojas *Extra Hiper* que seriam inicialmente cedidas à Sendas no âmbito da Transação de Cessão de Imóveis. O preço total estimado de venda desses imóveis é de R\$ 1.200,0 milhão, que será pago pela Barzel a nós. Após a conclusão da venda, os 17 imóveis serão arrendados pela Barzel à Sendas por um período de 20 anos, renovável por igual período. Em 13 de abril de 2022, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica, ou CADE, aprovou a venda desses 17 imóveis.

Drogarias

De forma condizente com nossa estratégia de otimizar a plataforma de lojas e alocar recursos para acelerar o crescimento de nossas bandeiras mais rentáveis, decidimos fechar todas as nossas drogarias.

Na data deste relatório anual, já havíamos fechado todas as nossas drogarias e descontinuado 68 de nossas drogarias.

Esperamos classificar os resultados operacionais de nossas drogarias como operações descontinuadas em nossas demonstrações de operações nas nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas do exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2022.

Aquisição do Grupo Éxito

Em junho de 2019, nosso conselho de administração aprovou a recomendação de nosso acionista controlador, Casino, para realizar uma reestruturação com o objetivo de simplificar as atividades e negócios na América Latina. A transação proposta compreendeu: uma oferta pública de aquisição em dinheiro por nossa então subsidiária integral Sendas na qual adquiriu 96,57% das ações do Grupo Éxito; um contrato de compra e venda entre a Casino e o Grupo Éxito, segundo o qual a Casino adquiriu todas as ações controladoras de nossa emissão e detidas indiretamente pelo Grupo Éxito; e nossa migração para o segmento de listagem *Novo Mercado* da B3 com a consequente conversão de todas as nossas ações preferenciais em ações ordinárias.

A aquisição foi consumada em novembro de 2019 e começamos a consolidar os resultados operacionais do Grupo Éxito em nossas demonstrações financeiras desde 1º de dezembro de 2019. Em 14 de fevereiro de 2020, a B3 aprovou a nossa migração do segmento de listagem Nível 1 para o segmento de listagem *Novo Mercado* da B3, seu mais alto nível de governança corporativa.

Com a aquisição do Grupo Éxito, passamos a atuar na Colômbia, Uruguai e Argentina, através das seguintes bandeiras: (i) *Viva Malls*, *Éxito*, *Carulla*, *Surtimayorista*, *Surtimax* e *Super Inter* na Colômbia, (ii) *Devoto*, *Disco* e *Géant* no Uruguai, e (iii) *Libertad*, *Mini Libertad* e *Paseo Libertad Malls* na Argentina.

Nossas bandeiras na Colômbia incluem *Viva Malls* (shopping centers), *Éxito* (hipermercados e supermercados) *Éxito Express* (lojas de conveniência), *Vecino* (supermercados), *Carulla* (supermercados de alta qualidade) *Carulla Express* (lojas conceito de proximidade e de bairro), *Surtimayorista* (lojas de operação de cash & carry), *Surtimax* (lojas de conveniência de baixo custo) e *Super Inter* (supermercado de baixo custo).

Nossas bandeiras no Uruguai incluem *Disco* (supermercados), *Devoto* (supermercados), *Devoto Express* (lojas de conveniência) e *Géant* (hipermercados).

Nossas bandeiras na Argentina incluem *Paseo Libertad Malls* (shopping centers), *Libertad* (hipermercados) e *Mini Libertad* (lojas conceito de proximidade e de bairro).

Processo de Spin-Off do Segmento Operacional Cash and Carry

De 2007 a 2009, adquirimos 100% de participação na Sendas Distribuidora S.A., que operava lojas de cash and carry sob a bandeira *Assái*.

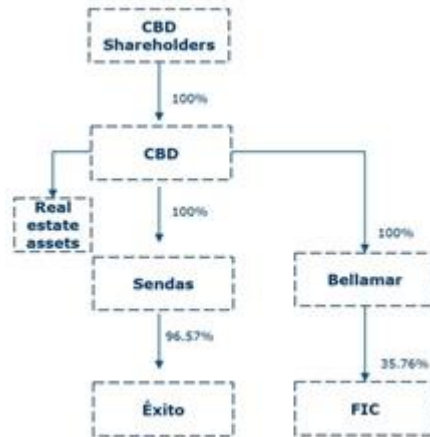
Em dezembro de 2020, nosso conselho de administração aprovou uma reestruturação societária para realizar a separação dos negócios de cash and carry por meio de um processo de cisão de nossa então subsidiária integral Sendas e os acionistas da CBD e Sendas em assembleia geral extraordinária de ambas as empresas aprovaram a Separação da Sendas e o Processo de Spin-Off da Sendas.

Além disso, de acordo com uma série de transações societárias, a Sendas passou por uma reestruturação societária, a “Reestruturação Societária da Sendas”, que consistiu na transferência de alguns ativos da Sendas e participação acionária de 96,57% na Éxito para a CBD quanto a certos ativos da CBD, incluindo contribuições de capital social, 50% das ações da Bellamar Empreendimentos e Participações Ltda., ou Bellamar, holding que detém participação de 35,8% das ações da FIC, e cinco lotes de ativos imobiliários.

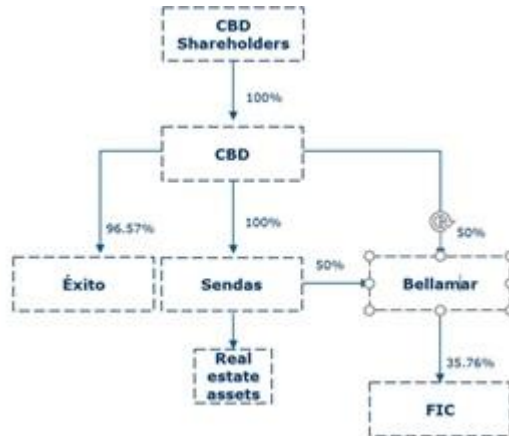
Além disso, em 14 de dezembro de 2020, celebramos um Acordo de Separação com a Sendas, que estabelece uma estrutura para nosso relacionamento com a Sendas após a Separação da Sendas e a Processo de Spin-Off da Sendas. Para mais informações sobre o Acordo de Separação, consulte o “Item 7. Principais Acionistas e Transações com Partes Relacionadas–7B. Transações com Partes Relacionadas – Acordos e Contratos com a Sendas”;

Seguem abaixo gráficos de estrutura simplificada mostrando a CBD e suas subsidiárias relevantes, incluindo Sendas e Éxito, e participações societárias: (1) imediatamente antes da Reestruturação Societária da Sendas; e (2) imediatamente após a Reestruturação Societária da Sendas.

Antes da Reestruturação Societária da Sendas

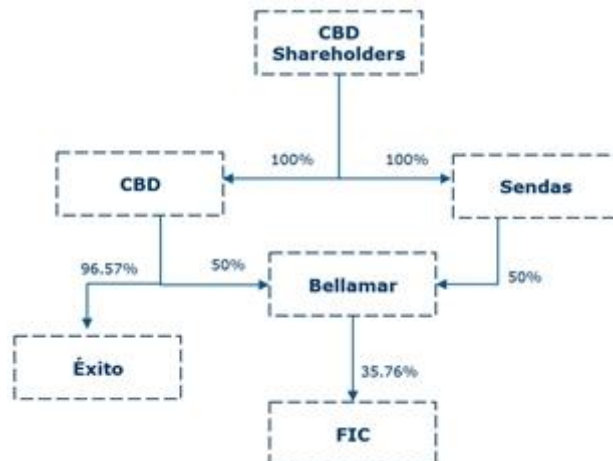


Após a Reestruturação Societária da Sendas



Encontra-se abaixo um gráfico de estrutura mostrando a CBD e a Sendas e suas subsidiárias pertinentes imediatamente após o Processo de Spin-Off da Sendas:

Após o Processo de Spin-Off da Sendas



Em 26 de fevereiro de 2021, nossos acionistas receberam ações de emissão da Sendas, na proporção de suas respectivas participações no capital social da CBD, de forma pro rata e sem contraprestação. A distribuição ocorreu após a listagem das ações ordinárias da Sendas no segmento *Novo Mercado* da B3 e após a aprovação da listagem das ADRs representativas das ações ordinárias da Sendas na NYSE. Com a consumação do Processo de Spin-Off da Sendas, a Sendas se tornou uma empresa independente e de capital aberto. O objetivo do Processo de Spin-Off da Sendas foi liberar todo o potencial dos negócios de cash and carry e varejo tradicional da Empresa, permitindo que eles operem de forma autônoma, com equipes de administração separadas e com foco em seus respectivos modelos de negócios e oportunidades de mercado. Adicionalmente, espera-se que o Processo de Spin-Off da Sendas proporcione a cada um dos negócios acesso direto ao mercado de capitais e outras fontes de financiamento, permitindo que priorizem os investimentos de acordo com o perfil de cada empresa, gerando mais valor para seus respectivos acionistas.

Segmento Operacional de Venda de Eletrodomésticos

Em 2009, adquirimos 98,8% de participação acionária na Globex (que posteriormente mudou sua razão social para Via), empresa que atuava no setor de eletrodomésticos sob a marca *Ponto Frio*.

Em 2010, por meio de uma associação com membros da família Klein que representam os sócios da Casa Bahia Comercial Ltda., ou Casa Bahia Comercial, uma varejista brasileira de eletrodomésticos que operava sob a marca *Casas Bahia*, nós e os sócios da Casa Bahia Comercial fundimos nossos respectivos negócios nos segmentos de eletrodomésticos e e-commerce sob a Via. Como resultado, passamos a deter 52,4% da Via. Após a oferta pública inicial da Via no Brasil no final de 2013, nossa participação acionária na Via era de 62,25% das ações ordinárias e 43,35% do capital social total.

Em novembro de 2016, nosso conselho de administração aprovou o plano de venda de nossa participação acionária na Via, em linha com nossa estratégia de longo prazo de nos concentrarmos no desenvolvimento do segmento de varejo alimentar. Desde então, de acordo com a IFRS 5, reportamos separadamente os resultados da Via como operações descontinuadas em uma única rubrica no ativo, passivo e demonstração de resultado do exercício.

Em dezembro de 2018 e fevereiro de 2019, por meio de operações de swap de retorno total, envolvendo a venda de ações ordinárias da Via, vendemos um total de 6,95% do capital social total da Via na B3 ao preço de R\$ 4,90 por ação, totalizando R\$ 2.300 milhões. Reconhecemos um ganho na venda no resultado de operações descontinuadas de R\$ 398 milhões, líquido do efeito de impostos de renda de R\$ 199 milhões e custos relacionados. Em 14 de junho de 2019, vendemos por meio de leilão toda a nossa participação na Via na B3 pelo preço de R\$ 4,90 por ação, totalizando R\$ 2.300,7 milhões. Desde então, deixamos de consolidar o ativo, passivo e resultados operacionais da Via que foram classificados como mantidos para venda. Como resultado da venda, reconhecemos um ganho na venda do investimento de R\$ 398 milhões, líquido de impostos.

Desde 14 de junho de 2019, não exercemos mais influência sobre a administração da Via.

Após a consumação da venda de toda a nossa participação acionária na Via, algumas transações, anteriormente existentes entre a Companhia e a Via quando a Via fazia parte do Grupo Pão de Açúcar, permaneceram em vigor. Embora a maioria das garantias tenha sido rescindida, obrigações supostamente pendentes no âmbito de certos contratos estão sendo discutidas entre nós e a Via quanto à sua rescisão amigável ou substituição.

Para informações adicionais sobre essas transações, consulte o “Item 7. Principais Acionistas e Transações com Partes Relacionadas – 7B. Transações com Partes Relacionadas – Via”.

Reestruturação Societária do Segmento Operacional de E-commerce

A Cnova Brasil era uma subsidiária integral da Cnova e detinha os nossos negócios brasileiros de e-commerce não alimentar, bem como os da Via. Após a conclusão da reestruturação societária da Cnova em outubro de 2016, a Cnova Brasil tornou-se subsidiária integral da Via, operando os sites *Extra.com.br*, *Pontofrio.com* e *Casasbahia.com.br*, e deixou de ser acionista da Cnova. A Cnova deu continuidade às suas operações de e-commerce fora do Brasil, com enfoque total no *Cdiscount*. Além disso, deixamos de ser o acionista majoritário da Cnova, permanecendo com 34,2% de participação acionária na Cnova, que passamos a reconhecer pelo método de equivalência patrimonial.

A reestruturação societária da Cnova consistiu em (i) um contrato de reestruturação celebrado entre a Cnova, a Cnova Brasil e a Via, datado de agosto de 2016; e (ii) ofertas de ofertas públicas lançadas pela Casino para comprar todas e quaisquer ações ordinárias da Cnova nos Estados Unidos e na França em dezembro de 2016.

Em conexão com a reestruturação societária da Cnova, a Casino e a CBD firmaram cartas de compromisso e suporte para reger o relacionamento contínuo das partes na qualidade de acionistas da Cnova após a reestruturação societária da Cnova. A Casino apresentou à CBD a carta de compromisso, segundo a qual nos concede certos direitos de governança e liquidez em relação à participação detida pela CBD na Cnova, incluindo, entre outros: (i) direito da CBD de designar pelo menos um membro para o conselho de administração da Cnova, levando em consideração o número de membros proporcional à participação da CBD; (ii) a CBD terá prioridade sobre a Casino para vender suas ações em uma oferta pública de distribuição de ações com relação a 90% do total de ações a serem ofertadas na oferta secundária; (iii) a CBD terá direitos de venda conjunta parciais caso a Casino venda suas ações da Cnova e a venda não constitua uma mudança de controle; em caso de mudança de controle, a CBD terá o direito de vender a totalidade de suas ações; (iv) a CBD será tratado *pari passu* em relação à Casino em qualquer transferência de ações da Cnova para terceiros ou no caso de qualquer reestruturação ou transação societária que resulte em qualquer troca, resgate ou outra emissão de ações da Cnova; e (v) no caso de qualquer reestruturação ou transação societária que envolva a Cnova, a Casino empregará medidas razoáveis para fazer com que a CBD receba valores mobiliários em troca de ações da Cnova que sejam tão líquidos quanto as ações da Cnova atualmente detidas pela CBD.

Transformação Digital

Para avançar em nossa transformação digital e ampliar nosso investimento em tecnologia, em 2018, adquirimos o aplicativo de entrega *James*, plataforma multisserviços para pedido e entrega de nossos produtos, que conecta clientes, entregadores e estabelecimentos e, em 2019, adquirimos a *Cheftime*, empresa brasileira com foco em kits de refeições prontas para consumo e para você mesmo fazer. Também em 2019, nós e a Raia Drogasil formamos a *Stix*, a pessoa jurídica que opera o programa de fidelidade *Stix Fidelidade*. O programa de fidelidade foi desenvolvido para melhor se adequar à demanda de nossos clientes por serviços de delivery e e-commerce. Além disso, o programa permite que seus usuários ganhem pontos em compras realizadas em sites e lojas de varejistas associados, incluindo nós e Raia Drogasil, que podem ser resgatados em produtos, serviços, descontos e outros benefícios. O *Stix Fidelidade* também tem o Banco Itaú como parceiro estratégico responsável por possibilitar que os clientes do Banco Itaú adquiram pontos no *Stix Fidelidade* em determinados termos e condições.

Para mais informações sobre nossa transformação digital, consulte o “Item 5A. Resultados Operacionais – Visão Geral do Exercício Fiscal findo em 31 de dezembro de 2021” e “Item 5D. Informação de Tendências”.

Reposicionando nossa Marca Própria

Em 2018, passamos a focar no reposicionamento do nosso portfólio de marcas próprias, com prioridade na melhoria da qualidade e competitividade de preços como um processo importante para a fidelização dos clientes nos mercados em que operamos. Como parte dessa iniciativa, passamos a trabalhar mais de perto com os fornecedores, firmando parcerias de longo prazo e garantindo maiores níveis de produção, o que nos permite manter nossas taxas de lançamento de produtos e alcançar melhores margens. O portfólio passou por um processo de renovação e novos produtos foram lançados, com a entrada em novas categorias.

Para mais informações sobre nossas marcas próprias, consulte o “Item 4B. Visão Geral do Negócio – Produtos de Marca Própria”.

Plano de Investimento e Despesas de Capital

Como parte de nosso plano de investimento e despesas de capital, investimos R\$ 6,5 bilhões em nossas operações consolidadas nos três anos findos em 31 de dezembro de 2021. Como resultado da descontinuação das operações da Sendas, reduzimos as despesas de capital em nossas operações continuadas em 49,1%, de R\$ 2,5 bilhões em 2020 para R\$ 1,3 bilhão em 2021.

Nosso plano de investimento e despesas de capital em 2021 teve como objetivo fomentar (i) a inauguração de novas lojas e conversões de lojas; (ii) reformas de lojas; (iii) melhorias na tecnologia da informação; e (iv) melhorias nas instalações de distribuição. Historicamente, temos financiado nossas despesas de capital e investimentos principalmente com fluxo de caixa gerado por nossas operações e, em menor grau,

financiado por terceiros. Planejamos continuar financiando nossas despesas de capital e investimentos principalmente com o fluxo de caixa de nossas operações e o fluxo de caixa da venda das lojas *Extra Hiper*. Para obter mais informações sobre a venda de lojas *Extra Hiper*, consulte “Mudanças em Nossos Negócios – Operações Descontinuadas do Exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2022 – Lojas Extra Hiper”.

Nossos investimentos nos últimos três anos encerrados em 31 de dezembro de 2021 incluíram:

Inauguração de novas lojas e conversão de lojas – No setor atacadista brasileiro, buscamos alugar imóveis quando há oportunidade de abertura de novas lojas em uma de nossas bandeiras ou oportunidades de aquisição de redes de supermercados locais que se adequem a um de nossos formatos.

No primeiro semestre de 2021, convertimos seis lojas *Extra Supermercado* em lojas *Mercado Extra*, concluindo o processo de conversão de todas as lojas *Extra Supermercado* em lojas *Mercado Extra* e *Compre Bem*, e inauguramos 14 lojas, sendo 12 lojas *Minuto Pão de Açúcar*, além de uma loja *Pão de Açúcar* e uma loja *Mini Extra*.

Além disso, em decorrência da Transação de Cessão de Imóveis, descontinuamos 31 lojas *Extra Hiper* e concluímos a venda de 20 dessas lojas para a Sendas, em 2021.

No segmento do Grupo *Éxito*, foram inauguradas 57 lojas entre inaugurações e conversões, sendo 51 localizadas na Colômbia. Das 51 lojas inauguradas na Colômbia: (i) nove eram do *Éxito*; (ii) oito eram supermercados *Éxito WOW*, que operam sob a bandeira *Éxito*; (iii) 15 eram *Carulla*; (iv) oito eram *Carulla Fresh Market*, que operam sob a bandeira *Carulla*; (v) duas eram *Surtimayorista*; (vi) 18 eram *Super Inter Vecinos*; e (vii) sete eram lojas *Surtimax*. Outras 16 lojas foram fechadas na Colômbia (cinco lojas *Éxito*, duas *Carulla*, duas *Surtimax* e sete *Super Inter*).

No Uruguai, foram inauguradas seis lojas (duas novas lojas *Devoto* e quatro lojas *Disco* e *Devoto* que foram reformadas para o formato *Fresh Market*).

Reforma de lojas existentes – Costumamos reformar algumas de nossas lojas todos os anos. Por meio de nosso programa de reforma, atualizamos os equipamentos de refrigeração em nossas lojas, criamos um ambiente mais moderno, amigável e eficiente e equipamos nossas lojas com sistemas avançados de tecnologia da informação.

Melhorias na tecnologia da informação – Vemos a tecnologia como uma importante ferramenta para eficiência e segurança no fluxo de informações entre lojas, centros de distribuição, fornecedores e sedes corporativas. Fizemos investimentos significativos em tecnologia da informação, totalizando R\$ 522 milhões de 2019 a 2021. Para obter mais informações sobre nossa tecnologia da informação, consulte o “Item 4B. Visão Geral do Negócio – Tecnologia da Informação”.

Melhorias em instalações de distribuição e outros – Possuímos e alugamos centros de distribuição e armazéns. A melhoria no espaço de armazenamento nos permite centralizar ainda mais as compras para nossas lojas e, juntamente com melhorias em nossa tecnologia da informação, melhorar a eficiência geral do nosso fluxo de estoque. Investimos R\$ 929,0 milhões em nossas instalações de distribuição de 2019 a 2021.

A tabela a seguir fornece uma descrição resumida de nossas principais despesas de capital nos períodos indicados:

	Exercício Findo em 31 de dezembro de			
	2021	2020	2019	2019-2021
	(em milhões de R\$)			
Inauguração de novas lojas e conversões de lojas	79	1.054	1.200	2.333
Reforma de lojas existentes	338	533	689	1.560
Tecnologia da Informação	177	179	166	522
Instalações de distribuição e outros	195	276	458	929
Ativos financeiros	(61)	110	(27)	22
Varejo brasileiro ⁽¹⁾	728	2.152	2.486	5.366
Grupo <i>Éxito</i>	539	338	80	957
Total	1.267	2.490	2.782	6.539

(1) O total de despesas de capital apresentadas na tabela referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 inclui despesas de capital que aplicadas na Sendas durante o período até o Processo de Spin-Off da Sendas que ocorreu em 31 de dezembro de

2020. As despesas de capital relacionadas à Sendas totalizaram R\$ 1.329,0 milhões e R\$ 1.305,0 milhões em 2019 e 2020, respectivamente. A tabela também inclui o total de investimentos realizados na Via até junho de 2019, quando concluímos a venda de toda a nossa participação acionária na Via, que totalizou R\$ 216 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Para informações adicionais sobre o Processo de Spin-Off da Sendas e a Venda da Via, consulte “-Mudanças em Nossos Negócios – Processo de Spin-Off do Segmento Operacional Cash and Carry” e “- Mudanças em Nossos Negócios – Segmentos Operacionais de Venda de Eletrodomésticos”, respectivamente.

Acreditamos que os recursos existentes e a receita operacional serão suficientes para nosso plano de investimento e despesas de capital e para atender às nossas necessidades de liquidez. No entanto, nosso plano de investimento e despesas de capital estão sujeitos a uma série de contingências, muitas das quais estão fora de nosso controle, incluindo o crescimento contínuo e a estabilidade da economia brasileira e das economias dos outros países da América Latina onde atuamos, e nossos negócios e operações, bem como a conclusão da Transação de Cessão de Imóveis. Não podemos garantir que concluiremos com êxito toda ou parte de nosso plano de investimento e despesas de capital. Além disso, podemos participar de aquisições ou alienar ativos que não estejam orçados no plano de investimento e despesas de capital e podemos modificar os planos.

Para informações sobre nossas (i) obrigações contratuais, consulte o “Item 5B. Liquidez e Recursos de Capital – Obrigações Contratuais,” (ii) acordos não registrados no balanço patrimonial, consulte o “Item 5B. Liquidez e Recursos de Capital – Acordos Não Registrados no Balanço Patrimonial”, (iii) custos relacionados à descontinuidade das lojas *Extra Hiper*, incluindo custos relacionados à rescisão de contratos de trabalho, consulte a nota explicativa 1.1. às nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas.

Site da SEC com Informações Divulgadas

A SEC mantém um site (<http://www.sec.gov>) que contém todos os nossos relatórios arquivados e declarações de informações. Também mantemos um site de relações com investidores (<http://www.gpari.com.br/en>) que contém as últimas atualizações e eventos relevantes dos nossos negócios. Esse nome de domínio está indicado apenas para fins informativos e as informações contidas nesse site não são incorporadas por referência a este relatório anual.

4B. Visão Geral do Negócio

O Setor de Varejo Brasileiro

De acordo com a Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS), o setor varejista de alimentos no Brasil representou aproximadamente 7,5% do PIB do Brasil em 2020, e o setor varejista de alimentos no Brasil teve receita bruta de aproximadamente R\$ 554 bilhões em 2020, representando um aumento nominal de 46,5% em relação a aproximadamente R\$ 378 bilhões em 2019.

O setor varejista de alimentos brasileiro é altamente fragmentado. De acordo com a ABRAS, as cinco maiores redes de supermercados que divulgaram suas receitas à ABRAS representaram aproximadamente 30,5% do setor varejista de alimentos em 2020, ante 38,9% em 2019 e 37,0% em 2018.

De acordo com dados publicados pelo IBGE, o volume de vendas no setor de varejo alimentar aumentou ligeiramente 0,4% em 2021 em relação a 2020.

Segundo o IBGE, a população total do Brasil era de aproximadamente 213,3 milhões em 31 de dezembro de 2021, representando um crescimento de 0,74% em relação a 31 de dezembro de 2020. Dado que aproximadamente 85% da população vive em áreas urbanas (onde a maior parte de nossas operações está localizada) e a população urbana vem crescendo a uma taxa maior do que a população como um todo, nosso negócio está particularmente bem posicionado para se beneficiar do crescimento urbano no Brasil e economias de escala relacionadas ao crescimento urbano. De acordo com levantamento do IBGE, em 2021, a cidade de São Paulo tinha uma população estimada de 12,4 milhões e a cidade do Rio de Janeiro tinha uma população estimada de 6,8 milhões. Essas são as duas maiores cidades do Brasil. O estado de São Paulo tem uma população total estimada de 46,6 milhões, representando 21,9% da população brasileira e é nosso maior mercado consumidor no Brasil, contando com 603 lojas em 31 de dezembro de 2021. O estado do Rio de Janeiro é nosso segundo maior mercado consumidor, com 103 lojas em 31 de dezembro de 2021.

O PIB do Brasil cresceu 4,6% em 2021 em relação a 2020, enquanto as despesas de consumo das famílias diminuíram 7,9% em relação a 2020, principalmente devido ao aumento da inflação em 2021.

Para mais informações sobre o cenário econômico brasileiro, consulte o “Item 5. Revisão e Perspectivas Operacionais e Financeiras – 5A. Resultados Operacionais – Cenário Macroeconômico e Fatores que Afetam Nossos Resultados Operacionais”.

O Setor de Varejo Colombiano

As vendas no setor atacadista colombiano (excluindo vendas de combustível e veículos) aumentaram 11,8% em 2021 em comparação com a queda de 1,7% em 2020, segundo o DANE. De acordo com a empresa de consultoria de marketing Raddar CKG, o consumo doméstico na Colômbia atingiu COP\$ 826.000 milhões em 2021, um aumento de 9,0% em relação a 2020.

Segundo a Nielsen, em 2021, o preço da cesta Nielsen na Colômbia, que é composta pelos preços de alimentos e produtos de limpeza, aumentou 13,9% em valor e 7,7% em volume em relação a 2020. Em 2021, a indústria de bebidas apresentou um crescimento de 11,9% em volume, enquanto o consumo relativo às indústrias de cuidados pessoais e domésticos aumentou 2,0% e 3,1%, respectivamente. Ademais, em 2021, a market share das lojas de bairro no setor varejista de alimentos na Colômbia foi de 43,4%, ante 40,2% em 2020. Esse aumento se deve à decisão adotada pelo governo colombiano no segundo semestre de 2021 de suspender as restrições de mobilidade que haviam sido impostas anteriormente para combater o surto de pandemia de COVID-19. O levantamento dessas restrições aumentou o tráfego de pedestres nas proximidades das lojas de bairro, resultando em um aumento no market share das lojas de bairro no setor varejista de alimentos colombiano e uma diminuição no market share dos supermercados. Em 2021, o market share das redes de supermercados foi de 32,8% ante 36,6% em 2020. No mesmo ano, o market share dos supermercados de baixo custo foi de 15,7%, representando um aumento de 0,6% em relação a 2020, com participação de 8,1% das drogarias e pequenos negócios operados pelos proprietários (as chamadas “lojas familiares”).

Operações

Somos o maior varejista tradicional em vendas no segmento de alimentos no Brasil e a maior rede de supermercados da Colômbia em termos de market share, ambos segundo a Nielsen. Também atuamos no Uruguai e na Argentina.

Atuamos no setor de varejo brasileiro, que consiste na venda de produtos alimentícios e produtos não alimentícios a consumidores individuais em (i) supermercados por meio das bandeiras *Pão de Açúcar*, *Mercado Extra* e *Compre Bem*; (ii) lojas de proximidade e especializadas através das bandeiras *Mini Extra*, *Minuto Pão de Açúcar*, *Pão de Açúcar Adega* e *Aliados Minimercado*; e (iii) postos de combustíveis por meio das bandeiras *Pão de Açúcar*, *Mercado Extra* e *Compre Bem*. O segmento de varejo brasileiro também inclui receitas relacionadas a aluguel de espaços comerciais em nossas lojas e vendas por e-commerce.

No setor de varejo alimentar brasileiro, tivemos um market share total baseado em vendas “mesmas lojas” de aproximadamente 11,9% em 2021, de acordo com informações publicadas pela Nielsen. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, nossa receita operacional líquida do segmento de varejo brasileiro totalizou R\$ 26,9 bilhões. Em 31 de dezembro de 2021, operávamos 667 lojas, 74 postos de combustíveis e 68 drogarias em 16 estados brasileiros e no Distrito Federal, além de uma infraestrutura logística apoiada por 15 centros de distribuição e armazéns em todo o Brasil.

Esperamos classificar os resultados operacionais da bandeira *Extra Hiper* e os resultados operacionais de nossas drogarias como operações descontinuadas em nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas do exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2022. Para mais informações sobre a descontinuidade da bandeira *Extra Hiper* e nossas drogarias, consulte o “Item 5A. Operações Descontinuadas – Operações Descontinuadas do Exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2022 – Lojas Extra Hiper” e “Item 5A. Operações Descontinuadas – Operações Descontinuadas do Exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2022 – Drogarias”.

Além disso, também somos um varejista de alimentos líder na Colômbia, principalmente com hipermercados e supermercados, além de lojas cash and carry, lojas de proximidade, programas de fidelidade, produtos de marca própria e negócios de serviços financeiros. Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo Éxito operava na Colômbia, Uruguai e Argentina, por meio das seguintes bandeiras: (i) *Éxito*, *Carulla*, *Surtimayorista*, *Surtimax*, *Super Inter* e *Viva Malls* na Colômbia, (ii) *Devoto*, *Disco* e *Géant* no Uruguai, e (iii) *Libertad*, *Mini Libertad* e *Paseo Libertad Malls* na Argentina. Em 31 de dezembro de 2021, as bandeiras *Éxito*, *Carulla*, *Surtimax*, *Super Inter* e *Surtimayorista* totalizavam 503 lojas na Colômbia.

Segundo a Nielsen, o Grupo *Éxito* foi a maior rede de supermercados da Colômbia com um market share de 23,4% em 2021. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a receita operacional líquida do segmento do Grupo *Éxito* totalizou R\$ 24,7 bilhões. Em 31 de dezembro de 2021, operávamos 620 lojas e 24 postos de combustíveis na Colômbia, Uruguai e Argentina, além de uma infraestrutura logística apoiada por 18 centros de distribuição e armazéns nesses países.

Atuamos no varejo de produtos alimentícios e não alimentícios. Os produtos alimentícios incluem não perecíveis, bebidas, frutas, legumes, carnes, pães, frios, laticínios, produtos de limpeza, produtos descartáveis e produtos de higiene pessoal. Também vendemos eletrodomésticos e outros produtos não alimentícios, que incluem artigos de vestuário, artigos de bebê, sapatos e acessórios, artigos para o lar, livros, revistas, CDs e DVDs, papelaria, brinquedos, artigos esportivos e de camping, móveis, telefones celulares, colchões, produtos para animais de estimação, equipamentos e ferramentas de jardinagem e produtos eletrônicos, como computadores pessoais, softwares, acessórios para computadores e sistemas de som e imagem. Também oferecemos alguns dos produtos listados acima sob a nossa marca própria. Além disso, vendemos nossos produtos por meio de nossos sites.

Também vendemos em varejo os produtos não alimentícios que vendemos em nossas drogarias, como medicamentos e cosméticos, e os produtos não alimentícios que vendemos e os serviços que prestamos em nossos postos de combustíveis. No entanto, esperamos classificar os resultados operacionais de nossas drogarias como operações descontinuadas em nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas do exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2022. Para mais informações sobre a descontinuação de nossas drogarias, consulte o “Item 5A. Operações Descontinuadas – Operações Descontinuadas do Exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2022 – Drogarias”.

Para obter mais informações sobre nossos segmentos operacionais, consulte a nota explicativa 31 de nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, incluídas em outras partes deste relatório anual.

Receita do Segmento e Distribuição de Receita

Mensuramos os resultados de nossos segmentos operacionais de acordo com a IFRS usando, entre outras medidas, os resultados operacionais de cada segmento.

A tabela abaixo mostra o detalhamento de nossas vendas brutas consolidadas e receita operacional líquida por bandeira e outras operações, além dos segmentos do Grupo *Éxito* e de varejo brasileiro, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

	Exercício Findo em 31 de dezembro de 2021			
	Vendas Brutas ⁽¹⁾ (em milhões de R\$)	Percentual do Lucro Bruto Total (%)	Receita Operacional Líquida (em milhões de R\$)	Percentual do Total de Receita Operacional Líquida (%)
Bandeiras e outras operações				
<i>Extra/Compre Bem</i> ⁽²⁾	16.732	29,7%	15.216	29,7%
<i>Pão de Açúcar</i>	7.801	13,8%	7.079	13,8%
Lojas de proximidade ⁽³⁾	2.196	3,9%	2.082	4,1%
Drogarias, postos de combustíveis e Entrega ⁽⁴⁾	2.299	4,1%	2.487	4,8%
Segmento de varejo brasileiro	29.028	51,5%	26.864	52,4%
<i>Éxito</i>	14.185	25,2%	12.777	24,9%
<i>Carulla</i>	2.872	5,1%	2.638	5,1%
<i>Surtimax e Super Inter</i>	1.748	3,1%	1.635	3,2%
B2B e Outros	1.864	3,3%	1.703	3,3%
Colômbia	20.669	36,7%	18.752	36,6%
Uruguai	4.552	8,1%	3.853	7,5%
Argentina	2.044	3,6%	1.752	3,4%
Segmento do Grupo <i>Éxito</i> ⁽⁵⁾	27.265	48,4%	24.357	47,5%
Outros ⁽⁶⁾	81	0,1%	70	0,1%
Total	56.374	100%	51.291	100%

(1) Calculamos as vendas brutas adicionando impostos sobre vendas à receita operacional líquida. Para uma reconciliação das vendas brutas com a receita operacional líquida, consulte a nota explicativa 25 de nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, incluídas em outras partes deste relatório anual.

(2) Inclui as bandeiras *Extra Hiper*, *Extra Supermercado*, *Mercado Extra* e *Compre Bem*. Esperamos classificar os resultados operacionais da bandeira *Extra Hiper* como operações descontinuadas em nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas do exercício a se

encerrar em 31 de dezembro de 2022. Para mais informações sobre a descontinuidade da bandeira *Extra Hiper*, consulte o “Item 5A. Operações Descontinuadas – Operações Descontinuadas do Exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2022 – Lojas Extra Hiper”. No primeiro semestre de 2021, convertemos seis lojas *Extra Supermercado* em lojas *Mercado Extra*, concluindo o processo de conversão de todas as lojas *Extra Supermercado* em lojas *Mercado Extra* e *Compre Bem*. Dessa forma, as informações operacionais referentes às bandeiras *Mercado Extra* e *Compre Bem* incluem as operações das lojas *Extra Supermercado* até 30 de junho de 2021.

- (3) Lojas de proximidade e especializadas através das bandeiras *Mini Extra*, *Minuto Pão de Açúcar*, *Pão de Açúcar Adegas* e *Aliados Minimercado*.
- (4) Inclui drogarias, postos de combustíveis, entrega de alimentos e unidades de negócios imobiliários. Esperamos classificar os resultados operacionais de nossas drogarias como operações descontinuadas em nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas do exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2022. Para mais informações sobre a descontinuação de nossas drogarias, consulte o “Item 5A. Operações Descontinuadas – Operações Descontinuadas do Exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2022 – Drogarias”.
- (5) Inclui nossas operações na Colômbia, Uruguai e Argentina desde a aquisição do Grupo Éxito em novembro de 2019. Para informações sobre a aquisição do Grupo Éxito, consulte “– 4A. História e Desenvolvimento da Companhia — Mudanças em Nossos Negócios — Aquisição do Grupo Éxito”.
- (6) Inclui as bandeiras *Cheftime*, *James* e *Stix Fidelidade*.

A tabela abaixo mostra a composição do nosso lucro (prejuízo) operacional consolidado por segmento reportável, levando em consideração o lucro operacional do varejo brasileiro, do Grupo Éxito e outras operações. Apresentamos os resultados dos segmentos reportáveis de acordo com a IFRS, medida utilizada pela administração na avaliação de desempenho e estratégia para os segmentos listados abaixo.

Segmento reportável	Exercício Findo em 31 de dezembro de 2021	
	Lucro (Prejuízo) Operacional do Segmento (em milhões de R\$)	Porcentagem do Total do Lucro (Prejuízo) Operacional (%)
Varejo brasileiro ⁽¹⁾	625	65,1%
Grupo Éxito ⁽²⁾	532	55,4%
Outros ⁽²⁾	(197)	(20,5%)
Total	960	100%

- (1) Inclui as bandeiras *Pão de Açúcar*, *Extra Hiper*, *Mercado Extra*, *Compre Bem*, *Mini Extra*, *Minuto Pão de Açúcar*, *Aliados Minimercado* e *Pão de Açúcar Adegas* e *GPA Malls* nossa unidade de negócios imobiliários que opera no Brasil.
- (2) Inclui nossas operações na Colômbia, Uruguai e Argentina desde a aquisição do Grupo Éxito em novembro de 2019, incluindo nossas unidades de negócios imobiliários que operam na Colômbia e Argentina.
- (3) Inclui as bandeiras *Cheftime*, *James*, *Cdiscount* e *Stix Fidelidade*.

Para obter mais informações sobre nossa receita operacional líquida e lucro líquido (prejuízo) por segmento reportável, consulte o “Item 5. Revisão e Perspectivas Operacionais e Financeiras – 5A. Resultados Operacionais – Resultados Operacionais em 2021, 2020 e 2019”.

Lojas

A tabela a seguir apresenta o número total de lojas no Brasil ao final dos períodos indicados por formato de loja:

	<i>Pão de Açúcar</i>	<i>Extra Hiper</i> ⁽¹⁾	<i>Extra Supermercado</i> ⁽²⁾	<i>Mercado Extra</i>	<i>Compre Bem</i>	<i>Mini Extra</i>	<i>Minuto Pão de Açúcar</i>	Total
Em 31 de dezembro de 2019 ⁽²⁾ ..	185	112	53	100	28	152	85	715
Durante 2020								
Inaugurada	-	-	-	-	-	1	1	2
Fechada	(3)	(6)	(6)	-	-	(3)	-	(18)
Convertida (de)/para	-	(3)	(41)	41	-	-	-	(3)
Em 31 de dezembro de 2020 ⁽³⁾ ..	182	103	6	141	28	150	86	696
Durante 2021								
Inaugurada	1	-	-	-	-	1	12	14
Fechada	(2)	(31)	-	(1)	-	(8)	(1)	(43)
Convertida (de)/para	-	-	(6)	6	-	(2)	2	6
Em 31 de dezembro de 2021	181	72	-	146	28	141	99	667

- (1) Esperamos classificar os resultados operacionais da bandeira *Extra Hiper* como operações descontinuadas em nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas do exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2022. Para mais informações sobre a descontinuidade da bandeira *Extra Hiper*, consulte o “Item 5A. Operações Descontinuadas – Operações Descontinuadas do Exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2022 – Lojas Extra Hiper”.

- (2) No primeiro semestre de 2021, convertemos seis lojas *Extra Supermercado* em lojas *Mercado Extra*, concluindo o processo de conversão de todas as lojas *Extra Supermercado* em lojas *Mercado Extra* e *Compre Bem*.
- (3) Exclui 74 postos de combustíveis e 68 drogarias. Esperamos classificar os resultados operacionais de nossas drogarias como operações descontinuadas em nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas do exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2022. Para mais informações sobre a descontinuação de nossas drogarias, consulte o “Item 5A. Operações Descontinuadas – Operações Descontinuadas do Exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2022 – Drogarias”.

Em 31 de dezembro de 2021, (i) as bandeiras *Éxito*, *Carulla*, *Surtimax* e *Super Inter* tinham um total de 503 lojas na Colômbia, (ii) as bandeiras *Libertad* e *Mini Libertad* tinham um total de 25 lojas na Argentina, e (iii) as bandeiras *Devoto*, *Disco* e *Géant* tinham um total de 92 lojas no Uruguai.

A tabela a seguir apresenta o número total de lojas no Colômbia, Uruguai e Argentina ao final dos períodos indicados por formato de loja:

	<i>Éxito</i>	<i>Carulla</i>	<i>Surtimax</i>	<i>Super Inter</i>	<i>Surtimax orista</i>	<i>Libertad</i>	<i>Mini Libertad</i>	<i>Devoto</i>	<i>Disco</i>	<i>Géant</i>	Total
Em 31 de dezembro de 2019	247	98	92	70	30	15	10	60	29	2	653
Durante 2020.....	(6)	(3)	(18)	(1)	4	0	0	1	0	0	(24)
Inaugurada.....								1	-	-	1
Fechada.....	(7)	(3)	(13)	(1)	-	-	-	-1	-	-	(25)
Convertida (de)/para.....	1	-	(5)	-	4	-	-	-	-	-	0
Em 31 de dezembro de 2020	241	95	74	69	34	15	10	59	30	2	629
Durante 2021.....	(8)	6	(2)	(8)	2	0	0	1	0	0	(9)
Inaugurada.....	2	3	-	-	1	-	-	2	-	-	8
Fechada.....	(5)	(2)	(2)	(7)	-	-	-	(1)	-	-	(17)
Convertida (de)/para.....	(5)	5	-	(1)	1	-	-	-	-	-	0
Em 31 de dezembro de 2021	233	101	72	61	36	15	10	60	30	2	620

A tabela a seguir apresenta o número de lojas, a área total de vendas, a área média de vendas por loja, o número total de empregados e a receita operacional líquida como percentual de nossa receita operacional líquida consolidada para cada um de nossos formatos de loja referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

	Formato da Loja	Número de Lojas	Área Total de Vendas (em metros quadrados)⁽¹⁾	Área Média de Venda por Loja (em metros quadrados)⁽²⁾	Número Total de Empregados⁽³⁾	Percentual de Nossa Receita Operacional Líquida
<i>Pão de Açúcar</i>	Supermercado	181	233.151	1.288	14.634	14,1%
<i>Extra Hiper</i> ⁽⁴⁾	Hipermercado	72	454.206	6.308	14.243	24,1%
<i>Mercado Extra e Compre Bem</i> ⁽⁵⁾	Supermercado	174	196.052	1.127	11.585	10,1%
<i>Mini Extra e Minuto Pão de Açúcar</i> ⁽⁶⁾	Loja de Proximidade	240	58.933	246	3.204	4,1%
<i>Grupo Éxito</i> ^(*)	Diversos	620	1.027.785	1.658	37.347	47,5%
<i>Outros Negócios</i> ⁽⁷⁾	Diversos	-	-	-	55	0,1%
Total		1.287	1.970.128	1.531	81.067	100,0%

- (1) Com base na área de venda de cada loja da bandeira.
- (2) Área total de venda da bandeira *dividida pelo* número total de lojas da bandeira.
- (3) Com base no número equivalente de empregados em tempo integral, que é o produto do número de empregados do varejo no Brasil (tempo integral e parcial) e a razão entre a média de horas mensais dos empregados do varejo no Brasil e a média mensal horas de empregados em tempo integral.
- (4) Esperamos classificar os resultados operacionais da bandeira *Extra Hiper* como operações descontinuadas em nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas do exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2022. Para mais informações sobre a descontinuidade da bandeira *Extra Hiper*, consulte o “Item 5A. Operações Descontinuadas – Operações Descontinuadas do Exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2022 – Lojas Extra Hiper”.
- (5) No primeiro semestre de 2021, convertemos seis lojas *Extra Supermercado* em lojas *Mercado Extra*, concluindo o processo de conversão de todas as lojas *Extra Supermercado* em lojas *Mercado Extra* e *Compre Bem*. Dessa forma, as informações operacionais referentes às bandeiras *Mercado Extra* e *Compre Bem* incluem as operações das lojas *Extra Supermercado* até 30 de junho de 2021.
- (6) Exclui 74 postos de combustíveis e 68 drogarias. Esperamos classificar os resultados operacionais de nossas drogarias como operações descontinuadas em nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas do exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2022. Para mais informações sobre a descontinuação de nossas drogarias, consulte o “Item 5A. Operações Descontinuadas – Operações Descontinuadas do Exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2022 – Drogarias”.
- (7) Inclui as bandeiras *Cheftime*, *James* e *Stix Fidelidade*.

(*) A tabela abaixo apresenta o detalhamento das informações referentes ao número de lojas, área total de vendas, área média de vendas por loja e número total de empregados para cada um de nossos formatos de lojas do segmento do Grupo Éxito referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

A tabela a seguir apresenta o número de lojas do Grupo Éxito, a área total de vendas, a área média de vendas por loja, o número total de empregados e a receita operacional líquida como percentual de nossa receita operacional líquida consolidada para cada um de nossos formatos de loja referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

	Formato da Loja	Número de Lojas	Área Total de Vendas (em metros quadrados)⁽¹⁾	Área Média de Venda por Loja (em metros quadrados)⁽²⁾	Número total de empregados em tempo integral
Éxito	Hipermercado	91	480.836	5.284	14.205
Éxito Super	Supermercado	30	33.423	1.114	1.104
Carulla	Supermercado	82	82.783	1.010	4.122
Éxito Express	Loja de Proximidade	66	11.014	167	494
Carulla Express	Loja de Proximidade	19	4.501	237	194
Éxito Vecino	Loja de Proximidade	46	95.191	2.069	2.798
Surtimax	Loja de baixo custo	72	30.989	430	1.007
Super Inter	Loja de baixo custo	61	58.682	962	2.471
Surtimayorista	Loja de baixo custo	36	34.870	969	778
Disco	Supermercado	30	35.252	1.175	2.433
Devoto	Supermercado	24	33.714	1.405	2.169
Géant	Hipermercado	2	16.411	8.206	849
Devoto Express	Loja de Proximidade	36	6.517	181	412
Libertad	Hipermercado	15	101.807	6.787	1.813
Mini Libertad	Loja de Proximidade	10	1.796	180	97
Outros Negócios ⁽³⁾	Diversos	-	-	-	6.458
Total	-	620	1.027.787	1.658	41.402

(1) Com base na área de venda de cada loja da bandeira.

(2) Área total de venda da bandeira *dividida pelo* número total de lojas da bandeira.

(3) Inclui postos de combustíveis, sede do Grupo Éxito, B2B e negócios complementares, como negócios imobiliários, negócios de serviços móveis, serviços logísticos, serviço expresso de entrega “Turbo Fresh”, marketplace e outros projetos.

Para obter uma descrição da receita operacional líquida para cada um de nossos formatos de loja, consulte o “Item 5. Revisão e Perspectivas Operacionais e Financeiras – 5A. Resultados Operacionais – Resultados Operacionais em 2021, 2020 e 2019”.

Distribuição Geográfica de Lojas

Brasil

Atuamos principalmente na região Sudeste do Brasil, nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. A região Sudeste representou 80% de nossa receita operacional líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, enquanto as demais regiões brasileiras (Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul), no total, representaram 20% de nossa receita operacional líquida consolidada no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Além disso, nenhuma das outras regiões brasileiras representa individualmente mais de 13% da receita operacional líquida consolidada.

A tabela a seguir apresenta a quantidade de lojas por região em 31 de dezembro de 2021:

Região	Supermercado	Hipermercado	Proximidade	Total
---------------	---------------------	---------------------	--------------------	--------------

Norte.....	0	1	0	1
Centro-Oeste.....	16	4	0	20
Sudeste	303	53	234	590
Nordeste	36	14	6	56
Sul	0	0	0	0
Total.....	355	72⁽¹⁾	240	667

- (1) Em 14 de outubro de 2021 e 16 de dezembro de 2021, os conselheiros da CBD e da Sendas, em reuniões do conselho de administração de ambas as empresas, aprovaram a Transação de Cessão de Imóveis. A Transação de Cessão de Imóveis está sujeita ao cumprimento de determinadas condições, incluindo o consentimento prévio dos proprietários de determinados imóveis cedidos e a desmobilização por nós de todas as lojas cedidas. Até a data deste relatório anual, havíamos concluído a cessão de 60 lojas Extra Hiper para a Sendas. Esperamos ceder todas as lojas para a Sendas no âmbito da Transação de Cessão de Imóveis até o final de maio de 2022. Das 33 lojas Extra Hiper que não foram cedidas para a Sendas, até 29 serão convertidas em lojas Pão de Açúcar ou Mercado Extra. Estamos analisando se as quatro lojas Extra Hiper remanescentes serão fechadas ou convertidas em outras bandeiras. A partir do segundo semestre de 2022, deixaremos de operar com a bandeira Extra Hiper e vamos nos concentrar nos segmentos premium e proximidade, notadamente nas bandeiras Pão de Açúcar, Minuto, Compre Bem e Mercado Extra. Nesse sentido, esperamos classificar os resultados operacionais da bandeira Extra Hiper como operações descontinuadas em nossas demonstrações de operações nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas do exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2022. Para mais informações sobre a Transação de Cessão de Imóveis, consulte o “Item 4A. História e Desenvolvimento da Companhia – Mudanças em Nossos Negócios – Operações Descontinuadas do Exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2022 – Lojas Extra Hiper” e “Item 7B. Transações com Partes Relacionadas – Acordos e Contratos com a Sendas – Transação de Cessão de Imóveis”.

Colômbia, Uruguai e Argentina

Temos um total de 620 lojas nos demais países da América Latina onde atuamos, sendo 503 lojas na Colômbia, 92 lojas no Uruguai e 25 lojas na Argentina, entre supermercados, hipermercados, lojas de baixo custo e lojas de proximidade.

A tabela a seguir apresenta a distribuição de nossas lojas na Colômbia por região em 31 de dezembro de 2021:

<u>Região</u>	<u>Supermercado</u>	<u>Hipermercado</u>	<u>Proximidade</u>	<u>Total</u>
Bogotá.....	59	39	140	238
Cali	37	8	6	51
Região costeira	18	17	28	63
Região do café.....	34	5	7	46
Medellín	24	17	47	88
Santanderes e Boyacá	1	5	11	17
Total.....	173	91	239	503

Operações no Brasil

Possuímos um portfólio multicanal, multiformato e multirregional, o que garante uma posição forte na oferta de produtos e serviços aos nossos clientes. Somos um player de longa data no mercado varejista brasileiro e, nos últimos anos, adaptamos nosso posicionamento para atender às necessidades e preferências dos consumidores em constante mudança.

Nosso segmento de varejo brasileiro opera em diferentes formatos e bandeiras que nos permitem alcançar clientes de todas as origens socioeconômicas no Brasil.

Formatos de loja e bandeiras

Hipermercados

Lojas Extra Hiper

A receita operacional líquida da bandeira Extra Hiper atingiu R\$ 10,2 bilhões em 2021, representando uma redução de 13% em relação aos R\$ 11,7 bilhões em 2020, devido às medidas adotadas para encerrar a bandeira Extra Hiper no último trimestre de 2021.

Até a data deste relatório anual, havíamos concluído a cessão de 60 lojas Extra Hiper para a Sendas. Esperamos ceder todas as lojas para a Sendas no âmbito da Transação de Cessão de Imóveis até o final de maio de 2022. A partir do segundo semestre de 2022, deixaremos de operar com a bandeira Extra Hiper e vamos nos

concentrar nos segmentos premium e proximidade, notadamente nas bandeiras *Pão de Açúcar*, *Minuto*, *Compre Bem* e *Mercado Extra*. Assim, esperamos classificar os resultados operacionais da bandeira *Extra Hiper* como operações descontinuadas em nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas do exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2022. Para obter mais informações sobre a Transação de Cessão de Imóveis e o encerramento da bandeira *Extra Hiper*, consulte o “Item 4A. Mudanças em Nossos Negócios – Operações Descontinuadas do Exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2022 – Lojas *Extra Hiper*”. Para mais informações sobre a descontinuidade da bandeira *Extra Hiper*, consulte o “Item 5A. Operações Descontinuadas – Operações Descontinuadas do Exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2022 – Lojas *Extra Hiper*”.

Supermercados

Pão de Açúcar

Nossa bandeira *Pão de Açúcar* é nossa rede de supermercados premium e é considerada referência em inovação no setor de varejo, oferecendo serviços de alta qualidade, amplo sortimento de produtos aos nossos clientes e promovendo conceitos de vida saudável e sustentabilidade.

As lojas *Pão de Açúcar* são supermercados predominantemente localizados em grandes áreas urbanas, como a região metropolitana de São Paulo, onde está localizado mais de um terço das lojas *Pão de Açúcar*. Acreditamos que as localizações das lojas *Pão de Açúcar* são uma vantagem competitiva para nós, pois os locais disponíveis para supermercados nessas áreas urbanas são escassos. As lojas *Pão de Açúcar* são voltadas para núcleos familiares consumidores das classes A e B. As lojas *Pão de Açúcar* visam proporcionar aos clientes um ambiente de compras agradável, um amplo mix de produtos de alta qualidade, oferta de serviços inovadores e um atendimento de alta qualidade.

Em 31 de dezembro de 2021, tínhamos 181 lojas *Pão de Açúcar* em 12 estados brasileiros e no Distrito Federal, com área média de vendas por loja de 1.288 metros quadrados. Os produtos alimentícios representaram 97% da receita operacional líquida das lojas *Pão de Açúcar* em 2021 e os produtos não alimentícios representaram 3%. Em 2021, fizemos ajustes de layout em 50 lojas e reformamos totalmente seis lojas seguindo uma loja conceito de última geração, que apresenta um espaço multicanal, multissensorial e multissolução, com foco na experiência de compra digital; com produtos mais personalizados, diferenciados e saudáveis; e com áreas de interação. As lojas reformadas continuam apresentando crescimento de vendas superior às lojas não reformadas, representando 31% da receita operacional líquida da bandeira *Pão de Açúcar* considerando um total de 181 lojas.

A bandeira *Pão de Açúcar* registrou receita operacional líquida de R\$ 7,1 bilhões em 2021, principalmente devido a iniciativas em curso, como (i) o forte desempenho de nossas lojas reformadas em linha com uma loja conceito de última geração, (ii) melhorias operacionais e (iii) a evolução das iniciativas omnichannel e a expansão do nosso modelo de entrega expressa.

Lojas Mercado Extra e Compre Bem

Em 31 de dezembro de 2021, operávamos 146 lojas *Mercado Extra* e 28 lojas *Compre Bem*. No primeiro semestre de 2021, convertimos seis lojas *Extra Supermercado* em lojas *Mercado Extra*, concluindo o processo de conversão de todas as lojas *Extra Supermercado* em lojas *Mercado Extra* e *Compre Bem*. Em 31 de dezembro de 2021, não operávamos nenhuma loja *Extra Supermercado*.

Essas bandeiras têm formato de supermercado de bairro com foco no cliente de classe média e oferecem um mix completo de produtos alimentícios, mercadorias em geral, ampla gama de utensílios domésticos e um portfólio completo de produtos de marca própria que permite aos clientes adquirir produtos a um preço mais acessível e aumentar a percepção de qualidade nas lojas. As lojas *Mercado Extra* e *Compre Bem* estão localizadas predominantemente em São Paulo.

Essas bandeiras tinham uma área média de vendas por loja de 1.127 metros quadrados, em 31 de dezembro de 2021. A venda de produtos alimentícios e não alimentícios representou 97% e 3%, respectivamente, da receita operacional líquida das lojas *Mercado Extra* e *Compre Bem* em 2021.

A receita operacional líquida das bandeiras *Mercado Extra* e *Compre Bem* atingiu R\$ 4,9 bilhões em 2021, representando um aumento de 17,2% em relação a 2020, quando a receita operacional líquida dessas bandeiras totalizou R\$ 4,2 bilhões.

Lojas de Proximidade

Mini Extra, Minuto Pão de Açúcar e Aliados Minimercado

Nossas lojas de proximidade operam com as marcas *Mini Extra*, *Minuto Pão de Açúcar* e *Aliados Minimercado*. Essas lojas atendem clientes que buscam comodidade em seu dia a dia.

Em 31 de dezembro de 2021, as lojas *Mini Extra*, *Minuto Pão de Açúcar* e *Aliados Minimercado* tinham uma área média de vendas por loja de 244 metros quadrados. A venda de produtos alimentícios e não alimentícios representou 99% e 1%, respectivamente, da receita operacional líquida em lojas de proximidade em 2021. Retomar a expansão do formato através da bandeira *Minuto Pão de Açúcar* é uma das nossas prioridades para os próximos três anos.

As lojas *Mini Extra*, *Minuto Pão de Açúcar* e *Aliados Minimercado* estão localizadas predominantemente na cidade de São Paulo. As lojas *Mini Extra*, *Minuto Pão de Açúcar* e *Aliados Minimercado* atendem todas as classes brasileiras.

A receita operacional líquida das lojas de proximidade em 2021 totalizou R\$ 2,2 bilhões, um aumento de 22,9% em relação a 2020, principalmente devido à (i) proposta de valor efetiva nos formatos de lojas de bairro *Minuto Pão de Açúcar* e *Mini Extra* e (ii) a expansão do projeto *Aliados Minimercado*. O formato de proximidade atingiu 240 lojas em 31 de dezembro de 2021, sendo 141 *Mini Extra* e 99 *Minuto Pão de Açúcar*.

Em 2016, lançamos o projeto “*Aliados Compre Bem*”, que foi renomeado para “*Aliados Minimercado*” em 2018, um modelo de negócios para lojas de bairro que consiste em uma parceria entre nós e varejistas independentes, no qual fornecemos nossa expertise operacional para atender e aumentar o potencial de vendas desse segmento de mercado, fornecendo produtos aos varejistas independentes participantes.

Drogarias

Em 31 de dezembro de 2021, operávamos 68 drogarias.

De forma condizente com nossa estratégia de otimizar a plataforma de lojas e alocar recursos para acelerar o crescimento de nossas bandeiras mais rentáveis, decidimos fechar todas as nossas drogarias. Assim, na data deste relatório anual, não operamos mais drogarias.

Esperamos classificar os resultados operacionais de nossas drogarias como operações descontinuadas em nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas do exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2022. Para mais informações sobre a descontinuação de nossas drogarias, consulte o “Item 5A. Operações Descontinuadas – Operações Descontinuadas do Exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2022 – Drogarias”.

Postos de Combustíveis

Em 31 de dezembro de 2021, operávamos 74 postos de combustíveis no Brasil, a grande maioria localizada na área de estacionamento de algumas de nossas lojas, principalmente das lojas *Extra Hiper*. Também temos postos de combustíveis que operam com as bandeiras *Pão de Açúcar*, *Mercado Extra* e *Compre Bem*.

Nossos postos de combustíveis localizados nos estacionamentos das lojas *Extra Hiper* também serão cedidos à Sendas por meio da Transação de Cessão de Imóveis. Para mais informações sobre a Transação de Cessão de Imóveis, consulte o “Item 4A. História e Desenvolvimento da Companhia – Mudanças em Nossos Negócios – Operações Descontinuadas do Exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2022 – Lojas Extra Hiper” e “Item 7B. Transações com Partes Relacionadas – Acordos e Contratos com a Sendas – Transação de Cessão de Imóveis”.

Temos parcerias com a Ipiranga e a Shell, duas grandes redes de postos de combustíveis do Brasil. Essas parcerias nos permitem oferecer postos de combustíveis com marca conjunta, como *Extra-Ipiranga* e *Pão de Açúcar-Ipiranga*, que acreditamos atrair mais clientes para os postos de combustíveis e nos dar uma vantagem competitiva.

A localização de nossos postos de combustíveis permite que nossos clientes façam compras em nossas lojas e abasteçam seus carros enquanto estão em nossas instalações. Nossa estratégia para nossos postos de combustíveis se baseia em oferecer preços competitivos e combustível confiável e de alta qualidade.

Entrega e retirada na loja de alimentos por e-commerce

Somos um dos principais players do segmento de e-commerce alimentar no Brasil por meio de nossas plataformas de entrega de alimentos, incluindo o *Pão de Açúcar Delivery*, ou *PA Delivery*, e o *Clube Extra Delivery*, por meio do qual nossos clientes podem pedir seus produtos online e recebê-los em casa (dentro de 24 horas para entrega “convencional” e quatro horas para entrega “express”). Esse serviço também nos permite expandir e aprofundar nossa base de clientes, alcançando novos clientes por meio de nosso aplicativo e site, além de aprofundar nossa abordagem omnichannel para clientes existentes. Por meio desse serviço, oferecemos também o serviço “Clique e Retire”, uma opção de compra pela qual nossos clientes podem fazer o pedido online e escolher o melhor horário para retirar seu pedido em lojas *Pão de Açúcar* e *Extra* escolhidas.

Em 31 de dezembro de 2021, oferecemos os conceitos “express” e/ou “clique e retire” em mais de 300 lojas das bandeiras *Pão de Açúcar*, *Minuto Pão de Açúcar*, *Mercado Extra* e *Compre Bem*, nas regiões Sudeste, Sul, Centro-Oeste e Nordeste do Brasil.

Em dezembro de 2018, lançamos o *Pão de Açúcar Adega*, uma plataforma online de venda de cervejas e vinhos especiais com entrega em todo o país e uma loja física na cidade de São Paulo, proporcionando aos nossos clientes uma experiência verdadeiramente omnichannel. A *Pão de Açúcar Adega* disponibiliza o nosso serviço de assinatura, *Pão de Açúcar Viva Vinhos*, através do qual os clientes podem receber os nossos vinhos diretamente em suas casas.

Em 2018, como parte de nossa estratégia de transformação digital, adquirimos o aplicativo de delivery *James*, que é uma plataforma multisserviços para pedido e entrega de nossos produtos, conectando clientes, entregadores e estabelecimentos. Essa aquisição complementa os métodos de entrega que disponibilizamos aos nossos clientes em nossas lojas físicas. Além disso, as entregas através da *James* complementam nossas entregas same day e next day e oferecem aos nossos clientes a opção de entrega em uma hora. Expandimos as operações da *James* para 32 cidades no Brasil localizadas nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará, Paraná, Tocantins, Pernambuco, Piauí, Sergipe, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Bahia e Distrito Federal.

Programas de Fidelidade

Meu Desconto

O programa *Meu Desconto*, lançado em julho de 2017 no Brasil, consiste em um aplicativo móvel que oferece descontos personalizados aos clientes que são membros dos programas de fidelidade das bandeiras *Pão de Açúcar* e *Extra*. No final de 2021, 67% de nossa receita operacional líquida no segmento de varejo brasileiro estava relacionada a nossos programas de fidelidade. Esse número corresponde a aproximadamente 58% da receita operacional líquida da bandeira *Extra* (*Clube Extra*) e 86% da receita operacional líquida da bandeira *Pão de Açúcar* (*Pão de Açúcar Mais*) em 2021.

Nossos dois aplicativos para celular, *Pão de Açúcar Mais* e *Clube Extra*, são ferramentas importantes para aumentar a digitalização de nossos clientes e criar uma ultra personalização, pela qual podemos oferecer descontos personalizados para cada cliente e relacionamentos de longo prazo.

Em março de 2018, adicionamos o programa *Meus Prêmios* aos nossos aplicativos móveis, oferecendo desafios personalizados aos clientes que são membros dos programas de fidelidade das bandeiras *Pão de Açúcar* e *Extra*.

Stix Fidelidade

Em 2019, nós e a Raia Drogasil formamos a *Stix*, a pessoa jurídica que opera o programa de fidelidade *Stix Fidelidade*. O programa de fidelidade permite que seus usuários ganhem pontos em compras realizadas em sites e lojas de varejistas associados, incluindo nós e Raia Drogasil, que podem ser resgatados em produtos, serviços, descontos e outros benefícios. O *Stix Fidelidade* também tem o Banco Itaú como parceiro estratégico responsável por possibilitar que os clientes do Banco Itaú adquiram pontos no *Stix Fidelidade* em determinados termos e condições.

O *Stix Fidelidade* foi lançado em outubro de 2020 como a primeira coalizão de varejo no Brasil e sua plataforma opt-in atingiu mais de um milhão de clientes no final daquele ano. O programa foi desenvolvido para

melhor nos adequarmos à demanda de nossos clientes por serviços de entrega e e-commerce e um programa mais amplo que permite a aquisição de pontos de fidelidade em troca de produtos adquiridos em negócios de varejo.

De todas as recompensas distribuídas, 80% foram ativadas e 30% dos clientes *Stix Fidelidade* acumularam pontos por meio de mais de uma marca que faz parte do programa (*Pão de Açúcar, Extra* ou *Raia Drogasil*). Em fevereiro de 2020, anunciamos a aprovação pelo CADE da transação que criou o *Stix Fidelidade*.

Esperamos firmar acordos de parceria com outros varejistas para transformar o *Stix Fidelidade* em uma coalizão de programas de fidelidade abrangendo vários varejistas em todo o Brasil. Junto com a *Raia Drogasil*, temos mais de 3.000 lojas para divulgar nossos programas de fidelidade.

Serviços Financeiros

Concedemos crédito aos clientes por meio da FIC, nossa parceria com o Itaú Unibanco, uma das maiores instituições financeiras privadas do Brasil. A FIC oferece exclusivamente cartões de crédito, serviços financeiros e cobertura de seguro em nossas lojas.

Nós e a Sendas detemos cada uma 50,0% da Bellamar, uma holding que detém um investimento em 35,8% das ações da FIC. O Itaú Unibanco e a Via detêm 50,0% e 14,2%, respectivamente, das ações da FIC. O Itaú Unibanco determina as políticas financeiras e operacionais da FIC e nomeia a maioria de seus diretores.

A FIC opera quiosques de serviços financeiros em nossas lojas no Brasil com direitos exclusivos para oferecer cartões de crédito, serviços financeiros e apólices de seguro, exceto garantias estendidas. A FIC opera há mais de dez anos e, em 31 de dezembro de 2021, tinha um portfólio de 3,5 milhões de contas de cartão de crédito de clientes, incluindo o portfólio de *Cartão Extra, Cartão Pão de Açúcar, Cartão Passaí* e *Cartão Ponto Frio*.

Em 2021 e 2020, o lucro líquido da FIC foi de R\$ 264,9 milhões e R\$ 328,8 milhões, respectivamente. Mantemos nossa estratégia de aumentar a participação dos cartões de crédito e serviços financeiros da FIC em nossas lojas no Brasil como uma ferramenta importante de fidelidade e mecanismo para aumentar as vendas e patamar de rentabilidade adicional. Os cartões de crédito da FIC oferecem opções de pagamento para os portadores de cartões em nossas lojas, visando proporcionar-lhes benefícios e comodidade.

A tabela abaixo apresenta o detalhamento dos clientes da FIC em 2021, 2020 e 2019:

Número total de clientes	2021	2020	2019
		(em milhares)	
Varejo brasileiro	1.952	1.873	2.085
Sendas ⁽¹⁾	1.010	732	717
Via ⁽²⁾	538	631	776
Cartões de crédito	3.499	3.236	3.578

(1) Após concluída a Separação da Sendas em 31 de dezembro de 2020, a Sendas permaneceu como um dos membros da FIC com participação acionária de 17,88%.

(2) A venda de toda a nossa participação acionária na Via, concluída em 14 de junho de 2019, não teve impacto nos clientes da FIC da bandeira *Ponto Frio*. A Via permanece como um dos membros da FIC com participação acionária de 14,24%.

Unidades de Negócios Imobiliários

O *GPA Malls* é nossa unidade de negócios imobiliários responsável pela transformação e administração de espaços comerciais no Brasil.

Em 31 de dezembro de 2021, o *GPA Malls* estava presente em 15 estados brasileiros e no Distrito Federal e administrava aproximadamente 210 galerias comerciais no Brasil e dois centros comerciais de bairro. Em 31 de dezembro de 2021, o *GPA Malls* possuía mais de 246 mil metros quadrados de área bruta locável. O termo “área bruta locável” se refere a toda a área em nossos espaços comerciais que estão disponíveis para locação. Calculamos nossa área bruta locável subtraindo as áreas em nossos espaços comerciais de propriedade de terceiros e não disponíveis para locação por nós da nossa área comercial bruta, que corresponde a toda a área comercial em nossos espaços comerciais.

Operações na Colômbia

O Grupo Éxito é um varejista alimentar líder na Colômbia, com um portfólio composto principalmente por hipermercados e supermercados e também por lojas de cash and carry, lojas de proximidade, programas de fidelidade, produtos de marca própria e serviços financeiros e negócios imobiliários.

Em 31 de dezembro de 2021, as bandeiras *Éxito*, *Carulla*, *Surtimax*, *Super Inter* e *Surtimayorista* totalizavam 503 lojas na Colômbia. As operações do Grupo Éxito na Colômbia corresponderam a 77% e 48% da receita bruta total do Grupo Éxito e CBD em 2021, respectivamente.

Formatos de loja e bandeiras

Hipermercados

Éxito

A Éxito é uma bandeira de hipermercado com uma oferta de produtos alimentícios e não alimentícios adaptados às necessidades de todos os segmentos da população colombiana. A Éxito se destaca pela qualidade da sua gama de vestuário de marca própria, que goza de boa reputação junto dos clientes. As lojas também oferecem uma variedade de serviços, incluindo o programa de fidelidade “Pontos Éxito”, telefones celulares, ofertas de viagens e serviços financeiros (cartões de crédito e seguros) e estão organizadas no estilo loja de departamentos, com uma área média de vendas por loja de 2.663 metros quadrados em 31 de dezembro de 2021. As lojas hipermercado Éxito são voltadas para as classes média e média-alta colombiana.

A bandeira continuou a desenvolver os hipermercados Éxito WOW, oferecendo uma experiência ainda mais digital ao cliente numa loja remodelada.

Em 31 de dezembro de 2021, tínhamos 223 lojas Éxito. A venda de produtos alimentícios e não alimentícios representou 54% e 46% da receita operacional líquida da bandeira Éxito em 2021, respectivamente. Nosso foco é continuar desenvolvendo a nova geração de hipermercados Éxito conhecida como “Wow” para unir o melhor dos mundos físico e virtual em um só lugar: uma experiência de compra conectada ao mundo digital, atendimento ao cliente de alto nível e enfoque aprimorado em produtos frescos.

A receita operacional líquida da bandeira Éxito em 2021, atingiu R\$ 12,8 bilhões, representando um aumento de 7,1% em relação a 2020 e aproximadamente 70% da receita operacional líquida na Colômbia para 2021. A receita operacional líquida da bandeira Éxito aumentou em quase todas as regiões da Colômbia, principalmente devido ao crescimento de aproximadamente 15% da categoria não alimentícia e ao aumento das vendas das lojas no formato inovador Wow. As lojas Éxito Wow são hipermercados conectados digitalmente que integram os canais digitais e serviços físicos oferecidos pela bandeira Éxito a outros serviços, incluindo serviços bancários, área de co-working, praça de alimentação gourmet, zona omnichannel, entre outros. O modelo Éxito Wow totalizou 19 lojas em 2021 e está presente nas cidades de Bogotá, Medellín, Cali, Santander, Boyacá e na Costa Atlântica.

Supermercados

Éxito Super e Vecino

A marca Éxito inclui ainda duas bandeiras de supermercados diferentes: 30 lojas Éxito Super, com oferta de produtos alimentícios essencialmente e 46 lojas Éxito Vecino, com maior sortimento de produtos não alimentícios.

Carulla

A *Carulla* compreende supermercados e lojas de conveniência localizados predominantemente nas principais cidades como Bogotá, Medellín, Cali, Barranquilla, Bucaramanga, entre outras, e é reconhecida por sua alta qualidade. As lojas *Carulla* se concentram principalmente em oferecer produtos importados e premium, um sortimento de produtos frescos de alta qualidade e são reconhecidas nacionalmente por terem a melhor padaria do país.

A *Carulla* tinha uma área média de vendas por loja de 864 metros quadrados, em 31 de dezembro de 2021. As lojas *Carulla* têm como alvo a classe alta colombiana e, em 31 de dezembro de 2021, tínhamos 101 lojas

Carulla. A venda de produtos alimentícios e não alimentícios representou 98% e 2% da receita operacional líquida da *Carulla* em 2021, respectivamente.

Em 2021, a bandeira continuou a desenvolver o seu novo formato *Carulla Fresh Market*, oferecendo uma maior oferta de produtos frescos e mais balcões de atendimento premium. Nesse ano, o formato *Carulla Fresh Market* foi implementado em 22 lojas do mercado localizadas nas cidades de Bogotá, Medellín, Santa Marta, Cali e Cartagena. Essas lojas *Fresh Market* representaram cerca de 45,1% das vendas das lojas *Carulla*.

A receita operacional líquida da bandeira *Carulla* atingiu R\$ 2,6 bilhões em 2021, um aumento de 1,1% em relação a 2020 refletindo a expansão do formato *Carulla Fresh Market*, a implementação do “Turbo-Fresh”, serviço express pelo qual a Rappi entrega produtos aos clientes em menos de dez minutos a partir do momento em que o pedido é feito. Esse modelo inovador visa transformar a categoria de alimentos frescos, reformar as lojas e melhorar os layouts. O modelo inclui atividades digitais, como aplicativos, experiência de atendimento ao cliente aprimorada, fortalecimento da oferta de itens-chave, como vinhos, massas, queijos, cafés e outros eventos comerciais relacionados à bandeira premium.

Supermercados de Baixo Custo

Super Inter e Surtimax

Super Inter e *Surtimax* são considerados supermercados de baixo custo caracterizados por oferecerem preços baixos para uma cesta básica completa de produtos, carnes de boa qualidade, frutas e verduras frescas e um grande sortimento de grãos a granel. Essas lojas têm foco regional, oferecendo produtos de acordo com as necessidades do consumidor local. As lojas *Super Inter* operam em aproximadamente 17 cidades nas regiões do Café e do Pacífico da Colômbia. As lojas *Surtimax* estão localizadas em áreas residenciais e oferecem um amplo portfólio de produtos de marca própria.

A venda de produtos alimentícios e não alimentícios da *Super Inter* representou 99% e 1%, respectivamente, da receita operacional líquida de suas lojas em 2021. Tínhamos 61 lojas *Super Inter* e 72 *Surtimax*, respectivamente, em 31 de dezembro de 2021, e a área média de vendas por loja era de 964 metros quadrados.

A venda de produtos alimentícios e não alimentícios da *Surtimax* representou 99% e 1%, respectivamente, da receita operacional líquida de suas lojas em 2021.

Lojas Cash and Carry

Surtimayorista

As lojas *Surtimayorista* atuam no segmento de cash and carry na Colômbia há mais de cinco anos e se concentram na comercialização de produtos para consumidores do varejo e institucionais, como varejistas de alimentos (incluindo restaurantes, pizzarias e lanchonetes), varejistas convencionais (como mercearias e pequenas lojas familiares) e usuários finais (incluindo escolas, pequenas empresas, igrejas e hospitais). Oferece mais de 2.100 itens de mercearia, alimentos, perecíveis, bebidas, embalagens, produtos de higiene pessoal e limpeza, entre outros e mais 500 não alimentícios.

Em 31 de dezembro de 2021, a bandeira *Surtimayorista* totalizava 36 lojas em onze cidades colombianas. O formato cash and carry se expandiu com duas lojas inauguradas nos últimos 12 meses, por conversão e organicamente, e a bandeira *Surtimayorista* atingiu 36 lojas no ano.

A receita operacional líquida do segmento de baixo custo em 2021 (que inclui *Super Inter*, *Surtimax*, *Surtimayorista*, *B2B* e outros), atingiu R\$ 3,3 bilhões, um aumento de 7,6% em relação a 2020 devido à otimização da base de lojas, conversões em lojas cash and carry, fortes ações comerciais, implementação de planos de produtividade e aumento do foco em marcas próprias para compensar o efeito do ambiente concorrencial desafiador nesse mercado.

Lojas de Proximidade

Éxito Express

A Éxito Express é uma loja de proximidade que oferece produtos frescos e bens de consumo rápido, bem como uma seleção de produtos de limpeza doméstica e multimídia. Em 31 de dezembro de 2021, tínhamos 66 lojas Éxito Express.

Carulla Express

A Carulla Express é uma loja de proximidade que oferece produtos de consumo rápido e de alta qualidade e produtos frescos no segmento premium, bem como produtos take-away como sandes, fruta fresca, bolos e pastelaria. Em 31 de dezembro de 2021, tínhamos 19 lojas Carulla Express.

Programa de Fidelidade

A *Puntos Colombia* é uma *joint venture* 50/50 entre o Grupo Éxito e o Bancolombia na Colômbia. A *Puntos Colombia* opera um programa de fidelidade pelo qual seus usuários ganham pontos em compras feitas nos sites dos parceiros e em suas lojas. Esses pontos podem ser trocados por produtos ou serviços disponíveis na plataforma *Puntos Colombia*, além de antecipações e outros benefícios. Em 31 de dezembro de 2021, a *Puntos Colombia* tinha 134 negócios afiliados, incluindo *Celio*, *Pilates* e *CineColombia* e nossos clientes resgataram 28,5 milhões de pontos no programa *Puntos Colombia* em 2021.

Outros Negócios e Serviços

Outras receitas incluem receitas principalmente de negócios complementares, como os negócios imobiliários, financeiros, de viagens, seguros, móveis e transferências de dinheiro. A receita operacional líquida de outros negócios e serviços aumentou 20,9% em 2021, totalizando R\$ 1.703 milhões, impulsionada principalmente pelos negócios imobiliários e financeiros.

Serviços Financeiros

A *Tuya* é uma *joint venture* 50/50 entre o Grupo Éxito e o Bancolombia. A *Tuya* é uma empresa financeira com foco na emissão de cartões de crédito principalmente para segmentos de baixa e média renda e promove o acesso a serviços financeiros a segmentos que o sistema bancário tradicional não aborda. No final de 2021, a *Tuya* foi classificada como AAA, pelo 12º ano consecutivo, pela Fitch Ratings. Em 31 de dezembro de 2021, a *Tuya* emitiu 2,8 milhões de cartões de crédito, representando 17% do *market share* de cartões de crédito na Colômbia.

Unidades de Negócios Imobiliários

A *Viva Malls* é nossa unidade de negócios imobiliários responsável pela criação e gestão de espaços comerciais na Colômbia.

Em 31 de dezembro de 2021, a *Viva Malls* estava presente em onze cidades colombianas e administrava cerca de seis galerias comerciais e 12 shopping centers. Em 31 de dezembro de 2021, a *Viva Malls* possuía 567.747 metros quadrados de área bruta locável.

Operações no Uruguai e na Argentina

O Grupo Éxito atua no Uruguai e na Argentina sob as seguintes bandeiras: (i) *Devoto* (supermercados e lojas de proximidade), *Disco* (supermercados) e *Géant* (hipermercados) no Uruguai e (ii) *Libertad* (hipermercados) e *Mini Libertad* (lojas de proximidade) na Argentina.

Em 31 de dezembro de 2021, (i) as bandeiras *Libertad* e *Mini Libertad* tinham um total de 25 lojas na Argentina, e (ii) as bandeiras *Devoto*, *Disco* e *Géant* tinham um total de 92 lojas no Uruguai.

A *Paseo Libertad Malls* é nossa unidade de negócios imobiliários responsável pela criação e gestão de espaços comerciais na Argentina. Em 31 de dezembro de 2021, a *Paseo Libertad Malls* estava presente em nove províncias argentinas e administrava aproximadamente cinco galerias comerciais e dez shopping centers. Em 31 de dezembro de 2021, a *Paseo Libertad Malls* operava aproximadamente 170.000 metros quadrados de área bruta locável.

As operações do Grupo Éxito no Uruguai e na Argentina correspondem a 16% e 7%, respectivamente, da receita bruta total do Grupo Éxito em 2021 e 8% e 4%, respectivamente, da receita bruta total da CBD em 2021.

Produtos de Marca Própria

Em 2018, passamos a focar no reposicionamento do nosso portfólio de marcas próprias, com prioridade na melhoria da qualidade e competitividade de preços como um processo importante para a fidelização dos clientes nos mercados em que operamos. Como parte dessa iniciativa, passamos a trabalhar mais de perto com os fornecedores, firmando parcerias de longo prazo e garantindo maiores níveis de produção, o que nos permite manter nossas taxas de lançamento de produtos e alcançar melhores margens. O portfólio passou por um processo de renovação e novos produtos foram lançados, com a entrada em novas categorias.

Nossas principais marcas próprias são a *Taeq*, com foco no segmento de alimentação saudável, e a *Qualitá*, que oferece produtos alimentícios de alta qualidade a preços acessíveis. Também temos a *Casino*, *Cheftime*, *Club des Sommeliers*, *Confraria*, *Finlandek*, *Arkitekt*, *Bronzini*, *Cast*, *Bambini*, *Boomy*, *Frescampo* e *Custer*, entre outros, em nosso portfólio de marcas próprias.

Lançamos os produtos *Taeq* em 2006. Seu portfólio inclui produtos de alimentação saudável, incluindo cereais, barras de cereais, iogurtes, chás, massas, carnes, sopas, isotônicos, sucos, produtos orgânicos e naturais, entre outros. Os produtos *Taeq* são oferecidos em nossas lojas *Pão de Açúcar* e *Extra* (supermercados e lojas de proximidade) e em nossos sites. Também oferecemos nossos produtos *Taeq* em nossas lojas na Colômbia.

Lançamos a bandeira *Qualitá* em 2008. Seu portfólio é composto por uma variedade de produtos, incluindo alimentos congelados, produtos de limpeza, laticínios, entre outros. Para atingir o objetivo de manter a qualidade de nossos produtos e vendê-los a preços acessíveis, os produtos *Qualitá* passam por um rigoroso padrão de seleção de fornecimento, controle logístico e testes de consumo antes de serem oferecidos aos nossos clientes. Os produtos *Qualitá* são oferecidos em nossas lojas *Pão de Açúcar* e *Extra* (supermercados e lojas de proximidade) e em nossos sites.

A *Casino* é uma marca francesa que oferece produtos importados selecionados e aprovados por chefs franceses. A *Club des Sommeliers* é uma marca de vinhos que oferece mais de 90 rótulos de vinhos de onze nacionalidades. A *Bambini* e *Boomy* são marcas de roupas infantis. A *Arkitekt*, *Bronzini*, *Custer* e *Cast* são marcas de roupas.

Em novembro de 2019, adquirimos 79,6% da participação acionária da *Cheftime*, empresa que prepara e oferece kits de refeições prontas, semi-cozidas e kits de refeições do tipo *cook-it-yourself* (cozinhe você mesmo), permitindo que qualquer pessoa prepare seu próprio alimentar e inspirando os nossos consumidores a adotar a culinária como um hobby. Em 2019, passamos a comercializar os produtos *Cheftime* exclusivamente no formato de kits de refeições prontas, montados com ingredientes pré-porcionados harmonizados com as receitas. Atualmente os produtos *Cheftime* são oferecidos em 300 lojas no Brasil.

A *Frescampo* é uma marca colombiana de baixo custo que oferece produtos alimentícios de qualidade a preços razoáveis. Os produtos *Frescampo* são oferecidos em nossas lojas na Colômbia.

Em 2021, as vendas de nossa marca própria na categoria de alimentos representaram 21% de nossas vendas totais de alimentos no Brasil e 16% de nossas vendas totais de alimentos na Colômbia.

Sazonalidade

No Brasil, Colômbia, Uruguai e Argentina, historicamente temos experimentado sazonalidade em nossos resultados operacionais, principalmente devido às vendas tradicionalmente mais fortes no período de festas de fim de ano do quarto trimestre e promoções de “Black Friday”, que ajudam a impulsionar as vendas do quarto trimestre em categorias principalmente não alimentícias. Nos últimos anos, nossas receitas médias de vendas durante o quarto trimestre foram aproximadamente 14% acima das receitas médias de vendas durante os outros trimestres do ano.

Também vivenciamos uma forte sazonalidade em nossos resultados para os meses de março ou abril em função do feriado de Páscoa, quando oferecemos produtos especializados, bem como nos anos de Copa do Mundo da FIFA, quando alguns dos nossos produtos voltados para o evento têm um aumento nas vendas.

A sazonalidade relativa à disponibilidade de alguns de nossos produtos (como frutas e legumes) geralmente não afeta nossos resultados devido à grande e diversificada seleção de produtos que oferecemos aos nossos clientes.

Produtos

Atuamos no segmento de varejo de produtos alimentícios e não alimentícios. Os produtos alimentícios incluem não perecíveis, bebidas, frutas, legumes, carnes, pães, frios, laticínios, produtos de limpeza, produtos descartáveis e produtos de higiene pessoal. Também vendemos eletrodomésticos e outros produtos não alimentícios, que incluem artigos de vestuário, artigos de bebê, sapatos e acessórios, artigos para o lar, livros, revistas, CDs e DVDs, papelaria, brinquedos, artigos esportivos e de camping, móveis, telefones celulares, colchões, produtos para animais de estimação, equipamentos e ferramentas de jardinagem e produtos eletrônicos, como computadores pessoais, softwares, acessórios para computadores e sistemas de som e imagem. Também oferecemos alguns dos produtos listados acima sob a nossa marca própria. Além disso, vendemos nossos produtos no segmento de varejo por meio de nossos sites.

Incluimos no segmento de varejo os produtos não alimentícios que vendemos em nossas drogarias, como medicamentos e cosméticos, e os produtos não alimentícios que vendemos e os serviços que prestamos em nossos postos de combustíveis. No entanto, esperamos classificar os resultados operacionais de nossas drogarias como operações descontinuadas em nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas do exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2022. Para mais informações sobre a descontinuação de nossas drogarias, consulte o “Item 5A. Operações Descontinuadas – Operações Descontinuadas do Exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2022 – Drogarias”.

Nossos produtos são principalmente produtos prontos para venda que compramos e revendemos para nossos clientes usuários finais. Apenas uma parte de nossos produtos é produzida em nossas lojas, por nossa equipe técnica para o desenvolvimento de perecíveis. Em determinadas circunstâncias, firmamos parcerias com fornecedores que entregam produtos semiacabados que são finalizados em nossas lojas.

Os produtos fabricados ou manuseados em nossas lojas incluem: (i) frutas e legumes, que são cortados ou embalados em nossas lojas; (ii) carnes (bovina, suína, frango e peixe), bem como frios e queijos, que são cortados, pesados e embalados em nossas lojas; (iii) refeições prontas vendidas em nossos balcões de rotisseria; e (iv) pães, bolos e doces feitos nas padarias localizadas em nossas lojas.

Não fabricamos os produtos vendidos sob nossa marca própria. Esses produtos são fabricados por fornecedores que são criteriosamente selecionados por nós, após avaliarmos minuciosamente a qualidade de seus serviços e sua capacidade de atender a nossa demanda. O desenvolvimento de produtos com nossa marca própria é pautado por um processo minucioso, envolvendo diversas áreas de nossa Empresa, visando padronizar nossos produtos e garantir a fabricação e lançamento dos produtos dentro dos objetivos comerciais e estratégicos de nossas marcas e atendimento aos nossos padrões de qualidade.

Fornecedores

No Brasil, a compra de produtos alimentícios para todas as bandeiras do segmento de varejo brasileiro é centralizada por meio de nossa plataforma logística e posteriormente entregue em nossas lojas. Compramos nossos produtos alimentícios principalmente à vista ou a curto prazo de um grande número de fornecedores locais e internacionais não relacionados. Consequentemente, não dependemos de um ou alguns fornecedores.

A compra de 95% das mercadorias vendidas com nossa marca própria é feita por meio de nossa plataforma logística e os produtos são adquiridos de um grande número de fornecedores locais e internacionais.

Na Colômbia, o processo de compra de 74% das mercadorias de todas as nossas bandeiras é centralizado por meio de nossa plataforma logística devido ao grande número de fornecedores locais e internacionais que utilizamos, dos quais 42% são gerenciados via *cross docking*, processo que envolve a entrega diretamente dos fornecedores às lojas e não requer armazenamento em armazém. Os bens que nos são fornecidos de forma não centralizada consistem principalmente em bebidas, panificação, snacks e alguns produtos congelados. Em 2021, 90% das frutas, legumes e verduras (flv) foram compradas localmente, 90% do vestuário foi adquirido em 80 oficinas locais com mais de 9.600 empregados (70% mulheres) e 176 fazendas foram monitoradas para garantir níveis zero de desmatamento.

No Uruguai, a compra de produtos alimentícios para todas as nossas bandeiras é majoritariamente descentralizada, pois 62,3% dos produtos são adquiridos diretamente por nossas lojas de diferentes fornecedores. Essas compras são feitas principalmente no curto prazo de um grande número de fornecedores não relacionados. Os produtos não alimentícios, incluindo os eletrodomésticos, são na sua maioria importados devido à falta de uma indústria nacional.

Na Argentina, a compra de produtos alimentícios para todas as nossas bandeiras é centralizada e as compras são feitas diretamente e a curto prazo de um grande número de fornecedores não relacionados.

Os preços dos produtos alimentícios que compramos de nossos fornecedores variam de acordo com a inflação.

Distribuição e Logística

No Brasil, para distribuir com eficiência alimentos perecíveis, itens de supermercado e mercadorias em geral, operamos onze centros de distribuição e armazéns estrategicamente localizados em todo o país, com capacidade total de armazenagem de aproximadamente 400.479 metros quadrados. A localização de nossos centros de distribuição nos permite fazer remessas frequentes para as lojas, o que reduz a necessidade de espaço de estoque nas lojas e limita os estoques das lojas. Nossos centros de distribuição são significativamente suportados pela pd@net, uma plataforma de tecnologia empresa para empresa, que conecta nosso sistema de pedidos automatizados por computador aos nossos centros de distribuição e fornecedores para reabastecer automaticamente nosso estoque.

Organizamos nossos processos de logística e distribuição de acordo com os produtos e serviços comercializados sob nossas bandeiras no Brasil, Colômbia, Uruguai e Argentina. Dessa forma, orientamos nossos processos de distribuição pelos procedimentos descritos abaixo.

Lojas, Supermercados e Hipermercados

Brasil

Em 31 de Dezembro de 2021, o processo logístico de abastecimento das nossas lojas, supermercados e hipermercados, excluindo drogarias e postos de combustíveis, incluía onze centros de distribuição localizados nos estados de São Paulo (incluindo um centro de distribuição especificamente focado nas nossas lojas de proximidade), Rio de Janeiro, Ceará, Pernambuco e Distrito Federal, correspondendo a uma área de 400.479 metros quadrados, incluindo centros de distribuição próprios e terceirizados. Nosso processo de distribuição é realizado por uma frota terceirizada. Em 31 de dezembro de 2021, nossa taxa de centralização (o percentual da receita dos produtos fornecidos em nossas lojas que vem diretamente de nossos centros de distribuição) era de aproximadamente 65%.

Os pedidos feitos para nossos produtos não centralizados são feitos diretamente pelas lojas e entregues pelos fornecedores seguindo o modelo de fornecimento conhecido como “Entrega Direta”. Em 31 de dezembro de 2021, aproximadamente 35% das vendas de nossas lojas correspondiam a produtos de “Entrega Direta”, principalmente plantas ornamentais, cigarros, sorvetes, iogurtes e revistas.

Colômbia, Uruguai e Argentina

Em 31 de dezembro de 2021, o processo logístico para abastecer nossas lojas, supermercados e hipermercados, excluindo nossa operação de atacado de autosserviço na Colômbia, incluía 18 centros de distribuição localizados na Colômbia, Argentina e Uruguai, correspondendo a uma área de 470.000 metros quadrados, incluindo nossos centros de distribuição próprios e terceirizados. Nosso processo de distribuição é realizado por uma frota terceirizada.

Na Colômbia, operamos dez centros de distribuição e três nós localizados em Bogotá, Medellín, Cali, Santander e na Costa Atlântica com uma capacidade total de armazenamento de 272.902 metros quadrados.

No Uruguai, operamos quatro centros de distribuição e armazéns estrategicamente localizados em Montevidéu, com capacidade total de armazenamento de aproximadamente 40.000 metros quadrados.

Na Argentina, nosso centro de distribuição está localizado no centro do país, na cidade de Córdoba, com distância média de 620 km até nossas lojas.

Entrega de Alimentos por E-commerce

No Brasil, desde 2016, operamos um centro de distribuição dedicado na cidade de São Paulo focado em nossas operações online e de proximidade. Este centro de distribuição é responsável pelos pedidos regulares de entrega online. Além disso, algumas de nossas lojas oferecem serviços de entrega expressa (dentro de quatro horas).

Na Colômbia, operamos uma das maiores operações de *e-commerce* do país por meio de nossas vendas diretas online e de *marketplace*, e dos novos canais, como o serviço de entrega expressa “Turbo Fresh” e outros aplicativos de entrega inclusive. Para operar esses canais, contamos com uma rede de centros de distribuição dedicados (i) em Bogotá atendendo principalmente produtos não alimentícios, (ii) armazéns em Medellín para *e-commerce* alimentar e (iii) entregas de lojas usadas principalmente para atender aplicativos de entrega e sites.

Drogarias

Os principais distribuidores farmacêuticos brasileiros e distribuidores regionais abastecem nossas drogarias em todo o país, com as quais celebramos contratos de fornecimento de medicamentos e outros produtos, como cosméticos. O sistema logístico varia entre entregas centralizadas através de nossos centros de distribuição e entregas descentralizadas.

Esperamos classificar os resultados operacionais de nossas drogarias como operações descontinuadas em nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas do exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2022. Para mais informações sobre a descontinuação de nossas drogarias, consulte o “Item 5A. Operações Descontinuadas – Operações Descontinuadas do Exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2022 – Drogarias”.

Postos de Combustíveis

Nossos postos de combustíveis são abastecidos por fornecedores exclusivos no Brasil. Em 2021, usamos dois fornecedores. Os pedidos de abastecimento são feitos individualmente por cada posto, e a solicitação de combustível é feita por meio de pedidos de compra ou pedidos de abastecimento diários pré-acordados, conforme contratos de prestação de serviços firmados por cada posto. O transporte de combustível é realizado exclusivamente por nossos fornecedores enquanto as operações de descarga são acompanhadas de perto por nossos empregados por questões de segurança e controle de qualidade.

O processo de fornecimento de gás natural veicular, ou GNV, envolve a entrega direta dos fornecedores regionais aos postos de combustíveis por meio de dutos conectados às caixas de entrada localizadas nos postos de combustíveis e com medidores de combustível instalados e controlados pelos próprios revendedores. Este equipamento mede regularmente os volumes de GNV fornecidos. O GNV é então vendido aos clientes por meio de dispensadores acoplados a essas caixas de entrada, utilizando tubulações específicas.

Marketing

Nossa política de marketing visa atrair e reter nossos clientes. Para isso, realizamos campanhas de marketing integradas, específicas para cada bandeira de loja em que atuamos e são estruturadas e direcionadas ao cliente-alvo de cada bandeira de loja. As nossas equipas de marketing são especialistas em meios de comunicação social dedicados ao desenvolvimento de campanhas de marketing de qualidade para enfatizar os nossos pontos fortes em termos de sortimento de produtos, serviços e preços competitivos. Reconhecemos as despesas com campanhas de marketing em nossas demonstrações financeiras como despesas de vendas à medida que são incorridas.

Desde 2019, aumentamos o controle de nossas despesas de marketing por meio do uso de ferramentas e plataformas digitais. Também reduzimos o uso de publicidade impressa e passamos a usar nosso aplicativo com mais frequência para promover nossos itens de liquidação.

Em 2021, 2020 e 2019, gastamos R\$ 383 milhões, R\$ 663 milhões e R\$ 542 milhões, respectivamente, em publicidade, representando 1,42%, 1,29% e 1,88%, respectivamente, da receita operacional líquida total em cada ano.

Inovação

Em 2017, criamos o GPA Labs, programa desenvolvido para fomentar a inovação em nossa estrutura corporativa e o desenvolvimento de ecossistemas inovadores. O GPA Labs está amplamente focado em digitalizar o setor atacadista e melhorar a experiência de compra de nossos clientes.

Em 31 de dezembro de 2021, tínhamos parcerias comerciais com 114 startups que nos ajudaram a desenvolver as seguintes frentes de inovação: (i) tecnologia de alimentos (Foodtechs); (ii) serviços empresa para cliente (B2C); (iii) recursos humanos (HRTechs); (iv) logística (Logtechs); (v) análise de dados (Data Analytics); (vi) mecanização dos processos corporativos; (vii) marketing e publicidade (Martechs e Adtechs) e (viii) serviços e operações de varejo em geral (Varejo e Servicetechs).

Em 2021, mantivemos nossa parceria comercial com a Endeavor, maior organização sem fins lucrativos de desenvolvimento de soluções e empreendedorismo do Brasil, por meio de: (i) nosso patrocínio dos programas “Tecnologia de Varejo” e “Operações e Bens de Consumo”; (ii) nossa participação no Corporate Hub, rede de líderes em inovação e novos negócios; (iii) nossa participação no Corporate Venture Capital, programa desenvolvido para que seus participantes compartilhem experiências, treinem equipes e superem desafios por meio da conexão com novas empresas de elevado crescimento, ou aumentos de escala; e (iv) nosso apoio a programas de aceleração de aumento de escala focados no desenvolvimento de novas soluções no segmento de varejo.

Ainda em 2021, concluímos a terceira edição do nosso programa “Embaixadores da Inovação”, que teve o dobro de participantes em relação a 2020. Os participantes do programa são empresários que foram divididos em esquadrões para atuar em nossos programas estratégicos.

Vendas a Crédito

Em 2021, 58,1% de nossa receita operacional líquida do segmento de varejo brasileiro foi representada por vendas a crédito, principalmente na forma de vendas com cartão de crédito, vendas a prazo e tickets alimentação, em comparação com 56,2% em 2020, conforme descrito abaixo:

Vendas com cartão de crédito. Todos os nossos formatos de loja e nossas operações de *e-commerce* aceitam pagamento para compras com os principais cartões de crédito, como MasterCard, Visa, Diners Club, American Express e cartões de crédito de marca conjunta emitidos pela FIC. Nossas lojas também aceitam cartões de crédito virtuais por meio de métodos como o Apple Pay. As vendas para clientes que utilizam cartões de crédito representaram 47,2%, 46,5% e 46,4% da receita operacional líquida consolidada para o nosso segmento de varejo brasileiro em 2021, 2020 e 2019, respectivamente. Desse total, as vendas por meio de nossos cartões de crédito de marca conjunta FIC representaram 7,0% de nossa receita operacional líquida em 2021. Uma provisão para devedores duvidosos não é necessária, pois os riscos de crédito são assumidos pelas empresas de cartão de crédito relevantes ou bancos emissores.

Tickets Alimentação. Aceitamos tickets alimentação como forma de pagamento em nossas lojas. Os Tickets Alimentação são emitidos por agentes terceirizados para empresas participantes que fornecem tickets alimentação a seus empregados como benefício adicional. Tickets alimentação representaram 11,1%, 9,8% e 8,0% da receita operacional líquida consolidada para o nosso segmento de varejo brasileiro em 2021, 2020 e 2019, respectivamente. As empresas emissoras de tickets assumem o risco de crédito associado a essas vendas.

Tecnologia da Informação

Investimos R\$ 177 milhões, R\$ 179 milhões e R\$ 166 milhões em tecnologia da informação em 2021, 2020 e 2019, respectivamente. Por meio de um processo de melhoria contínua, identificamos oportunidades e mapeamos ganhos de eficiência, integrando serviços e funções em nossos diversos segmentos de atuação, aprimorando nossos sistemas tributários, nosso ERP, com foco em governança e nos nossos clientes. Nosso departamento de tecnologia da informação negocia a redução de custos em projetos e contratos com fornecedores de serviços e software, com base no compartilhamento de serviços entre nós e nossas subsidiárias, gerando economias de escala.

Em 2019, implementamos um projeto de tecnologia da informação para aprimorar nosso sistema de tecnologia da informação e desenvolver nossos serviços digitais. Desde então, temos investido em hardware fiscal, desenvolvimento de novos produtos digitais e implantação de novos sistemas, entre outros.

Em 2020, aprimoramos nossa plataforma digital, incluindo recursos de navegação e busca, atendimento ao cliente, além de atualizar as versões do nosso aplicativo: *Pão de Açúcar Mais* e *Clube Extra* e atualizar os nossos sistemas internos, entre outras melhorias.

Em 2021, aprimoramos nossos aplicativos, ferramentas e processos, atraindo novos consumidores para o e-commerce e fortalecendo um perfil de compras *omnichannel*, que combina experiências presenciais e digitais, incluindo *marketplace*, WhatsApp, nossos aplicativos e plataformas de colaboração abertas. Para nossas operações do Grupo Êxito, continuamos implementando soluções que utilizam tecnologias sem contato, atendimento ao cliente, análise de dados, logística e cadeia de suprimentos e administração de RH de acordo com a estratégia estabelecida para o período de 2021 a 2024.

Propriedade Intelectual

Consideramos nossas marcas como um de nossos ativos mais valiosos e trabalhamos intensamente para definir as características de cada uma de nossas bandeiras (*Extra Hiper, Supermercado Extra, Mercado Extra, Mini Extra, Pão de Açúcar, Minuto Pão de Açúcar, Compre Bem, Êxito, Geant, Carulla, Super Inter, Surtimax, Surtimayorista, Libertad, Disco, Devoto e Viva*) em relação às expectativas, padrões de consumo e poder de compra dos diferentes tipos de clientes e níveis de renda. Acreditamos que os nossos clientes associam cada uma das nossas bandeiras a uma combinação específica de produtos, serviços e níveis de preços.

No Brasil, é necessário registrar oficialmente uma marca no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), para adquirir direitos de marca. Este registro confere ao titular o direito exclusivo de uso da marca em todo o Brasil por um período de tempo determinado, podendo ser renovado.

Em 31 de dezembro de 2021, nossas marcas mais importantes (*Pão de Açúcar, Extra, Qualitá, Taeq e Compre Bem*, entre outras) estavam devidamente registradas no INPI e tínhamos aproximadamente 2.164 marcas registradas ou em processo de registro no Brasil e no exterior, sendo 1.993 marcas registradas no Brasil. Não tínhamos patentes registradas em 31 de dezembro de 2021.

O nosso negócio baseia-se na propriedade intelectual que inclui o conteúdo dos nossos sites, os nossos nomes de domínio registrados e as nossas marcas registradas e não registradas. Acreditamos que os nomes de domínio *Pão de Açúcar, Extra* e outros que utilizamos em nosso negócio de *e-commerce* são ativos valiosos e essenciais para a identidade de nosso negócio.

Possuímos os seguintes nomes de domínio, entre outros: www.extra.com.br, www.gpabr.com, www.paodeacucar.com.br, www.paodeacucar.com e www.deliveryextra.com.br. Estes nomes de domínio estão indicados apenas para fins informativos e as informações contidas nesses sites não são incorporadas por referência a este relatório anual.

Na Colômbia, é necessário registrar oficialmente uma marca na Superintendência de Indústria e Comércio da Colômbia (*Superintendencia de Industria y Comercia*), ou SIC, para adquirir direitos de marca. Este registro confere ao titular o direito exclusivo de uso da marca em toda a Colômbia por um período de tempo determinado, podendo ser renovado.

O Grupo Êxito possui um portfólio de mais de 1.600 marcas devidamente registradas, incluindo todas as classes de marcas, entre 32 países, dos quais mais de 1.060 estão na Colômbia, incluindo, entre outras, as marcas *Êxito, Carulla, Surtimax, Superinter, Surtimayorista* associadas ao negócio de varejo e *Arkitect y Bronzini*, associada à moda e indústria têxtil. Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo Êxito não possuía nenhuma patente registrada. Adicionalmente, o Grupo Êxito possui os seguintes nomes de domínio, entre outros: www.grupoexito.com.co, www.exito.com, www.carulla.com, www.surtimax.co e www.arkitect.com.co. Estes nomes de domínio estão indicados apenas para fins informativos e as informações contidas nesses sites não são incorporadas por referência a este relatório anual.

Concorrência

Brasil

Segundo a ABRAS, as três principais empresas varejistas de alimentos no Brasil são controladas por empresas sediadas no exterior. A presença estrangeira no varejo alimentar brasileiro começou com a rede varejista francesa de alimentos *Carrefour*. Em 1995, a rede norte-americana *Walmart* (atualmente conhecida como Grupo

BIG) também entrou no mercado brasileiro, principalmente por meio da aquisição de redes domésticas de varejo de alimentos, aumentando a concorrência no setor. Portanto, o setor varejista de alimentos brasileiro é altamente competitivo. Para mais informações sobre riscos relacionados à concorrência, consulte o “Item 3. Informações Principais – 3D. Fatores de risco—Riscos relacionados ao nosso setor e a nós—Enfrentamos concorrência e pressão significativas para nos adaptarmos às mudanças nos hábitos e preferências dos consumidores, o que pode afetar adversamente nosso *market share* e nosso lucro líquido”. No entanto, estima-se que os níveis de penetração de supermercados no Brasil, em termos de número de supermercados em proporção à população e área do país, sejam inferiores aos níveis registrados nos Estados Unidos, em vários países da Europa Ocidental e em alguns outros países da América do Sul.

Recentemente, as principais empresas varejistas de alimentos, incluindo nossa Empresa, adotaram as seguintes estratégias:

- fortalecimento das competências essenciais nos segmentos de atuação mais rentáveis e atuantes;
- expansão das operações *omnichannel*;
- parceria com delivery (last milers) e *players* de *marketplace*;
- migração de grandes lojas para formatos de lojas menores, como lojas de bairro ou de proximidade;
- expansão dos formatos de pequenas lojas;
- investimento na reforma das lojas e na qualidade geral dos ativos;
- investimento em estratégia multicanal para alcançar mais clientes;
- foco em programas de fidelidade para uma compreensão mais profunda dos hábitos do consumidor; e
- desenvolvimento e fortalecimento de produtos de marca própria.

Nossos concorrentes variam de acordo com a localização regional das lojas. Nossos principais concorrentes no segmento de varejo brasileiro no Estado de São Paulo são o *Carrefour*, *Futurama*, *Mambo*, *Pastorinho*, *Sonda*, *Dia* e *Grupo BIG*. Na cidade de Brasília, nossos principais concorrentes são *Big Box*, *Carrefour*, *Super Cei* e *Super Maia*. No Estado do Rio de Janeiro, nossos principais concorrentes são os supermercados *Guanabara*, *Mundial*, *Prezunic* e *Zona Sul*. Nos Estados da Paraíba, Pernambuco, Ceará e Piauí, nossos principais concorrentes são os supermercados locais, além do *Bompreço* e *GBarbosa*.

O principal concorrente de nossos hipermercados *Extra* é o *Carrefour*, que opera lojas nas regiões Sudeste e Sul do Brasil, e o *Grupo Big*, que opera por meio de várias bandeiras nas regiões Sudeste, Nordeste e Sul do Brasil.

Em nossos outros mercados regionais, competimos não apenas com o setor atacadista brasileiro organizado, mas também com várias redes de pequeno e médio porte, empresas familiares e empresas atacadistas brasileiras.

Somos um dos principais *players* de *e-commerce* alimentar no Brasil, por meio das operações das bandeiras *Pão de Açúcar* e *Extra*. Nossos principais concorrentes neste segmento são o *Carrefour*, *Saint Marché*, *Mambo*, *Sonda* e *Zona Sul*.

Colômbia

Na Colômbia, o setor de varejo passou por uma profunda transformação nos últimos dez anos, caracterizada pela entrada de empresas estrangeiras no mercado nacional, a tendência de maior concentração, a implementação de novas tecnologias e a busca por maior eficiência.

O Grupo Éxito é líder de mercado no mercado atacadista colombiano, segundo a Nielsen. Nossos principais concorrentes são *Supertiendas Olímpica* (e sua subsidiária *Supertiendas Cañaverall*), *Grupo Cencosud* (*Jumbo* e *Metro*) e estabelecimentos do tipo *discounter*, que vêm ganhando cada vez mais *market share*, como a *Koba Colombia S.A. (Tiendas D1)*, *Mercadería Justo & Bueno Discount Store* e *Supermercados Jerónimo Martins (ARA)*.

Segundo a Nielsen, em 2021, o *market share* dos principais *players* da Colômbia, excluindo drogarias (48,4%), era do Grupo Éxito com 23,4% de *market share*, seguido por *Tiendas D1* e *Mercadería Justo & Bueno Discount Store*, que no agregado totalizou 22,9%, *Supertiendas Olímpica* 12,4%, *Supermercados Jerónimo Martins*, 9,4% e Grupo Cencosud, que detinha 7,2% de *market share*.

Questões Regulatórias

Brasil

Estamos sujeitos a uma vasta gama de regulamentação e supervisão governamental geralmente aplicável a empresas envolvidas em negócios no Brasil, incluindo regulamentação federal, estatal e municipal, tais como leis trabalhistas, de saúde pública e leis ambientais. Para abrir e operar nossas lojas, precisamos de uma licença comercial, aprovação do local e um certificado de inspeção do corpo de bombeiros local, bem como alvarás de saúde e segurança. Nossas lojas estão sujeitas a inspeção pelas autoridades municipais. Acreditamos que estamos em conformidade, em todos os aspectos relevantes, com todos os regulamentos estatutários e administrativos aplicáveis em relação ao nosso negócio. Além disso, temos políticas internas que, em alguns casos, são ainda mais rígidas do que o exigido por lei, principalmente no que diz respeito a requisitos ambientais e de sustentabilidade e questões sociais e comunitárias.

Nosso negócio é afetado principalmente por um conjunto de regras de proteção ao consumidor que regulam questões como publicidade, rotulagem e crédito ao consumidor. Acreditamos estar em conformidade, em todos os aspectos relevantes, com esses regulamentos de proteção ao consumidor.

Lei Geral de Proteção de Dados

Em 14 de agosto de 2018, foi promulgada a Lei Geral de Proteção de Dados, que entrou em vigor em 18 de setembro de 2020. No entanto, as sanções administrativas da Lei Geral de Proteção de Dados começaram a ser aplicadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), em agosto de 2021. A Lei Geral de Proteção de Dados estabelece um novo arcabouço legal a ser observado no processamento de dados pessoais, incluindo os de nossos clientes, fornecedores e empregados. A Lei Geral de Proteção de Dados estabelece, entre outras questões, os direitos dos titulares de dados pessoais, a base legal aplicável à proteção de dados pessoais, requisitos para obtenção de consentimento, obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança, vazamentos e transferências de dados, bem como a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados. Em caso de descumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados, podemos estar sujeitos às seguintes penalidades: (i) divulgação da infração depois de devidamente investigada e confirmada, (ii) bloqueio dos dados pessoais a que a infração se refere, (iii) exclusão dos dados pessoais a que a infração se refere, e (iv) multa, por infração, de até 2% (sujeito ao limite de R\$ 50,0 milhões) de nossa receita ou da receita de nosso grupo ou conglomerado no Brasil no último exercício fiscal, excluindo impostos. A ANPD pode revisar as normas e procedimentos de proteção de dados com base na Lei Geral de Proteção de Dados no futuro. Além disso, podemos ser responsabilizados por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados por nós e podemos ser responsáveis solidariamente por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados por nossas subsidiárias, em razão do descumprimento das obrigações estabelecidas na Lei Geral de Proteção de Dados brasileira.

Assim, em caso de descumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados ou de qualquer outra lei aplicável relacionada a dados pessoais, ou em caso de violação de dados pessoais, podemos estar sujeitos a processos judiciais, multas e danos à nossa reputação, o que pode nos afetar material e adversamente. Estamos sujeitos a incertezas sobre como os tribunais brasileiros aplicarão e interpretarão a Lei Geral de Proteção de Dados, o que pode nos afetar material e adversamente.

Além disso, o tratamento de dados pessoais na Colômbia está atualmente regulamentado pela Constituição Política de 1991, pela Lei Estatutária nº 1.581 de 2012, pelo Decreto nº 1.377 de 2013 e por seus regulamentos complementares e específicos, que estabelecem e desenvolvem as regras para o tratamento de dados pessoais. As condições para manter os dados pessoais incluem obter o consentimento, implementar procedimentos de segurança e cumprir os deveres dos controladores e processadores de dados. A lei colombiana estabeleceu a Superintendência de Indústria e Comércio como a autoridade colombiana de proteção de dados. As sanções pelo descumprimento de seus regulamentos incluem (i) multas (até 2.000x o salário mínimo mensal vigente) que podem ser sucessivas enquanto o descumprimento persistir, (ii) a suspensão das operações relacionadas ao processamento dos dados pessoais envolvidos por até seis meses e (iii) adoção de medidas corretivas. Caso tais medidas corretivas não sejam adotadas, as sanções podem incluir o encerramento temporário das operações

relacionadas ao tratamento de dados pessoais ou mesmo o encerramento imediato e definitivo do tratamento de dados pessoais sensíveis.

Colômbia

O Grupo Éxito está sujeito à regulamentação governamental relativa aos estabelecimentos comerciais e à fiscalização das autoridades competentes, geralmente aplicáveis a questões ambientais, sanitárias e comerciais. Para abrir e operar nossas lojas, devemos registrar todas as nossas lojas no registro comercial, obter o alvará de uso do solo e a certificação sanitária que atesta o cumprimento de questões relativas à segurança das instalações e ao nível de saneamento dos estabelecimentos. As lojas do Grupo Éxito devem ainda possuir um certificado de segurança emitido pelo respectivo corpo de bombeiros, que indica que o estabelecimento dispõe de mecanismos e ferramentas de segurança para atender a uma emergência a qualquer momento. No que diz respeito às questões ambientais, cumprimos os regulamentos de administração de resíduos, despejo e ruído. Acreditamos que o Grupo Éxito cumpre, em todos os aspectos relevantes, todas as regulamentações e controles aplicáveis ao nosso negócio.

As subsidiárias colombianas do Grupo Éxito desenvolvem seus negócios em diferentes setores, incluindo logística e transporte, viagens, telefonia móvel, produção industrial (alimentos e vestuário) e comércio eletrônico. Acreditamos que o Grupo Éxito está cumprindo todas as regulamentações relevantes dessas indústrias.

O Grupo Éxito é uma empresa registrada na bolsa de valores colombiana e, portanto, também está sujeita às regulamentações emitidas pela Superintendência Financeira, que inclui, mas não se limita à divulgação de informações relevantes, a adoção de práticas de governança corporativa e relatórios financeiros. Acreditamos que o Grupo Éxito está cumprindo, em todos os aspectos relevantes, estes regulamentos.

Questões Ambientais e Sociais

Nossa estratégia de sustentabilidade contempla temas prioritários para o planejamento e desenvolvimento estratégico de nossos negócios.

Em 2021, revisamos nossos pilares de atuação ambiental, social e de governança, para criar um novo agrupamento que reforça a conexão e o alinhamento em torno de nossa estratégia de negócios e sustentabilidade. Esses pilares também sustentam o Programa de Responsabilidade Social Corporativa do Grupo Casino, possibilitando a maximização da criação de valor para as nossas partes interessadas em todas as diferentes áreas das nossas operações.

Os cinco pilares são:

- Cadeias de suprimentos responsáveis para fabricação e consumo conscientes: Participar da construção de cadeias de valor empenhadas na proteção do meio ambiente e no bem-estar de pessoas e animais;
- *Combate às alterações climáticas*: Combater as mudanças climáticas aumentando a eficiência ambiental de nossas operações e inovando;
- *Compromisso com a ética e a transparência*: Consolidar as melhores práticas sociais, ambientais e de governança em nosso modelo de negócios e garantir a ética e a transparência no relacionamento com nossas partes interessadas;
- *Promoção de Diversidade e inclusão*: Desenvolver-se para se tornar uma empresa líder na promoção da diversidade, inclusão e sustentabilidade entre nossos empregados; e
- *Impacto social através da geração de oportunidades*: Promover uma sociedade mais inclusiva com oportunidades iguais para todos.

Todas as iniciativas e compromissos, em cada uma das áreas, são liderados por uma equipe interna dedicada, com apoio de outras áreas, e monitoradas por nossa diretoria executiva e nosso comitê de sustentabilidade e diversidade.

O Grupo Éxito está comprometido com a sustentabilidade e busca, em todas as suas atividades, apoiar o crescimento da Colômbia, o fortalecimento das instituições colombianas, o cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis, as melhores práticas de governança, transparência e equidade. Esses compromissos refletem o objetivo

do Grupo Óxito de atender às expectativas de suas partes interessadas, os princípios estabelecidos no Pacto Global das Nações Unidas e outros padrões globais de sustentabilidade.

Cadeias de Suprimentos Responsáveis para Fabricação e Consumo Conscientes

Buscamos adotar um processo de compra e venda de produtos que contribua para uma rede de abastecimento e um padrão de consumo mais socialmente conscientes. Nosso relacionamento com nossos fornecedores é pautado pela promoção dos direitos humanos, saúde e segurança ocupacional, segurança alimentar, práticas anticorrupção, proteção da biodiversidade e do meio ambiente e bem-estar animal. Mapeamos e monitoramos nossas cadeias críticas e seus riscos socioambientais associados, buscando minimizar os impactos relacionados à compra e venda de produtos.

Algumas das iniciativas mais importantes que desenvolvemos para uma rede de fornecimento e padrão de consumo mais socialmente conscientes estão resumidas abaixo.

Condições de Trabalho Adequadas

Em 2021, publicamos a “Política de Direitos Humanos na Cadeia de Valor do GPA” contendo diretrizes sobre respeito aos direitos humanos e condições de trabalho que devem ser seguidas por nossos fornecedores e parceiros de negócios. O cumprimento dessas diretrizes é condição para o fornecimento de produtos para a Empresa e nossas subsidiárias para a manutenção de relacionamentos de longo prazo com o Grupo Pão de Açúcar.

Bem-Estar Animal

Fomos a primeira varejista brasileira de alimentos a firmar, em 2017, um compromisso com o bem-estar animal na cadeia produtiva de ovos, quando nos comprometemos a vender 100% de nossos ovos de marca própria de galinhas livres de gaiolas até 2025. Posteriormente, assumimos a meta de ter 100% dos ovos que são vendidos em nossas lojas, que incluem nossos ovos de marca própria e ovos de outras marcas, provenientes de galinhas livres de gaiolas até 2028.

No final de 2021, 40,2% dos ovos de marca própria que vendíamos e 30,2% de todos os ovos que vendíamos eram provenientes de galinhas livres de gaiolas. Em 2021, lançamos uma política de bem-estar animal apresentando nossa visão, compromissos e metas em relação ao bem-estar animal nas cadeias produtivas que abastecem o Grupo Pão de Açúcar.

Combate ao Desmatamento

A cadeia de valor da carne bovina compreende um conjunto complexo de etapas de produção e atores. Nosso objetivo é construir uma cadeia de valor livre de desmatamento, implementando políticas sólidas de compras e processos estruturados e engajando cada elo da cadeia de valor. Nossa “Política de Compra Responsável de Carne Bovina” visa garantir que nossa cadeia de fornecimento de carne bovina seja transparente e rastreável desde as fazendas que são nossas fornecedoras diretas até o abatedouro, e que a carne que vendemos não tenha sido criada em áreas que tenham sido sujeitas a desmatamento ou conversão de vegetação nativa. Desde 2020, todos os abatedouros que pretendem fornecer carne bovina ao Grupo Pão de Açúcar estão obrigados a cumprir as regras estabelecidas no “Protocolo Boi na Linha”, protocolo criado para combater o desmatamento na Amazônia.

Na data deste relatório anual, (i) nossos fornecedores diretos de carne bovina estão em conformidade com nossa Política de Compra Responsável de Carne Bovina; (ii) nossos fornecedores diretos de abatedouros estão equipados com sistema próprio de geomonitoramento e rastreabilidade ativa; (iii) 9.231 das fazendas que são nossas fornecedoras diretas foram analisadas por meio de nosso processo de reavaliação socioambiental para atestar o cumprimento de nossa Política de Compra Responsável de Carne Bovina.

Caso verificarmos alguma não conformidade de um fornecedor com nossa Política de Compra Responsável de Carne Bovina, a fazenda do fornecedor não conforme será impedida de fornecer produtos ao Grupo Pão de Açúcar e o fornecedor não conforme terá que seguir um plano de ação, incluindo ações educativas, corretivas e disciplinares, conforme aplicável.

Desde 2017, foram encontradas não conformidades em 22 fornecedores brasileiros. Implementamos planos de ação para quatro desses fornecedores não conformes. Os outros 18 fornecedores não conformes continuam impedidos de fornecer produtos ao Grupo Pão de Açúcar.

Apoio aos Produtores Locais

O Grupo Éxito apoia os produtores locais criando parcerias com associações locais e comprando diretamente dos produtores locais. Em 2021, mais de 80% dos produtos adquiridos pelo Grupo Éxito foram adquiridos de aproximadamente 700 fornecedores colombianos locais e aproximadamente 90% das frutas e legumes vendidos pelo Grupo Éxito foram originados na Colômbia. O Grupo Éxito também contribui para o desenvolvimento econômico e social local, oferecendo aos produtores colombianos locais um programa de apoio, que inclui assistência técnica, consultoria para melhoria de produtividade e administração logística, e garantia de compra de seus produtos a um preço razoável para os fornecedores.

Combate às Alterações Climáticas

Nossa estratégia de sustentabilidade está focada na promoção de uma economia de baixo carbono. Para atingir esse objetivo, definimos metas e adotamos sistemas e processos de combate às alterações climáticas, que incluem a redução das emissões atmosféricas, o aumento da eficiência energética e a compra de energia de fontes renováveis e limpas.

Para reforçar nossa estratégia e engajar ainda mais nossos empregados, em 2021, passamos a vincular a remuneração variável dos cargos de liderança elegíveis (que inclui nosso diretor presidente, outros diretores executivos e os diretores executivos do Grupo Éxito) às metas ambientais do Grupo Pão de Açúcar, especificamente no que diz respeito à redução de (i) emissões de dióxido de carbono de escopo 1, que são emissões diretas de efeito estufa de fontes controladas ou de propriedade de uma empresa, tais como emissões associadas a gases refrigerantes, fornos de combustão de combustível, geradores ou veículos próprios, e (ii) emissões de dióxido de carbono de escopo 2, que são emissões indiretas de efeito estufa que são compradas por uma empresa de um fornecedor de serviços públicos e liberadas para a atmosfera através do consumo de eletricidade.

Em 2021, nossas principais iniciativas para reduzir o impacto ambiental de nossas operações incluíram: (i) o monitoramento de indicadores para evitar vazamento de gás refrigerante em nossas lojas; (ii) a criação do “Projeto Green Cool”, que substitui as ilhas refrigeradas em nossas lojas reformadas e ampliadas utilizando gases com menor GWP (*Global Warming Potential*) ou gases naturais; (iii) intensificação da migração do consumo de energia de nossas lojas para o mercado livre de energia brasileiro; (iv) a melhoria da eficiência logística de nossa operação, reduzindo o número de viagens em 8,7% em relação a 2020, e a implantação de projetos que contribuam para a redução de emissões, como sistema de roteirização, promoção da multimodalidade, regionalização e uso de uma frota mais ecoeficiente (elétrica); (v) o lançamento de um programa de capacitação interno para melhorar a separação de resíduos e apoiar a redução de resíduos sólidos enviados para aterros; e (vi) o aumento do volume de alimentos perecíveis doados (frutas e hortaliças impróprias para comercialização, mas próprias para consumo) para 26,5%, atingindo 3.860 toneladas, na comparação com 2020, reduzindo o desperdício de alimentos.

Como resultado dessas iniciativas, uma terceira parte independente verificou que, em 2021, conseguimos uma redução de 5,1% nas emissões de dióxido de carbono de escopo 1 e 2 em relação a 2020. Esperamos que o ritmo de redução das emissões de dióxido de carbono de escopo 1 e 2 nos permita cumprir o compromisso que assumimos em 2020 de reduzir as emissões de dióxido de carbono em nossas operações em pelo menos 30% até 2025 e em 38% até 2030, em comparação com nossas emissões totais em 2015.

Em linha com o seu objetivo de reduzir as emissões de dióxido de carbono de escopo 1 e 2 em pelo menos 35% até 2023, o Grupo Éxito se comprometeu a equipar 100% dos postos de carregamento de veículos elétricos até 2035 e, em 2021, continuou seus esforços para (i) renovar seus equipamentos de depósito e loja, (ii) promover campanhas de conscientização e programas de capacitação para seus empregados sobre eco-gestos, (iii) gerenciar sua política de administração de resíduos com representantes ambientais que reduziram mais de 29.000 toneladas de resíduos operacionais, (iv) revender materiais recicláveis e (v) incentivar os consumidores a usar ou comprar sacolas renováveis nas instalações do Grupo Éxito. Em 2021, o Grupo Éxito inaugurou uma usina de energia solar que atenderá a demanda de energia dos sistemas de refrigeração de 27 armazéns do Grupo Éxito.

Compromisso com a Ética e a Transparência

Ética e integridade são pilares fundamentais que norteiam nosso dia a dia e sustentam uma prática de negócios justa e transparente baseada em 14 pilares, incluindo: (i) comprometimento da alta administração; (ii) identificação dos riscos; (iii) comunicação e capacitação; (iv) auditorias e controles; (v) aplicação de medidas disciplinares; e (vi) monitoramento e aprimoramento contínuos.

Em 2021, organizamos um evento de treinamento com foco na ética no dia a dia nos negócios, comunicação corporativa e capacitação para prevenir e combater a corrupção. Nossa liderança sênior e mais de 1.500 empregados participaram do evento. Também organizamos mais um evento interno em 2021, no qual um membro do nosso comitê de auditoria compartilhou informações e reflexões sobre boas práticas, combate à corrupção e a importância da ética no dia a dia.

Em 2021, o Grupo Éxito realizou uma avaliação de acompanhamento dos riscos de fraude, suborno e corrupção nos processos que compõem sua cadeia de valor, atendendo aos requisitos da Lei Anticorrupção francesa (Lei Sapin II) e às recomendações da Agência Francesa de Anticorrupção (AFA), para reforçar seu compromisso com a adoção das melhores práticas em seu relacionamento ético com terceiros. Como resultado, o Grupo Éxito capacitou: (i) 4.965 de seus empregados na prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo; (ii) 38.867 empregados no módulo virtual de “Guardiões do Sucesso”, programa inovador com foco na administração adequada dos riscos de fraude, suborno, corrupção, processamento de dados pessoais e cumprimento das regulamentações aplicáveis. O Grupo Éxito também implementou medidas promovidas pelo *Dow Jones Sustainability Index* e pelo *Carbon Disclosure Project*, com o objetivo de alinhar suas ações aos mais altos padrões internacionais em questões sociais, ambientais, econômicas e de governança corporativa.

Promoção de Diversidade e Inclusão

Acreditamos na inclusão e na promoção da diversidade em todas as suas formas. Nossos esforços para atingir esse objetivo contam com iniciativas que promovam os direitos de todas as pessoas, independentemente de idade, gênero, identidade de gênero, orientação sexual, origem, etnia, cor, condição física, religião, estado civil, nacionalidade, expressão qualquer outro marcador de identidade, situação familiar ou qualquer outra característica. Nossas iniciativas de diversidade e inclusão são norteadas por nossa “Política de Diversidade, Inclusão e Direitos Humanos”, que se baseia nos princípios estabelecidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas e nos compromissos estabelecidos por outros programas brasileiros e internacionais, como: *UN Women* (ONU Mulheres), *Unstereotype Alliance* (Aliança Sem Estereótipo), *Women 360 Movement* (Movimento Mulher 360), *Coalizão Business Coalition to End Violence against Women and Girls* (Empresarial para Acabar com a Violência Contra Mulheres e Meninas), *Business Coalition for Racial and Gender Equality* (Coalizão Empresarial para a Igualdade Racial e de Gênero), *Movement for Racial Equality* (MOVER - Movimento pela Igualdade Racial), *10 Company Commitments to LGBTI+ Rights* (10 Compromissos da Empresa com os Direitos LGBTI+), *Business Initiative for Racial Equality* (Iniciativa Empresarial para a Igualdade Racial), e *Compact for the Inclusion of People with Disabilities* (Pacto para a Inclusão de Pessoas com Deficiência). Nossos principais programas de diversidade e inclusão em 2021 estão resumidos abaixo:

Censo de Diversidade

Realizamos um censo de diversidade com nossos empregados pela primeira vez em 2021 para aumentar nosso entendimento sobre grupos sub-representados dentro do Grupo Pão de Açúcar no Brasil. Os resultados do censo têm nos apoiado na priorização de estratégias para fortalecer e aumentar a representatividade e a inclusão.

5ª Semana da Diversidade

Realizamos nossa 5ª Semana da Diversidade, com transmissão ao vivo, palestras e capacitações sobre questões relacionadas à diversidade. Registramos 6.360 acessos às transmissões, um aumento de 14% em relação às palestras realizadas em 2020.

Iniciativas de Diversidade do Grupo Éxito

Em 2021, o Grupo Éxito promoveu o “Mês da Diversidade” com transmissão ao vivo, palestras e capacitações focadas no viés inconsciente. O Grupo Éxito também continua implementando o programa “Diversidade que Nos Une”, que visa capacitar seus empregados sobre aspectos da lei de combate à discriminação colombiana, e cursos de capacitação focados na igualdade de gênero, inclusão e desenvolvimento de pessoas com deficiência e outras questões de diversidade.

O Grupo Éxito também renovou em 2021 o programa “*Mujeres Operational Lines*”, que visa promover uma maior representatividade das mulheres em cargos de administração e assinou a Iniciativa de Paridade de Gênero para aumentar a participação das mulheres na força de trabalho colombiana, cargos de alta administração em empresas colombianas e assegurar a equidade salarial entre homens e mulheres no país.

Igualdade de Gênero

Ampliamos nosso “Programa de Desenvolvimento de Liderança Feminina”, que beneficiou 835 empregados desde sua criação em 2019, dos quais 608 foram beneficiados em 2021. Além disso, em 31 de dezembro de 2021, tínhamos 36,9% de nossos cargos de liderança ocupados por mulheres. Também fomos reconhecidos no WEPs – *Women's Empowerment Principles Award* (ONU Mulheres) na Categoria Prata e selecionados para fazer parte do *Bloomberg Gender-Equality Index (GEI) 2022*.

Igualdade Racial

Encerramos 2021 com 37,9% de empregados autodeclarados negros em cargos de liderança, que são cargos em nossa administração ou acima da administração, e 52% autodeclarados negros em nossa força de trabalho geral. Em 2021, lançamos um programa dedicado ao desenvolvimento de empregados negros. Esse programa conta com 131 participantes e tem como objetivo desenvolver a carreira de nossos empregados negros e criar oportunidades para sua inclusão, empoderamento, pertencimento e autodesenvolvimento.

Impacto Social Através da Geração de Oportunidades:

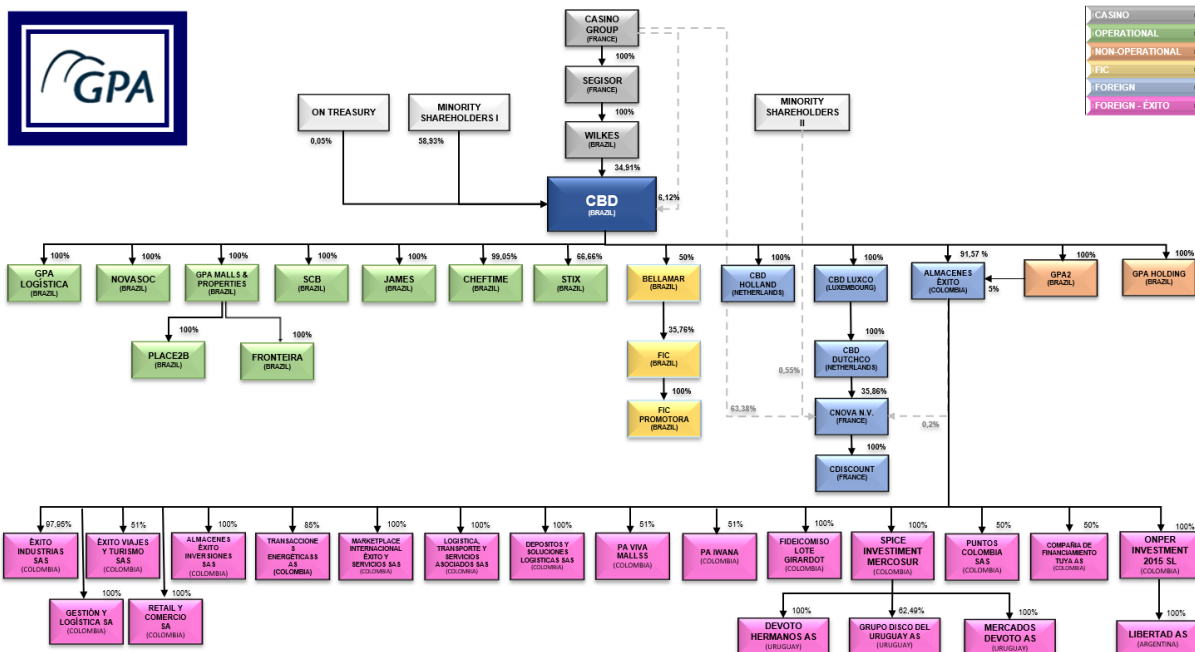
Há mais de 20 anos, nosso investimento social é gerido e orientado pelo Instituto GPA, que tem como objetivo reduzir as desigualdades sociais, mobilizando recursos e parceiros para apoiar pessoas em situação de vulnerabilidade.

Em 2021, nossas principais iniciativas para a redução das desigualdades sociais e geração de oportunidades profissionais foram: (i) a arrecadação de mais de 5.000 toneladas de alimentos no Brasil, junto a nossos clientes e empregados, para as mais de 350 organizações sociais parceiras do Instituto GPA; (ii) a continuação do apoio a um projeto que promove o apoio técnico e financeiro a micro e pequenos empreendimentos liderados por mulheres negras; e (iii) a contribuição para a capacitação acadêmica de alunos de baixa renda e alto potencial de desenvolvimento por meio da oferta de bolsas em cursos de graduação de universidades de alto nível.

O Grupo Éxito continuou a desenvolver o programa “*Cero Desnutrición*” na Colômbia, por meio da Fundação Éxito, que visa erradicar a desnutrição infantil crônica até 2030, fornecendo apoio financeiro para garantir uma alimentação saudável e equilibrada a crianças e futuras mães de áreas carentes e aumentando a conscientização sobre uma melhor nutrição. Em 2021, o Grupo Éxito arrecadou aproximadamente 1.430 toneladas de alimentos na Colômbia para as redes locais focadas na distribuição de alimentos para comunidades de baixa renda.

4C. Estrutura Organizacional

O quadro abaixo apresenta um resumo de nossa estrutura organizacional com base no capital social total na data deste relatório anual:



Para obter mais informações sobre as nossas subsidiárias, consulte a nota explicativa 12 de nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, incluídas em outras partes deste relatório anual.

4D. Imobilizado

No Brasil, em 31 de dezembro de 2021, detínhamos 57 lojas, um armazém e uma parte dos imóveis onde nossa sede está localizada. Na mesma data, alugamos as 639 lojas restantes e 14 centros de distribuição e armazéns que operamos no Brasil e o restante dos imóveis onde nossa sede está localizada. Os arrendamentos são geralmente por um período de cinco a 25 anos e preveem pagamentos mensais de aluguel com base em uma porcentagem das vendas acima de um valor mínimo acordado. Com base em nossa experiência anterior e na legislação brasileira e nas práticas de arrendamento, não prevemos nenhuma mudança substancial nos termos gerais de nossos arrendamentos ou qualquer dificuldade substancial em renová-los. Com base na experiência de nossa administração e no conhecimento do mercado brasileiro, nossa administração acredita que nossos arrendamentos seguem os padrões de mercado.

Estamos constantemente em busca de oportunidades para vender nossos imóveis em linha com nossa estratégia de monetização de ativos maduros, contribuindo para (i) a diminuição do nosso endividamento líquido, (ii) o fortalecimento da nossa estrutura de capital social e (iii) o aumento do nosso retorno sobre as despesas de capital social. Um dos meios pelos quais vendemos nossos imóveis é através de transações de venda e *leaseback*, de acordo com as quais vendemos os imóveis e arrendamos os imóveis por um certo período.

A tabela a seguir apresenta o número e a área total de vendas de nossas lojas próprias e arrendadas de varejo por formato de loja, o número e a área total de armazenamento de nossos centros de distribuição próprios e arrendados e a área total de escritórios de nossa sede que possuímos e alugamos no Brasil em 31 de dezembro de 2021:

	Própria		Arrendada		Total ⁽¹⁾	
	Número	Área (em metros quadrados)	Número	Área (em metros quadrados)	Número	Área (em metros quadrados)
Pão de Açúcar	11	13.670	170	219.481	181	233.151
Extra Hiper ⁽²⁾	11	75.431	61	378.775	72	454.206
Mercado Extra e Compre Bem ⁽³⁾	24	33.505	150	167.914	174	201.419
Lojas de proximidade ⁽⁴⁾	1	117	238	58.453	239	58.570
Total de Lojas	57	170.381	639	963.038	696	1.133.419

Armazéns.....	1	13.198	12	500.201	13	513.399
Total	58	183.579	651	1.463.239	709	1.646.818

- (1) Exclui postos de combustíveis e drogarias.
- (2) Em 14 de outubro de 2021 e 16 de dezembro de 2021, os conselheiros da CBD e da Sendas, em reuniões do conselho de administração de ambas as empresas, aprovaram a Transação de Cessão de Imóveis. A Transação de Cessão de Imóveis está sujeita ao cumprimento de determinadas condições, incluindo o consentimento prévio dos proprietários de determinados imóveis cedidos e a desmobilização por nós de todas as lojas cedidas. Até a data deste relatório anual, havíamos concluído a cessão de 60 lojas Extra Hiper para a Sendas. Esperamos ceder todas as lojas para a Sendas no âmbito da Transação de Cessão de Imóveis até o final de maio de 2022. Das 33 lojas *Extra Hiper* que não foram cedidas para a Sendas, até 29 serão convertidas em lojas *Pão de Açúcar* ou *Mercado Extra*. Estamos analisando se as quatro lojas *Extra Hiper* remanescentes serão fechadas ou convertidas em outras bandeiras. A partir do segundo semestre de 2022, deixaremos de operar com a bandeira Extra Hiper e vamos nos concentrar nos segmentos premium e proximidade, notadamente nas bandeiras *Pão de Açúcar*, *Minuto*, *Compre Bem* e *Mercado Extra*. Nesse sentido, esperamos classificar os resultados operacionais da bandeira *Extra Hiper* como operações descontinuadas em nossas demonstrações de operações nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas do exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2022. Para mais informações sobre a Transação de Cessão de Imóveis, consulte o “Item 4A. História e Desenvolvimento da Companhia – Mudanças em Nossos Negócios – Operações Descontinuadas do Exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2022 – Lojas Extra Hiper” e “Item 7B. Transações com Partes Relacionadas – Acordos e Contratos com a Sendas – Transação de Cessão de Imóveis”. Para mais informações sobre a descontinuidade da bandeira *Extra Hiper*, consulte o “Item 5A. Operações Descontinuadas – Operações Descontinuadas do Exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2022 – Lojas Extra Hiper”.
- (3) No primeiro semestre de 2021, convertimos seis lojas *Extra Supermercado* em lojas *Mercado Extra*, concluindo o processo de conversão de todas as lojas Extra Supermercado em lojas *Mercado Extra* e *Compre Bem*.
- (4) Incluí o *Mini Extra*, *Minuto Pão de Açúcar*, *Pão de Açúcar Adega* e *Aliados Minimercado*.

Em 31 de dezembro de 2021, na Colômbia, Argentina e Uruguai, possuíamos 192, 16 e 16 lojas, respectivamente, e um armazém em cada país. Na Colômbia também alugamos 395 lojas e 12 centros de distribuição e armazéns, e também temos 26 lojas mistas (lojas que são parcialmente próprias e parcialmente alugadas por nós). Na Argentina alugamos nove lojas e no Uruguai alugamos 76 lojas e três centros de distribuição. O prazo de nossos contratos de arrendamento nesses países varia de três a 15 anos, e as condições de pagamento incluem uma taxa fixa e uma taxa variável, que é calculada de acordo com o percentual das vendas.

Costumamos reformar algumas de nossas lojas todos os anos. Por meio de nosso programa de reforma, atualizamos os equipamentos de refrigeração em nossas lojas, criamos um ambiente mais moderno, amigável e eficiente e equipamos nossas lojas com sistemas avançados de tecnologia da informação.

Em 31 de dezembro de 2021, o GPA Malls administrava aproximadamente 210 galerias comerciais no Brasil e dois centros comerciais de bairro. Na mesma data, o GPA Malls possuía mais de 292.759 mil metros quadrados de área bruta locável.

Em 31 de dezembro de 2021, a *Viva Malls* administrava cerca de seis galerias comerciais e 12 shopping centers na Colômbia. Na mesma data, a *Viva Malls* possuía 567.747 mil metros quadrados de área bruta locável.

Em 31 de dezembro de 2021, a *Paseo Libertad Malls* administrava aproximadamente cinco galerias comerciais e dez shopping centers na Argentina. Na mesma data, a *Paseo Libertad Malls* operava aproximadamente 170.000 metros quadrados de área bruta locável.

ITEM 4A. COMENTÁRIOS SOBRE QUADRO DE COLABORADORES SEM SOLUÇÃO

Não há.

ITEM 5. REVISÃO E PERSPECTIVAS OPERACIONAIS E FINANCEIRAS

Você deve ler esta discussão em conjunto com nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas elaboradas de acordo com as IFRS e as respectivas notas explicativas e outras informações financeiras, incluídas em outras partes deste relatório anual.

5A. Resultados Operacionais

Cenário Macroeconômico e Fatores que Afetam Nossos Resultados Operacionais

Nossos resultados operacionais são afetados pelas condições macroeconômicas no Brasil, incluindo taxas de inflação, patamar de juros, crescimento do PIB brasileiro, taxas de emprego, níveis salariais, confiança do consumidor e disponibilidade de crédito. Desde a aquisição do Grupo Éxito no final de 2019, passamos a atuar na

Colômbia, Uruguai e Argentina. Assim, nossos resultados operacionais também são afetados pelas condições macroeconômicas desses países, especialmente a Colômbia.

Cenário Macroeconômico Brasileiro

As condições macroeconômicas brasileiras permanecem instáveis. Embora a economia brasileira tenha apresentado sinais de recuperação em 2019, o ano de 2020 apresentou desafios e impactos devido à pandemia da COVID-19. Esses desafios incluíram o aumento da inflação, que continuou subindo em 2021. Em 31 de dezembro de 2021, a inflação no Brasil era de 17,1%, de acordo com o índice IGP-M, em comparação com 23,1% e 7,32% em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. O IPCA também aumentou, atingindo 10,1% em 31 de dezembro de 2021, ante 4,52% e 4,31% em 31 de dezembro de 2020 e 2019. A inflação tem um efeito direto nos preços finais que cobramos de nossos clientes por nossos produtos.

Nos últimos anos, houve uma flutuação significativa na taxa de câmbio do real em relação ao dólar dos EUA. Em 2019, o real se desvalorizou ainda mais em relação ao dólar dos EUA em comparação a 2018, atingindo R\$ 4,0301 por US\$ 1,00 em 31 de dezembro de 2019. Em 2020, o real se desvalorizou ainda mais em relação ao dólar dos EUA em comparação a 2019, atingindo R\$ 5,1967 por US\$ 1,00 em 31 de dezembro de 2020. Em 2021, o real desvalorizou 6,9% em relação ao dólar dos EUA. Em 31 de dezembro de 2021, a taxa de câmbio do real em relação ao dólar dos EUA foi de R\$ 5,581 por US\$ 1,00. A desvalorização do real frente ao dólar dos EUA pode criar pressões inflacionárias no Brasil, inclusive na categoria de inflação de alimentos, com possíveis efeitos no custo praticado por nossos fornecedores. As reservas cambiais detidas pelo governo brasileiro aumentaram ligeiramente de US\$ 355.620 milhões em dezembro de 2020 para US\$ 362.204 milhões em dezembro de 2021.

A taxa SELIC aumentou em 2021, atingindo 9,2% em 31 de dezembro de 2021, após ter diminuído de 4,5% em 31 de dezembro de 2019, para 2,0% em 31 de dezembro de 2020. Em fevereiro de 2022, a taxa SELIC foi elevada para 10,75%, atingindo dois dígitos pela primeira vez desde julho de 2017. O patamar de juros tem sido historicamente utilizadas pelo governo brasileiro como uma ferramenta para conter as pressões inflacionárias.

O PIB brasileiro aumentou 4,6% em 2021, comparado a uma queda de 4,1% em 2020 e um aumento de 1,4% em 2019. A taxa de desemprego no Brasil atingiu 13,2% em 31 de dezembro de 2021, 13,9% em 31 de dezembro de 2020 e 11,0% em 31 de dezembro de 2019. Esses dois indicadores afetam diretamente o poder de compra da mão de obra brasileira.

A continuação da tendência recente de aumento do patamar de juros no Brasil pode ter um efeito adverso sobre nossos resultados operacionais e situação financeira, uma vez que muitos de nossos contratos de aluguel são parcialmente indexados ao índice nacional de inflação do Brasil e a maioria de nossas receitas e despesas financeiras têm taxas de juros variáveis. Além disso, caso persista a tendência recente de aumento do patamar de juros no Brasil, poderá ocorrer uma redução no consumo das famílias no Brasil, o que poderá ter um efeito adverso sobre nossos resultados operacionais e condição financeira.

Para mitigar o risco de patamar de juros no Brasil, mantemos nosso caixa e equivalentes de caixa do segmento de varejo brasileiro indexados à taxa CDI para neutralizar parcialmente o impacto nas flutuações das taxas de juros.

A tabela a seguir apresenta dados sobre o crescimento real do PIB, inflação e patamar de juros no Brasil e taxa de câmbio do real brasileiro em relação ao dólar dos EUA para os períodos indicados:

	No exercício findo em 31 de dezembro de				
	2021	2020	2019	2018	2017
Crescimento do PIB ⁽¹⁾	4,6	(4,1)	1,4	1,8	1,3
Inflação (IGP-M) (%) ⁽²⁾	17,1	23,4	7,3	7,5	(0,5)
Inflação (IPCA) (%) ⁽³⁾	10,1	4,5	4,3	3,7	2,9
CDI (%) ⁽⁴⁾	4,4	2,8	5,9	6,4	9,9
TJLP (%) ⁽⁵⁾	5,3	4,6	5,6	7,0	7,0
Taxa SELIC (%) ⁽⁶⁾	9,2	1,9	4,4	6,4	7,0
Valorização (depreciação) do real em relação aos dólares dos EUA (%)	7,4	(28,9)	4,4	18,5	1,5
Taxa de câmbio (fechamento) R\$ por dólares dos EUA 1,00 ⁽⁷⁾	5,581	5,197	4,031	3,875	3,308
Taxa de câmbio média R\$ por dólares dos EUA 1,00 ⁽⁸⁾	5,395	5,1578	3,946	3,656	3,193

(1) Fonte: IBGE.

- (2) O Índice Geral de Preços-Mercado, ou IGP-M, é medido pela FGV.
- (3) O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) é um índice amplo de preços ao consumidor medido pelo IBGE.
- (4) O CDI é a taxa acumulada dos depósitos interbancários no Brasil durante cada ano.
- (5) A taxa de juros oficial de longo prazo, ou TJLP, é cobrada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, ou BNDES, em financiamentos de longo prazo (dados de fim de período).
- (6) Taxa média de juros anual. Fonte: Banco Central.
- (7) Taxa de câmbio (para venda) do último dia do período. Fonte: Banco Central.
- (8) Média das taxas de câmbio (para venda) do período. Fonte: Banco Central.

Utilizamos derivativos, como *swaps*, com o objetivo de proteger o risco de exposição cambial ao dólar dos EUA, convertendo o custo da dívida em moeda nacional e patamar de juros. Temos uma política de tesouraria para administrar o risco cambial relacionado ao dólar dos EUA, principalmente por meio da contratação de *swaps* em reais para 100% de nossos passivos denominados em dólares dos EUA, que representavam 5% de nossa dívida total em 31 de dezembro de 2021. Contratamos *swaps* de taxa de juros multimoeda sob os quais celebramos um contrato com a mesma contraparte que fornece o financiamento original em dólar dos EUA. Assinamos um instrumento financeiro separado no momento da celebração do contrato de empréstimo, segundo o qual somos então efetivamente responsáveis pelos valores em reais e juros a um percentual do CDI. Os valores de referência e prazos de vencimento desses *swaps* geralmente correspondem ao empréstimo original denominado em dólares dos EUA. Essa política nos protege contra perdas decorrentes de desvalorizações cambiais.

Uma recessão econômica e um aumento da taxa de desemprego no Brasil, inclusive como resultado da pandemia de COVID-19, podem levar a um declínio no consumo das famílias que poderia afetar adversamente nossos resultados operacionais e nossa condição financeira.

Cenário Macroeconômico na Colômbia, Argentina e Uruguai

A economia colombiana mostrou sinais de recuperação econômica durante o primeiro trimestre de 2021. Essa recuperação foi mitigada durante o segundo trimestre de 2021, em grande parte devido a importantes manifestações sociais, greves e aumento do número de casos de COVID-19 no país.

No entanto, no segundo semestre de 2021, com o avanço da vacinação da população colombiana contra a COVID-19 e o afrouxamento das restrições de mobilidade no país, a economia colombiana apresentou uma rápida e sólida melhora econômica, tornando-se uma das economias com melhor desempenho na América Latina em 2021. Em 2021, a taxa do PIB na Colômbia aumentou 10,6%, a taxa de desemprego diminuiu de 13,4% em 2020 para 11% em 2021 e o índice de confiança do consumidor colombiano aumentou 3,4%, mesmo que o índice tenha permanecido em (7%).

Por outro lado, os níveis de inflação permaneceram elevados em 5,6% em 31 de dezembro de 2021 (1,61% em 2020), tendo aumentado principalmente devido ao aumento de 17,2% nos preços dos alimentos durante 2021. Para combater o aumento da inflação, o Banco Central da Colômbia aumentou a taxa de juros oficial em 125 p.p. para 3,0% no final do ano de 2021 (1,75% em 2020). Na data deste relatório anual, a taxa de juros oficial na Colômbia é de 4%.

Além disso, a continuação da tendência recente de aumento do patamar de juros nos países em que operamos pode ter um efeito adverso sobre nossos resultados operacionais e situação financeira, uma vez que muitos de nossos contratos de aluguel são parcialmente indexados ao índice nacional de inflação desses países e a maioria de nossas receitas e despesas financeiras têm taxas de juros variáveis.

A tabela a seguir apresenta dados sobre o crescimento real do PIB, inflação e patamar de juros na Colômbia e a taxa de câmbio de pesos colombianos em relação ao dólar dos EUA para os períodos indicados:

	31 de dezembro de				
	2021	2020	2019	2018	2017
Crescimento do PIB.....	10,6	(6,8)	3,3	2,5	1,4
Inflação.....	5,6	1,6	3,8	3,2	4,1
Varição anual do IPP.....	5,6	(0,9)	6,1	2,3	3,3
IPP.....	26,6	119,7	120,8	103,9	111,3
Seguro Desemprego.....	13,7	15,9	10,5	9,7	9,4
DTF ⁽¹⁾	3,08	1,9	4,5	4,5	5,2
Taxa nominal IBR – período anual ⁽²⁾	2,99	1,7	4,1	4,1	4,5

(1) Taxa de Depósito a Prazo (*Depósito a Término Fijo*, ou DTF).

(2) Taxa de Referência Interbancária Colombiana (*Interés Bancario de Referencia*, ou IBR). Esta taxa de referência foi calculada e publicada pela primeira vez em 2008.

O fraco desempenho da economia uruguaia começou a melhorar gradualmente no último trimestre de 2021, principalmente devido ao levantamento das restrições relacionadas à COVID-19, o que resultou em um aumento da atividade turística no Uruguai. O PIB uruguaio deverá aumentar 4,4% em 2021, refletindo uma recuperação da economia durante o segundo semestre de 2021. A taxa de desemprego no Uruguai diminuiu de 10,5% em 2020 para 7,0% em 2021. A taxa de inflação no Uruguai diminuiu de 9,4% em 2020 para 8,0% em 2021 e a inflação de alimentos diminuiu de 9,5% em 2020 para 6,5% em 2021.

A economia argentina mostrou sinais graduais de recuperação no terceiro trimestre de 2021, quando o PIB argentino aumentou 11,9%. No entanto, as taxas de inflação permaneceram altas na Argentina em 2021, chegando a 49,5%, com um aumento de 54,1% nos preços dos alimentos em relação a 2020. O levantamento das restrições de mobilidade na Argentina levou ao aumento do tráfego nas lojas e galerias comerciais, resultando em um aumento de 14,8% nas vendas do varejo no país em 2021, de acordo com a Confederação Argentina de Empresas de Médio Porte (*Confederación Argentina de la Mediana Empresa – CAME*).

COVID-19

Em resposta à pandemia de COVID-19, autoridades governamentais em todo o mundo e nos países onde atuamos impuseram medidas restritivas em 2020 e 2021. Nos países em que atuamos, os governos estaduais e locais seguiram as orientações emitidas pelo respectivo Ministério da Saúde para controlar a disseminação da COVID-19 e impuseram restrições relacionadas ao distanciamento social e aos lockdowns, resultando no fechamento de restaurantes, escolas, creches, hotéis, shopping centers e áreas de intenso tráfego de pedestres, incluindo parques e outros espaços públicos.

À medida que novas variantes do vírus da COVID-19 surgiram, os governos continuaram a impor medidas restritivas até recentemente. A maioria dos governos da América Latina, incluindo Brasil, Colômbia, Uruguai e Argentina, flexibilizou as medidas restritivas anteriormente impostas para conter a propagação do vírus da COVID-19 e das variantes.

As medidas restritivas causaram interrupções significativas na economia global e nas operações comerciais normais em vários setores e países. As medidas adotadas para combater o surto de COVID-19 afetaram negativamente e continuarão a afetar negativamente a confiança das empresas e o sentimento do consumidor, e foram e podem continuar sendo acompanhadas por uma volatilidade significativa nos mercados financeiros e de commodities, bem como nas bolsas de valores em todo o mundo, afetando adversamente o preço de negociação dos valores mobiliários, incluindo as ADSs e nossas ações ordinárias.

Em se tratando de mercearias, nossa atividade é considerada essencial e nossas operações comerciais no Brasil não foram adversamente afetadas pelas medidas restritivas impostas pelos governos federal e estaduais brasileiros. Por outro lado, nossas operações colombianas foram adversamente afetadas pelas medidas restritivas impostas pelos governos regionais e estaduais em decorrência da pandemia de COVID-19, uma vez que as restrições impostas na Colômbia eram mais rigorosas do que no Brasil e incluíam, entre outros, redução do horário de funcionamento das lojas, estabelecimento de limites de compra, fechamento de lojas, aplicação da lei seca durante alguns finais de semana e toque de recolher nas principais cidades colombianas. Adicionalmente, algumas de nossas operações não foram consideradas essenciais pelas autoridades governamentais, o que levou ao fechamento de parte significativa de nossas galerias e centros comerciais na Colômbia. Mesmo após a reabertura dessas galerias e centros comerciais, observamos uma redução do tráfego de pessoas nesses locais.

No Uruguai, o governo estabeleceu o fechamento das fronteiras internacionais do país para estrangeiros durante a maior parte do ano de 2021 para controlar a propagação da pandemia de COVID-19, além de impor restrições como o fechamento de muitos estabelecimentos comerciais. Da mesma forma, durante o primeiro semestre de 2021, o governo argentino implementou severas restrições, como redução de capacidade nas lojas, fechamento de lojas, proibição de venda de itens não essenciais e restrições ao tráfego de pedestres e carros à noite.

Em decorrência da pandemia da COVID-19, experimentamos um aumento temporário nas vendas em nossas lojas no Brasil, uma vez que as pessoas estavam estocando alimentos inicialmente, além da mudança no padrão de consumo dos indivíduos, dos restaurantes a preparações caseiras. A pandemia do COVID-19 também

resultou em maior adesão aos canais de vendas online como opção de conveniência ao consumidor em todos os países onde atuamos.

Em 31 de dezembro de 2021, avaliamos os impactos da COVID-19 em nossos negócios e concluímos que não esperamos ter mudanças adversas relevantes em nossas receitas e outras linhas de nossa demonstração de resultado do exercício e não precisamos registrar nenhuma provisão relacionada à COVID-19.

Podemos enfrentar riscos na cadeia de suprimentos devido à pandemia da COVID-19, como escrutínio ou embargo de mercadorias produzidas em áreas infectadas, além de inadimplemento por parte terceiros, incluindo nossos fornecedores, fabricantes contratados, contratadas, bancos comerciais, parceiros de joint venture e parceiros de negócios externos no cumprimento de suas obrigações ou perturbações significativas em sua capacidade de fazê-lo. Até a data deste relatório anual, não tivemos problemas em nossa cadeia de suprimentos e nossos fornecedores estão entregando produtos regularmente em nossos centros de distribuição e lojas.

A extensão em que o coronavírus e/ou outras doenças nos afetam dependerá de desdobramentos futuros, que são altamente incertos e não podem ser previstos. Não existem eventos comparáveis recentes que nos forneçam orientação sobre os efeitos de uma pandemia global grave. Como resultado, o impacto final do surto de COVID-19 é incerto e está sujeito a mudanças que não podemos prever.

Operações Descontinuadas

Segmento Operacional de Venda de Eletrodomésticos

Em 23 de novembro de 2016, nosso conselho de administração aprovou a alienação de nossa participação acionária na Via, em linha com nossa estratégia de longo prazo de nos concentrarmos no desenvolvimento do segmento de varejo brasileiro. A partir de 1º de novembro de 2016, começamos a registrar nosso investimento na Via de acordo com a IFRS 5. Concluímos a venda de nossa participação acionária na Via em 14 de junho de 2019 por meio de leilão público na B3.

Até 31 de maio de 2019, realizamos nossas operações descontinuadas por meio da Via, que atuava no segmento de eletrodomésticos, incluindo eletroeletrônicos e móveis, e no segmento de *e-commerce*, por meio de lojas das bandeiras *Ponto Frio* e *Casas Bahia*, além das plataformas de *e-commerce Casasbahia.com*, *Pontofrio.com*, *Extra.com.br* e *Barateiro.com*, que eram operadas pela Cnova Brasil.

Os resultados (até 31 de maio de 2019) relacionados à Via foram classificados em uma rubrica como “operações descontinuadas” em nossa demonstração do resultado e resultado abrangente e os ativos e passivos da Via (incluindo a Cnova Brasil) são classificados como mantidos para venda em nosso balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e 2017. A venda da Via resultou no reconhecimento de um ganho na venda de R\$ 398 milhões, líquido do efeito de imposto de renda de R\$ 199 milhões e custos relacionados. Os efeitos líquidos nas operações descontinuadas foram um ganho de R\$ 348 milhões em 2019 comparado a R\$ 128 milhões em 2018. Para obter informações adicionais, consulte a nota explicativa 33 de nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, incluídas em outras partes deste relatório anual.

O ativo não circulante mantido para venda era de R\$ 26.137 milhões em 31 de maio de 2019 comparado a R\$ 29.144 milhões em 31 de dezembro de 2018. O passivo não circulante mantido para venda era de R\$ 20.859 milhões em 31 de maio de 2019 comparado a R\$ 23.933 milhões em 31 de dezembro de 2018.

Para mais informações sobre a venda de nossa participação acionária na Via, consulte “—4A. História e Desenvolvimento da Companhia — Mudanças em Nossos Negócios — Segmentos Operacionais de Venda de Eletrodomésticos”.

Processo de Cisão do Segmento Operacional Cash and Carry

Em 14 de dezembro de 2020, nosso conselho de administração aprovou uma reestruturação societária para realizar a segregação dos negócios de *cash and carry* por meio de uma cisão de nossa então subsidiária integral Sendas, que opera sob a bandeira *Assaí*. Em 31 de dezembro de 2020, a proposta de reestruturação societária foi submetida e aprovada pelos acionistas da CBD e Sendas em assembleia geral extraordinária de ambas as empresas. Nossos acionistas também aprovaram a entrega das ações ordinárias de emissão da Sendas que eram de propriedade da CBD diretamente aos acionistas da CBD, na proporção de uma ação ordinária da

Sendas para cada ação ordinária de emissão da CBD. Processo de *Spin-Off* da Sendas incluiu a transferência da participação societária atualmente detida pela Sendas na Almacenes Éxito S.A. para a Empresa.

Em 26 de fevereiro de 2021, nossos acionistas receberam ações de emissão da Sendas, na proporção de suas respectivas participações no capital social da CBD. A distribuição ocorreu após a listagem das ações ordinárias da Sendas no segmento *Novo Mercado* da B3 e após a aprovação da listagem das ADRs representativas das ações da Sendas na NYSE. Esperamos que a Sendas siga padrões de governança corporativa substancialmente semelhantes aos atualmente adotados pela Empresa.

Conforme divulgado na nota 33 de nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas, incluídas em outra parte deste relatório anual, o lucro líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 e os resultados relacionados à Sendas foram classificados em uma rubrica como “operações descontinuadas” em nossa demonstração do resultado e resultado abrangente.

Para mais informações sobre o processo de *spin-off* do nosso negócio de *cash and carry*, consulte “— 4A. História e Desenvolvimento da Companhia – Mudanças em Nossos Negócios – Processo de Spin-Off do Segmento Operacional Cash and Carry”.

Operações Descontinuadas do Exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2022

Lojas Extra Hiper

Em 14 de outubro de 2021 e 16 de dezembro de 2021, os conselheiros da CBD e da Sendas em reuniões do conselho de administração de ambas as empresas aprovaram a conversão de 70 lojas *Extra Hiper* operadas por nós e localizadas em vários estados do Brasil em lojas atacado de autosserviço a serem operadas pela Sendas de acordo com a Transação de Cessão de Imóveis.

Até a data deste relatório anual, havíamos concluído a cessão de 60 lojas *Extra Hiper* para a Sendas. Esperamos ceder todas as lojas para a Sendas no âmbito da Transação de Cessão de Imóveis até o final de maio de 2022.

Das 33 lojas *Extra Hiper* que não foram cedidas para a Sendas, até 29 serão convertidas em lojas *Pão de Açúcar* ou *Mercado Extra*. Estamos analisando se as quatro lojas *Extra Hiper* remanescentes serão fechadas ou convertidas em outras bandeiras.

A partir do segundo semestre de 2022, deixaremos de operar com a bandeira *Extra Hiper* e vamos nos concentrar nos segmentos premium e proximidade, notadamente nas bandeiras *Pão de Açúcar*, *Minuto*, *Compre Bem* e *Mercado Extra*.

Esperamos classificar os resultados operacionais da bandeira *Extra Hiper* como operações descontinuadas em nossas demonstrações de operações nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas do exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2022. O ganho líquido na alienação dos ativos e os resultados do negócio de hipermercado serão apresentados em uma única linha na demonstração do resultado como operação descontinuada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e os períodos comparativos, conforme exigido pelo IFRS5/CPC31 .

Os ativos e passivos relacionados a 50 lojas *Extra Hiper*, que eram substancialmente ativos imobilizados, direito de uso e passivos correspondentes e intangível, foram classificados como ativos não-correntes a venda em nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas em 31 de dezembro de 2021 e para o exercício findo.

Para obter mais informações sobre a Transação de Cessão de Imóveis e a descontinuação da bandeira *Extra Hiper*, consulte o “Item 4. “Mudanças em Nossos Negócios—Operações Descontinuadas no Exercício Findo em 31 de dezembro de 2022—Lojas Extra Hiper” e o “Item 7B. Transações com Partes Relacionadas—Transação de Cessão de Imóveis”.

Drogarias

De forma condizente com nossa estratégia de otimizar a plataforma de lojas e alocar recursos para acelerar o crescimento de nossas bandeiras mais rentáveis, decidimos fechar todas as nossas drogarias.

Na data deste relatório anual, já havíamos fechado todas as nossas drogarias e descontinuado 68 de nossas drogarias.

Esperamos classificar os resultados operacionais de nossas drogarias como operações descontinuadas em nossas demonstrações de operações nas nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas do exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2022. O ganho líquido na alienação dos ativos e os resultados do negócio de drogaria serão apresentados em uma única linha na demonstração do resultado como operação descontinuada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e os períodos comparativos, conforme exigido pelo IFRS5/CPC31.

Aquisição do Grupo Éxito

27 de novembro de 2019, a Sendas adquiriu 96,57% das ações do Grupo Éxito por meio de oferta pública de aquisição à vista. Como resultado da aquisição do Grupo Éxito, passamos a realizar operações na Colômbia, Argentina e Uruguai. Para informações adicionais sobre a aquisição do Grupo Éxito, consulte o “Item 4. Informações sobre a Companhia – 4A. História e Desenvolvimento da Companhia—Mudanças em Nossos Negócios—Aquisição do Grupo Éxito”.

Começamos a consolidar os resultados operacionais do Grupo Éxito após assumirmos seu controle societário em 27 de novembro de 2019.

Visão geral do Exercício Fiscal Findo em 31 de dezembro de 2021

Acreditamos que 2021 foi um dos anos mais importantes de nossa história recente, pois tomamos decisões importantes e passamos por mudanças substanciais, como a descontinuação de nossas lojas *Extra Hiper*, no cenário econômico desafiador criado pela pandemia da COVID-19.

Apesar de um cenário econômico desafiador, em que o consumo foi fortemente afetado por altas taxas de desemprego e aumento da inflação, especialmente no Brasil, onde o IPCA passou de 4,5% em 2020 para 10,1% em 2021, nossa receita operacional líquida consolidada no segmento de varejo brasileiro diminuiu 5,2 % em 2021 a partir de 2020, totalizando R\$ 26,8 bilhões.

A receita operacional líquida do Grupo Éxito aumentou 10,5% em 2021, apesar do aumento do patamar de juros oficial nos países em que atua, tendo se beneficiado da rápida e sólida melhora da economia colombiana e da flexibilização das restrições relacionadas à COVID-19 na Colômbia, Uruguai e Argentina.

Aprimoramos nosso portfólio de formatos de lojas no segmento de varejo brasileiro para melhor atender às necessidades de nossos clientes por meio da reforma ou conversão de nossas lojas, o que reforçou o poder de escolha dos consumidores e garantiu uma melhor apresentação de nossos produtos e serviços. Em 2021, 58 lojas no Brasil foram reformadas, convertidas, inauguradas ou reposicionadas.

Nosso foco em melhorar a experiência de compra de nossos clientes foi materializado com as 46 lojas *Pão de Açúcar* reformadas seguindo um conceito de loja de última geração, com foco em perecíveis, serviços e melhoria de portfólio, apresentando multicanal, ou vendas em diferentes canais, incluindo lojas físicas, *e-commerce* e James delivery, entre outros; espaço multissensorial e multissolução, oferecendo experiência de compra diferenciada em layout de loja, variedade de produtos, qualidade de atendimento, hubs sociais, entre outros. Até o final de 2021, renovamos 28% das lojas do *Pão de Açúcar*, apresentando excelente desempenho em termos de vendas.

No primeiro semestre de 2021, convertimos seis lojas *Extra Supermercado* em lojas *Mercado Extra*, concluindo o processo de conversão de todas as lojas *Extra Supermercado* em lojas *Mercado Extra* e *Compre Bem*. No mesmo ano, essas lojas apresentaram expressivo crescimento de vendas e melhor desempenho em relação às lojas não convertidas.

O negócio de lojas de proximidade continua em alta, principalmente pela efetiva proposta de valor no formato bairro e pela expansão do programa *Aliados Compre Bem*, evidenciado pelo contínuo aumento de vendas – dez trimestres consecutivos de crescimento – e ganhos de patamar de rentabilidade ao longo do ano.

Em 2021, também aprimoramos o portfólio de nossas marcas próprias, parte importante da fidelidade e patamar de rentabilidade do nosso negócio, lançando mais de 100 produtos no Brasil e aumentando as categorias

de produtos que oferecemos sob nossas marcas próprias. Essa melhora foi responsável pelo aumento das vendas dos produtos da marca própria e contribuiu para uma estratégia mais integrada de nossos negócios.

Também investimos em nossa estratégia de transformação digital por meio da integração contínua de nosso *e-commerce* e lojas físicas, reafirmando nossa liderança no segmento de *e-commerce* de alimentos. A receita operacional líquida de nossa operação de varejo digital no Brasil em 2021 apresentou um aumento de 53% em relação a 2020, principalmente devido (i) à expansão dos modelos Express e Clique e Retire para mais de 300 lojas em 31 de dezembro, 2021 (em comparação com 289 lojas em 31 de dezembro de 2020), (ii) inauguração de quatro novos minicentros de distribuição para suportar um sistema de entrega pervasiva, (iii) início de parcerias com outros *last milers* (*iFood*, *Rappi* e *Cornershop*) que em 2021 representou 23,5% de nossas vendas totais online, e (iv) nossa parceria com o *Mercado Livre* anunciada em maio de 2021, que vem crescendo mensalmente, com aproximadamente 4.000 itens de supermercados das redes na plataforma com as marcas *Pão de Açúcar* e *Extra*.

Além disso, em 2021, concluímos a Separação da Sendas e o Processo de *Spin-Off* da Sendas, e focamos nossos negócios no setor atacadista, com nossa demonstração de resultado do exercício refletindo o maior nível de serviço e produtos de valor agregado.

As operações do Grupo Éxito no início de 2021 foram afetadas negativamente pelo fechamento de lojas para combater a propagação da pandemia de COVID-19 na Colômbia e pelos protestos sociais que ocorreram em todo o país. As operações do Grupo Éxito também foram impactadas negativamente no início de 2021 no Uruguai, como resultado da diminuição da atividade turística no Uruguai devido ao fechamento das fronteiras uruguaias para turistas para combater a propagação da pandemia de COVID-19 no país, e na Argentina, como resultado da deterioração das condições macroeconômicas do país devido à pandemia de COVID-19.

Ainda assim, o Grupo Éxito rapidamente se adaptou e conseguiu aproveitar importantes oportunidades que resultaram em melhorias de receita e de patamar de rentabilidade principalmente devido ao fortalecimento da estratégia *omnichannel*, fusão de formatos inovadores e recuperação de seus negócios imobiliários e de serviços financeiros.

Resultados Operacionais em 2021, 2020 e 2019

A tabela a seguir apresenta os resultados operacionais consolidados de acordo com a IFRS para os períodos indicados, conforme incluído em nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas, incluídas em outras partes deste relatório anual.

Exercício Findo em 31 de dezembro de ⁽¹⁾						
	2021	% da Receita Operacional Líquida	2020	% da Receita Operacional Líquida	2019 ⁽²⁾	% da Receita Operacional Líquida
(em milhões de R\$, salvo indicação em contrário)						
Resultados Operacionais						
Receita operacional líquida.....	51.291	100,0	51.253	100,0	28.838	100,0
Custo de vendas.....	(38.341)	(74,8)	(37.504)	(73,2)	(21.225)	(73,6)
Lucro bruto	12.950	25,2	13.749	26,8	7.613	26,4
Desp. Com Vendas, Gerais e Adm.	(9.353)	(18,2)	(9.343)	(18,2)	(5.698)	(19,8)
Depreciação e amortização	(1.853)	(3,6)	(1.804)	(3,5)	(1.028)	(3,6)
Outras despesas operacionais, líquidas	(7)	(0,0)	(71)	(0,1)	(386)	(1,3)
Despesas operacionais	(11.213)	(21,9)	(11.218)	(21,9)	(7.112)	(24,7)
Lucro das operações antes das despesas financeiras e participação nos lucros das associadas	1.737	3,4	2.531	4,9	501	1,7
Receita financeira	488	1,0	909	1,8	353	1,2
Despesas financeiras.....	(1.809)	(3,5)	(1.637)	(3,2)	(1.224)	(4,2)
Despesas financeiras, líquidas	(1.321)	(2,6)	(728)	(1,4)	(871)	(3,0)
Participação nos lucros de associadas	(47)	(0,1)	98	0,2	2	-
Lucro (perda) antes do imposto de renda e contribuição social	369	0,7	1.901	3,7	(368)	(1,3)
Imposto de renda e social aporte.....	594	1,2	(662)	(1,3)	95	0,3
Lucro (prejuízo) líquido proveniente de operações continuadas	963	1,9	1.239	2,4	(273)	(0,9)
Lucro (prejuízo) líquido com operações descontinuadas.....	(3)	(0,0)	1.087	2,1	1.109	3,8
Lucro líquido do exercício.....	960	1,9	2.326	4,5	836	2,9
Atribuído aos acionistas controladores de operações continuadas	805	1,6	1.092	2,1	(287)	(1,0)
Atribuído aos acionistas controladores de operações descontinuadas.....	(3)	(0,0)	1.087	2,1	1.077	3,7
Total atribuído aos acionistas controladores.....	802	1,6	2.179	4,3	790	2,7
Atribuído aos acionistas não controladores de operações continuadas	158	0,3	147	0,3	14	0,0
Atribuído aos acionistas não controladores de operações descontinuadas.....	-	-	-	-	32	0,1
Total atribuído aos acionistas não controladores.....	158	0,3	147	0,3	46	0,2

- (1) A demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 referente à Sendas foi classificada como “operações descontinuadas”. Conforme discutido na nota 33 de nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas em e para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021, incluídas em outras partes deste relatório anual, o processo de *Spin-Off* da Sendas foi aprovado pela assembleia geral em 31 de dezembro de 2020, resultando na desconsolidação da Sendas do Grupo Pão de Açúcar na mesma data.
- (2) As operações da Via foram classificadas como operações descontinuadas nos períodos de 2016 a 2019 (até 31 de maio de 2019). A partir de 1º de novembro de 2016, começamos a registrar nosso investimento na Cnova de acordo com a IFRS 5. Em 14 de junho de 2019, realizamos a venda de toda a participação acionária que detínhamos na Via. Dessa forma, nossas demonstrações financeiras de e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 incluem os cinco meses em que os resultados operacionais da Via foram considerados na rubrica relativa a operações descontinuadas. A venda da Via resultou no reconhecimento de um ganho na venda de R\$ 398 milhões, líquido do efeito de imposto de renda de R\$ 199 milhões e custos relacionados. Os efeitos líquidos nas operações descontinuadas foram um ganho de R\$ 348 milhões em 2019.

Além disso, apresentamos os resultados de nossos segmentos operacionais da mesma forma que a administração avalia o desempenho e a estratégia dos segmentos listados abaixo. Para obter mais informações sobre os segmentos, consulte a nota explicativa 30 de nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, incluídas em outras partes deste relatório anual.

As tabelas a seguir contêm um detalhamento de nossa demonstração do resultado por segmento para cada um dos períodos indicados:

Demonstração do Resultado	Exercício Findo em 31 de dezembro de 2021			
	Varejo brasileiro	Grupo Éxito ⁽¹⁾	Outros negócios ⁽²⁾	Total
Segmentos				
		(em milhões de R\$)		
Receita operacional líquida.....	26.864	24.357	70	51.291
Resultado operacional.....	712	1.121	(96)	1.737
Despesas financeiras, líquidas.....	(1.039)	(279)	(3)	(1.321)
Lucro (perda) antes do imposto de renda e social aporte.....	(280)	853	(204)	369
Participação nos lucros de associadas.....	47	11	(105)	(47)
Imposto de renda e contribuição social.....	908	(321)	7	594
Lucro (prejuízo) líquido - operações continuadas.....	628	532	(197)	963
Lucro (prejuízo) líquido - operações descontinuadas.....	(3)	-	-	(3)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício.....	625	532	(197)	960

(1) Inclui nossas operações na Colômbia, Uruguai e Argentina desde a aquisição do Grupo Éxito em novembro de 2019. Para informações sobre a oferta pública de aquisição à vista de ações do Grupo Éxito, consulte o “Item—4A. História e Desenvolvimento da Companhia—Mudanças em Nossos Negócios—Aquisição do Grupo Éxito”.

(2) Inclui equivalência patrimonial da Empresa na Cnova. Inclui também as bandeiras *Cheftime*, *James* e *Stix Fidelidade*.

Demonstração do Resultado	exercício findo em 31 de dezembro de 2020				
	Varejo brasileiro	Grupo Éxito ⁽¹⁾	Outros negócios ⁽²⁾	Operações descontinuadas	Total
Segmentos					
			(em milhões de R\$)		
Receita operacional líquida.....	29.170	22.034	49	-	51.253
Resultado Operacional.....	2.016	652	(137)	-	2.531
Despesas financeiras, líquidas.....	(386)	(340)	(2)	-	(728)
Lucro (perda) antes do imposto de renda e social aporte.....	1.748	339	(186)	-	1.901
Participação nos lucros de associadas.....	118	27	(47)	-	98
Imposto de renda e contribuição social.....	(559)	(110)	7	-	(662)
Lucro (prejuízo) líquido - operações continuadas.....	1.189	229	(179)	-	1.239
Lucro (prejuízo) líquido - operações descontinuadas.....	85	(1)	-	1.003	1.087
Lucro (prejuízo) líquido do exercício.....	1.274	228	(179)	1.003	2.326

(1) Inclui nossas operações na Colômbia, Uruguai e Argentina desde a aquisição do Grupo Éxito em novembro de 2019. Para informações sobre a oferta pública de aquisição à vista de ações do Grupo Éxito, consulte o “Item—4A. História e Desenvolvimento da Companhia—Mudanças em Nossos Negócios—Aquisição do Grupo Éxito”.

(2) Inclui equivalência patrimonial da Empresa na Cnova. Inclui também as bandeiras *Cheftime*, *James* e *Stix Fidelidade*.

Demonstração do Resultado	Exercício Findo em 31 de dezembro de 2019 ⁽²⁾				
	Varejo brasileiro	Grupo Éxito	Outros negócios ⁽¹⁾	Operações descontinuadas ⁽²⁾	Total
Segmentos					
			(em milhões de R\$)		
Receita operacional líquida.....	26.654	2.151	33	-	28.838
Resultado Operacional.....	467	(56)	-	-	501
Despesas financeiras, líquidas.....	(815)	(57)	1	-	(871)
Lucro (perda) antes do imposto de renda e contribuição social.....	(241)	27	(154)	-	(368)
Participação nos lucros de associadas.....	107	(6)	(99)	-	2
Imposto de renda e contribuição social.....	121	(28)	2	-	95
Lucro (prejuízo) líquido - operações continuadas.....	(120)	(1)	(152)	-	(273)
Lucro (prejuízo) líquido - operações descontinuadas.....	312	-	-	797	1.109
Lucro (prejuízo) líquido do exercício.....	192	(1)	(152)	797	836

(1) Inclui equivalência patrimonial da Empresa na Cnova. Inclui também as bandeiras *Cheftime*, *James* e *Stix Fidelidade*.

(2) A demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 referente à Sendas foi classificada como “operações descontinuadas”. As operações da Via foram classificadas como operações descontinuadas nos períodos de 2016 a 2019 (até Junho de 2019). Em 14 de junho de 2019, realizamos a venda de toda a participação acionária que detínhamos na Via. Dessa forma, nossas demonstrações financeiras de e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 incluem os cinco meses em que os resultados operacionais da Via foram considerados na rubrica relativa a operações descontinuadas. A venda da Via resultou no reconhecimento de um ganho na venda de R\$ 398 milhões, líquido do efeito de imposto de renda de R\$ 199 milhões e custos relacionados. Os efeitos líquidos nas operações descontinuadas foram um ganho de R\$ 348 milhões em 2019. Além disso, a partir de 1º de novembro de 2016,

começamos a registrar nosso investimento na Cnova de acordo com a IFRS 5. Para informações adicionais sobre a venda de nossas operações descontinuadas, consulte as notas explicativas 12 e 34 de nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2020, incluídas em outras partes deste relatório anual.

exercício findo em 31 de dezembro de 2021 Comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Consolidadas

Receita operacional líquida. A receita operacional líquida aumentou 0,1%, de R\$ 51.253 milhões em 2020 para R\$ 51.291 milhões em 2021 devido ao aumento das vendas do Grupo Êxito relacionadas principalmente à recuperação da confiança do consumidor na Colômbia durante o segundo semestre de 2021, que impulsionou os níveis de consumo no país e a melhora do desempenho *omnichannel* do Grupo Êxito, parcialmente compensado pela queda nas vendas do segmento de varejo brasileiro devido ao início da desmobilização de nossas lojas *Extra Hiper* e de nossas drogarias, iniciada no quarto trimestre de 2021.

Lucro bruto. O lucro bruto diminuiu 5,8%, ou R\$ 799 milhões, de R\$ 13.749 milhões em 2020 para R\$ 12.950 milhões em 2021, principalmente devido ao impacto do reconhecimento de R\$ 834 milhões em créditos tributários de ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias) como custos de vendas em 2020 devido a uma decisão favorável em ação judicial em que fomos parte declarando a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS (Impostos sobre Vendas), o que não ocorreu em 2021.

Desp. Com Vendas, Gerais e Adm. As desp. com vendas, gerais e adm. aumentaram R\$ 10 milhões, de R\$ 9.343 milhões em 2020 para R\$ 9.353 milhões em 2021, principalmente devido ao aumento das vendas *omnichannel* do Grupo Êxito, parcialmente compensado pela diminuição das vendas no segmento de varejo brasileiro devido à redução das despesas de marketing e à redução das despesas de pessoal causada pelo fechamento das lojas *Extra Hiper*. As desp. com vendas, gerais e adm. representaram 18,2% de nossa receita operacional líquida em 2020 e 2021.

Depreciação e amortização. A depreciação e amortização aumentaram 2,7%, ou R\$ 49 milhões, de R\$ 1,804 bilhão em 2020 para R\$ 1,853 bilhão em 2021, principalmente devido à reforma e manutenção de lojas, renovação de contratos de arrendamento e projetos de TI e investimentos em plataformas para aumentar nossa produtividade, parcialmente compensada pela desmobilização de nossas lojas *Extra Hiper* e drogarias, iniciada no quarto trimestre de 2021.

Outras despesas operacionais, líquidas. Outras despesas operacionais, líquidas, diminuíram 90,1%, ou R\$ 64 milhões, de R\$ 71 milhões em 2020 para R\$ 7 milhões em 2021, principalmente como resultado (i) da receita líquida de R\$ 426 milhões da venda de 20 lojas *Extra Hiper* para a Sendas de acordo com a Transação de Cessão de Imóveis, (ii) da redução de R\$ 224 milhões nas despesas de reestruturação e reestruturação societária relacionadas à Separação da Sendas, bem como despesas relacionadas à aquisição do Grupo Êxito, (iii) de ganhos, em 2020, relacionados à reavaliação de nossa participação acionária na Bellamar, holding que detém um investimento em 35,8% das ações da FIC, líquido de custos, de R\$ 513 milhões, o que não ocorreu em 2021, (iv) da redução das despesas incorridas em decorrência da pandemia de COVID-19 de R\$ 134 milhões, e (v) da redução das contingências fiscais de R\$ 235 milhões devido a uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que permitia às empresas importadoras de produtos, como nós, não pagar o imposto sobre produtos industrializados (IPI) sobre mercadorias importadas.

Despesas financeiras, líquidas. As despesas financeiras, líquidas, aumentaram 35,8%, ou R\$ 593 milhões, de R\$ 728 milhões em 2020 para R\$ 1.321 bilhões em 2021, como resultado (i) da redução em nosso ganho de correção monetária de R\$ 504 milhões em 2021 causado pela receita de R\$ 613 milhões, líquida de custos, em 2020, devido a uma decisão favorável em uma ação judicial da qual fomos parte declarando a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, que diminuiu para R\$ 109 milhões em 2021, e (ii) do aumento da taxa média de CDI no Brasil de 2,8% em 2020 para 4,4% em 2021, o que teve um efeito positivo em nossa receita de investimentos financeiros, ao mesmo tempo em que afetou adversamente as despesas financeiras, já que alguns de nossos financiamentos estão indexados à taxa do CDI.

Participação nos lucros de associadas. A participação no lucro das associadas diminuiu em 148,1%, ou R\$145 milhões, de um ganho de R\$98 milhões em 2020 para um prejuízo de R\$47 milhões em 2021, principalmente como resultado de (i) um aumento nas perdas no valor de R\$57 milhões de nossa participação no lucro da Cnova, devido à deterioração dos resultados operacionais da Cnova em 2021; e (ii) uma redução de nossa

participação no lucro na FIC no valor de R\$ 71 milhões, principalmente devido à redução de nossa participação na Bellamar, após o processo de *Spin-Off* da Sendas, de 36% em 2020 para 18% em 2021.

Imposto de renda e contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social aumentaram R\$ 1.256 milhões, passando de uma despesa de imposto de renda e contribuição social de R\$ 662 milhões em 2020 para uma receita de R\$ 594 milhões em 2021, principalmente como resultado (i) de incentivos fiscais estaduais, conforme art. 30 da Lei nº 12.973/14 e da Lei Complementar nº 160/17, referente a rendimentos obtidos fora do Brasil, e (ii) do aumento de nossos créditos tributários em 2021 devido a decisão proferida pelo STF, em setembro de 2021, que declarou a inconstitucionalidade da cobrança do imposto de renda nos pagamentos de juros indexados à taxa SELIC decorrentes de recolhimentos indevidos de tributos.

Lucro (prejuízo) líquido proveniente de operações continuadas. Como resultado do exposto, o lucro líquido das operações continuadas diminuiu 22,2%, ou R\$ 276 milhões, de um lucro de R\$ 1.239 milhões em 2020 para um lucro de R\$ 963 milhões em 2021.

Lucro (prejuízo) líquido com operações descontinuadas. O lucro (prejuízo) líquido das operações descontinuadas diminuiu R\$ 1.090 milhões, de um lucro de R\$ 1.087 milhões em 2020 para um prejuízo de R\$ 3 milhões em 2021, principalmente devido à classificação das operações da Sendas nos períodos de 31 de dezembro de 2018 até 31 de dezembro de 2020 como operações descontinuadas.

Informações sobre o Segmento

Segmento de Varejo brasileiro

Nosso segmento de varejo brasileiro em 2021 consistiu na venda de produtos alimentícios e produtos não alimentícios a consumidores individuais em (i) supermercados por meio das bandeiras *Pão de Açúcar, Extra Supermercado, Mercado Extra e Compre Bem*; (ii) hipermercados por meio da bandeira *Extra Hiper*; (iii) lojas de proximidade através das bandeiras *Mini Extra, Minuto Pão de Açúcar, Pão de Açúcar Adega e Aliados Minimercado*; e (iv) postos de combustíveis que operam com as bandeiras *Pão de Açúcar, Mercado Extra e Compre Bem*. O segmento de varejo brasileiro também inclui receitas relacionadas a aluguel de espaços comerciais e vendas por *e-commerce*.

No primeiro semestre de 2021, convertemos seis lojas *Extra Supermercado* em lojas *Mercado Extra*, concluindo o processo de conversão de todas as lojas *Extra Supermercado* em lojas *Mercado Extra* e *Compre Bem*.

Esperamos classificar os resultados operacionais da bandeira *Extra Hiper* e os resultados operacionais de nossas drogarias como operações descontinuadas em nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas do exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2022.

Não consideramos o Grupo *Éxito* como parte de nosso segmento de varejo brasileiro e o consideramos como um segmento separado desde sua aquisição no final de 2019.

Receita operacional líquida. A receita operacional líquida diminuiu 7,9%, ou R\$ 2.306 milhões, de R\$ 29.170 milhões em 2020 para R\$ 26.864 milhões em 2021, principalmente como resultado da perda de receita causada pela desmobilização das lojas *Extra Hiper*, iniciada no início do quarto trimestre de 2021. Além disso, condições macroeconômicas, como inflação alta, afetaram adversamente o poder de compra dos consumidores e, conseqüentemente, nossas vendas.

Lucro (prejuízo) das operações antes das receitas (despesas) financeiras. O lucro operacional antes das receitas (despesas) financeiras diminuiu 64,7%, ou R\$ 1.304 milhões, de R\$ 2.016 milhões em 2020 para R\$ 712 milhões em 2021, como resultado da redução de R\$ 2.306 milhões em nossa receita operacional líquida e da redução de R\$ 111 milhões em nossas outras receitas operacionais, que foram parcialmente compensadas pela redução de R\$ 687 milhões nos custos de vendas e de R\$ 426 milhões nas desp. com vendas, gerais e adm.

Receitas (despesas) financeiras, líquidas. As despesas financeiras, líquidas, aumentaram 169,2%, ou R\$ 653 milhões, de R\$ 386 milhões em 2020 para R\$ 1.039 milhões em 2021, principalmente como resultado do maior custo de serviço de nossa dívida devido a patamar de juros mais alto no Brasil em 2021 e a decisão favorável em ação judicial em que fomos parte declarando a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

Lucro (perda) antes do imposto de renda e contribuição social. Como resultado do exposto, o lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social diminuiu R\$ 2.028 milhões, de um lucro de R\$ 1.748 milhões em 2020 para um prejuízo de R\$ 280 milhões em 2021.

Imposto de Renda e Contribuição Social. O imposto de renda e a contribuição social aumentaram R\$ 1.467 milhões, passando de uma despesa de R\$ 559 milhões em 2020 para uma receita de R\$ 908 milhões em 2021, principalmente como resultado do aumento de nossos créditos fiscais em 2021 devido (i) aos incentivos fiscais estaduais, conforme art. 30 da Lei nº 12.973/14 e da Lei Complementar nº 160/17, referente a rendimentos obtidos fora do Brasil, e (ii) do aumento de nossos créditos tributários em 2021 devido a decisão proferida pelo STF, em setembro de 2021, que declarou a inconstitucionalidade da cobrança do imposto de renda nos pagamentos de juros indexados à taxa SELIC decorrentes de recolhimentos indevidos de tributos.

Lucro líquido do exercício. Como resultado do exposto, o lucro líquido do ano diminuiu 50,9%, ou R\$ 649 milhões, de um lucro de R\$ 1.274 milhões em 2020 para um lucro de R\$ 625 milhões em 2021.

Grupo Éxito

Como resultado da aquisição do Grupo Éxito no final de 2019, passamos a consolidar as operações na Colômbia, Uruguai e Argentina, por meio das seguintes bandeiras: (i) *Viva Malls, Éxito, Carulla, Surtimayorista, Surtimax* e *Super Inter* na Colômbia, (ii) *Devoto, Disco* e *Géant* no Uruguai, e (iii) *Libertad, Mini Libertad* e *Paseo Libertad Malls* na Argentina. Para informações adicionais sobre a aquisição do Grupo Éxito, consulte o “Item 4. Informações sobre a Companhia – 4A. História e Desenvolvimento da Companhia—Mudanças em Nossos Negócios—Aquisição do Grupo Éxito”.

Receita operacional líquida. A receita operacional líquida aumentou R\$ 2.323 milhões, de R\$ 22.034 milhões em 2020 para R\$ 24.357 milhões em 2021, principalmente como resultado do forte desempenho *omnichannel* na Colômbia, Uruguai e Argentina, do aumento das receitas de negócios complementares, como *Tuya* e das unidades de negócio imobiliário e do negócio de viagens, que se beneficiaram da flexibilização das restrições ao longo do ano, da melhoria das condições macroeconômicas na Colômbia, Uruguai e Argentina e do regresso do turismo nestes países no final de 2021. No mesmo período, nossa margem bruta, calculada pela divisão do lucro bruto pela receita operacional líquida, passou de 25,0% em 2020 para 25,8% em 2021.

Lucro (prejuízo) das operações antes das receitas (despesas) financeiras. Como resultado do aumento do volume de vendas do Éxito causado pela melhora das condições macroeconômicas na Colômbia, Uruguai e Argentina e a volta do turismo nesses países no final de 2021, o lucro operacional antes das receitas (despesas) financeiras aumentou R\$ 469 milhões, de R\$ 652 milhões em 2020 para R\$ 1.121 milhões em 2021.

Receitas (despesas) financeiras, líquidas. As despesas financeiras, líquidas, diminuíram R\$ 61 milhões, de R\$ 340 milhões em 2020 para R\$ 279 milhões em 2021, principalmente como resultado de um menor custo de serviço de nossa dívida no período devido a um menor patamar de juros na Colômbia em 2021.

Lucro (perda) antes do imposto de renda e contribuição social. O lucro antes do imposto de renda e contribuição social aumentou R\$ 514 milhões, de R\$ 339 milhões em 2020 para R\$ 853 milhões em 2021, como resultado do aumento de R\$ 783 milhões no lucro bruto, parcialmente compensado pelo aumento de R\$ 484 milhões nas desp. com vendas, gerais e adm. e depreciação e amortização.

Imposto de Renda e Contribuição Social. O imposto de renda e contribuição social aumentou R\$ 211 milhões, de uma despesa de imposto de renda e contribuição social de R\$ 110 milhões em 2020 para uma despesa de R\$ 321 milhões em 2021, principalmente como resultado do aumento do lucro antes do imposto de renda e contribuição social.

Lucro líquido do exercício. Como resultado do exposto, o lucro líquido do ano aumentou 133,3%, ou R\$ 304 milhões, de um lucro de R\$ 228 milhões em 2020 para um lucro de R\$ 532 milhões em 2021.

Exercício Findo em 31 de dezembro de 2020 Comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Consolidadas

Receita operacional líquida. A receita operacional líquida aumentou 77,7%, ou R\$ 22.415 milhões, de R\$ 28.838 milhões em 2019 para R\$ 51.253 milhões em 2020, dos quais R\$ 19.883 milhões referem-se à receita

operacional líquida do Grupo Êxito em 2020 que começamos a consolidar no final de 2019. Em menor escala, o aumento também está relacionado ao crescimento de lojas reformadas e remodeladas nos últimos dois anos, bem como iniciativas de transformação digital, reforçando a adoção da nossa estratégia *omnichannel*. Além disso, as restrições de mobilidade relacionadas à pandemia de COVID-19 tiveram um impacto positivo nas vendas.

Desp. Com Vendas, Gerais e Adm. As desp. com vendas, gerais e adm. aumentaram 64,0%, ou R\$ 3.645 milhões, de R\$ 5.698 milhões em 2019 para R\$ 9.343 milhões em 2020, principalmente devido ao aumento de R\$ 3.498 milhões gerado pela aquisição do Grupo Êxito. As desp. com vendas, gerais e adm. representaram 19,8% de nossa receita operacional líquida em 2019 e 18,2% em 2020. O aumento relacionado à fusão dos resultados do Êxito foi parcialmente compensado por uma redução nas desp. com vendas, gerais e adm. do segmento de varejo brasileiro, principalmente devido às nossas iniciativas de controle de despesas.

Depreciação e amortização. A Depreciação e a amortização aumentaram 75,5%, ou R\$ 776 milhões, de R\$ 1.028 milhões em 2019 para R\$ 1.804 milhões em 2020, principalmente devido à depreciação e amortização resultantes da aquisição do Grupo Êxito de R\$ 669 milhões e, em menor escala, o aumento também está relacionado à reforma e manutenção de lojas, renovação de contratos de arrendamento e projetos de informática.

Outros lucros (despesas) operacionais, líquidos. Outras despesas operacionais, líquidas, diminuíram R\$ 315 milhões, de R\$ 386 milhões em 2019 para R\$ 71 milhões em 2020, principalmente como resultado de (i) ganhos relacionados à reavaliação de nossa participação acionária na Bellamar, líquida de custos, de R\$ 513 milhões, (ii) ganho na alienação de ativos de R\$ 378 milhões. A redução foi parcialmente compensada por (i) aumento nos custos de reestruturação de R\$ 187 milhões, (ii) despesas incorridas em decorrência da pandemia de COVID-19 de R\$ 134 milhões e (iii) aumento nas contingências tributárias de R\$ 216 milhões.

Receitas (despesas) financeiras, líquidas. As despesas financeiras, líquidas, diminuíram 16,4%, ou R\$ 143 milhões, de R\$ 871 milhões em 2019 para R\$ 728 milhões em 2020, principalmente como resultado de i) R\$ 413 milhões de aumento nas despesas relacionadas principalmente a correção monetária e passivo de arrendamento e ii) crédito tributário de ICMS sobre a base de cálculo do PIS/COFINS de R\$ 622 milhões que compensou o aumento.

Participação nos lucros de associadas. A participação nos lucros de associadas aumentou R\$ 96 milhões, de um ganho de R\$ 2 milhões em 2019 para R\$ 98 milhões em 2020, principalmente como resultado de (i) uma diminuição nas perdas no valor de R\$ 52 milhões de nossa participação no lucro na Cnova, devido ao melhor desempenho desta investida; (ii) ganho de R\$ 18 milhões na participação no lucro da Tuya e Pontos Colombia como resultado da aquisição do Grupo Êxito no final de 2019; e (iii) um aumento em nossa participação nos lucros da FIC devido a lucros mais elevados.

Imposto de renda e contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social aumentaram R\$ 757 milhões, passando de uma receita de imposto de renda e contribuição social de R\$ 95 milhões em 2019 para uma despesa de R\$ 662 milhões em 2020, principalmente como resultado do aumento do nosso lucro tributável em 2020.

Lucro (prejuízo) líquido proveniente de operações continuadas. Como resultado do exposto, o lucro líquido das operações continuadas aumentou 553,8%, ou R\$ 1.512 milhões, de um prejuízo de R\$ 273 milhões em 2019 para um lucro de R\$ 1.239 milhões em 2020.

Lucro (prejuízo) líquido com operações descontinuadas. O lucro líquido das operações descontinuadas diminuiu R\$ 22 milhões, de R\$ 1.109 milhões em 2019 para R\$ 1.087 milhões em 2020, principalmente devido ao ganho na venda da Via no valor de R\$ 398 milhões em 2019, parcialmente compensado por um aumento no lucro líquido da Sendas em 2020.

Informações sobre o Segmento

Segmento de Varejo brasileiro

Nosso segmento de varejo brasileiro em 2020 consistiu na venda de produtos alimentícios e produtos não alimentícios a consumidores individuais em (i) supermercados por meio das bandeiras *Pão de Açúcar*, *Extra Supermercado*, *Mercado Extra* e *Compre Bem*; (ii) hipermercados por meio da bandeira *Extra Hiper*; (iii) lojas de proximidade através das bandeiras *Mini Extra*, *Minuto Pão de Açúcar*, *Pão de Açúcar Adega* e *Aliados Minimercado*; e (iv) postos de combustíveis e drogarias por meio das bandeiras *Extra* e *Pão de Açúcar*. O

segmento de varejo brasileiro também inclui receitas relacionadas a aluguel de espaços comerciais e vendas por *e-commerce*.

No primeiro semestre de 2021, convertemos seis lojas *Extra Supermercado* em lojas *Mercado Extra*, concluindo o processo de conversão de todas as lojas *Extra Supermercado* em lojas *Mercado Extra* e *Compre Bem*.

Esperamos classificar os resultados operacionais da bandeira *Extra Hiper* e os resultados operacionais de nossas drogarias como operações descontinuadas em nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas do exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2022.

Não consideramos o Grupo *Éxito* como parte de nosso segmento de varejo brasileiro e o consideramos como um segmento separado desde sua aquisição no final de 2019.

Receita operacional líquida. A receita operacional líquida aumentou 9,4%, ou R\$ 2.516 milhões, de R\$ 26.654 milhões em 2019 para R\$ 29.170 milhões em 2020, principalmente como resultado do fortalecimento das lojas que foram reformadas e remodeladas nos dois anos anteriores, bem como de nossas iniciativas de transformação digital, destacando a tração da nossa estratégia *omnichannel*. No mesmo período, nossa margem bruta, calculada pela divisão do lucro bruto pela receita operacional líquida, passou de 26,3% em 2019 para 28,18% em 2020. Além disso, no início da pandemia, tivemos um aumento significativo em nossas vendas, pois os clientes estavam estocando alimentos.

Lucro (prejuízo) das operações antes das receitas (despesas) financeiras. Como resultado do exposto, o lucro operacional antes das receitas (despesas) financeiras aumentou 331,7%, ou R\$ 1.549 milhões, de R\$ 467 milhões em 2019 para R\$ 2.016 milhões em 2020.

Receitas (despesas) financeiras, líquidas. As despesas financeiras, líquidas, diminuíram 52,6%, ou R\$ 429 milhões, de R\$ 815 milhões em 2019 para R\$ 386 milhões em 2020, principalmente como resultado de (i) um aumento nas despesas relacionadas principalmente a correção monetária e passivo de arrendamento e de (ii) um crédito tributário de ICMS sobre a base de cálculo do PIS/COFINS de R\$ 622 milhões que compensou o aumento.

Lucro (perda) antes do imposto de renda e contribuição social. Como resultado do exposto, o lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social aumentou R\$ 1.989 milhões, de um prejuízo de R\$ 241 milhões em 2019 para um lucro de R\$ 1.748 milhões em 2020.

Grupo Éxito

Como resultado da aquisição do Grupo *Éxito* no final de 2019, passamos a consolidar suas operações na Colômbia, Uruguai e Argentina, por meio das seguintes bandeiras: (i) *Viva Malls, Éxito, Carulla, Surtimayorista, Surtimax* e *Super Inter* na Colômbia, (ii) *Devoto, Disco* e *Géant* no Uruguai, e (iii) *Libertad, Mini Libertad* e *Paseo Libertad Malls* na Argentina. Para informações adicionais sobre a aquisição do Grupo *Éxito*, consulte o “Item 4. Informações sobre a Companhia – 4A. História e Desenvolvimento da Companhia—Mudanças em Nossos Negócios—Aquisição do Grupo *Éxito*”.

Receita operacional líquida. A receita operacional líquida aumentou R\$ 19.883 milhões, de R\$ 2.151 milhões em 2019 para R\$ 22.034 milhões em 2020, principalmente como resultado do sólido avanço em nossa estratégia *omnichannel* em todos os países, do forte desempenho da operação de varejo na Colômbia e de uma sólida contribuição de formatos inovadores (*Wow* e *Fresh Market*). No mesmo período, nossa margem bruta, calculada pela divisão do lucro bruto pela receita operacional líquida, passou de 28,3% em 2019 para 25,0% em 2020. Esta diminuição estava principalmente relacionada a menores receitas de negócios complementares devido à pandemia, especialmente a menor distribuição de royalties na Tuya, apesar da melhoria no desempenho de suas operações de varejo. A *Éxito* foi consolidada nas demonstrações operacionais de nossas demonstrações financeiras consolidadas por 12 meses em 2020, comparado a apenas um mês em 2019.

Depreciação e amortização. A depreciação e amortização aumentaram R\$ 669 milhões, de R\$ 60 milhões em 2019 para R\$ 729 milhões em 2020, principalmente como resultado da aquisição do Grupo *Éxito* no final de 2019.

Lucro (prejuízo) das operações antes das receitas (despesas) financeiras. Como resultado do exposto, o lucro operacional antes das receitas (despesas) financeiras aumentou R\$ 562 milhões, de R\$ 90 milhões em 2019 para R\$ 652 milhões em 2020.

Receitas (despesas) financeiras, líquidas. As despesas financeiras líquidas aumentaram R\$ 283 milhões, de R\$ 57 milhões em 2019 para R\$ 340 milhões em 2020, principalmente como resultado da aquisição do Grupo Éxito no final de 2019.

Lucro (perda) antes do imposto de renda e contribuição social. Como resultado do exposto, o lucro antes do imposto de renda e contribuição social aumentou R\$ 312 milhões, de R\$ 27 milhões em 2019 para R\$ 339 milhões em 2020.

5B. Liquidez e Recursos de Capital Social

Fluxos de Caixa

A tabela a seguir apresenta informações relacionadas aos nossos fluxos de caixa a partir de e para os períodos apresentados:

	Em e para o Exercício Findo em 31 de dezembro de					
	2021 ^(*)	2021	2020 ^(**)	2019 ^{(**)(1)(3)}	2018 ^{(**)(1)(2)}	2017 ^{(**)(1)(2)}
	(milhões de US\$)			(R\$ milhões)		
Outras informações financeiras						
Caixa líquido proveniente de (utilizado em):						
Atividades operacionais.....	489	2.728	4.742	1.135	4.267	3.464
Atividades de investimento.....	(14)	(77)	(4.291)	(3.266)	(1.897)	(1.592)
Atividades de financiamento	(492)	(2.743)	(281)	1.894	(1.641)	(3.663)
Despesa de capital social ⁽⁴⁾	(227)	(1.267)	(2.490)	(2.782)	(2.364)	(1.713)

(*) Apenas para conveniência do leitor, convertimos certos valores em reais a uma taxa de R\$ 5,5805 para US\$ 1,00, a taxa comercial de venda do dólar dos EUA em 31 de dezembro de 2021, conforme publicada pelo Banco Central.

(**) As demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019, 2018 e 2017, apresentadas na tabela referente a Sendas, foram classificadas em uma única linha como operações descontinuadas. Para informações adicionais sobre a Separação da Sendas e o Processo de Spin-Off da Sendas, vide as notas explicativas 1.2 e 33 de nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, incluídas em outras partes deste relatório anual e no “Item 4. Informações sobre a Companhia – 4A. História e Desenvolvimento da Companhia – Mudanças em Nossos Negócios – Processo de Spin-Off do Segmento Operacional Cash and Carry”.

(1) As operações da Via foram classificadas como operações descontinuadas nos períodos de novembro de 2016 a junho de 2019. Para informações adicionais sobre a venda de nossas operações descontinuadas da Via, consulte o “Item 4. Informações sobre a Companhia – 4A. História e Desenvolvimento da Companhia – Mudanças em Nossos Negócios – Segmento Operacional de Venda de Eletrodomésticos”. Além disso, a partir de 1º de novembro de 2016, começamos a registrar nosso investimento na Cnova de acordo com a IFRS 5.

(2) A IFRS 16 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2019. Optamos pelo método de adoção retrospectiva completa como se a IFRS 16 tivesse sido adotada desde a data de início da vigência dos contratos de arrendamento para mostrar os efeitos comparativos de cada período passado. Como resultado, reapresentamos nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas e as informações financeiras incluídas neste relatório anual, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

(3) Em decorrência da aquisição do Grupo Éxito em 27 de novembro de 2019, esta tabela inclui as informações financeiras do Grupo Éxito a partir de e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, exclusivamente quanto ao mês de dezembro de 2019.

(4) As despesas de capital social são compostas pelo caixa utilizado na compra de imobilizado e intangível, conforme refletido na demonstração do fluxo de caixa consolidada.

Fontes de Fundos

Financiamos nossas operações e despesas de capital social principalmente a partir de nosso fluxo de caixa proporcionado pelas atividades operacionais e pela venda de recebíveis com antecipação para instituições financeiras (bancos e compradores de cartões de crédito). Adicionalmente, emitimos debêntures nos mercados locais e celebramos contratos de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras.

Em 2021, continuamos vendendo nossos recebíveis para instituições financeiras e compradores de cartão de crédito com antecipação, sem direito a recurso ou qualquer obrigação relacionada. Para obter mais informações sobre a antecipação de recebíveis, consulte a nota explicativa 7.1 de nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, incluídas em outras partes deste

relatório anual. Acreditamos que nossas fontes de recursos são adequadas ao nosso perfil de endividamento e suficientes para atender às nossas necessidades de capital de giro e investimentos.

Nossas principais fontes de liquidez têm sido historicamente os fluxos de caixa fornecidos por nossas atividades operacionais. O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais, incluindo operações continuadas e descontinuadas, foi de R\$ 2.728 milhões, R\$ 4.742 milhões e R\$ 1.135 milhões em 2021, 2020 e 2019, respectivamente. De 2020 a 2021, a redução de R\$ 2.014 milhões no caixa líquido gerado pelas atividades operacionais se deveu principalmente a uma diminuição de R\$1.366 milhões no lucro líquido, R\$480 milhões em juros e variações monetárias, R\$447 milhões em depreciação e amortização e R\$306 milhões em provisão para contingências, R\$745 milhões em imposto de renda diferido, R\$564 milhões em perdas na alienação de imobilizado, R\$324 milhões em baixa de passivo de arrendamento, parcialmente compensados por um aumento de R\$2.131 milhões em estoques. De 2019 a 2020, o aumento do caixa líquido gerado pelas atividades operacionais se deveu principalmente a um aumento de R\$ 1.490,0 milhões e R\$ 1.941,0 milhões em contas a pagar e R\$ 1.005,0 milhões em depreciação e amortização.

O caixa líquido utilizado nas atividades de investimento foi de R\$ 77 milhões, R\$ 4.291 milhões e R\$ 3.266 milhões para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, respectivamente. Em 2021, 2020 e 2019 nosso caixa líquido utilizado em atividades de investimento foi relacionado principalmente a reformas de lojas, compra de equipamentos e intangível, em 2021, e em 2020 ao caixa de desconsolidação da Sendas. Além disso, em 2021, 2020 e 2019, usamos o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais principalmente para investimentos em nosso programa de despesas de capital social, totalizando R\$ 1.267,0 milhões, R\$ 2.490,0 milhões e R\$ 2.782,0 milhões, respectivamente. As receitas das vendas de imobilizado em 2021 geraram um fluxo de caixa de R\$ 1.315 milhões principalmente devido à venda das lojas Extra Hiper para a Sendas em 2021.

O caixa líquido proveniente de (usado em) atividades de financiamento, foi o caixa líquido usado de R\$ 2.743 milhões, caixa líquido usado de R\$ 281 milhões e caixa líquido fornecido de R\$ 1.894 milhões para os anos encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, respectivamente. De 2020 a 2021, a diminuição se deu em função de uma diminuição em nossa demanda por novos endividamentos. Nossos empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes no final do ano diminuíram 1,0%, ou R\$ 89 milhões, de R\$ 9.140 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 9.051 milhões em 31 de dezembro de 2021 e consistiram em:

- R\$ 7.349 milhões em empréstimos em reais;
- R\$ 455 milhões em dívidas denominadas em dólares dos EUA, convertidas em empréstimos denominados em reais; e
- R\$ 1.246 milhões referentes aos contratos de empréstimos e financiamentos do Grupo Éxito.

De 2019 para 2020, a queda deveu-se principalmente à desconsolidação dos resultados da Sendas. Nossos empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes no final do ano diminuíram 35,2%, ou R\$ 4.968 milhões, de R\$ 14.108 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 9.140 milhões em 31 de dezembro de 2020 e consistiram em:

- R\$ 7.285 milhões em empréstimos em reais;
- R\$ 282 milhões em dívidas denominadas em dólares dos EUA, convertidas em empréstimos denominados em reais; e
- R\$ 1.573 milhões referentes aos contratos de empréstimos e financiamentos do Grupo Éxito.

Nossa despesa de juros foi de R\$ 516 milhões em 2021, R\$ 387 milhões em 2020 e R\$ 337 milhões em 2019, excluindo nossas operações descontinuadas.

Nossa posição total de caixa no final do ano diminuiu 5,0%, ou R\$ 437 milhões, de R\$ 8.711 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 8.274 milhões em 31 de dezembro de 2021, dos quais R\$ 3.492 milhões foram relacionados à conversão de caixa e equivalentes de caixa de subsidiárias estrangeiras.

Instrumentos Financeiros

Derivativos

Utilizamos derivativos, como *swaps*, com o objetivo de proteger o risco de exposição cambial ao dólar dos EUA e ao euro, convertendo o custo da dívida em moeda nacional e patamar de juros. Também utilizamos derivativos para proteção contra variações cambiais (dólares dos EUA e euros) nas importações. consulte o “Item 5A. Resultados Operacionais – Cenário Macroeconômico e Fatores que Afetam Nossos Resultados Operacionais”.

Obrigações Contratuais

Nossas obrigações contratuais futuras estimadas eram de R\$ 18.299 milhões em 31 de dezembro de 2021 e incluem dívidas atuais e de longo prazo, debêntures, juros acumulados relacionados a debêntures, passivo de arrendamento e impostos a pagar (exceto imposto de renda).

Durante o exercício fiscal de 2022, temos uma obrigação total de longo prazo de pagar R\$ 346 milhões de dívida de longo prazo, bem como R\$ 22 milhões de juros acumulados relacionados à dívida de longo prazo. Após o exercício fiscal de 2022, nossa dívida de longo prazo é de R\$ 3,992 bilhões e juros acumulados relativos à dívida de longo prazo de R\$ 67 milhões.

Durante o exercício fiscal de 2022, temos a obrigação atual de reembolsar R\$ 992 milhões relacionados ao pagamento do valor principal das debêntures, bem como R\$ 96 milhões de juros acumulados relacionados às debêntures. Após o exercício fiscal de 2022, nossa obrigação referente ao pagamento do valor principal é de R\$ 3,491 bilhões e juros acumulados relativos às debêntures de R\$ 34 milhões.

Para passivo de arrendamento, temos uma obrigação atual e de longo prazo de R\$ 922 milhões e R\$ 5,196 milhões, respectivamente. Para informações adicionais sobre nossa dívida de longo prazo e passivo de arrendamento, consulte a nota 18 de nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas, incluídas neste relatório anual.

Financiamentos FINAME

Temos linhas de crédito em aberto com instituições financeiras vinculadas ao BNDES por meio do programa de Financiamento de Máquinas e Equipamentos (FINAME), que são utilizadas no curso normal de nossos negócios para a compra de máquinas e financiamento de equipamentos. Efetuamos pagamentos de valores de principal em parcelas mensais após um período de carência. Historicamente, o BNDES tem sido uma de nossas fontes de financiamento para novas lojas e aquisição de redes de supermercados, bem como para aquisição de máquinas e equipamentos. Para obter mais informações sobre as nossas linhas de crédito junto ao BNDES, consulte a nota explicativa 17 de nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, incluídas em outras partes deste relatório anual.

Notas Promissórias

Em julho de 2021, emitimos notas promissórias comerciais no valor principal total de R\$1,0 bilhão, dos quais (i) R\$500,0 milhões referem-se à primeira série, que acumula juros de 1,55% ao ano mais a taxa média do CDI e vence em 30 de julho de 2025, e (ii) R\$500,0 milhões referem-se à segunda série, que acumula juros de 1,65% ao ano mais a taxa média do CDI e vence em 30 de julho de 2026. Em 31 de dezembro de 2021, o valor total em aberto dessa emissão era de R\$ 1.034 milhões.

Debêntures Não Conversíveis

Em janeiro de 2020, emitimos debêntures não conversíveis no Brasil no valor principal total de R\$ 2,0 bilhões, com vencimento em 6 de janeiro de 2023 e juros de 1,45% ao ano mais a taxa média do CDI. Em 31 de dezembro de 2021, o valor total em aberto dessa emissão era de R\$ 2.075 milhões.

Em maio de 2021, emitimos debêntures não conversíveis em duas séries no Brasil, no valor principal total de R\$1,5 bilhão, dos quais (i) R\$980,0 milhões referem-se à primeira série, que acumula juros de 1,70% ao ano mais a taxa média do CDI e vence em 10 de maio de 2026, e (ii) R\$520,0 milhões referem-se à segunda série, que acumula juros de 1,95% ao ano mais a taxa média do CDI e vence em 10 de maio de 2028. Em 31 de dezembro de 2021, o valor total em aberto dessa emissão era de R\$ 1.521 milhões.

Somos obrigados a cumprir certas cláusulas restritivas de nossos instrumentos de dívida. Os índices financeiros são calculados com base em nossas demonstrações financeiras consolidadas elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Os índices são (i) dívida líquida (definida como dívida menos caixa e equivalentes de caixa e contas a receber) não superior ao patrimônio líquido; e (ii) relação dívida líquida consolidada/EBITDA menor ou igual a 3,25. Na data deste relatório anual, estamos em conformidade com as cláusulas restritivas de nossos instrumentos de dívida.

Para obter mais informações sobre nossas debêntures não conversíveis em ações, consulte a nota explicativa 17.4 de nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, incluídas em outras partes deste relatório anual.

Empréstimos em Moedas Estrangeiras

Em 31 de dezembro de 2021, tínhamos empréstimos em dólares dos EUA e pesos colombianos para fortalecer nosso capital de giro, manter nossa estratégia de caixa, estender nosso perfil de dívida e fazer investimentos. Em 31 de dezembro de 2021, o valor total em aberto (correspondente a principal e juros) desses contratos era de R\$ 1.702 milhões.

Em 13 de outubro de 2020, celebramos um contrato de financiamento com o Bank of Nova Scotia, ou Scotiabank, no valor total de US\$ 50 milhões, ou R\$ 448 milhões, com juros de USD mais 2,12% ao ano (R\$ 271 milhões em de 31 de dezembro de 2020).

O Grupo Éxito tem empréstimos em pesos colombianos. Em 31 de dezembro de 2021, o valor total em aberto (correspondente ao principal e juros) desses contratos era de R\$ 1.246 milhões, com juros de IBR 3M mais 1,6% ao ano e IBR 1M mais 1,45%.

Para informações adicionais sobre nossos empréstimos em moeda estrangeira, consulte a nota explicativa 17.1 de nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas referentes ao exercício findo em 17.1 de dezembro de 2021, incluídas em outras partes deste relatório anual.

Reconhecimento de Transações em Moeda Estrangeira

As transações em moeda estrangeira são inicialmente reconhecidas às respectivas taxas de câmbio das moedas funcionais na data em que a transação se qualifica para reconhecimento.

Nossas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a nossa moeda funcional.

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos para reais de acordo com as taxas de câmbio das respectivas moedas na data do balanço patrimonial. Qualquer diferença decorrente do pagamento ou conversão de itens monetários é reconhecida em nosso resultado financeiro. Para obter mais informações sobre a conversão de moedas estrangeiras, consulte a nota 3.2 de nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas, incluídas neste relatório anual.

As demonstrações financeiras de nossas subsidiárias localizadas em países fora do Brasil são convertidas para reais na data do balanço patrimonial, de acordo com os critérios específicos descritos na nota 3.4 de nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas, incluídas neste relatório anual. As diferenças de taxa de câmbio da conversão são reconhecidas diretamente em um componente separado do patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é vendida, o valor acumulado do ajuste de variação cambial no patrimônio líquido é registrado na demonstração de resultado do exercício.

Como a Argentina é considerada uma economia hiperinflacionária desde setembro de 2018, começamos a ajustar os valores de ativos e passivos não monetários, patrimônio líquido e resultados operacionais de nossa subsidiária indireta Libertad, com sede na Argentina, para divulgar a unidade monetária de mensuração no final do ano. A unidade monetária de medida considera os efeitos medidos pelo Índice de Preços ao Consumidor na Argentina a partir de 1º de janeiro de 2017 e o Índice de Preços no Varejo Doméstico na Argentina até 31 de dezembro de 2016. Para mais informações sobre os efeitos da hiperinflação na Argentina em nossos negócios, vide nota 3.5 de nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas, incluídas em outra parte deste relatório anual.

Acordos Não Registrados no Balanço Patrimonial

Exceto conforme divulgado no “Item 7. Principais Acionistas e Transações com Partes Relacionadas—7B. Transações com Partes Relacionadas—Via—Garantias”, não mantemos quaisquer transações, acordos, obrigações ou outros relacionamentos fora do balanço patrimonial com entidades não consolidadas ou outras que sejam razoavelmente prováveis de ter um efeito substancial atual ou futuro em nossa condição financeira, mudanças na condição financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, gastos de capital social ou recursos de capital social.

5C. Pesquisa e Desenvolvimento, Patentes e Licenças, Etc.

Não temos atividades significativas de pesquisa e desenvolvimento.

5D. Informação sobre Tendências

A discussão a seguir é baseada principalmente em nossas expectativas atuais sobre eventos futuros e tendências que afetam nossos negócios. Os resultados reais para nosso setor e desempenho podem diferir substancialmente. Para obter mais informações relacionadas às nossas declarações prospectivas, consulte “Declarações Prospectivas” e para uma descrição de certos fatores que podem afetar nosso setor no futuro e nosso próprio desempenho futuro, consulte o “Item 3. Informações Principais – 3D. Fatores de Risco”.

Nossa estratégia para 2022 é acelerar nosso plano de expansão, fortalecendo as competências essenciais nos segmentos mais rentáveis e atuantes do nosso portfólio, representados pelas lojas premium e de proximidade, supermercados de bairro e *e-commerce* alimentar. Em 2022, pretendemos continuar nossa transição para um novo Grupo Pão de Açúcar em um novo ciclo que reforça nossos pontos fortes e visa proporcionar a melhor experiência de compra para nossos clientes.

Esperamos grande volatilidade no mercado brasileiro em 2022, devido às eleições presidenciais. No entanto, acreditamos estar preparados para enfrentar os efeitos dessa volatilidade e outros desafios que possam surgir em 2022, com flexibilidade, agilidade e resiliência, apoiados na capacidade de execução de nossa equipe de administração e empregados.

À medida que novas variantes do vírus da COVID-19 surgiram, os governos continuaram a impor medidas restritivas até recentemente. No segundo semestre de 2021, a maioria dos governos da América Latina, incluindo Brasil, Colômbia, Uruguai e Argentina, flexibilizou as medidas restritivas anteriormente impostas para conter a propagação do vírus da COVID-19 e das variantes.

Em se tratando de mercearias, nossa atividade é considerada essencial e nossas operações comerciais no Brasil não foram adversamente afetadas pelas medidas restritivas impostas pelos governos federal e estaduais brasileiros em 2021. Por outro lado, nossas operações colombianas foram adversamente afetadas pelas medidas restritivas impostas pelos governos regionais e estaduais em decorrência da pandemia de COVID-19, uma vez que as restrições impostas na Colômbia eram mais rigorosas do que no Brasil.

O levantamento das restrições relacionadas à COVID-19 e o avanço da vacinação contra a COVID-19 na Colômbia, Uruguai e Argentina, durante o segundo semestre de 2021, aumentaram o tráfego de pedestres em lojas e shoppings e a atividade turística nesses países, resultando em aumento das vendas e da receita operacional líquida do Grupo Êxito em 2021, quando comparado a 2020. Para mais informações sobre os efeitos da COVID-19 nas operações do Grupo Êxito, consulte o “—Item 5A. Resultados Operacionais—Cenário Macroeconômico e Fatores que Afetam nossos Resultados Operacionais—COVID-19”.

Em 31 de dezembro de 2021, avaliamos os impactos da COVID-19 em nossos negócios e concluímos que não esperamos ter mudanças adversas relevantes em nossas receitas e outras linhas de nossa demonstração de resultado do exercício e não precisamos registrar nenhuma provisão relacionada à COVID-19.

Em 14 de outubro de 2021 e 16 de dezembro de 2021, os conselheiros da CBD e da Sendas, em reuniões do conselho de administração de ambas as empresas, aprovaram a Transação de Cessão de Imóveis. Até a data deste relatório anual, havíamos concluído a cessão de 60 lojas *Extra Hiper* para a Sendas. Esperamos ceder todas as lojas para a Sendas no âmbito da Transação de Cessão de Imóveis até o final de maio de 2022. Das 33 lojas *Extra Hiper* que não foram cedidas para a Sendas, até 29 serão convertidas em lojas *Pão de Açúcar* ou *Mercado Extra*. Estamos analisando se as quatro lojas *Extra Hiper* remanescentes serão fechadas ou convertidas em outras

bandeiras. Para mais informações sobre a descontinuidade da bandeira *Extra Hiper*, consulte o “—Item 5A. Resultados Operacionais — Operações Descontinuadas — Operações Descontinuadas do Exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2022 — Lojas Extra Hiper”.

Além disso, de forma condizente com nossa estratégia de otimizar a plataforma de lojas e alocar recursos para acelerar o crescimento de nossas bandeiras mais rentáveis, decidimos fechar todas as nossas drogarias. Esperamos classificar os resultados operacionais de nossas drogarias como operações descontinuadas em nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas do exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2022. Para mais informações sobre a descontinuação de nossas drogarias, consulte o “—Item 5A. Resultados Operacionais— Operações Descontinuadas—Operações Descontinuadas do Exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2022— Drogarias”.

Também implementamos um forte plano de transformação digital, incluindo o uso de ativos físicos para suporte logístico, lançando nossa própria operação online e o *marketplace* do Grupo Pão de Açúcar, o que nos ajudou a suportar o forte aumento da demanda de comércio eletrônico, a desenvolver um relacionamento mais próximo com os fornecedores, ao mesmo tempo em que melhoramos a experiência de compra de nossos clientes e fornecemos soluções inovadoras a nossos clientes. Também firmamos parcerias com *last milers* e *Mercado Livre* para estar onde nosso cliente quiser e aumentar a área de entrega de nossas lojas. Para mais informações sobre nossa transformação digital, consulte o “Item 4. Informações sobre a Companhia – 4A. História e Desenvolvimento da Companhia—Mudanças em Nossos Negócios—Transformação digital”.

O Grupo Éxito continuará a implementar soluções tecnológicas que utilizam tecnologias sem contato, atendimento ao cliente, análise de dados, logística e cadeia de fornecimento, bem como a estratégia de administração de recursos humanos do Grupo Éxito para o período 2021-2024. Por isso, somos cada vez mais multiformatos, multicanais e multiregionais, em todos os países, principalmente com nossas conversões de lojas no Brasil e na Colômbia.

Além disso, temos a expectativa de que a invasão da Ucrânia pela Rússia e as respostas internacionais a ela, incluindo sanções, continuem a causar instabilidade nos mercados internacionais e a impactar o fornecimento global de petróleo e de outras commodities. Esses fatores afetaram negativamente e podem continuar afetando negativamente os preços de combustíveis e de produtos alimentícios, o que pode resultar em um aumento em nossos custos dos produtos vendidos e despesas operacionais. Se não conseguirmos repassar aos nossos clientes aumentos em nossos custos e despesas, nossos resultados operacionais poderão ser afetados adversamente.

Finalmente, o conflito pode escalar militarmente tanto regional como globalmente. Qualquer escalada substancial teria um efeito material adverso nas condições macroeconômicas nas regiões onde operamos e, conseqüentemente, em nós.

5E. Políticas contábeis e estimativas críticas

A elaboração de nossas demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com as IFRS emitidas pela IASB, exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de receitas, despesas, ativos e passivos e as divulgações anexas, bem como a divulgação de passivos contingentes, no final do período de relatório. No entanto, a incerteza quanto a esses pressupostos e estimativas poderia originar resultados que requerem ajuste relevante do valor contábil de ativos ou passivos afetados em períodos futuros.

Discutimos abaixo as principais premissas e julgamentos sobre o futuro e outras fontes importantes de estimativas incertas na data do relatório que apresentam um risco significativo de causar um impacto significativo nos valores contábeis de ativos ou passivos no próximo exercício financeiro.

Para mais detalhes sobre políticas contábeis críticas e nossa adoção de novas normas contábeis, como a IFRS 16, consulte as notas 3 e 4 de nossas demonstrações financeiras consolidadas, incluídas neste relatório anual.

Teste Anual de Imparidade de Fundo de Comércio e Intangíveis

Testamos anualmente se o fundo de comércio está deteriorado, de acordo com a política contábil indicada nas notas 14, 15 e 15.1 de nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas em e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, incluídas em outras partes deste relatório anual e normas internacionais de contabilidade, ou IAS, IAS 36 – Imparidade de Ativos. Outros intangíveis, de vida útil indefinida, como marcas e direitos comerciais, são submetidos a testes de recuperabilidade na mesma base do Fundo de Comércio.

Em 31 de dezembro de 2021, calculamos o valor recuperável de fundo de comércio decorrente de aquisições anteriores, com o objetivo de avaliar sua recuperabilidade e potencial perda de valor resultante de eventos ou mudanças nas condições econômicas, operacionais e tecnológicas que possam indicar perda de valor.

Para fins de teste de redução ao valor recuperável, o intangível com vida útil indefinida não é amortizado, mas testado quanto ao valor recuperável no final de cada período de relatório ou sempre que houver indícios de que seu valor contábil possa estar deteriorado individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação é revisada anualmente para determinar se a premissa de vida útil indefinida permanece válida. Caso contrário, a vida útil é alterada prospectivamente de indefinida para definida.

O valor recuperável alocado a cada segmento foi definido por meio de cálculo baseado no valor em uso dos ativos com base em projeções de fluxo de caixa decorrentes de orçamentos financeiros aprovados pela alta administração para os próximos três anos. A taxa de antecipação aplicada às projeções de fluxo de caixa foi de 10,6% a cada ano e os fluxos de caixa superiores a três anos são extrapolados pela taxa de crescimento de longo prazo esperada de 4,8% para nosso segmento de varejo brasileiro. Com base nessa análise, não foi identificada nenhuma perda por redução ao valor recuperável. A taxa de antecipação do Grupo Éxito aplicada às projeções de fluxo de caixa é de 7,4% (e os fluxos de caixa superiores ao triênio são extrapolados com uma taxa de crescimento de 3%). Com base nessa análise, reconhecemos uma perda de R\$ 22 milhões em nome comercial.

Os direitos comerciais são intangíveis que são valores pagos a ex-proprietários de estabelecimentos comerciais. Para testar a deterioração desses ativos, alocamos os valores dos direitos comerciais identificáveis por loja e os testamos em conjunto com os ativos fixos da loja, conforme descrito nas notas 15.1 e 15.2 às nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, incluído em outra parte deste relatório anual.

Imposto de Renda

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e o valor e época de resultados tributáveis futuros. Dada a natureza e complexidade de nossos negócios, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, podem exigir ajustes futuros nas receitas e despesas tributárias já registradas. Reconhecemos provisões, com base em estimativas razoáveis, para as consequências de auditorias pelas autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que operamos. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como nossa experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de questões, dependendo das condições prevalentes na jurisdição da respectiva entidade.

Os ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos para todas as perdas fiscais não utilizadas na medida em que seja provável que haverá disponibilidade de lucro tributável contra as perdas podem ser utilizados. É necessário um julgamento administrativo relevante para determinar o valor de ativos fiscais diferidos que podem ser reconhecidos, com base no momento provável e no nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias futuras de planejamento tributário.

Reconhecemos ativos fiscais diferidos relacionados a prejuízos fiscais no valor de R\$1.145 milhões em 31 de dezembro de 2021, R\$514 milhões em 31 de dezembro de 2020 e R\$453 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essas perdas não expiram e referem-se a subsidiárias que possuem oportunidades de planejamento tributário disponíveis para suportar esses saldos. O uso de prejuízos fiscais é limitado por lei a 30% do lucro tributável em um único exercício fiscal.

Valor Justo de Derivativos e Outros Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo dos ativos e passivos financeiros registrados nas demonstrações financeiras não puder ser observado em mercados ativos, ele será determinado de acordo com a hierarquia estabelecida pela IFRS 13, que estabelece determinadas técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As entradas para esses modelos são obtidas de mercados observáveis sempre que possível ou de informações sobre operações e transações comparáveis no mercado. Os julgamentos incluem análises de dados, como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo informado de instrumentos financeiros.

O valor justo dos instrumentos financeiros que são negociados ativamente em mercados organizados é determinado com base nas cotações de mercado, na data do período do relatório. Para instrumentos financeiros que não são negociados ativamente, o valor justo é baseado em técnicas de avaliação definidas por nós e compatíveis com as práticas usuais de mercado. Essas técnicas incluem o uso de transações recentes de mercado livre, *benchmarking* do valor justo de instrumentos financeiros similares, análises de fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

Pagamentos baseados em Ações

O custo das transações com empregados elegíveis à remuneração baseada em ações é mensurado com base no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da concessão. A estimativa do valor justo das transações de pagamento baseado em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado, que depende dos termos e condições da concessão específica. Essa estimativa também requer a determinação dos insumos mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida útil esperada das opções de compra de ações, volatilidade e rendimento de dividendos, bem como fazer suposições sobre eles. As premissas e modelos usados para estimar o valor justo das transações de pagamento com base em ações são divulgados na nota 24 de nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas em e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, incluídas em outra parte deste relatório anual.

Provisão para Contingências

Somos parte em diversos processos judiciais e administrativos no curso normal de nossos negócios. As provisões para processos judiciais são reconhecidas para todos os casos que representem perdas prováveis razoavelmente estimadas. A avaliação da probabilidade de perda leva em conta as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as decisões anteriores de tribunais e a sua relevância jurídica, bem como a opinião da assessoria jurídica. Para obter detalhes sobre os processos judiciais, consulte a nota explicativa 21 de nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, incluídas em outras partes deste relatório anual.

Redução ao Valor Recuperável dos Ativos Financeiros

Em 1º de janeiro de 2018, começamos a adotar a IFRS 9. A IFRS 9 substitui o modelo de perdas incorridas da IAS 39 por um modelo de perdas de crédito esperadas. O novo modelo de perda por redução ao valor recuperável se aplica a ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outro resultado abrangente, mas não se aplica a investimentos em instrumentos patrimoniais (ações) ou ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado ou perda.

Mensuramos as provisões para perdas de contas a receber e outras contas a receber e ativos contratuais em um valor que equivale à perda de crédito esperada para toda a vida útil do mesmo recebível ou ativo contratual. Utilizamos a mesma mensuração para contas a receber de clientes, cujo portfólio de recebíveis é fragmentada, alugueis a receber e contas a receber de atacado. O expediente prático foi aplicado por meio da adoção de uma matriz de perdas para cada faixa de vencimento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde seu reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, levamos em consideração informações razoáveis e sustentáveis que sejam relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base em nossa experiência histórica, durante a avaliação de crédito e considerando informações sobre projeções. Consideramos que o risco de crédito de um ativo financeiro aumenta significativamente se o ativo estiver vencido há mais de 90 dias. Para obter informações adicionais, consulte a nota 3 de nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas, incluídas em outras partes deste relatório anual.

Tributos a Recuperar

Pagamos Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, ou ICMS, que é um imposto estadual sobre valor agregado cobrado sobre a venda de mercadorias e a prestação de serviços em cada fase de produção e vendas. Nos estados brasileiros onde atuamos, e para a maioria dos produtos em nosso mix de vendas, aplica-se o regime de substituição tributária do ICMS. No regime de substituição tributária, a responsabilidade pelo pagamento antecipado dos tributos devidos sobre toda a cadeia de produção e comercialização de determinados

produtos é principalmente dos fabricantes e, em alguns casos (dependendo do regime tributário aplicável em cada estado e para cada produto) pode ser nossa responsabilidade. No regime de substituição tributária, o imposto é recolhido na venda dos produtos e repassado ao governo. Registramos os impostos pagos à vista no regime de substituição tributária de acordo com o regime de competência em nosso custo dos produtos revendidos.

Também temos créditos tributários recuperáveis relacionados à contribuição previdenciária (*Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social*), ou impostos de COFINS e integração social (*Programa de Integração Social*), ou PIS.

A estimativa de recuperabilidade futura desses créditos tributários é feita com base em projeções de crescimento, questões operacionais, consumo dos créditos pelas empresas do Grupo Pão de Açúcar e regime tributário especial. Para detalhes de créditos e compensação, veja a nota 10 de nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas, incluídas em outras partes deste relatório anual.

Combinação de Negócios e Fundo De Comércio

De acordo com a IFRS 3, a combinação de negócios é contabilizada utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, mensurada pelo valor justo na data de aquisição, e o valor remanescente da participação não controladora na empresa adquirida. Para cada combinação de negócios, o comprador mensura a participação não controladora na adquirida pelo valor justo ou pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida, de acordo com nossa política contábil. Os custos de aquisição incorridos são tratados como uma despesa e incluídos nas despesas administrativas.

O fundo de comércio é inicialmente mensurado pelo custo e é o excesso entre a contraprestação transferida e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, incluindo quaisquer participações não controladoras. Se a contraprestação transferida for inferior ao valor justo dos ativos líquidos do comprador, reconhecemos um ganho na compra vantajosa no resultado.

Arrendamento

De acordo com a IFRS 16, avaliamos os contratos que celebramos para avaliar se é ou contém uma provisão de arrendamento. Entendemos que um contrato é ou contém um arrendamento quando transfere o direito de controlar o uso de um determinado ativo por um período especificado em troca de contraprestação.

Alugamos equipamentos e espaços comerciais, incluindo lojas e centros de distribuição, por meio de contratos de arrendamento canceláveis e não canceláveis. Os prazos dos contratos de arrendamento para suporte a essas transações variam entre cinco e 25 anos.

Arrendatária

Quando atuamos como arrendatários nos contratos de arrendamento que celebramos, avaliamos nossos contratos de arrendamento para identificar o prazo do contrato de arrendamento de acordo com o prazo em que o arrendatário tem o controle do uso de um determinado ativo, considerando as opções de prorrogação e rescisão. De acordo com a IFRS 16, não consideramos em nossa avaliação contratos com prazo inferior a doze meses e com valor de ativo individual inferior a US\$ 5.000.

Os contratos são registrados a partir da data em que foram celebrados e quando o respectivo ativo está pronto para ser utilizado, mediante o reconhecimento de um passivo de arrendamento e um correspondente ativo de direito de uso. O passivo de arrendamento é calculado pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento, utilizando a taxa de empréstimo incremental para ativos similares.

Os pagamentos efetuados são segregados entre encargos financeiros e redução do passivo de arrendamento, de forma a obter uma taxa de juros constante sobre o saldo do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesas financeiras de um determinado período.

Os ativos de direito de uso são amortizados pelo prazo do contrato de arrendamento. As capitalizações para benfeitorias, benfeitorias e reformas realizadas nas lojas são amortizadas pela vida útil estimada ou pelo prazo de uso esperado do ativo, que pode ser limitado caso haja evidência de que o arrendamento não será prorrogado.

Os aluguéis variáveis são reconhecidos como gastos nos exercícios em que são incorridos.

Arrendadora

Quando atuamos como arrendadores nos contratos de arrendamento que celebramos, avaliamos a transferência de riscos e benefícios para os arrendatários. Os arrendamentos nos quais não transferimos substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo são classificados como arrendamentos operacionais. Os custos diretos iniciais de negociação dos arrendamentos operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo arrendado e reconhecidos pelo prazo do contrato, na mesma base da receita de aluguel.

Os aluguéis variáveis são reconhecidos como receita nos exercícios em que são auferidos.

ITEM 6. CONSELHEIROS, ALTA ADMINISTRAÇÃO E EMPREGADOS

6A. Conselheiros e Alta Administração

Conselho de Administração

A tabela a seguir apresenta o nome, cargo, ano de eleição e data de nascimento de cada um dos membros de nosso conselho de administração na data deste relatório anual. Segue a tabela contendo uma breve descrição biográfica de cada um dos membros do nosso conselho:

<u>Nome</u>	<u>Cargo</u>	<u>Ano da Primeira Eleição</u>	<u>Data de Nascimento</u>
Jean-Charles Henri Naouri	Presidente	2005 ⁽¹⁾	8 de março de 1949
Arnaud Daniel Charles Walter Joachim Strasser	Co-Vice-Presidente	2010 ⁽²⁾	6 de julho de 1969
Ronaldo Iabrudi dos Santos Pereira.....	Co-Vice-Presidente	2016 ⁽³⁾	14 de maio de 1955
Hervé Daudin	Conselheiro	2019	12 de maio de 1967
Christophe José Hidalgo.....	Conselheiro	2020	25 de outubro de 1967
Rafael Sirotsky Russowsky	Conselheiro	2020	10 de dezembro de 1977
Luiz Augusto de Castro Neves	Conselheiro (Independente)	2012	29 de outubro de 1943
Eleazar de Carvalho Filho	Conselheiro (Independente)	2012	26 de julho de 1957
Renan Bergmann	Conselheiro (Independente)	2020	16 de fevereiro de 1954

(1) O Sr. Jean-Charles Henri Naouri é membro de nosso conselho de administração desde 2005 e presidente de nosso conselho de administração desde 2013.

(2) O Sr. Arnaud Daniel Charles Walter Joachim Strasser é membro de nosso conselho de administração desde 2010 e co-vice presidente de nosso conselho de administração desde 2018.

(3) O Ronaldo Iabrudi dos Santos Pereira é membro de nosso conselho de administração desde 2016 e co-vice presidente de nosso conselho de administração desde 2018.

O Sr. *Jean-Charles Henri Naouri* é o presidente do nosso conselho de administração desde 2013. Ele também é membro de nosso conselho de administração, presidente e diretor presidente do Grupo Casino e presidente da controladora do Grupo Casino, Euris S.A.S., ou Euris, desde 2002. Ele também atua como presidente do conselho de administração da Rallye S.A., ou Rallye, presidente da Euris Foundation, vice-presidente da Casino Group Corporate Foundation e membro do conselho de administração da F. Marc de Lacharrière (Fimalac) S.A. Ele atuou como presidente e diretor presidente da Casino Finance até 2017, presidente do conselho de administração da CNova até 2015, presidente do conselho de administração da Wilkes Participações até 2015, membro do conselho fiscal da Monoprix S.A. até 2014, diretor presidente da Rallye até 2013, e como presidente, diretor presidente e presidente do conselho fiscal da Monoprix S.A. até 2013. Em 2013, o Sr. Naouri foi nomeado pelo Ministério das Relações Exteriores da França como representante especial para as relações econômicas com o Brasil. De 1982 a 1986, o Sr. Naouri atuou como chefe de gabinete do Ministro de Assuntos Sociais e Solidariedade Nacional da França e do Ministro de Economia, Finanças e Orçamento da França. O Sr. Naouri é *Inspecteur des Finances* (Inspetor de Finanças) do governo francês. O Sr. Naouri é formado pela *École Normale Supérieure* e pela *École Nationale d'Administration*, Ph.D. em matemática, e estudou na Universidade de Harvard.

O Sr. *Arnaud Daniel Charles Walter Joachim Strasser* é co-vice presidente de nosso conselho de administração desde 2018 e membro do nosso conselho de administração desde 2010. Antes de atuar como co-vice-presidente, ele foi vice-presidente do nosso conselho de administração de 2012 a 2018. Também é membro do conselho de administração da Cnova desde 2014. O Sr. Strasser também atuou como membro do conselho de administração da Big C Supercenter plc. Ele trabalha no Grupo Casino desde 2007, onde atualmente atua como diretor de desenvolvimento corporativo e participações. Até 2009, foi assessor do presidente para o desenvolvimento internacional do Grupo Casino. O Sr. Strasser também trabalhou como chefe de missão no Gabinete do Primeiro Ministro da França em 2005 e como assessor especial no Gabinete do Ministro de Empresas e Comércio francês, de 2005 a 2007. O Sr. Strasser é bacharel pela *École Nationale d'Administration* e mestre pela *École des Hautes Études Commerciales* e pelo *Institut d'Études Politiques de Paris*.

O Sr. *Ronaldo Iabrudi* é co-vice presidente de nosso conselho de administração desde abril de 2018 e é membro de nosso conselho de administração desde 2016. Ele também é vice-presidente do conselho de administração da Cnova. De janeiro de 2014 a abril de 2018, o Sr. Iabrudi atuou como nosso diretor presidente. Anteriormente, foi presidente dos conselhos de administração da Lupatech, Contax e Telemar, e membro do conselho de administração da Estácio, Magnesita Refratários S.A., ou Magnesita, Cemar, Oi/Telemar, RM Engenharia e Ispamar. Ele também foi diretor presidente da Magnesita de 2007 a 2011 e de 1999 a 2006 trabalhou no Grupo Telemar, onde ocupou diversos cargos, incluindo diretor presidente da Oi/Telemar e Contax. De 1997 a 1999, o Sr. Iabrudi foi diretor presidente da FCA (Ferrovia Centro-Atlântica) e de 1984 a 1997, foi diretor financeiro e administrativo e diretor de recursos humanos do grupo Gerdau. O Sr. Iabrudi é formado em psicologia pela *Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais*, mestre em desenvolvimento organizacional pela *Université Panthéon Sorbonne* e mestre em administração de mudanças pela *Université Paris Dauphine*.

O Sr. *Hervé Daudin* é atualmente membro do comitê executivo e conselheiro executivo de mercadorias, da Divisão de Agronegócios e da Cadeia de Suprimentos, Logística e TI do Grupo Casino. É membro do conselho de administração da Almacenes Éxito (Colômbia), CDiscout (França), Distribution Casino France, European Marketing Distribution, Achats Marchandise Casino e Big C (Tailândia). Ele foi membro do conselho de administração da Via. Após ocupar o cargo de Conselheiro do Grupo Euris, controladora do Grupo Casino, ingressou no Grupo Casino em 2003, onde ocupou diversos cargos executivos nas áreas de estratégia, logística e tecnologia. Iniciou sua carreira como economista e foi, por sete anos, funcionário de alto escalão no Ministério da Economia da França. O Sr. Daudin é bacharel em ciências físicas e doutor em economia pela *École Normale Supérieure of Paris* e é formado em Engenharia pela *École Nationale des Ponts et Chaussées*.

O Sr. *Christophe José Hidalgo* atuou como nosso diretor financeiro de 2012 a 2021 e como nosso diretor financeiro e diretor de relações com investidores de 2020 a 2021. Ele também é nosso diretor de serviços corporativos desde 2012. Ingressou no Grupo Casino em 2000, onde ocupou diversos cargos nas áreas financeira e contábil, incluindo diretor financeiro do Grupo Éxito de 2010 a 2012. De 1996 a 2000, o Sr. Hidalgo atuou como diretor financeiro da Castorama. O Sr. Hidalgo é bacharel em direito e mestre em finanças e contabilidade pela *Université de Bordeaux*.

O Sr. *Rafael Sirotsky Russowsky* é conselheiro de desenvolvimento corporativo e participações do Grupo Casino desde 2012. Anteriormente, foi banqueiro de investimentos especializado em operações de M&A e mercado de capitais de ações no Credit Suisse, Morgan Stanley e Oppenheimer & Co. Além disso, trabalhou no HSBC e no Safra Banco, com foco em operações de crédito. O Sr. Russowsky é formado em administração de empresas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e possui MBA pela Columbia Business School em Nova York.

O Sr. *Luiz Augusto de Castro Neves* é membro independente de nosso conselho de administração desde 2012. O Sr. Castro Neves foi diplomata de carreira tendo ingressado no serviço diplomático brasileiro em 1967 e atuou como embaixador do Brasil no Japão, de 2008 a 2010, China, Mongólia e República Popular Democrática da Coreia entre 2004 e 2008, e Paraguai, de 2000 a 2004. Também foi presidente da Itaipu Binacional e Ministro de Estado Interino e Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência do Brasil. É sócio fundador da *CN Estudo e Projetos Ltda.*, vice-presidente emérito do Centro Brasileiro de Relações Exteriores, presidente do Conselho Empresarial China-Brasil e membro do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio. O Sr. Castro Neves é bacharel em economia pela *Universidade Federal do Rio de Janeiro* e em diplomacia pelo *Instituto Rio-Branco* do Ministério de Relações Exteriores do Brasil e mestre em economia pela Universidade de Londres.

O Sr. *Eleazar de Carvalho Filho* é membro independente de nosso conselho de administração desde 2012 e membro do conselho de administração da Cnova desde 2014. É sócio fundador da Virtus BR Partners,

empresa de consultoria independente, e da Sinfonia Capital, e atualmente atua como membro dos conselhos de administração da TechnipFMC, plc e da Brookfield Renewable Corporation. Desde 2018, atua no conselho de administração da Oi S.A. e em setembro daquele ano foi eleito Presidente. Atuou como diretor presidente do *Unibanco Banco de Investimentos do Brasil S.A.*, presidente do BNDES e conselheiro-gerente do *Banco UBS – Brasil Banco de Investimento S.A.* Atuou como presidente do conselho de administração da BHP Billiton Brasil e como membro do conselho de administração da *Petrobras, Centrais Elétricas Brasileiras S.A., Vale, Tele Norte Leste Participações, Alpargatas* e outras. Ele também é presidente do conselho de diretores da Fundação Orquestra Sinfônica Brasileira. Ele é bacharel em economia pela New York University e mestre em relações internacionais pela Johns Hopkins University.

O Sr. *Renan Bergmann* é graduado em engenharia química pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e mestre em engenharia química nuclear pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE). Ele completou o programa executivo na John E. Anderson Graduate School of Management e o programa executivo “Tornando os Conselhos Corporativos Mais Eficazes” na Harvard Business School. É membro do conselho de administração da Fogo de Chão desde 2018 e é conselheiro sênior do Grupo Rhone. Foi membro do conselho de administração da Rampak de Columbus, Ohio, EUA, SLC Participações, FCC Campo Bom - RS, CCRR, Terphane Holdings LLC de Delaware, Almatix B.V. e UTEX de Houston TX. Ele também foi consultor da New Globe.

Diretores Executivos

A tabela a seguir apresenta o nome, cargo, ano de eleição e data de nascimento de cada um dos nossos diretores executivos na data deste relatório anual. Segue a tabela contendo uma breve descrição biográfica de cada um dos diretores executivos:

<u>Nome</u>	<u>Cargo</u>	<u>Ano da Primeira Eleição</u>	<u>Data de Nascimento</u>
Marcelo Pimentel	Diretor Presidente	2022	3 de abril de 1973
Guillaume Marie Didier Gras	Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores	2021	22 de agosto de 1978
Luiz Henrique Rodrigues Costa	Diretor de Operações	2021	26 de dezembro de 1968
Frédéric Garcia	Diretor de Operações de Negócios	2021	24 de março de 1970

O Sr. *Marcelo Pimentel* é um executivo com mais de 20 anos de experiência em operações de varejo. O Sr. Pimentel foi diretor presidente das Lojas Marisa de 2019 a 2022 e diretor de operações de varejo de 2017 a 2019. De 2015 a 2017, foi diretor de operações de varejo da Drogarias Pacheco. Antes de 2015, ele trabalhou em cargos executivos de nível sênior para o Grupo Walmart no Brasil e no Reino Unido por mais de dez anos.

O Sr. *Guillaume Marie Didier Gras* é bacharel em negócios pela EDHEC Business School. Ele também trabalhou na *Ernest & Young* e no IECD (Instituto Europeu para Cooperação e Desenvolvimento) no Líbano. O Sr. Gras trabalha no Grupo Casino há mais de 16 anos e, nos últimos sete anos, desenvolveu várias funções internacionais: atuando como diretor financeiro do BIG-C Vietnam por quase dois anos e na Empresa desde 2016, quando ingressou como chefe de controle financeiro. Desde março de 2021, ele atua como nosso diretor financeiro e diretor de relações com investidores.

O Sr. *Luiz Henrique Rodrigues Costa* é graduado em engenharia mecânica pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), pós-graduado nas áreas de segurança do trabalho, qualidade e administração, MBA em negócios pela *Fundação Dom Cabral* e pós-MBA pela Northwestern University - Kellogg School of Management. Atua na Empresa desde 2014 e, antes de ingressar na Empresa, atuou por mais de 20 anos em cargos executivos nos segmentos de telecomunicações, siderurgia e indústria, em empresas como a Oi/Telemar e Grupo Gerdau. O Sr. Costa é atualmente nosso diretor de operações.

O Sr. *Frédéric Garcia* trabalha para a Empresa desde 2014. Antes de ingressar na Empresa, trabalhou por 21 anos no Carrefour, em países como Argentina, Brasil, Portugal e França, atuando como conselheiro comercial do Carrefour Brasil entre 2011 e 2014. Possui graduação em Ciências Econômicas e Sociais pela Lycée Charles le Chauve (Roissy en Brie/França 1989), pós-graduação em negócios com especialização em Comércio Internacional pelo Institut Européen des Affaires, Paris (1993), e Master Pro-Varejo pela Universidade de São Paulo (2000).

6B. Remuneração

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a despesa total de remuneração de nossos conselheiros, diretores executivos e membros de comitês foi de R\$ 62,4 milhões, dos quais R\$ 49,0 milhões foram pagos à vista. Nossos diretores executivos recebem um pacote de benefícios alinhado às práticas de mercado, incluindo plano de saúde e odontológico, consultas semestrais, previdência privada, seguro de vida, vale-refeição e antecipações em compras. De acordo com a Comissão de Valores Mobiliários, ou CVM, as companhias abertas são obrigadas a divulgar publicamente a remuneração individual mais baixa, mais alta e média paga aos conselheiros, diretores executivos e membros do conselho fiscal.

Em julho de 2007, a Empresa estabeleceu um plano de previdência complementar para seus empregados e contratou a instituição financeira Brasilprev Seguros e Previdência S.A. para administrar o plano. A Empresa faz contribuições mensais em nome de seus empregados com base nos serviços prestados à Empresa. As contribuições feitas pela Empresa no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 totalizaram R\$ 0,5 milhão e as contribuições dos empregados totalizaram R\$ 0,5 milhão com quatro participantes.

Nosso conselho de administração estabeleceu e aprovou um plano de participação nos lucros para nossa administração, incluindo nossos diretores executivos. Nos termos do plano, cada beneficiário do plano tem direito a receber uma remuneração anual com base (i) nos resultados consolidados da Empresa, (ii) nos resultados do segmento de negócios ou do departamento, conforme o caso e a que o indivíduo pertence e (iii) no desempenho do indivíduo. O valor final a ser recebido por cada beneficiário do plano de participação nos lucros é determinado pela multiplicação do valor individual por um índice aplicável a todos os beneficiários e definido de acordo com nosso desempenho operacional.

Remuneração do Conselho de Administração, Diretores Executivos e Conselho Fiscal da CBD para 2020, 2021 e 2022 (esperada)

A tabela abaixo indica a remuneração dos membros do nosso conselho de administração e membros dos comitês do conselho de administração, diretores executivos e conselho fiscal para 2020:

	Conselho de administração e membros dos comitês do conselho de administração	Diretores executivos		Conselho fiscal	Total
		(Em R\$, quando aplicável)			
Número de membros	12,50	4,58	2,00		19,08
Quantidade de membros remunerados	11,50	4,58	2,00		18,08
Remuneração anual fixa	62.670.831	33.921.016	276.000		96.867.847
Benefícios.....	3.063.027	1.211.912	-		4.274.939
Remuneração variável					
Participação nos lucros	-	11.175.170	-		11.175.170
Participação em reuniões	-	-	-		-
Outros (remuneração dos convidados, contribuições e impostos).....	1.981.794	1.735.557	55.200		3.772.552
Benefício pós-emprego	-	-	-		-
Benefícios ao deixar de exercer o cargo.....	-	-	-		-
Remuneração baseada em ações	4.056.475	10.905.968	-		14.962.443
Remuneração total	71.772.126	58.949.624	331.200		131.052.950

A tabela abaixo indica a remuneração dos membros do conselho de administração e membros dos comitês do conselho de administração, diretores executivos e conselho fiscal para 2021:

	Conselho de administração e membros dos comitês do conselho de administração	Diretores executivos		Conselho fiscal	Total
		(Em R\$, quando aplicável)			
Número de membros	9,67	2,83	2,58		15,08
Quantidade de membros remunerados	8,67	2,83	2,58		14,08
Remuneração anual fixa	24.233.299	17.360.181	432.000		42.025.480
Benefícios.....	2.650.518	655.727	-		3.306.246

Remuneração variável		6.994.532	-	6.994.532
Participação nos lucros	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Outros (remuneração dos convidados, contribuições e impostos).....	-	-	-	-
Benefício pós-emprego.....	-	-	-	-
Benefícios ao deixar de exercer o cargo.....	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	6.907.644	3.201.608	-	10.109.252
Remuneração total.....	33.791.461	28.212.048	432.000	62.435.510

A tabela abaixo indica a remuneração esperada dos membros do conselho de administração e membros dos comitês do conselho de administração, diretores executivos e conselho fiscal para 2022 (esperada):

	Conselho de administração e membros dos comitês do conselho de administração	Diretores executivos	Conselho fiscal	Total
	(Em R\$, quando aplicável)			
Número de membros	13,00	4,00	3,00	20,00
Quantidade de membros remunerados	12,00	4,00	3,00	19,00
Remuneração anual fixa	11.042.438	7.696.667	432.00	19.171.105
Benefícios.....	4.624.779	3.162.980	-	7.787.760
Remuneração variável				
Participação nos lucros	20.026.273	7.235.000	-	33.261.273
Participação em reuniões	-	-	-	-
Outros (remuneração dos convidados, contribuições e impostos).....	-	20.000.000	-	-
Benefício pós-emprego.....	-	-	-	-
Benefícios ao deixar de exercer o cargo.....	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	4.750.000	3.424.267	-	8.174.267
Remuneração total.....	46.443.491	50.149.592	432.000	97.025.083

Remuneração Variável do exercício social de 2020, 2021 e 2022 (esperada):

Abaixo apresentamos a remuneração variável de nossos diretores executivos paga em 2020, 2021 e 2022 (esperada):

2020	Diretores executivos (Em R\$, quando aplicável)
Número de membros	4,58
Quantidade de membros remunerados	4,58
Participação nos lucros	
Valor mínimo esperado	0
Valor máximo esperado	28.981.131
Valor esperado - metas alcançadas.....	14.490.566
Valor de fato reconhecido	11.175.170
2021	Diretores executivos (Em R\$, quando aplicável)
Número de membros	2,83
Quantidade de membros remunerados	2,83
Participação nos lucros	
Valor mínimo esperado	0
Valor máximo esperado	28.981.131
Valor esperado - metas alcançadas.....	14.490.565
Valor de fato reconhecido	6.994.532
2022 (esperado)	Diretores executivos (Em R\$, quando aplicável)
Número de membros	4,00
Quantidade de membros remunerados	4,00
Participação nos lucros	
Valor mínimo esperado	0
Valor máximo esperado	17.261.355
Valor esperado - metas alcançadas.....	8.630.678

Plano de Opção de Compra de Ações para Empregados

Em uma assembleia geral extraordinária de acionistas realizada em 9 de maio de 2014, nossos acionistas votaram para (i) aprovar a criação de um plano de opção de compra de ações, ou nosso Plano de Opção de Compra de Ações, e (ii) criar um plano de remuneração para empregados com base em opções de compra de ações, ou nosso Plano de Remuneração. Nosso Plano de Opção de Compra de Ações e nosso Plano de Remuneração originalmente concederam opções de compra de ações preferenciais (que foram recentemente convertidas em ações ordinárias), inclusive para membros de nosso conselho de administração. O Plano de Opção de Compra de Ações e o Plano de Remuneração foram ainda alterados em decorrência das deliberações aprovadas na assembleia geral de acionistas ordinária e extraordinária realizada em 24 de abril de 2015, 25 de abril de 2019 e 31 de dezembro de 2019. A alteração de 31 de dezembro de 2019 refletiu as alterações relacionadas à conversão de nossas ações preferenciais em ações ordinárias, como resultado de nossa migração para o segmento de listagem *Novo Mercado* da B3, conforme aprovado por nossos acionistas em 31 de dezembro de 2019. Assim, em 31 de dezembro de 2020, nosso Plano de Opção de Compra de Ações e o Plano de Remuneração concedem a opção de compra de ações ordinárias a nossos empregados, inclusive a membros de nosso conselho de administração.

Termos e Condições Gerais

Plano de Opção de Compra de Ações

Nosso Plano de Opção de Compra de Ações é administrado pelo comitê de recursos humanos e governança corporativa de nosso conselho de administração, que define os critérios de elegibilidade do plano e seleciona os beneficiários com base em suas funções, responsabilidades e desempenho. Cada ciclo de concessão sob nosso Plano de Opção de Compra de Ações é designado com um número de série começando com a letra “C”. Em 31 de dezembro de 2021, as séries de opções de compra de ações em circulação sob nosso Plano de Opção de Compra de Ações eram C6 e C7.

Nossos funcionários e diretores executivos, bem como os empregados e diretores executivos de nossas subsidiárias, que são considerados “executivos-chave”, são elegíveis para participar de nosso Plano de Opção de Compra de Ações, sujeito à aprovação do comitê de recursos humanos e governança corporativa. A participação em nosso Plano de Opção de Compra de Ações é independente de outras formas de remuneração, como salários e benefícios.

Plano de Remuneração

Nosso Plano de Remuneração também é administrado pelo comitê de recursos humanos e governança corporativa do nosso conselho de administração, que define os critérios de elegibilidade do plano e seleciona os beneficiários com base em suas funções, responsabilidades e desempenho. Cada ciclo de concessão sob nosso Plano de Remuneração é designado com um número de série começando com a letra “B”. Em 31 de dezembro de 2021, as séries de opções de compra de ações em circulação sob nosso Plano de Remuneração eram as séries B6 e B7.

Nossos empregados e diretores executivos, bem como os empregados e diretores executivos de nossas subsidiárias, que são considerados “executivos-chave”, são elegíveis para participar de nosso Plano de Remuneração, sujeito à aprovação do comitê de recursos humanos e governança corporativa. A participação em nosso Plano de Remuneração é independente de outras formas de remuneração, como salários e benefícios.

Principais Objetivos do Plano de Opção de Compra de Ações

O objetivo do nosso Plano de Opção de Compra de Ações é (i) atrair e reter diretores executivos e profissionais altamente qualificados; (ii) permitir que nossos administradores e empregados participem de nosso capital social e dos aumentos patrimoniais decorrentes dos resultados para os quais esses gerentes e funcionários contribuíram; e (iii) alinhar os interesses de nossos administradores e empregados aos de nossos acionistas, incentivando esses profissionais a melhorar o desempenho e, ao mesmo tempo, assegurar a continuidade na administração de nossa Empresa e de nossas subsidiárias.

Quantidade Máxima de Ações e Opções

O número total agregado de opções que podem ser concedidas sob nosso Plano de Opção de Compra de Ações e nosso Plano de Remuneração, não deve exceder 2% do número total de ações ordinárias emitidas por nós, sujeito a ajustes resultantes de grupamentos e desdobramentos de ações e bônus.

Preço de Exercício

O preço de exercício por ação ordinária concedida no âmbito do Plano de Remuneração será de R\$ 0,01.

Para cada série de opções concedidas no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações, o preço de exercício de cada opção de compra de ações corresponderá a 80% da média do preço de fechamento das ações ordinárias de emissão da Empresa, nos 20 pregões anteriores da B3 até a data da reunião do comitê de recursos humanos e governança corporativa, na qual as opções são concedidas.

Aquisição

Em geral, as opções de compra de ações concedidas de acordo com o Plano de Opção de Compra de Ações serão adquiridas a partir do 37º mês após a concessão das opções de compra de ações.

As opções concedidas de acordo com o Plano de Opção de Compra de Ações poderão ser exercidas no todo ou em parte.

Restrições sobre Transferência de Ações

De acordo com o Plano de Opção de Compra de Ações, por um período de 180 dias contados da data do pagamento pelo participante, o participante estará proibido de, direta ou indiretamente, vender, ceder, trocar, alienar, transferir, conceder uma opção ou celebrar qualquer instrumento ou acordo que resulte ou possa resultar na alienação direta ou indireta, onerosa ou gratuita, de qualquer ou todas as ações. Não há tal restrição de transferência para o Plano de Remuneração.

Opções de Compra de Ações em Circulação

Os gráficos abaixo detalham as opções de compra de ações em circulação para os membros de nossa alta administração, em 31 de dezembro de 2021.

	Em 31 de dezembro de 2021			
	Quantidade de opções (em milhares)			
Em relação a cada concessão de opção:	Série B6	Série C6	Série B7	Série C7
Data da concessão.....	31/05/2019	31/05/2019	31/01/2021	31/01/2021
Quantidade de opções concedidas (em quantidade de ações).....	232.409	129.305	223.018	47.127
Prazo para que as opções se tornem exercíveis.....	31/05/2022	31/05/2022	01/05/2023	01/05/2023
Prazo para exercício das opções.....	30/11/2022	30/11/2022	30/11/2023	30/11/2023
Período de restrição à transferência das ações.....	não aplicável	180 dias	não aplicável	180 dias
Preço de exercício médio ponderado de cada um dos seguintes grupos de ações:				
Em circulação no início do exercício (em R\$ por ação).....	0,01	70,62	0,01	51,18
Perdidas no ano (R\$ por ação).....	não aplicável	não aplicável	não aplicável	não aplicável
Exercidas durante o exercício (R\$ por ação).....	0,01	70,62	0,01	51,18
Vencidas durante o exercício (R\$ por ação).....	não aplicável	não aplicável	não aplicável	não aplicável
Valor justo das opções na data da concessão (em R\$ por ação).....	82,39	31,50	72,68	31,15
Possível diluição em caso de exercício das opções.....	0,09%	0,5%	0,08%	0,02%

Opções de Compra de Ações Exercidas e Ações Entregues

Em 2021, 137.204 opções de compra de ações foram exercidas por alguns membros de nossa alta administração e 118.339 ações foram entregues a alguns membros de nossa alta administração.

Reconhecemos despesas de pagamento baseado em ações de R\$ 10.110 milhões, R\$ 14.962 milhões e R\$ 17,962 milhões em nossas demonstrações financeiras consolidadas em 2021, 2020 e 2019, respectivamente. Esses valores incluem os valores relacionados à aquisição antecipada de determinadas opções de compra de ações.

Remuneração Máxima, Mínima e Média do Conselho de Administração, Diretoria Executiva Estatutária e Conselho Fiscal

As tabelas abaixo contêm a remuneração individual mais alta, mais baixa e média de nossos conselheiros, diretores executivos e membros do conselho fiscal com relação aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2020 e 2021.

Remuneração Individual Mais Alta, Mais Baixa e Média com relação ao Exercício Findo em 31 de dezembro de 2019

	<u>Conselho de Administração</u>	<u>Diretoria Executiva Estatutária</u>	<u>Conselho Fiscal⁽³⁾</u>
Número de membros	12,50	4,67	0,00
Quantidade de membros remunerados	11,50	4,67	0,00
Remuneração mais alta (R\$) ⁽¹⁾	33.222.859	19.668.197	-
Remuneração mais baixa (R\$) ⁽²⁾	176.400	10.512.518	-
Remuneração média	3.120.992	10.138.507	97.877

- (1) A remuneração individual anual mais alta de cada um dos membros do conselho de administração, diretoria executiva estatutária e conselho fiscal foi recebida pelos membros que prestaram serviços à nossa Companhia por um período de 12 meses.
- (2) O cálculo da remuneração individual anual mais baixa de cada um dos membros do conselho de administração, diretoria executiva estatutária e conselho fiscal exclui membros que prestaram serviços à nossa Empresa por um período inferior a 12 meses.
- (3) Em 2019, não estabelecemos o conselho fiscal.

Remuneração Individual Mais Alta, Mais Baixa e Média com relação ao Exercício Findo em 31 de dezembro de 2020

	<u>Conselho de Administração</u>	<u>Diretoria Executiva Estatutária</u>	<u>Conselho Fiscal</u>
Número de membros	12,50	4,58	2,00
Quantidade de membros remunerados	11,50	4,59	2,00
Remuneração mais alta (R\$) ⁽¹⁾	65.944.593	14.329.313	não disponível
Remuneração mais baixa (R\$) ⁽²⁾	216.000	819.045	não disponível
Remuneração média	5.520.932	11.682.744	97.877

- (1) A remuneração individual anual mais alta de cada um dos membros do conselho de administração, diretoria executiva estatutária e conselho fiscal foi recebida pelos membros que prestaram serviços à nossa Companhia por um período de 12 meses.
- (2) O cálculo da remuneração individual anual mais baixa de cada um dos membros do conselho de administração, diretoria executiva estatutária e conselho fiscal exclui membros que prestaram serviços à nossa Empresa por um período inferior a 12 meses no exercício.

Remuneração Individual Mais Alta, Mais Baixa e Média com relação ao Exercício Findo em 31 de dezembro de 2021

	<u>Conselho de Administração</u>	<u>Diretoria Executiva Estatutária</u>	<u>Conselho Fiscal</u>
	(em milhares de R\$, quando aplicável)		
Número de membros	9,67	2,83	2
Quantidade de membros remunerados	8,67	2,83	2
Remuneração mais alta (R\$) ⁽¹⁾	25.722.978	9.329.083	156.000
Remuneração mais baixa (R\$) ⁽²⁾	53.005	911.422	138.000
Remuneração média	2.634.488	5.451.258	147.000

- (1) A remuneração individual anual mais alta de cada um dos membros do conselho de administração, diretoria executiva estatutária e conselho fiscal foi recebida pelos membros que prestaram serviços à nossa Companhia por um período de 12 meses.
- (2) O cálculo da remuneração individual anual mais baixa de cada um dos membros do conselho de administração, diretoria executiva estatutária e conselho fiscal exclui membros que prestaram serviços à nossa Empresa por um período inferior a 12 meses.

Seguro

Mantemos um seguro de responsabilidade civil dos diretores e conselheiros com determinado limite, que cobre todos os nossos diretores executivos contra danos que lhes sejam atribuídos no exercício de boa-fé de suas funções. A política é automaticamente estendida à administração de nossas subsidiárias.

6C. Práticas do Conselho

De acordo com o nosso Estatuto Social e o Regimento Interno de nosso conselho de administração, o conselho de administração será composto por sete a nove membros, eleitos e sujeitos à destituição por assembleia

geral ordinária de acionistas. O mandato dos membros do conselho de administração será de até dois anos, sendo permitida a reeleição. O conselho de administração terá um presidente e até dois vice-presidentes, todos indicados por assembleia geral ordinária de acionistas. O conselho de administração se reunirá, ordinariamente, pelo menos seis vezes por ano, para examinar os resultados financeiros e outros da Companhia, analisar e acompanhar o plano operacional anual e o plano estratégico, e, extraordinariamente, sempre que necessário.

O nosso conselho de administração é composto por nove membros eleitos por nossos acionistas, sendo três deles conselheiros independentes. O mandato de todos os nossos conselheiros expirará na assembleia geral ordinária de acionistas de 2024, que aprovará as demonstrações financeiras do exercício fiscal de 2023. Somos administrados por nosso conselho de administração e por nossa diretoria executiva. Nenhum de nossos conselheiros e diretores é parte em um contrato de trabalho que preveja benefícios após a rescisão do contrato de trabalho, exceto os benefícios previstos na legislação trabalhista brasileira.

A diretoria executiva será composta por dois a 14 membros, acionistas ou não, residentes no Brasil, indicados e destituídos pelo conselho de administração, sendo necessariamente nomeados um Diretor Presidente, um Diretor de Relações com Investidores e os demais Vice-Diretores Executivos e Diretores. Em 31 de dezembro de 2021, a nossa diretoria executiva era composta por quatro membros.

As responsabilidades de nossos diretores executivos incluem a adoção de planos relacionados à nossa administração e operações, relatórios aos acionistas a cada exercício fiscal sobre a situação de nossas atividades comerciais, apresentação dos balanços patrimoniais de fim de exercício, outras demonstrações financeiras exigidas por lei e apresentação de programas e orçamentos de investimento para o nosso conselho de administração.

Os nossos diretores executivos são eleitos por nosso conselho de administração para mandatos de dois anos, embora qualquer diretor executivo possa ser destituído por nosso conselho de administração antes do término de seu mandato. Em 19 de março de 2021, os nossos conselheiros elegeram os nossos diretores executivos. O mandato de todos os diretores executivos expira na data da primeira reunião do conselho de administração após a assembleia geral ordinária de acionistas de 2023.

Comitês do Conselho de Administração

Na data deste relatório anual, temos os seguintes cinco comitês consultivos: (i) o comitê de auditoria; (ii) o comitê de recursos humanos e governança corporativa; (iii) o comitê financeiro; (iv) o comitê de sustentabilidade e diversidade; e (v) o comitê de inovação e transformação digital. As responsabilidades de nossos comitês são definidas por seu respectivo regimento interno. Os membros de cada comitê são indicados por nosso conselho de administração e o conselho de administração também designa o coordenador de cada comitê consultivo. Os comitês podem incluir um membro externo e independente, exceto o comitê de auditoria, que possui regras específicas descritas abaixo. Cada comitê especial é composto por, no mínimo, três e, no máximo, cinco membros para mandatos de dois anos, sendo permitida a reeleição. Além desses comitês, o conselho de administração pode criar outros comitês com funções especiais.

Comitê de Auditoria

As sociedades de capital aberto brasileiras podem, de acordo com a Resolução CVM 23/2021, conforme alterada de tempos em tempos, adotar um comitê de auditoria estatutário. De acordo com a Resolução CVM 23/2021, o comitê de auditoria estatutário é um órgão consultivo do conselho de administração e deve ter pelo menos três membros, que serão indicados pelo conselho de administração, incluindo, pelo menos, um membro que também seja membro do conselho de administração e não membro da administração. A maioria dos membros deve ser independente, de acordo com os requisitos de independência da CVM. Além disso, uma empresa listada no segmento de listagem Novo Mercado da B3, como nós, deve estabelecer um comitê de auditoria.

O comitê de auditoria estatutário se reúne pelo menos uma vez a cada três meses e as suas principais atribuições, de acordo com o seu regimento interno, são: analisar e monitorar a qualidade e integridade de nossas informações trimestrais, demonstrações financeiras e relatório da administração, avaliar a eficácia e suficiência de nossa estrutura de controles internos e processos de auditoria interna e independente, avaliar e monitorar, em conjunto com os nossos sistemas de gestão e auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas por nós, avaliar e monitorar a nossa exposição ao risco, propor a nomeação de auditores independentes, bem como a sua substituição, e elaborar o relatório anual, a ser apresentado em conjunto com as demonstrações financeiras, contendo, no mínimo, as seguintes informações: (i) atividades realizadas no período, os resultados e

conclusões alcançados; (ii) avaliação da eficácia dos sistemas de controle interno e de gestão de riscos; (iii) descrição das recomendações apresentadas à nossa administração e evidências de sua implementação; (iv) avaliação da eficácia das auditorias independentes e internas; (v) avaliação da qualidade dos relatórios financeiros, de controle interno e de gestão de riscos; e (vi) quaisquer situações em que haja divergência significativa entre a nossa administração, os auditores independentes e o comitê em relação às nossas demonstrações financeiras.

O nosso comitê de auditoria estatutário é composto por, no mínimo, três e, no máximo, cinco membros, dos quais pelo menos dois devem ser externos e independentes e um deve ser membro de nosso conselho de administração e não um diretor executivo da Companhia. Além disso, pelo menos um dos membros do comitê de auditoria deve possuir reconhecida experiência em contabilidade societária. Os membros de nosso comitê de auditoria estatutário são indicados por nosso conselho de administração para um mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição, de, no máximo, dez anos, e devem atender a determinados requisitos estabelecidos por nosso Estatuto Social, Regimento Interno do comitê de auditoria e as instruções CVM.

O nosso comitê de auditoria estatutário não é equivalente ou comparável a um comitê de auditoria dos EUA. De acordo com a Norma 10A-3(c)(3) da Lei de Mercados de Capitais, que prevê uma isenção, de acordo com as normas da SEC, em relação aos comitês de auditoria de empresas listadas, um emissor privado estrangeiro, como nós, não é obrigado a ter um comitê de auditoria equivalente ou comparável a um comitê de auditoria dos EUA, se o emissor privado estrangeiro tiver um órgão estabelecido e selecionado de acordo com as disposições legais ou de listagem do país de origem que exija ou permita expressamente tal órgão e se o órgão atender aos requisitos de que (i) deve ser separado do conselho completo; (ii) seus membros não devem ser eleitos pela administração; (iii) nenhum diretor executivo deve ser membro do órgão; e (iv) as disposições legais ou de listagem do país de origem devem prever padrões para a independência dos membros do órgão.

Como emissores privados estrangeiros, optamos por contar com essa isenção, de acordo com a Norma 10A-3(c)(3) da Lei de Mercados de Capitais, e acreditamos que o nosso comitê de auditoria estatutário cumpre os requisitos de isenção mencionados acima.

Como a legislação societária brasileira não permite que o conselho de administração delegue responsabilidade pela nomeação, retenção e remuneração dos auditores independentes externos e não confere ao conselho de administração autoridade para resolver divergências entre a administração e os auditores externos em relação aos relatórios financeiros, o nosso comitê de auditoria estatutário não pode cumprir essas funções. Portanto, o nosso comitê de auditoria estatutário só pode fazer recomendações ao conselho de administração com relação a esses assuntos.

Os seguintes membros foram indicados pelo nosso conselho de administração para o nosso comitê de auditoria estatutário:

<u>Nome</u>	<u>Cargo</u>	<u>Ano da Primeira Eleição</u>	<u>Data de Nascimento</u>
Eleazar de Carvalho Filho ⁽¹⁾	Coordenador e Membro ⁽²⁾	2014	26 de julho de 1957
Gisélia da Silva.....	Membro	2018	30 de dezembro de 1961
Renan Bergmann.....	Membro	2018	16 de fevereiro de 1954
Fernando Dal-Ri Múrcia.....	Membro	2020	16 de julho de 1977
Christophe José Hidalgo ⁽³⁾	Membro	2020	25 de outubro de 1967

(1) Membro independente do conselho de administração.

(2) A função de coordenador do comitê de auditoria estatutário está prevista na Resolução CVM nº 23, de 25 de fevereiro de 2021. As suas responsabilidades são presidir as reuniões, representar o comitê perante os nossos órgãos de administração e fazer cumprir as disposições do Regimento Interno.

(3) O Sr. Hidalgo ingressou no comitê de auditoria estatutário somente após deixar o cargo anterior de diretor financeiro, uma vez que ambos os cargos são incompatíveis em nosso Estatuto Social.

Sr. Eleazar de Carvalho Filho. Consulte “—6A. Conselheiros e Alta Administração — Conselho de Administração” para ter acesso à biografia do Sr. Carvalho.

A Sra. Gisélia da Silva é sócia fundadora da GIS DS, consultoria especializada em cultura de integridade e modelos de governança corporativa. É advogada especializada em direito societário e mercado de capitais. É formada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), possui MBA em Marketing da Escola Superior de Propaganda e Marketing do Estado de São Paulo (ESPM-SP), curso L.L.M. em Direito Societário pelo Insper/SP e Pós-MBA em Advanced Boardroom Program for Women pela Saint Paul

Business School/SP e pela Columbia University of New York. Atuou por mais de 18 anos no grupo CPFL Energia, tendo ocupado os cargos de Assessora de Relações Institucionais, Gerente de Direito Societário e Assessora de Governança Corporativa. É membro do conselho de administração e dos comitês jurídicos do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), além de membro independente do Comitê Gestor do Rating Integra de Governança no Esporte. É também membro independente do Conselho de Administração da Eletronorte e da CGT Eletrosul (Grupo Eletrobras).

Sr. Renan Bergmann. Consulte “—6A. Conselheiros e Alta Administração — Conselho de Administração” para ter acesso à biografia do Sr. Bergmann.

O *Sr. Fernando Dal-Ri Múrcia* é formado em Administração pela Webber International University, nos Estados Unidos, e em Contabilidade pela Universidade do Vale do Itajaí, em Santa Catarina, Brasil. O Sr. Múrcia possui um Mestrado em Contabilidade pela Universidade Federal de Santa Catarina e um Doutorado em Contabilidade e Controladoria pela Universidade de São Paulo. Também é professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP). O Sr. Múrcia é membro suplente do conselho fiscal da Gerdau S.A., membro do Grupo de Estudos Contábeis do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em matéria de contabilidade tributária em parceria com o Grupo de Estudos da Secretaria de Contabilidade da Receita Federal do Brasil (RFB), membro da Comissão de Finanças e Contabilidade do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), membro da Comissão Brasileira de Acompanhamento do Relato Integrado (CBARI), representante da América Latina no Programa de Pesquisadores Emergentes da Associação Internacional para a Educação e Pesquisa em Contabilidade (IAAER) e pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). Atualmente, é membro dos Comitês de Auditoria da Locaweb e FUNCEF e dos Conselhos Fiscais da Renova Energia e da EPTV. O Sr. Múrcia já atuou como presidente do nosso conselho fiscal, membro do nosso conselho fiscal, membro do Comitê de Auditoria da Via, membro do conselho fiscal da Folha Participações e membro suplente dos conselhos consultivos da Gerdau e da Marfrig.

Sr. Christophe José Hidalgo. Consulte “—6A. Conselheiros e Alta Administração — Conselho de Administração” para ter acesso à biografia do Sr. Hidalgo.

Comitê de Recursos Humanos e Governança Corporativa

O comitê de recursos humanos e governança corporativa se reúne pelo menos uma vez a cada três meses e tem as seguintes atribuições: (i) sugerir alterações no regimento interno do comitê, apresentando-as à apreciação do conselho de administração; (ii) discutir e recomendar um modelo de estrutura organizacional da Companhia, a ser submetido à apreciação do conselho de administração; (iii) avaliar e recomendar ao conselho de administração políticas de gestão e desenvolvimento de pessoas, bem como diretrizes para atração e retenção de talentos; (iv) identificar, tanto na Companhia quanto em suas subsidiárias, possíveis futuros líderes e acompanhar o desenvolvimento de suas respectivas carreiras; (v) revisar e discutir os métodos de recrutamento e contratação por nós adotados, tomando como um parâmetro aqueles usados por empresas brasileiras semelhantes; (vi) examinar os candidatos a serem eleitos para o conselho de administração e os comitês, inclusive membros externos, com base na experiência profissional, qualificação técnica, bem como representatividade econômica, social e cultural; (vii) examinar e recomendar ao conselho de administração os candidatos selecionados para o cargo de diretor presidente da Companhia, bem como os candidatos selecionados pelo diretor presidente para ocupar um cargo em nossa diretoria executiva; (viii) analisar e discutir a política de remuneração aplicável à nossa administração, recomendando ao conselho de administração os critérios de remuneração, benefícios e outros programas, inclusive o programa de opção de compra de ações; (ix) informar periodicamente ao conselho de administração a sua avaliação da aplicabilidade e eficácia das políticas de remuneração adotadas por nós, para avaliar a eficácia dessas políticas em recompensar o desempenho e discriminar o desempenho não satisfatório, de acordo com métricas alinhadas aos nossos objetivos estratégicos, bem como atrair e reter talentos; (x) discutir e sugerir critérios para avaliar anualmente o desempenho de nossos diretores executivos, tomando como parâmetro aqueles utilizados por empresas brasileiras semelhantes, bem como apoiar o nosso conselho de administração no processo de avaliação, manifestando as suas recomendações às avaliações individuais de nosso conselho de administração; (xi) recomendar e monitorar a adoção das melhores práticas de governança corporativa, bem como coordenar o processo de implantação e manutenção de tais práticas na Companhia, bem como a efetividade dos processos de governança corporativa, propondo mudanças, atualizações e melhorias quando necessário; (xii) elaborar e apresentar periodicamente ao conselho de administração a revisão da política de contratação da Companhia com as suas partes relacionadas, bem como todas as demais políticas necessárias à adoção, pela Companhia, das melhores práticas de gestão e governança corporativa; entre outros.

Temos uma Política de Transações com Partes Relacionadas que exige que tais transações sejam conduzidas em condições de mercado e no interesse da Companhia. Essa política também estabelece o órgão societário responsável pela aprovação de transações com partes relacionadas. O nosso comitê de recursos humanos e governança corporativa é responsável, entre outras coisas, por verificar se os procedimentos estabelecidos na Política de Transações com Partes Relacionadas são seguidos.

Na data deste relatório anual, o nosso comitê de recursos humanos e governança corporativa é composto por Arnaud Daniel Charles Walter Joachim Strasser, Luiz Augusto de Castro Neves, Rafael Sirotsky Russowsky e Ronaldo Iabrudi dos Santos Pereira.

Comitê Financeiro

O comitê financeiro se reúne pelo menos uma vez a cada três meses e tem as seguintes atribuições: (i) sugerir alterações no regimento interno do comitê, apresentando-as à apreciação do conselho de administração; (ii) recomendar e acompanhar a adoção dos melhores padrões econômico-financeiros e o processo de implantação e manutenção de tais padrões na Companhia, sugerir ao conselho de administração alterações, atualizações e melhorias nos mesmos; (iii) analisar e revisar o nosso orçamento, bem como acompanhar e monitorar a sua implementação e cumprimento; (iv) analisar e revisar a viabilidade econômico-financeira de nossos planos e programas de investimento, bem como acompanhar e monitorar a sua implementação; (v) analisar, revisar e recomendar providências e medidas para a negociação de quaisquer empréstimos intracompanhias, incorporação e aquisição ou qualquer outra transação semelhantes que envolva a Companhia ou qualquer de suas controladas; (vi) acompanhar quaisquer das operações e negociações mencionadas na alínea (v) acima; (vii) analisar e revisar os indicadores econômico-financeiros, a nossa política de fluxo de caixa e endividamento, com o objetivo de sugerir alterações e ajustes sempre que julgar necessário; (viii) acompanhar e monitorar o nosso custo médio de estrutura de capital social e sugerir modificações, sempre que julgar necessário, bem como avaliar e discutir novas alternativas de financiamento para a Companhia; (ix) revisar e recomendar oportunidades relacionadas a operações de financiamento que possam melhorar a nossa estrutura de capital social, bem como analisar e discutir as necessidades de capital de giro e seu impacto em nossa estrutura de capital social; (x) assessorar tanto o conselho de administração quanto a diretoria executiva na análise da conjuntura econômica brasileira e mundial e seus possíveis efeitos sobre a nossa situação financeira, bem como no desenvolvimento de cenários e tendências, avaliar oportunidades e riscos, e definir estratégias para serem adotadas por nós no que diz respeito à sua política financeira; (xi) acompanhar os padrões de negociação de nossos valores mobiliários nos mercados brasileiro e norte-americano, bem como as opiniões dos principais analistas de investimentos, recomendar medidas capazes de contribuir para a manutenção de um mercado secundário saudável e líquido; e (xii) exercer outras atribuições que venham a ser determinadas pelo conselho de administração.

Na data deste relatório anual, o nosso comitê financeiro é composto por Eleazar de Carvalho Filho, Arnaud Daniel Charles Walter Joachim Strasser, Christophe José Hidalgo, Hervé Daudin e Renan Bergmann

Comitê de Sustentabilidade e Diversidade

O comitê de sustentabilidade e diversidade assessora o nosso conselho de administração desde 2014. Este comitê é responsável por orientar e garantir a adoção das melhores práticas de governança corporativa em nossos negócios, promovendo discussões sobre políticas e iniciativas de desenvolvimento sustentável e temas considerados importantes para os membros de nosso conselho de administração e diretores executivos. Além disso, este comitê monitora os principais indicadores e políticas relacionadas a questões ambientais, sociais e de governança.

Na data deste relatório anual, o nosso comitê de sustentabilidade e diversidade é composto por Luiz Augusto Castro Neves, Arnaud Daniel Charles Walter Joachim Strasser, Rafael Sirotsky Russowsky, Helio Mattar e Ronaldo Iabrudi dos Santos Pereira.

Comitê de Inovação e Transformação Digital

O comitê de inovação e transformação digital, além de zelar pelos nossos interesses, no escopo de suas funções, tem as seguintes atribuições: (i) sugerir alterações em seu regulamento, apresentando-as para deliberação do conselho de administração; (ii) recomendar e monitorar a adoção das melhores práticas de inovação, bem como coordenar o processo de implantação e manutenção de tais práticas, além da efetividade dos processos de inovação, propondo mudanças, atualizações e melhorias quando necessário; (iii) elaborar ou revisar periodicamente, conforme o caso, quaisquer documentos relacionados à inovação do nosso negócio, elaborar

recomendações de alterações, críticas e sugestões que julgue necessárias ao conselho de administração, para mantê-lo constantemente atualizado com relação às nossas práticas de inovação; (iv) auxiliar o conselho de administração na análise de tendências e inovações tecnológicas, bem como avaliar os nossos projetos, iniciativas e propostas de investimento sob a ótica da inovação; (v) opinar sobre quaisquer outros assuntos que lhe sejam apresentados pelo conselho de administração, bem como sobre os que julgar pertinentes.

Na data deste relatório anual, o nosso comitê de inovação e transformação digital é composto por Ronaldo Iabrudi dos Santos Pereira, Christophe Hidalgo, Cristina Palmaka e Rafael Sirotsky Russowsky.

Conselho Fiscal

De acordo com a legislação societária brasileira, a adoção de um conselho fiscal é voluntária, podendo ser permanente ou temporária. Em 18 de outubro de 2012, os nossos acionistas aprovaram uma alteração em nosso Estatuto Social para conceder status temporário ao nosso conselho fiscal. De acordo com a legislação societária brasileira, o conselho fiscal é um órgão independente da administração e do conselho de administração, eleito anualmente pelos acionistas para supervisionar as atividades do conselho de administração, da administração e dos auditores independentes. As responsabilidades do conselho fiscal são definidas pela legislação societária brasileira e abrangem a fiscalização do cumprimento das leis e Estatuto Social pela administração, a emissão de um relatório incluído nos relatórios financeiros anuais e trimestrais, algumas questões apresentadas à aprovação dos acionistas, a convocação de assembleias gerais de acionistas e a comunicação de assuntos adversos específicos que surgirem nessas assembleias.

De acordo com a legislação societária brasileira, o conselho fiscal não pode conter pessoas físicas que sejam membros do conselho de administração ou da administração nem que sejam nossos empregados, empregados de uma empresa controlada ou de uma empresa do nosso grupo empresarial, cônjuge ou parente de qualquer membro de nossa administração. Além disso, a legislação societária brasileira exige que os membros do conselho fiscal recebam remuneração de pelo menos 10% do valor médio pago a cada diretor, não incluindo participação nos lucros e outros benefícios. A legislação societária brasileira exige que o conselho fiscal seja composto por, no mínimo três, e, no máximo, cinco membros e seus respectivos suplentes, sendo um dos membros eleito por nossos acionistas minoritários. De acordo com a legislação societária brasileira, a maioria dos membros do conselho fiscal será eleita por nosso acionista controlador.

Em 27 de abril de 2022, estabelecemos um conselho fiscal para o exercício fiscal de 2022 em nossa assembleia geral de acionistas realizada na mesma data para cumprir um mandato que durou até a assembleia geral ordinária de acionistas de 2023. Os nossos acionistas elegeram três membros e seus respectivos suplentes. Um dos membros e seu suplente foram eleitos por nossos acionistas minoritários.

A tabela a seguir apresenta o nome, cargo, ano de eleição e data de nascimento de cada um dos membros de nosso conselho fiscal na data deste relatório anual, que foram eleitos em nossa assembleia geral ordinária de acionistas de 2022:

Nome	Cargo	Ano da Primeira Eleição	Data de Nascimento
Eric Aversari Martins	Membro em exercício	2020	19 de outubro de 1973
Líbano Miranda Barroso.....	Membro em exercício	2020	6 de julho de 1969
Doris Beatriz França Wilhelm.....	Membro em exercício	2021	17 de dezembro de 1954
Michelle Squeff	Suplente	2021	27 de novembro de 1978
Marcelo Amorim	Suplente	2022	4 de março de 1964
João Paulo Seibel de Faria.....	Suplente	2022	20 de maio de 1975

6D. Empregados

Em 31 de dezembro de 2021, tínhamos 50.515 empregados (calculado em base equivalente a empregados em tempo integral) localizados no Brasil e 41.402 funcionários em período integral localizados na Colômbia, Uruguai e Argentina. No Brasil, em 2021, mais de 37% dos cargos de liderança eram ocupados por mulheres e tivemos um aumento de 18% no percentual de pessoas com deficiência, em relação a 2020.

Praticamente todos os nossos empregados, incluindo os empregados do Grupo *Éxito*, são protegidos por acordos sindicais. Os acordos são renegociados anualmente como parte de negociações em todo o setor entre um grupo de administração que representa os principais participantes do setor de varejo de alimentos, incluindo a

nossa administração, e sindicatos que representam os empregados do setor de varejo de alimentos. Acreditamos que remuneramos os nossos empregados em uma base competitiva e desenvolvemos programas de incentivo para motivar os nossos empregados e reduzir a rotatividade de empregados, incluindo um programa de retenção dos principais membros da administração. Para obter mais informações sobre os riscos relacionados à incapacidade de atrair ou reter empregados relevantes, consulte o “Item 3. Informações Principais – 3D. Fatores de risco — Riscos relacionados ao nosso Setor e a Nós — Podemos não conseguir atrair ou reter pessoal relevante”. A nossa administração acredita que as nossas relações com nossos empregados e seus sindicatos são boas.

A tabela a seguir apresenta a quantidade de empregados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019:

	Em 31 de dezembro de ⁽¹⁾		
	2021	2020	2019 ⁽²⁾
Operacionais	87.638	82.663	92.648
Administrativos	4.279	5.471	8.427
Total	91.917	88.134	101.075

(1) Com base na quantidade média equivalente de empregados em tempo integral, que é o produto da quantidade de empregados (em tempo integral e parcial) e a razão entre a média de horas mensais de todos os empregados do varejo e a média mensal horas de todos os empregados em tempo integral. Os números na tabela estão relacionados às nossas operações continuadas em 2021, 2020 e 2019.

(2) Em 27 de novembro de 2019, a Sendas adquiriu 96,57% das ações do Grupo Êxito por meio de oferta pública de aquisição à vista. Como resultado da aquisição do Grupo Êxito, passamos a realizar operações na Colômbia, Argentina e Uruguai. Para informações adicionais sobre a aquisição do Grupo Êxito, consulte o “Item 4. Informações sobre a Companhia – 4A. História e Desenvolvimento da Companhia—Mudanças em Nossos Negócios—Aquisição do Grupo Êxito”.

6E. Participação Acionária

Em 31 de dezembro de 2021, os membros de nossa diretoria executiva detinham diretamente uma quantidade total de 160.883 ações ordinárias, enquanto os membros de nosso conselho de administração detinham diretamente uma quantidade total de 855.286 ações ordinárias. Na mesma data, nenhum de nossos diretores executivos ou conselheiros detinha diretamente, individualmente, mais de 1% de nossas ações ordinárias em circulação. Para obter mais informações sobre a participação acionária direta de nossos conselheiros, consulte o “Item 7. Principais Acionistas e Transações com Partes Relacionadas — 7A. Principais Acionistas”. Em 31 de dezembro de 2021, a nossa administração e alguns de nossos empregados também possuíam opções de compra em uma quantidade total de 1.411.955 ações ordinárias a um preço médio ponderado de compra de R\$ 5,71 por ação. Para obter mais informações sobre o nosso Plano de Opção de Compra de Ações, consulte “—6B. Remuneração — Plano de Opção de Compra de Ações para Empregados” e a nota explicativa 24(d) de nossas demonstrações financeiras com relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, incluídas em outra parte deste relatório anual.

Em 14 de fevereiro de 2020, a B3 aprovou a nossa migração do segmento de listagem Nível 1 para o segmento de listagem Novo Mercado da B3, o mais alto nível de práticas de governança corporativa da B3. De acordo com as exigências do Novo Mercado, em 28 de fevereiro de 2020, todas as nossas ações preferenciais em circulação foram convertidas em ações ordinárias. Para informações adicionais sobre a nossa migração para o segmento de listagem Novo Mercado, consulte o “Item 4. Informações sobre a Companhia – 4A. História e Desenvolvimento da Companhia—Mudanças em Nossos Negócios—Aquisição do Grupo Êxito”.

ITEM 7. PRINCIPAIS ACIONISTAS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

7A. Principais Acionistas

A tabela a seguir apresenta informações relacionadas à nua propriedade de nosso capital social em 30 de abril de 2022, por cada pessoa conhecida por nós como legítima proprietária de 5% ou mais de nossas ações ordinárias e nossos conselheiros e diretores como um grupo.

Acionista	Ações Ordinárias	
	Número	%
Wilkes Participações S.A. ⁽¹⁾	94.019.178	34,89
Segisor S.A.S. ⁽¹⁾	5.600.050	2,08
Casino ⁽¹⁾	2	0,00
King LLC ⁽¹⁾	852.000	0,32
Geant International B.V. ⁽¹⁾	9.423.742	3,5

Acionista	Ações Ordinárias	
	Número	%
Helicco Participações Ltda. ⁽¹⁾	581.600	0,22
BTG Pactual	19.139.936	7,1
Jean-Charles Naouri	1	0,00
Conselheiros e Diretores ⁽²⁾	927.292	0,34
Ações em tesouraria.....	160.342	0,06
Outros.....	139.243.300	51,69
Total.....	269.455.303	100

(1) Wilkes Participações S.A., Segisor S.A.S., Casino, King LLC, Geant International B.V. e Helicco Participações Ltda. fazem parte do Grupo Casino.

(2) Refere-se a ações ordinárias que o nosso conselho de administração e diretoria executiva detêm diretamente.

Em 30 de abril de 2022, tínhamos 74.769 detentores registrados no Brasil. Em 30 de abril de 2022, 33.660.211 de nossas ações ordinárias eram detidas na forma de ADSs, representando 12,49% do total de nossas ações ordinárias.

Em 2015, o nosso acionista controlador, o Grupo Casino, realizou uma reorganização de suas atividades e negócios na América Latina para consolidar a sua plataforma na região e capturar sinergias. De acordo com a reorganização, o Grupo Casino transferiu 50% de nossas ações ordinárias para o Grupo Éxito, que correspondiam a aproximadamente 18,8% de nosso capital social total. O Grupo Éxito também era controlado pelo Grupo Casino e, portanto, após a consumação da transação, o Grupo Casino permaneceu como nosso acionista controlador.

Em conexão com esta reorganização, o acordo de acionistas da Segisor S.A.S., o acordo de acionistas da Holding e o acordo de acionistas da CBD foram celebrados em 20 de agosto de 2015 com o objetivo de estabelecer as regras pelas quais o Grupo Casino e o Grupo Éxito exerceriam o controle da CBD. Como resultado do acordo de acionistas da Holding e do acordo de acionistas da CBD, representantes do Grupo Casino e Grupo Éxito em nosso conselho de administração costumavam votar da mesma forma e o nosso conselho tinha nove membros, dos quais três eram representantes do Grupo Casino e três eram representantes do Grupo Éxito.

Em 26 de junho de 2019, o nosso conselho de administração aprovou a aquisição do Grupo Éxito. A transação proposta compreendeu (i) o lançamento de uma oferta pública de aquisição à vista por nós para adquirir até a totalidade das ações da Éxito; (ii) a aquisição pela Casino de todas as ações de controle de nossa emissão e detidas indiretamente pelo Grupo Éxito por um preço justo; e (iii) a nossa migração do Nível 1 para o segmento de listagem Novo Mercado da B3 e, conseqüentemente, a conversão de todas as nossas ações preferenciais em ações ordinárias. Para obter mais informações sobre a reestruturação societária, consulte o “Item 4. Informações sobre a Companhia — 4A. História e Desenvolvimento da Companhia—Mudanças em Nossos Negócios—Aquisição do Grupo Éxito”.

Em 12 de setembro de 2019, a Casino celebrou um contrato de compra e venda com o Grupo Éxito para adquirir todas as ações de nossa emissão e detidas indiretamente pelo Grupo Éxito por R\$ 113,00 por cada ação, correspondendo a um valor total, líquido de dívidas, de US\$ 1.161 milhões. O acordo de acionistas celebrado entre o Grupo Éxito, Casino e suas subsidiárias regendo o seu relacionamento como nossos acionistas foi rescindido e os nossos membros do conselho indicados pelo Grupo Éxito renunciaram.

Em 30 de abril de 2022, o Grupo Casino era o legítimo proprietário de 41,01% do capital social total da CBD.

7B. Transações com Partes Relacionadas

De tempos em tempos, nós e nossas afiliadas celebramos transações com o Grupo Casino e outras partes relacionadas, no curso normal dos negócios, em condições de mercado, incluindo, entre outras, empréstimos, contratos de consultoria, contratos de licença de propriedade intelectual, contratos de prestação de serviços para intermediação e negociação de serviços de terceiros e contratos de representação comercial.

Temos uma Política de Transações com Partes Relacionadas que exige que as transações com partes relacionadas sejam em condições normais de mercado, de acordo com as condições usuais de negociação do mercado e no melhor interesse da Companhia. Essa política também estabelece o órgão societário responsável pela aprovação de transações com partes relacionadas. Até 14 de fevereiro de 2020, o nosso comitê de auditoria estatutário era responsável, entre outras coisas, por verificar se os procedimentos estabelecidos na Política de

Transações com Partes Relacionadas são seguidos. Como resultado de nossa migração para o segmento de listagem Novo Mercado, o comitê de governança e recursos humanos assumiu a responsabilidade de revisar todas as nossas transações com partes relacionadas.

Além disso, também celebramos os seguintes contratos comerciais para definir as regras de promoção e venda de serviços de financiamento prestados pela FIC nas lojas da Companhia para a implementação da parceria de financiamento entre a Companhia e o Itaú Unibanco S.A. estabelecida no contrato de associação entre as partes: (i) contrato de correspondente bancário; (ii) acordo de indenização, de acordo com o qual a FIC se compromete a manter a Companhia livre de perdas na prestação dos serviços da FIC, e a FIC e a Companhia se comprometem, entre si, a compensar contingências; e (iii) acordo de compartilhamento de informações e concessão de acesso aos seus respectivos sistemas de oferta de serviços.

Acordos e Contratos com o Grupo Casino

Acordo de Rateio de Custos

Em 1º de agosto de 2014, conforme alterado em 30 de outubro de 2014 e 28 de outubro de 2020, celebramos um acordo de rateio de custos com a Casino, a Euris, a Helicco Participações Ltda., a Wilkes Participações S.A. e o Grupo Sendas (todas empresas controladas pelo Grupo Casino), nos termos do qual concordamos em reembolsá-los (Grupo Casino) pelas despesas incorridas por seus empregados em atividades que envolvam a transferência de “know-how” para a CBD para apoiar o seu desenvolvimento. As atividades envolvem aspectos administrativos, financeiros, publicitários, estratégicos, de planejamento e orçamento, entre outros. Em 1º de agosto de 2016, também celebramos um contrato de associação (substancialmente na forma do cronograma anexo ao acordo de rateio de custos) com a Casino Services S.A.S. (uma empresa controlada pelo Grupo Casino), segundo o qual a Casino Services S.A.S. aderiu ao acordo de rateio de custos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, pagamos R\$ 46,5 milhões, nos termos do acordo de rateio de custos.

Contratos de Representação Comercial

Em 20 de dezembro de 2004, celebramos um contrato de representação comercial, alterado em 23 de fevereiro de 2017, com a Sendas Distribuidora S.A. e a Casino International S.A., uma afiliada do Grupo Casino, para regular os termos segundo os quais a Casino International S.A. presta serviços de varejo e serviços comerciais para nós (ou seja, negociação de serviços comerciais com fornecedores internacionais).

Em 25 de julho de 2016, conforme alterado em 24 de janeiro de 2017, nós, a Sendas Distribuidora S.A. e a Groupe Casino Limited, uma afiliada do Grupo Casino, celebramos um contrato de representação comercial para regular os termos de acordo com os quais a Groupe Casino Limited presta serviços de fornecimento global para nós (ou seja, aquisição de fornecedores globais e mediação em compras). Também celebramos um acordo com as contrapartes originais do contrato de representação comercial, segundo o qual a Groupe Casino Limited nos reembolsou o valor necessário para fornecer equalização de margem devido à redução de ganhos como resultado de promoções realizadas por nós em nossas lojas durante 2018.

Acordo de Reembolso de Custos

Em 25 de julho de 2016, conforme alterado em 23 de janeiro de 2018 e 5 de setembro de 2019, nós e a Casino celebramos um acordo para regular o reembolso pela Companhia de despesas incorridas pelos empregados franceses da Companhia relacionadas a contribuições sociais francesas e outros benefícios concedidos no programa de expatriação que são pagos pela Casino na França.

Contratos de Prestação de Serviços

Celebramos um contrato de prestação de serviços com a Casino anualmente para a renovação de nossas apólices de seguro relacionadas à segurança cibernética. O contrato de prestação de serviços permite à Casino contratar uma apólice de seguro global de segurança cibernética por um período de um ano que também cobre as operações da Companhia.

Acordo com a EMC

Em 6 de junho de 2019, celebramos um contrato de compra e venda com a Sendas e a E.M.C. Distribution Limited, ou EMC, uma empresa controlada indiretamente pela Casino, segundo o qual a EMC realizará a

importação de produtos não alimentícios e alimentícios (exceto perecíveis e vinhos), em caráter não exclusivo. A vigência do contrato é de cinco anos e é renovável automaticamente por períodos iguais.

Acordos e Contratos com o Grupo Éxito

Contrato Comercial e Acordo de Licença de Direitos Autorais

Em 27 de julho de 2016, nós e o Grupo Éxito celebramos um contrato para implementação de processos de sinergia para as operações da CBD e do Grupo Éxito. O contrato previa a concessão de licenças de marcas e direitos autorais pela Distribuidora de Têxteis y Confecciones S.A., empresa do Grupo Éxito, a nós. Em 13 de julho de 2017, nós e a Distribuidora de Textiles y Confecciones S.A. celebramos um acordo de licença de direitos autorais que prevê os pagamentos de royalties a serem feitos à Distribuidora de Textiles y Confecciones S.A. Esse contrato foi rescindido por um acordo mútuo entre nós e a Éxito, em 25 de novembro de 2021.

Acordo de Reembolso de Custos

Em 22 de outubro de 2019, nós, o Grupo Éxito e a Sendas celebramos um acordo de reembolso para regular o reembolso de despesas relacionadas à realocação de empregados entre o Grupo Éxito, a CBD e a Sendas, para fomentar o compartilhamento de know-how e experiência em determinadas áreas de atuação nas empresas do Grupo Pão de Açúcar. Em 4 de novembro de 2020, a Sendas se tornou parte deste acordo. A vigência deste acordo é indeterminada.

Em 1º de junho de 2020, celebramos outro acordo de rateio de custos com o Grupo Éxito que prevê o reembolso de despesas relacionadas à inclusão do Grupo Éxito como usuário do DocuSign, que é um software de assinatura eletrônica.

Acordos e Contratos com a GY

Contrato de Estruturação da Eficiência Energética

Em 8 de maio de 2015, conforme alterado em 6 de abril de 2016, 7 de dezembro de 2018, 31 de dezembro de 2019 e 7 de janeiro de 2020, celebramos um contrato com a GreenYellow do Brasil Energia e Serviços Ltda., ou GY, uma empresa brasileira controlada pela Casino, segundo o qual a GY previa a instalação de equipamentos e prestação de serviços de soluções de eficiência energética em nossas lojas Extra e Pão de Açúcar. Os equipamentos e os serviços prestados pela GY visavam a reduzir a quantidade de energia utilizada por nossas lojas. Pagamos como contraprestação pelo equipamento um valor anual de acordo com uma forma de pagamento semelhante a um arrendamento. Para a prestação de serviços, a GY é remunerada de acordo com uma fórmula baseada na economia de energia gerada em cada loja. A vigência dos acordos individuais celebrados no âmbito do contrato de estruturação varia de dois a 13 anos.

Contrato de Prestação de Serviços

Em 12 de novembro de 2020, celebramos um contrato de prestação de serviços com a GY, segundo o qual a GY prestará serviços de supervisão e monitoramento relacionados à eficiência energética. A vigência deste contrato é de 120 meses para cada loja onde os serviços são prestados.

Contrato de Prestação de Serviços para Atualização e Solução de Refrigeração de Alimentos

Em 9 de dezembro de 2020, celebramos um contrato para o fornecimento e manutenção de refrigeradores e produtos semelhantes relacionados à refrigeração de alimentos, para aumentar a eficiência energética de nossas instalações e reduzir o nosso impacto ambiental no efeito estufa do planeta. A vigência deste contrato é de 15 anos.

Contratos de Compra e Venda de Energia e Contrato de Prestação de Serviços de Gestão

Em 30 de junho de 2021, celebramos um contrato com a GY segundo o qual a GY venderá energia elétrica a um preço com desconto ou o Contrato de Compra e Venda de Energia para fornecer energia a algumas de nossas lojas. Na mesma data, celebramos um contrato com a GY segundo o qual a GY prestaria serviços para adaptar algumas de nossas lojas para usar a energia elétrica comprada, nos termos do Contrato de Compra e Venda de Energia ou do Contrato de Prestação de Serviços de Gestão. A vigência do Contrato de Compra e Venda de Energia é de dois anos e a do Contrato de Prestação de Serviços de Gestão é de um ano.

Penalidades relacionadas a Acordos e Contratos com a GY

A Transação de Cessão Imobiliária e a nossa decisão de descontinuar as operações da bandeira Extra Hiper reduziram significativamente o escopo e a materialidade de nossos contratos com a GY. Como resultado, decidimos rescindir alguns desses contratos, dando origem a multas contratuais de R\$ 180 milhões a serem pagas por nós à GY. Em 31 de dezembro de 2021, havíamos pagado R\$ 68 milhões em multas à GY e R\$ 112 milhões permaneciam em aberto.

Para obter mais informações sobre a Transação de Cessão de Imóveis e a descontinuação da bandeira Extra Hiper, consulte o “Item 4. Informações sobre a Companhia — 4A. História e Desenvolvimento da Companhia — Mudanças em Nossos Negócios — Operações Descontinuadas no Exercício Findo em 31 de dezembro de 2022 — Lojas Extra Hiper” e “— Transação de Cessão de Imóveis”.

Acordos e Contratos com a Sendas

Acordo de Separação

Em 14 de dezembro de 2020, celebramos um Acordo de Separação com a Sendas, que foi posteriormente alterado em 30 de junho de 2021. O Acordo de Separação prevê os nossos acordos com a Sendas em relação às principais ações a serem realizadas relacionadas à separação dos negócios cash and carry e assuntos relacionados à operação dos negócios da CBD e da Sendas após o Processo de Spin-Off da Sendas. A seguir estão os principais termos do Acordo de Separação:

Transferência de Ativos e Assunção de Passivos

O Acordo de Separação identifica os ativos a serem transferidos, passivos a serem assumidos e contratos a serem cedidos, rescindidos e/ou duplicados para a Sendas e nós como parte das transações internas a serem efetuadas antes, durante e após o Processo de Spin-Off da Sendas, cujo objetivo é garantir que, no momento do Processo de Spin-Off da Sendas, a CBD e a Sendas detenham os ativos necessários para operar plenamente.

Acordos Comuns

Todos os contratos, acordos, compromissos e entendimentos com terceiros que contemplem tanto a Sendas quanto nós como partes, beneficiários, garantidores e/ou que de alguma forma criem uma obrigação tanto para a Sendas quanto para nós serão rescindidos assim que possível após a conclusão do Processo de Spin-Off da Sendas, exceto quando tal rescisão puder gerar perdas para a Sendas e para nós, caso esse que será tratado pelo Comitê de Transição (conforme definido).

Acordos entre Companhias

Todos os contratos, acordos, compromissos e entendimentos, incluindo a maioria das contas a pagar ou a receber entre companhias, entre nós, de um lado, e a Sendas, do outro, serão rescindidos a partir da conclusão do Processo de Spin-Off da Sendas, exceto por acordos e contratos específicos que se destinam a subsistir à conclusão da Separação da Sendas que sejam de natureza transacional, em condições de mercado ou dependam de um período de transição devido à sua complexidade.

Declarações e Garantias

Nós e a Sendas fornecemos garantias habituais quanto à nossa respectiva capacidade de celebrar o Acordo de Separação. Exceto conforme expressamente estabelecido no Acordo de Separação ou em qualquer acordo acessório, nem nós nem a Sendas forneceremos qualquer declaração ou garantia quanto aos ativos, negócios ou passivos transferidos ou assumidos como parte da Separação da Sendas nem quanto à suficiência legal de qualquer cessão, documento ou instrumento entregue para transferir a titularidade de qualquer ativo ou item de valor a ser transferido em conexão com o Processo de Spin-Off da Sendas.

Indenização

Nós e a Sendas concordamos em indenizar um ao outro e cada um dos diretores, conselheiros, gerentes, membros, agentes e empregados do outro contra determinados passivos gerados em conexão com o Processo de spin-off e os nossos respectivos negócios e os da Sendas. O Acordo de Separação prevê a indenização em relação

a violações do contrato, violação ou imprecisão de declarações e garantias e em relação a outros ativos e passivos especificados no Acordo de Separação.

Outras Questões

Outras questões regidas pelo Acordo de Separação incluem, entre outras, acordos de seguro, confidencialidade, proteção de dados, assistência mútua e troca de informações após a conclusão do Processo de spin-off, tratamento e substituição de garantias cruzadas, condução de litígios e questões fiscais após o Processo de Spin-Off da Sendas, transferência e acesso pós-Separação da Sendas a determinados livros e registros.

Termo de Proteção de Dados

Em 17 de dezembro de 2020, celebramos um Termo de Proteção de Dados com a Sendas. O Termo de Proteção de Dados prevê os nossos acordos com a Sendas em relação ao cumprimento das regras de proteção de dados por ambas as partes, o compartilhamento de dados entre a Sendas e nós e as regras de indenização relacionadas a quaisquer penalidades, danos ou perdas que possam resultar do descumprimento de normas de proteção de dados por qualquer parte.

Termo de Questões a Respeito de Empregados

Em 17 de dezembro de 2020, celebramos um Termo de Questões a Respeito de Empregados com a Sendas. O Termo de Questões a Respeito de Empregados prevê os nossos acordos com a Sendas, como parte da separação operacional relacionada ao Processo de Spin-Off da Sendas, com relação à transferência de empregados para a Sendas e para nós, a alteração do plano de opções de compra de ações da Sendas e a criação de novos planos de opções de compra de ações para os nossos diretores e empregados, bem como os acordos relativos a contratos, entendimentos e/ou representações com sindicatos.

Transação de Cessão de Imóveis

Em 14 de outubro de 2021 e 16 de dezembro de 2021, os conselheiros da CBD e da Sendas, em reuniões do conselho de administração de ambas as empresas, aprovaram a Transação de Cessão de Imóveis. O preço total estimado da Transação de Cessão de Imóveis é de R\$ 5.173 milhões, dos quais R\$ 3.973 milhões serão pagos pela Sendas à CBD em parcelas entre dezembro de 2021 e janeiro de 2024. A Transação de Cessão de Imóveis está sujeita ao cumprimento de determinadas condições, incluindo o consentimento prévio dos proprietários de determinados imóveis cedidos e a desmobilização por nós de todas as lojas cedidas.

Até a data deste relatório anual, havíamos concluído a cessão de 60 lojas *Extra Hiper* para a Sendas. Esperamos ceder todas as lojas para a Sendas no âmbito da Transação de Cessão de Imóveis até o final de maio de 2022.

Das 33 lojas *Extra Hiper* que não foram cedidas para a Sendas, até 29 serão convertidas em lojas Pão de Açúcar ou Mercado Extra. Estamos analisando se as quatro lojas *Extra Hiper* remanescentes serão fechadas ou convertidas em outras bandeiras.

A partir do segundo semestre de 2022, deixaremos de operar com a bandeira *Extra Hiper* e vamos nos concentrar nos segmentos premium e proximidade, notadamente nas bandeiras *Pão de Açúcar*, *Minuto*, *Compre Bem* e *Mercado Extra*. Nesse sentido, esperamos classificar os resultados operacionais da bandeira *Extra Hiper* como operações descontinuadas em nossas demonstrações de operações nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas do exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2022. Para mais informações sobre a descontinuidade da bandeira *Extra Hiper*, consulte o “Item 5. Revisão e Perspectivas Operacionais e Financeiras — Item 5A. Resultados Operacionais — Operações Descontinuadas — Operações Descontinuadas do Exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2022 – Lojas *Extra Hiper*.”

Além disso, em 25 de fevereiro de 2022, também celebramos um acordo com a Barzel e a Sendas, como interveniente e garantidora, para vender à Barzel 17 das 70 lojas *Extra Hiper* que seriam inicialmente cedidas à Sendas no âmbito da Transação de Cessão de Imóveis. O preço total estimado de venda desses imóveis é de R\$ 1.200 milhões, que será pago pela Barzel ao Grupo Pão de Açúcar. Após a conclusão da venda, os 17 imóveis serão arrendados pela Barzel à Sendas por um período de 20 anos, renovável por igual período. Em 13 de abril de 2022, o CADE aprovou a venda desses 17 imóveis.

Via

Em 14 de junho de 2019, concluímos a venda de toda a nossa participação acionária na Via por meio de um block trade na B3. Para informações adicionais sobre a venda de nossa participação acionária na Via, consulte o “Item 4. Informações sobre a Companhia – 4A. História e Desenvolvimento da Companhia — Mudanças em Nossos Negócios — Segmentos Operacionais de Venda de Eletrodomésticos”.

Desde então, não controlamos a Via nem exercemos influência sobre sua administração ou operações e, conseqüentemente, a Via deixou de ser uma parte relacionada da Companhia. Após a consumação da venda de toda a nossa participação acionária na Via, algumas transações, anteriormente existentes entre a Companhia e a Via quando a Via fazia parte do Grupo Pão de Açúcar, permaneceram em vigor.

Embora a maioria das garantias tenha sido rescindida, obrigações supostamente pendentes no âmbito de certos contratos estão sendo discutidas entre nós e a Via quanto à sua rescisão amigável ou substituição.

Garantias

De 2016 a 2018, celebramos acordos de garantia com a Via e suas subsidiárias, coletivamente denominados Acordos Estruturais de Garantia. Os acordos previam uma taxa baseada em condições de mercado a ser paga pela Via e/ou suas subsidiárias, conforme o caso, a nós pela concessão da garantia. Fornecemos garantias para obrigações da Cnova Brasil, nos termos de contratos financeiros, contratos de arrendamento e contratos comerciais. Também fornecemos garantias para obrigações da Via, nos termos de contratos de arrendamento, contratos comerciais, apólices de seguro e acordos com instituições financeiras segundo os quais as instituições financeiras deram concederam uma garantia à Via e suas subsidiárias. Além disso, concedemos garantias para obrigações da Via, nos termos de contratos operacionais com vencimentos e prazos de execução a serem cumpridos pela Via.

Chegamos a um acordo com a Via para a substituição das garantias mais significativas, que não estão mais em vigor na data deste relatório anual. Na data deste relatório anual, nós e a Via estamos discutindo obrigações supostamente pendentes no âmbito de certos contratos estão sendo discutidas entre nós e a Via quanto à sua rescisão amigável ou substituição.

Indenização com a Família Klein

Em 4 de dezembro de 2009, celebramos um contrato de associação com a Via, a Família Klein e a Casa Bahia Comercial, que foi posteriormente alterado em 1º de julho de 2010. De acordo com o contrato de associação, (i) a Via tinha direitos de indenização contra nós e a Casa Bahia Comercial por determinadas reivindicações existentes em 1º de julho de 2010 e (ii) as partes se comprometeram a apurar o saldo dos direitos de indenização a serem pagos por uma parte à outra, entre outras despesas relacionadas, em 8 de novembro de 2016 (ou seja, seis anos após o fechamento da transação).

Em 4 de julho de 2017, celebramos um acordo com as contrapartes originais do contrato de associação para (i) apurar os passivos por perdas e danos incorridos pela Via e pela Família Klein até 1º de julho de 2010; (ii) consolidar os procedimentos de indenização de possíveis perdas e danos da Via e da Família Klein antes e depois de 1º de julho de 2010; e (iii) ajustar as garantias prestadas pelo Grupo Pão de Açúcar nos contratos de arrendamento celebrados entre a Via e a Família Klein. De acordo com os termos desse acordo, ficou estabelecido que (i) a Casa Bahia Comercial pagaria R\$ 70,2 milhões à Via em parcelas durante o ano de 2017, ajustados pela taxa SELIC, a título de indenização de prejuízos incorridos até 08 de novembro de 2016. Esse valor foi integralmente pago em 2017; e (ii) a Via nos pagaria uma taxa em condições de mercado em relação às garantias corporativas fornecidas por nós relativas aos contratos de arrendamento celebrados pela Via e pela Casa Bahia Comercial. As partes também concordaram com os procedimentos a serem seguidos para determinar a responsabilidade de cada parte em relação a reivindicações ocorridas em e após 8 de novembro de 2016. Em 24 de outubro de 2018, celebramos uma alteração ao contrato para melhorar os critérios de determinação do valor em aberto de perdas indenizáveis, entre outros itens.

As obrigações de ressarcimento da CBD relacionadas a contingências decorrentes de fatos ocorridos anteriormente à aquisição da Globex em 2010 permanecerão em vigor enquanto não se encerrar o processo judicial sujeito às obrigações de ressarcimento. Com relação a isso, a Via obteve decisão favorável em maio de 2020, que inclui o valor ao qual a CBD tem direito de ressarcimento, nos termos do Contrato de associação. O período ao qual a CBD tem direito de ressarcimento se refere à subsidiária Globex (que foi incorporada na formação da Via)

nos exercícios de 2003 a 2010. A decisão favorável obtida pela Via se refere à restituição do benefício de exclusão de ICMS da base de PIS e COFINS de sua antiga subsidiária Globex no período de 2007 e 2010. O valor exato do reembolso será divulgado após nós e a Via chegarmos a um acordo sobre o valor devido.

Para obter mais informações, consulte a nota explicativa 21.9 de nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, incluídas em outras partes deste relatório anual.

Contrato Operacional

Em agosto de 2016, a Via e a Cnova celebraram o Contrato de Reestruturação da Cnova referente à reestruturação da Cnova Brasil na Via. Após a Reestruturação Societária da Cnova, em outubro de 2016, a Via se tornou a única acionista da Cnova Brasil, que opera os sites Extra.com.br, Pontofrio.com e Casasbahia.com.br, e deixou de ser acionista da Cnova. Para obter mais informações sobre a Reestruturação Societária da Cnova, consulte o “Item 4. Informações sobre a Companhia – 4A. História e Desenvolvimento da Companhia — Mudanças em Nossos Negócios”.

Em 8 de agosto de 2016, CBD e Via firmaram um contrato operacional, segundo o qual ambas as partes concordaram em integrar o comércio eletrônico e lojas físicas da bandeira Extra, entre outros termos e condições, incluindo o uso da marca Extra.com pela Via gratuitamente.

Após a consumação da venda de toda a nossa participação acionária na Via, a única cláusula do Contrato Operacional que permaneceu em vigor foi o direito exclusivo da Via de operar o comércio eletrônico de produtos eletrônicos. No entanto, considerando que o Contrato Operacional expirou em 21 de outubro de 2021, a Via continuará operando o site Extra.com, mas não possui direitos exclusivos para operar o comércio eletrônico de produtos eletrônicos por meio de outros sites e plataformas digitais.

Cheftime

Contrato Global

Em 1º de março de 2021, nós e a Cheftime celebramos um contrato global, segundo o qual concordamos com os termos e condições gerais de um empréstimo da CBD para a Cheftime no valor total de até R\$ 44 milhões. Os empréstimos devem ser concedidos de acordo com as necessidades da Cheftime e nossa disponibilidade de caixa. Os termos, a taxa de juros e outras condições de cada empréstimo devem ser acordados individualmente.

Stix Fidelidade

Contrato Operacional

Em 27 de novembro de 2019, nós, a Raia Drogasil e a Stix celebramos um acordo operacional para prever os termos e condições para a operação da Stix Fidelidade, incluindo a definição da quantidade de pontos de fidelidade a ser adquirida por nós e a RD da Stix, e o preço pago por cada ponto de fidelidade adquirido, entre outras condições.

Grupo Éxito

Tuya

O Grupo Éxito celebrou acordos com a Tuya, uma *joint venture* entre o Grupo Éxito e o Grupo Bancolombia, relativos a acordos de parceria e reembolso de despesas, entre outros assuntos.

Puntos Colombia

O Grupo Éxito celebrou um acordo com a Puntos Colombia, uma *joint venture* entre o Grupo Éxito e o Banco Colombia, prevendo os termos e condições para o resgate de pontos acumulados em seu programa de fidelidade, entre outros serviços.

Para obter mais informações sobre as nossas transações com partes relacionadas, veja a nota explicativa 11 de nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas, incluídas em outra parte deste relatório anual.

7C. Interesses de Especialistas e Advogados

Não aplicável.

ITEM 8. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

8A. Demonstrações Consolidadas e Outras Informações Financeiras

As informações incluídas no Item 18 deste relatório anual são mencionadas e incorporadas por referência neste Item 8A.

Processos Judiciais

Somos parte em processos administrativos e ações judiciais que são incidentais ao curso normal de nossos negócios. Incluem contencioso cível, tributário e trabalhista em geral e processos administrativos. Acreditamos que as nossas provisões para processos judiciais são suficientes para atender a perdas prováveis e razoavelmente estimadas no caso de decisões judiciais desfavoráveis a nós e para garantir que os resultados desses processos judiciais não tenham efeito relevante sobre a nossa situação financeira ou resultados operacionais. Não podemos estimar o valor de todos os possíveis custos em que possamos incorrer ou penalidades que possam ser impostas a nós além daqueles valores para os quais fizemos provisões.

Com base no parecer de nossa assessoria jurídica externa, identificamos e provisionamos as seguintes perdas prováveis que podem resultar de processos judiciais dos quais somos parte:

	Em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
		(em milhões de R\$)	
Processos fiscais ⁽¹⁾	845	937	841
Ações trabalhistas	361	303	319
Processos cíveis e outros	236	145	145
Total de passivos acumulados para processos judiciais	1.442	1.385	1,305

(1) Inclui processos fiscais relacionados ao PIS e COFINS.

Para obter mais informações sobre os nossos processos judiciais, consulte a nota explicativa 21 de nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, incluídas em outras partes deste relatório anual.

Processos Fiscais

Os processos fiscais são indexados à taxa SELIC que, em termos anuais, era de 4,5% em 31 de dezembro de 2019, 2% em 31 de dezembro de 2020 e 9,15% em 31 de dezembro de 2021, e também estão sujeitos, em alguns casos, a multas. Fizemos provisões para encargos de juros e multas, quando aplicáveis.

Além disso, os processos fiscais estão sujeitos à indexação mensal, que consiste em ajustar o valor das provisões para litígios, de acordo com as taxas de indexação utilizadas por cada jurisdição fiscal. A indexação é exigida por lei para todos os valores tributários, inclusive a provisão para depósitos judiciais.

Temos processos fiscais que foram considerados perdas prováveis por nossa assessoria jurídica, incluindo: (i) um desacordo de 2011 com relação à não aplicação do Fator Acidentário de Prevenção (FAP) nas contribuições a nossos empregados; (ii) o uso de créditos tributários supostamente indevido; (iii) o não recolhimento de encargos sociais sobre benefícios concedidos a nossos empregados, em razão de decisão desfavorável do STF; (iv) a exigência de IPI na revenda de produtos importados; (v) discussões relacionadas ao Imposto Predial e Territorial Urbano, ou IPTU; (vi) outras questões menos relevantes. O valor que provisionamos para essas questões, em 31 de dezembro de 2021, foi de R\$ 437 milhões (R\$ 497 milhões em 31 de dezembro de 2020).

Além disso, somos parte em alguns processos perante o fisco estadual de São Paulo que discutem obrigações fiscais estaduais acessórias no contexto da restituição de ICMS por substituição tributária. Considerando decisões judiciais recentes, registramos uma provisão para essa questão no valor de R\$ 292 milhões

em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 292 milhões em 31 de dezembro de 2020), representando a estimativa de perda provável avaliada por nossa administração nesses processos.

Discutimos judicialmente a nossa elegibilidade para não pagar contribuições ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), conforme previsto na Lei Complementar 110/01. Em 31 de dezembro de 2021, o valor envolvido nesse processo era de R\$ 51 milhões (R\$ 60 milhões em 31 de dezembro de 2020).

O Grupo Éxito e suas subsidiárias são partes em processos judiciais relativos a imposto sobre valor agregado, imposto predial e impostos relacionados às nossas operações. Em 31 de dezembro de 2021, o valor em discussão totalizava R\$ 65 milhões (R\$ 88 milhões em 31 de dezembro de 2020).

Exclusão do ICMS da Base de Cálculo do PIS e do COFINS

Pagamos PIS e COFINS às alíquotas de 1,65% e 7,6% sobre a receita operacional líquida, respectivamente. Adotamos o sistema não cumulativo pelo qual esses passivos tributários podem ser parcial ou totalmente compensados por créditos que acumulamos de impostos anteriormente pagos sobre produtos que compramos e outras despesas. Como resultado de nossa aplicação do sistema não cumulativo, nós e nossas subsidiárias solicitamos o direito de excluir o ICMS da base de cálculo dessas duas contribuições.

Em 15 de março de 2017, o STF decidiu que o ICMS deve ser excluído da base de cálculo do PIS e do COFINS, de acordo com o nosso pedido.

Nós e a nossa assessoria jurídica esperamos que a decisão com relação a esse recurso não limite a nossa reivindicação; entretanto, o processo ainda está pendente de julgamento e não podemos reconhecer o ativo relacionado aos créditos a serem obtidos desde que ajuizamos essa ação em 2003. Em 2019, as nossas subsidiárias registraram créditos no valor de R\$ 382 milhões, dos quais R\$ 198 milhões foram registrados em nosso resultado financeiro, de acordo com as decisões transitadas em julgado nos respectivos processos.

Em 29 de outubro de 2020, obtivemos decisão favorável em ação judicial, resultando no registro de crédito tributário no valor de R\$ 1.609 milhões, dos quais R\$ 613 milhões foram registrados no resultado financeiro, líquido de provisões para parcelamentos que podem ser considerados não realizáveis. Além disso, em 2021, como resultado de algumas decisões judiciais proferidas naquele ano, reavaliamos o crédito tributário, revertendo parte das provisões anteriormente registradas no valor de R\$ 280 milhões (dos quais R\$ 109 milhões foram registrados no resultado financeiro). Fizemos os cálculos com base no parecer de nossa assessoria jurídica. A compensação desse crédito tributário está sujeita a determinados processos administrativos instaurados junto às autoridades fiscais brasileiras e esperamos realizá-lo em até sete anos.

Da mesma forma, a Via obteve decisão favorável em maio de 2020, que inclui um valor ao qual temos direito a ser ressarcido, nos termos do contrato de associação firmado entre nós e a família Klein na transação que criou a Via. Os períodos pelos quais temos direito ao ressarcimento se referem à subsidiária Globex (que foi incorporada na formação da Via) nos exercícios entre 2003 e 2010. Já reconhecemos, no exercício fiscal de 2020, R\$ 231 milhões de recebíveis da Via. O ganho relacionado é reconhecido no resultado líquido das operações descontinuadas. Além disso, acreditamos ter direito a um valor em aberto de R\$ 277 milhões, que está sujeito à confirmação por documentos a serem fornecidos pela Via.

Ações Trabalhistas

Somos parte em inúmeras ações judiciais envolvendo disputas com nossos empregados, principalmente decorrentes de demissões no curso normal dos negócios. Em 31 de dezembro de 2021, registramos uma provisão de R\$ 361 milhões (R\$ 303 milhões em 31 de dezembro de 2020) referente a ações cujo risco de perda foi considerado provável. A administração, auxiliada pela assessoria jurídica, avalia essas ações registrando provisões para perdas quando razoavelmente estimáveis e levando em consideração a experiência anterior em relação aos valores reclamados.

Processos Cíveis, Regulamentares e Outros

Somos réus em ações cíveis. Dentre essas ações, destacamos as seguintes:

- Ajuizamos ou somos réus em várias ações judiciais solicitando a revisão dos valores de alugueis. Nessas ações, o juiz determina um valor provisório de arrendamento, que é pago pelas lojas até que o valor final

do aluguel seja definido. A Companhia constitui provisão para a diferença entre o valor original pago pelas lojas e os valores solicitados pela parte contrária (proprietária do imóvel) na ação, quando assessores jurídicos internos e externos pactuam a probabilidade de alteração ao aluguel pago por nós. Em 31 de dezembro de 2021, a provisão para esses processos era de R\$ 100 milhões (R\$ 34 milhões em 31 de dezembro de 2020) para os quais não há depósitos judiciais.

- Somos parte em ações judiciais relacionadas a penalidades aplicadas por órgãos reguladores municipais, estaduais e federais, incluindo a Procuradoria de Proteção e Defesa do Consumidor e o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO), bem como discussões relacionadas à rescisão de contratos com nossos fornecedores. Em 31 de dezembro de 2021, tínhamos provisões para esses processos no valor de R\$ 56 milhões (R\$ 40 milhões em 31 de dezembro de 2020).
- O Grupo Éxito é parte em ações cíveis relacionadas a contestações de contratos de arrendamento, entre outros. Em 31 de dezembro de 2021, o valor em discussão era de R\$ 30 milhões (R\$ 35 milhões em 31 de dezembro de 2020).
- O valor provisionado para as demais questões cíveis em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 50 milhões (R\$ 36 milhões em 31 de dezembro de 2020).

Em 31 de dezembro de 2021, incluindo as ações cíveis mencionadas acima, tínhamos provisões para ações cíveis, regulatórias e outras no valor de R\$ 236 milhões (R\$ 145 milhões em 31 de dezembro de 2020).

Outros Passivos Contingentes para os quais não há Provisões

Em 31 de dezembro de 2021, éramos parte em determinados processos judiciais para os quais a probabilidade de perda era considerada possível e, portanto, não registramos provisões para esses processos. Consulte a nota explicativa 21 de nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, incluídas em outras partes deste relatório anual, para obter informações detalhadas sobre esses processos.

Somos parte em vários processos judiciais tributários com vários órgãos governamentais relacionados a encargos previdenciários em discussão com o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), COFINS, PIS, créditos relativos a Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), ICMS, Imposto Sobre Serviços (ISS) e IPTU. Em 31 de dezembro de 2021, o valor total da perda possível em relação a esses processos judiciais relacionados a impostos era de R\$ 12.123 milhões (R\$ 10.081 milhões em 31 de dezembro de 2020).

A Globex (que posteriormente mudou a sua razão social para Via) é ré em processo fiscal relativo a discussões de ICMS, PIS e COFINS, entre outros. De acordo com os termos do leilão público para adquirir as ações da Globex em 2009, somos responsáveis pelas perdas relacionadas aos processos judiciais da Globex anteriores à sua aquisição pela Via. Em 14 de junho de 2019, vendemos toda a nossa participação acionária na Via, mas continuamos responsáveis por esses processos judiciais. Para informações adicionais sobre as transações com a Via que permaneceram em vigor, consulte o “Item 7. Principais Acionistas e Transações com Partes Relacionadas – 7B. Transações com Partes Relacionadas – Via”. Em 31 de dezembro de 2021, o valor em discussão neste processo fiscal era de R\$ 474 milhões (R\$ 456 milhões em 31 de dezembro de 2020).

Também somos parte em outros processos judiciais fiscais, incluindo ações relacionadas à dedução indevida de amortização de ágio. Em conformidade com os acordos que celebramos com alguns de nossos antigos e atuais acionistas, acreditamos ter direito a receber uma indenização que, em 31 de dezembro de 2021, estimamos ser no valor de R\$ 1.467 milhões (R\$ 1.432 milhões em 31 de dezembro de 2020).

Contratamos advogados externos para representação nas autuações fiscais, cujos honorários estão condicionados a um percentual a ser aplicado sobre o valor do sucesso no resultado final desses processos. Esse percentual pode variar de acordo com fatores qualitativos e quantitativos de cada ação e, em 31 de dezembro de 2021, o valor estimado que será pago em todas as ações é de aproximadamente R\$ 157 milhões (R\$ 174 milhões em 31 de dezembro de 2020).

Processos Judiciais Relacionados ao Passivo de Indenização da Sendas

Somos responsáveis por processos judiciais da Sendas antes do Processo de Spin-Off da Sendas. Em 31 de dezembro de 2021, o valor total provisionado nesses processos judiciais era de R\$ 96 milhões, sendo R\$ 69 milhões em processos fiscais, R\$ 14 milhões em ações trabalhistas e R\$ 13 milhões em processos cíveis.

Para obter mais informações sobre os nossos processos fiscais, consulte a nota explicativa 21 de nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, incluídas em outras partes deste relatório anual.

Arbitragem

Península

Em 12 de setembro de 2017, anunciamos que recebemos uma notificação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá referente a um pedido de arbitragem apresentado pela Banco Ourinvest S.A., uma instituição financeira, na qualidade de administradora de fundos e atuando no interesse exclusivo dos quotistas da Península.

O procedimento arbitral teve como objetivo discutir o cálculo das taxas de aluguel e outras questões operacionais relacionadas aos contratos de arrendamento e contratos que celebramos com a Península, durante 2005, referentes às lojas de propriedade da Península. Esses contratos nos dão direito ao uso comercial dos referidos imóveis por um período de 20 anos, que pode ser prorrogado por um prazo adicional de 20 anos, em nosso critério exclusivo.

Em 7 de julho de 2021, celebramos um acordo para encerrar o procedimento arbitral. Em conformidade com o termo de acordo, determinados termos dos contratos de arrendamento foram adaptados às condições de mercado vigentes, permitindo-nos otimizar o uso das propriedades dos contratos de arrendamento. A continuidade e o prazo dos arrendamentos não foram afetados. Como resultado da assinatura desse termo de acordo, registramos uma despesa de R\$ 17 milhões em outras despesas operacionais em nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas com relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Para obter mais informações sobre o procedimento arbitral relacionado à Península, consulte a nota explicativa 21.8 de nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, incluídas em outras partes deste relatório anual.

Política de dividendos

Informações Gerais

De acordo com a legislação societária brasileira, as empresas brasileiras são obrigadas a realizar uma assembleia geral ordinária de acionistas nos primeiros quatro meses de cada exercício fiscal para deliberar a destinação dos resultados operacionais em qualquer exercício e a distribuição de um dividendo anual. De acordo com a legislação societária brasileira, os acionistas de uma empresa brasileira têm o direito de receber, como dividendo obrigatório de cada exercício fiscal, (i) uma parte do lucro líquido da empresa, conforme estabelecido em seu estatuto social, sujeita a um dividendo mínimo obrigatório de pelo menos 25% do lucro líquido ajustado de acordo com a legislação societária brasileira, ou (ii) se não previsto em tal estatuto social, um valor igual a 50% do lucro líquido ajustado da empresa calculado de acordo com a legislação societária brasileira. De acordo com a legislação societária brasileira, além do dividendo obrigatório, o conselho de administração pode recomendar o pagamento de dividendos intermediários e o pagamento de dividendos de outros recursos legalmente disponíveis aos acionistas. Ainda de acordo com a legislação societária brasileira, uma empresa brasileira pode suspender a distribuição de dividendos obrigatórios em qualquer exercício em que sua administração informar à assembleia geral de acionistas que a distribuição seria incompatível com a situação financeira da empresa.

Podemos pagar antecipadamente dividendos trimestralmente, sujeitos à aprovação de nosso conselho de administração, em reuniões normalmente realizadas durante o primeiro trimestre de cada exercício fiscal. Não obstante, ao final de cada exercício fiscal, pagamos aos nossos acionistas o dividendo mínimo obrigatório, calculado de acordo com a legislação societária brasileira. Caso decidamos pagar antecipadamente dividendos trimestralmente ou de outra forma, o valor pago antecipadamente será considerado no cálculo do valor do dividendo obrigatório que deve ser pago ao final de cada exercício fiscal.

Em 2019, 2020 e 2021, o nosso conselho de administração aprovou o pagamento de juros sobre o capital próprio aos nossos acionistas. Os pagamentos aprovados foram imputados ao dividendo mínimo obrigatório referente aos respectivos exercícios fiscais. Em 15 de junho de 2020, pagamos dividendos no valor de R\$ 155,8 milhões para atender ao dividendo mínimo obrigatório de 2019, conforme exigido pela legislação societária brasileira. Como não pagamos antecipadamente dividendos em 2021, os nossos acionistas aprovaram o pagamento de juros sobre o capital próprio no valor total de R\$ 81,1 milhões em nossa assembleia geral ordinária de acionistas realizada em 27 de abril de 2022.

De acordo com a legislação societária brasileira e nosso estatuto social, devemos pagar os dividendos declarados em até 60 dias após a aprovação da distribuição de dividendos na assembleia geral de acionistas.

Para obter mais informações sobre a nossa política de dividendos, consulte o “Item 10. Informações Adicionais — 10B. Memorando de Constituição e Estatuto Social — Apropriação do Lucro Líquido e Distribuição de Dividendos — Distribuição de Dividendos” e “— Juros sobre o Capital Próprio”.

Histórico dos Pagamentos de Dividendos

Em 27 de abril de 2022, foi realizada uma assembleia geral ordinária de acionistas que aprovou o pagamento de juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 0,301301 por ação ordinária. A tabela a seguir apresenta as distribuições pagas ou a serem pagas aos detentores de nossas ações ordinárias e preferenciais na época:

Período	Descrição	Data do primeiro pagamento	R\$ por ação preferencial⁽¹⁾	R\$ por ação ordinária	Valor total de dividendos e juros sobre o capital próprio (em R\$ milhões)
2019.....	Juros sobre o capital próprio	16 de agosto de 2019	0,142512451	0,129556774	36 ⁽²⁾
2019.....	Juros sobre o capital próprio	15 de junho de 2020	Não disponível	0,582024107	156 ⁽²⁾
2020.....	Juros sobre o capital próprio	15 de junho de 2021	Não disponível	1,701093954	456 ⁽¹⁾
2020.....	Dividendos Juros sobre o capital próprio	15 de junho de 2021	Não disponível	0,475788964	127
2021.....	Juros sobre o capital próprio	15 de junho de 1980	Não disponível	0,301301	81

(1) Em 14 de fevereiro de 2020, a B3 aprovou a nossa migração do segmento de listagem Nível 1 para o segmento de listagem Novo Mercado da B3; De acordo com as exigências do Novo Mercado, em 28 de fevereiro de 2020, todas as nossas ações preferenciais em circulação foram convertidas em ações ordinárias e, em 2 de março de 2020, a negociação de nossas ações ordinárias teve início no segmento de listagem Novo Mercado da B3. Para informações adicionais sobre a conversão de nossas ações preferenciais, consulte o “Item 4. Informações sobre a Companhia – 4A. História e Desenvolvimento da Companhia — Mudanças em Nossos Negócios — Aquisição do Grupo Êxito”.

(1) Esses valores representam o valor bruto estimado de juros sobre o capital próprio, uma vez que determinados acionistas estão isentos de imposto de renda retido na fonte.

Os acionistas não residentes no Brasil geralmente devem se registrar no Banco Central para que dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, receitas de vendas ou outros valores relativos às suas ações possam ser remetidos em moeda estrangeira para fora do Brasil. Para obter informações adicionais, consulte o “Item 10. Informações Adicionais – 10D. Controles de Câmbio”. As ações ordinárias subjacentes às ADSs são detidas no Brasil pelo Custodiante, como representante do depositário, o proprietário registrado nos registros do Custodiante das ações ordinárias subjacentes às ADSs. Na data deste relatório anual, o Custodiante de nossas ADSs é o Banco Itaú Corretora de Valores S.A.

Os pagamentos de dividendos em dinheiro e distribuições, se houver, serão feitos em reais ao Custodiante em nome do depositário, que então converterá os pagamentos de reais em dólares dos EUA e, posteriormente, fará com que os dólares dos EUA sejam entregues ao depositário para distribuição aos detentores de ADSs, conforme descrito acima. Caso o Custodiante não consiga converter imediatamente os reais recebidos como dividendos e/ou juros sobre o capital próprio em dólares dos EUA, o valor em dólares dos EUA a pagar aos detentores de ADSs pode ser afetado adversamente por qualquer desvalorização do real brasileiro que ocorrer antes da conversão e remessa das distribuições. Para obter informações adicionais, consulte o “Item 3. Informações Principais – 3D. Fatores de Risco — Riscos Relacionados ao Brasil — A volatilidade da taxa de câmbio pode afetar adversamente a economia brasileira e a nós”. Os dividendos e juros sobre o capital próprio em

relação às ações pagas aos acionistas, incluindo os detentores de ADSs, estão sujeitos ao tratamento fiscal descrito no “Item 10. Informações Adicionais — 10E. Tributação — Considerações Fiscais Brasileiras”.

8B. Alterações Significativas

Não aplicável.

ITEM 9. OFERTA E LISTAGEM

9A. Informações da Oferta e Listagem

Em 14 de fevereiro de 2020, a B3 aprovou a nossa migração do segmento de listagem Nível 1 para o segmento de listagem Novo Mercado da B3. De acordo com as exigências do Novo Mercado, em 28 de fevereiro de 2020, todas as nossas ações preferenciais em circulação foram convertidas em ações ordinárias e, em 2 de março de 2020, a negociação de nossas ações ordinárias teve início no segmento de listagem Novo Mercado da B3. Para informações adicionais sobre a conversão de nossas ações preferenciais, consulte o “Item 4. Informações sobre a Companhia – 4A. História e Desenvolvimento da Companhia—Mudanças em Nossos Negócios—Aquisição do Grupo Êxito”.

As nossas ações preferenciais foram negociadas na B3 sob o código de negociação PCAR4 até a sua conversão em ações ordinárias em 28 de fevereiro de 2020. Desde 2 de março de 2020, a negociação de nossas ações ordinárias, que já estavam listadas na B3 sob o código de negociação PCAR3, passou a ser negociada no segmento de listagem Novo Mercado da B3.

As nossas ações ordinárias na forma de ADSs são negociadas na NYSE sob o código de negociação “CBD”. As nossas ADSs começaram a ser negociadas na NYSE em maio de 1997. Como resultado de nossa migração para o segmento de listagem Novo Mercado da B3 e da conversão de nossas ações preferenciais em ações ordinárias, desde 5 de março de 2020, cada ADS passou a representar uma ação ordinária, sem valor nominal. As ADSs são representadas por ADRs emitidas pelo JP Morgan Chase Bank, N.A.

9B. Plano de Distribuição

Não aplicável.

9C. Mercados

Negociação na B3

A B3, antiga BM&FBOVESPA, é uma empresa brasileira de capital aberto constituída em 2008 por meio da incorporação da Bolsa de Valores de São Paulo e da Bolsa de Mercadorias e Futuros. A B3 é uma das maiores bolsas do mundo em capitalização de mercado, a segunda do continente americano e líder na América Latina.

A negociação na bolsa é conduzida por membros autorizados. Os pregões acontecem todos os dias úteis, com cancelamento de pedidos a partir das 09h30 às 09h45, pré-abertura a partir das 09h45h às 10h00, pregão a partir das 10h00 às 16h55 e encerramento a partir das 16h55 às 17h00. Dependendo do horário de verão no Brasil ou nos Estados Unidos, os pregões podem ocorrer em diferentes períodos, com cancelamento de pedidos a partir das 09h30 às 09h45, pré-abertura a partir das 09h45h às 10h00, pregão a partir das 10h00 às 16h55 e encerramento a partir das 16h55 às 17h00.

Para melhor controlar o excesso de volatilidade nas condições de mercado, a B3 adotou um “circuit breaker”, segundo o qual os pregões podem ser suspensos por um período de 30 minutos ou uma hora sempre que o índice de base ampla da bolsa cair abaixo dos limites de 10% e 15%, respectivamente, em relação ao fechamento do pregão anterior. Caso o índice da bolsa de valores caia abaixo do limite de 20% em relação ao pregão anterior, a B3 poderá determinar a suspensão do pregão por determinado período, a ser definido em seu exclusivo critério. A bolsa também adotou paradas únicas de negociação de ações para lidar com determinadas situações de alta volatilidade.

A negociação na B3 por não residentes no Brasil está sujeita a determinadas limitações, de acordo com o investimento estrangeiro brasileiro e a legislação tributária.

Regulamento do Mercado Brasileiro de Valores Mobiliários

O mercado brasileiro de valores mobiliários é regulado e supervisionado pela CVM (que tem autoridade geral sobre as bolsas de valores e mercados de valores mobiliários), conforme previsto na Lei 6.385, de 7 de dezembro de 1976, ou Lei de Mercados de Capitais, e na legislação societária brasileira. O Conselho Monetário Nacional (CMN) é responsável por supervisionar as atividades da CVM, conceder licenças às corretoras para regular a sua constituição e operação, e regular o investimento estrangeiro e as operações de câmbio, conforme previsto pela Lei de Mercados de Capitais brasileira e a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964. Essas leis e regulamentos preveem, entre outras coisas, requisitos de divulgação para emissores de valores mobiliários listados em bolsas de valores, sanções criminais para negociação com informações privilegiadas e manipulação de preços, proteção de acionistas minoritários, procedimentos para licenciamento e supervisão de corretoras e a governança de bolsas de valores brasileiras.

De acordo com a legislação societária brasileira, uma empresa é uma companhia aberta, como nós, ou companhia fechada. Todas as companhias abertas são registradas na CVM e estão sujeitas a exigências de relatórios periódicos e à divulgação pública de fatos relevantes. A empresa registrada na CVM pode negociar seus valores mobiliários na B3 ou no mercado de balcão brasileiro. As ações de uma empresa listada na B3 também podem ser comercializadas particularmente, sujeitas a várias limitações. Para ser listada na B3, a empresa deve solicitar registro na CVM e na B3. A negociação de valores mobiliários de companhias abertas na B3 poderá ser suspensa a pedido de tal companhia em antecipação a um anúncio relevante. A negociação também poderá ser suspensa mediante iniciativa da B3 ou da CVM, com base no fato de uma empresa ter fornecido informações inadequadas relativas a acontecimento relevante ou ter fornecido respostas inadequadas a investigações realizadas pela CVM ou pela B3.

A Lei de Mercados de Capitais, a legislação societária brasileira e as leis e regulamentos emitidos pela CVM, CMN e Banco Central preveem, entre outros assuntos, exigências de divulgação aplicáveis aos emissores de valores mobiliários negociados, restrições à negociação com informações privilegiadas e manipulação de preços, proteção de acionistas minoritários, procedimentos de licenciamento, supervisão de corretoras e governança das bolsas de valores brasileiras.

Práticas de Governança Corporativa

Em 2000, a BM&FBOVESPA, atualmente conhecida como B3, introduziu três segmentos especiais de listagem, conhecidos como Nível 1 e Nível 2 de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa e o Novo Mercado, com o objetivo de promover uma mercado secundário de valores mobiliários de emissão de empresas brasileiras com valores mobiliários listados na então BM&FBOVESPA, incentivando-as a seguir as boas práticas de governança corporativa. Os segmentos de listagem foram concebidos para a negociação de ações emitidas por empresas que se comprometem voluntariamente a cumprir práticas de governança corporativa e exigências de divulgação adicionais àquelas já impostas pela legislação brasileira aplicável. Essas regras geralmente aumentam os direitos dos acionistas e melhoram a qualidade das informações fornecidas aos acionistas.

Em 10 de maio de 2011, as práticas diferenciadas de Governança Corporativa dos Níveis 1 e 2 e as regras do Novo Mercado foram alteradas. As novas disposições incluem, entre outras, novas sanções pecuniárias para empresas que não cumpram as regras. Além disso, de acordo com as regras alteradas, o diretor presidente ou principal executivo de uma empresa não pode também ocupar o cargo de presidente do conselho de administração. Os membros do conselho serão eleitos para mandatos contínuos de, no máximo, dois anos, permitida a reeleição.

Fomos listados no segmento de listagem Nível 1 da B3 de 31 de março de 2003 a 14 de fevereiro de 2020, quando recebemos a aprovação formal da B3 para migrar para o Novo Mercado, o mais alto nível de governança corporativa da B3. De acordo com as exigências do Novo Mercado, em 28 de fevereiro de 2020, todas as nossas ações preferenciais em circulação foram convertidas em ações ordinárias e, em 2 de março de 2020, a negociação de nossas ações ordinárias teve início no segmento de listagem Novo Mercado da B3. Nos EUA, as posições de ADSs preferenciais foram convertidas em posições de ADSs ordinárias em 4 de março de 2020, com a consequente mudança do CUSIP. Em 5 de março de 2020, a NYSE suspendeu a negociação do antigo CUSIP e começou a negociação sob o novo CUSIP. Para informações adicionais sobre a nossa entrada no Novo Mercado, consulte o “Item 4. Informações sobre a Companhia – 4A. História e Desenvolvimento da Companhia—Mudanças em Nossos Negócios—Aquisição do Grupo Êxito”.

Para ser listada no segmento Novo Mercado, além das obrigações impostas pela legislação brasileira vigente, a empresa deve concordar em (i) emitir apenas ações ordinárias; (ii) conceder direitos de tag along a todos

os acionistas em caso de mudança no controle acionário. O acionista que adquirir o controle deverá realizar uma oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas, oferecendo o mesmo preço por ação pago aos controladores; (iii) manter um free float de, no mínimo, 25% do capital social total da empresa; (iv) adotar procedimentos de oferta que privilegiem ampla base acionária; (v) cumprir os padrões mínimos de divulgação trimestral; (vi) seguir políticas de divulgação mais rígidas em relação às transações de valores mobiliários realizadas pelos acionistas controladores, membros do conselho e diretores do emissor; (vii) apresentar à B3 quaisquer acordos de acionistas e planos de opção de compra de ações existentes; (viii) divulgar aos acionistas a programação de eventos corporativos; (ix) elaborar demonstrações financeiras anuais, incluindo demonstrações de fluxo de caixa em inglês e de acordo com as normas internacionais de contabilidade, como U.S. GAAP ou as Normas Internacionais de Contabilidade de Relatórios de Financiamento (IFRS); (x) adotar exclusivamente as regras de arbitragem da B3, nas quais a B3, a companhia, o acionista controlador, administradores e membros do conselho fiscal, se instalado, se comprometem a dirimir qualquer controvérsia ou disputa relacionada às regras de listagem por meio de arbitragem; (xi) realizar reuniões públicas com analistas financeiros e quaisquer outros interessados pelo menos uma vez por ano para apresentar informações sobre sua situação econômico-financeira, projetos e perspectivas; e (xii) em caso de decisão de saída do Novo Mercado, o acionista controlador do emissor deverá realizar uma oferta pública de aquisição da totalidade das ações em circulação a um preço mínimo a ser estabelecido com base em avaliação independente.

Obrigações de Divulgação

De acordo com a legislação societária brasileira e os regulamentos da CVM, uma companhia aberta deve apresentar determinadas informações periódicas à CVM e à B3, incluindo demonstrações financeiras, informações trimestrais, discussão e análise da administração e relatórios de auditoria independente. Essa legislação também exige que arquivemos os nossos acordos de acionistas, convocações de assembleias gerais de acionistas e cópias das respectivas atas e comunicações sobre atos ou fatos relevantes junto à CVM e à B3.

As instruções CVM também preveem exigências quanto à divulgação e uso de informações relativas a atos ou eventos relevantes, incluindo a divulgação de informações na negociação e aquisição de valores mobiliários de emissão de sociedades de capital aberto.

Tais requisitos incluem disposições que:

- estabelecem o conceito de ato ou evento relevante que dê origem a requisitos de divulgação. Atos ou eventos relevantes incluem decisões dos acionistas controladores, deliberações da assembleia geral ordinária de acionistas ou da administração da empresa, ou quaisquer outros atos ou fatos políticos, administrativos, técnicos, financeiros ou econômicos relacionados aos negócios da empresa (sejam ocorridos na empresa ou de alguma forma relacionada a ela) que possam influenciar o preço de seus valores mobiliários negociados publicamente, ou a decisão dos investidores de negociar ou manter tais valores mobiliários ou de exercer qualquer um dos direitos subjacentes a tais valores mobiliários;
- especificam exemplos de atos ou fatos que sejam considerados relevantes, incluindo, entre outros, a assinatura de acordos relativos à transferência de controle de uma companhia aberta, entrada ou retirada de acionistas que mantenham quaisquer funções gerenciais, financeiras, tecnológicas ou administrativas na sociedade ou aportes à sociedade, e quaisquer reestruturações realizadas entre empresas relacionadas;
- obrigam a companhia aberta a divulgar atos ou fatos relevantes à CVM, à B3 e por meio da publicação de tais atos nos jornais ou sites habitualmente utilizados por tal companhia;
- exigem que o comprador de uma participação majoritária em uma companhia aberta publique um evento relevante, incluindo a sua intenção de cancelar ou não a listagem das ações da companhia no prazo de um ano;
- exigem que a administração, os membros do conselho fiscal, se em exercício, ou de qualquer órgão técnico ou consultivo de uma companhia aberta divulguem à companhia, à CVM e à B3 o número, o tipo e a forma de negociação dos valores mobiliários de emissão da companhia, de suas subsidiárias e de companhias abertas controladoras que sejam de sua titularidade ou de pessoas a elas vinculadas, e quaisquer alterações em suas respectivas posições acionárias;
- exigem que, se qualquer acionista controlador direto ou indireto ou qualquer acionista que elegeu membros do conselho de administração de uma companhia aberta aumentar ou diminuir a participação

em tal companhia em mais de 5%, tal pessoa física ou jurídica divulgue informações sobre tal aquisição ou alienação; e

- proíbem a negociação com base em informações privilegiadas, prevendo uma lista de transações proibidas, em que se presume que a negociação seja feita com base em informações privilegiadas.

Nos termos da Resolução CVM nº 44, de 23 de agosto de 2021, conforme alterada, podemos, em circunstâncias excepcionais, enviar à CVM um pedido de tratamento sigiloso referente a ato ou fato relevante quando os nossos acionistas controladores ou administradores considerarem que tal a divulgação representará um risco para o interesse legítimo da companhia.

9D Acionistas Vendedores

Não aplicável.

9E. Diluição

Não aplicável.

9F. Despesas da Emissão

Não aplicável.

ITEM 10. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

10A. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2021, o nosso capital social subscrito e integralizado era representado por 269.336.551 (duzentas e sessenta e nove milhões, trezentas e trinta e seis mil, quinhentas e cinquenta e uma) ações ordinárias, sem valor nominal.

Como resultado de nossa migração para o segmento de listagem Novo Mercado da B3, em 28 de fevereiro de 2020, convertemos todas as nossas ações preferenciais em ações ordinárias. Para informações adicionais sobre a conversão de nossas ações preferenciais em ações ordinárias, consulte o “Item 9. Oferta e Listagem – 9A. Informações da Oferta e Listagem”.

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de 400.000.000 ações ordinárias, independentemente de alteração ao Estatuto Social da Companhia, mediante deliberação do conselho de administração, que estabelecerá os termos e condições.

10B. Memorando de Constituição e Estatuto Social

Abaixo está um breve resumo de algumas disposições significativas de nosso Estatuto Social e da legislação societária brasileira. Esta descrição não pretende ser completa e é qualificada por referência ao nosso Estatuto Social (cuja tradução para o inglês foi registrada junto à SEC) e à legislação societária brasileira.

Objeto e Propósito Corporativo

Somos uma sociedade anônima de capital aberto com sede e jurisdição na cidade de São Paulo, Brasil, regida pelas leis brasileiras (incluindo a legislação societária brasileira), pelos regulamentos da CVM e da SEC e pelo nosso Estatuto Social.

O nosso principal objeto social é a comercialização de produtos manufaturados, semimanufaturados e naturais de origem brasileira e estrangeira, de toda e qualquer espécie e descrição, natureza ou qualidade, desde que não vedados por lei. Além disso, também podemos nos envolver em uma ampla gama de atividades, conforme previsto na Cláusula 2 do nosso Estatuto Social.

Ações Ordinárias

Em 14 de fevereiro de 2020, a B3 aprovou a nossa migração do Nível 1 para o segmento de listagem Novo Mercado da B3, o mais alto nível de governança corporativa da B3. De acordo com as exigências do Novo Mercado, em 28 de fevereiro de 2020, todas as nossas ações preferenciais em circulação foram convertidas em ações ordinárias. Além disso, em 2 de março de 2020, iniciou-se a negociação de nossas ações ordinárias no segmento de listagem Novo Mercado da B3.

De acordo com o nosso estatuto social e o nosso contrato de listagem na B3 em conexão com a listagem das nossas ações ordinárias no Novo Mercado, não podemos emitir ações sem direito a voto ou com direito a voto restrito. Além disso, o nosso Estatuto Social e a legislação societária brasileira preveem que os detentores de nossas ações ordinárias têm direito a dividendos ou outras distribuições feitas proporcionalmente a respeito de nossas ações ordinárias de acordo com suas respectivas participações na quantidade total de nossas ações ordinárias emitidas e em circulação. Consulte “Apropriação do Lucro Líquido e Distribuição de Dividendos — Juros sobre o Capital Próprio” para obter uma descrição mais completa do pagamento de dividendos e outras distribuições sobre as nossas ações ordinárias. Além disso, após a nossa liquidação, os detentores de nossas ações ordinárias têm o direito de compartilhar os nossos ativos remanescentes, após o pagamento de todos os nossos passivos, proporcionalmente de acordo com a sua respectiva participação no valor total de nossas ações ordinárias emitidas e em circulação. Os detentores de nossas ações ordinárias não são obrigados a subscrever futuros aumentos de capital social e geralmente têm direitos de preferência para subscrever novas ações, conforme previsto na legislação societária brasileira. Consulte “Direitos de Preferência em Aumentos de Capital Social”.

Apropriação do Lucro Líquido e Distribuição de Dividendos

Apropriação do Lucro Líquido

Em cada assembleia geral ordinária de acionistas, a nossa diretoria executiva e o nosso conselho de administração devem recomendar como destinar o lucro líquido, se houver, do exercício fiscal anterior. Essa apropriação está sujeita à deliberação de nossos acionistas.

A legislação societária brasileira define “lucro líquido”, em qualquer exercício fiscal, como o lucro líquido do exercício fiscal pertinente após o imposto de renda e contribuição social da aquele exercício fiscal, líquido de quaisquer prejuízos acumulados de exercícios fiscais anteriores e quaisquer valores alocados a empregados e participação da administração em nosso lucro líquido naquele exercício fiscal, de acordo com os nossos planos de participação nos lucros. O nosso Estatuto Social nos permite implementar um plano de participação nos lucros para empregados e administradores e um plano de opção de compra de ações. O valor a ser pago em relação a ambos os planos é determinado pelo nosso conselho de administração e não deve ultrapassar um valor igual a 15% do nosso lucro líquido. De acordo com a legislação societária brasileira, essa participação nos lucros somente poderá ser paga aos administradores em relação ao exercício fiscal em que o dividendo obrigatório tenha sido declarado.

O nosso cálculo de “lucro líquido” e apropriações para reservas para qualquer exercício fiscal são determinados com base em nossas demonstrações financeiras. O arbítrio da nossa administração e dos nossos acionistas para determinar a destinação de nosso lucro líquido é limitado por determinadas regras que determinam se tal lucro líquido deve ser distribuído como dividendos, destinado a determinadas reservas de lucros ou transportado para exercícios fiscais futuros, conforme segue:

Dividendo Mínimo Obrigatório. De acordo com a legislação societária brasileira e o nosso Estatuto Social, devemos distribuir um percentual específico de nosso lucro líquido como dividendo mínimo obrigatório a ser pago com relação a todas as ações do nosso capital social. O nosso Estatuto Social estabelece o percentual mínimo em 25% do nosso lucro líquido ajustado. O dividendo obrigatório pode ser pago na forma de dividendos ou juros sobre o capital próprio, que podem ser deduzidos por nós no cálculo de nossas obrigações de imposto de renda e contribuição social. O lucro líquido ajustado é o lucro líquido após a soma ou subtração de:

- valores destinados à conta de reserva legal; e
- valores destinados a uma conta de reserva para contingências e a devolução de quaisquer valores em quaisquer contas de reserva para contingências depositadas em exercícios anteriores.

O pagamento dos nossos dividendos obrigatórios poderá ser limitado aos lucros efetivamente realizados no exercício fiscal, se a parcela dos lucros não realizados for destinada à conta de reserva de lucros a realizar (conforme descrito abaixo). O saldo das contas de reserva, exceto a conta de reserva para contingências e a conta de reserva de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o nosso capital social. Caso isso ocorra, a assembleia geral de acionistas deverá deliberar se o excesso será aplicado para integralizar o capital subscrito e não integralizado, para aumentar e integralizar o capital social subscrito ou para distribuir dividendos.

De acordo com a legislação societária brasileira, no entanto, podemos suspender a distribuição dos dividendos obrigatórios para qualquer exercício em que a nossa administração relatar em nossa assembleia geral de acionistas que a distribuição seria incompatível com a nossa situação financeira. O conselho fiscal, se estabelecido, deve se manifestar em relação à suspensão. Além disso, a nossa administração deve apresentar uma justificativa para tal suspensão junto à CVM no prazo de cinco dias a partir da data da assembleia geral ordinária de acionistas em questão. Caso o dividendo obrigatório não seja pago, o valor não pago deverá ser atribuído a uma conta de reserva especial e, caso não seja absorvido por prejuízos subsequentes, esses recursos deverão ser pagos como dividendos assim que a nossa situação financeira permitir.

Conta de reserva legal. De acordo com a legislação societária brasileira e o nosso Estatuto Social, somos obrigados a manter uma reserva legal para a qual devemos destinar 5% do nosso lucro líquido em cada exercício fiscal até que o valor total da reserva legal seja igual a 20% de nosso capital social. A nossa reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de nosso capital social ou para compensar prejuízos acumulados, se houver. Não somos obrigados a fazer qualquer destinação à nossa reserva legal para qualquer exercício fiscal em que tal reserva, quando adicionada às nossas reservas de capital, ultrapassar 30% do nosso capital social. A conta de reserva legal não está disponível para o pagamento de dividendos.

Conta de reserva para contingências. Uma parcela de nosso lucro líquido também pode ser destinada a uma reserva para contingências para uma perda antecipada que seja considerada provável em exercícios futuros. Qualquer valor assim apropriado em um exercício anterior deve ser revertido no exercício fiscal para o qual a perda foi prevista, se a perda não ocorrer, ou ser baixada, se a perda prevista ocorrer.

Conta de reserva para incentivos fiscais. A nossa assembleia geral de acionistas, mediante proposta fundamentada do nosso conselho de administração ou diretoria executiva ou de acordo com as regras do benefício concedido, poderá decidir destinar um percentual do nosso lucro líquido resultante de doações ou subvenções governamentais para fins de investimento a um conta de reserva para incentivos fiscais.

Reserva Estatutária. De acordo com a legislação societária brasileira, o nosso Estatuto Social pode criar reservas, desde que a finalidade da reserva seja determinada juntamente com os critérios de apropriação e o valor máximo a ser mantido nela. Atualmente, o nosso Estatuto Social prevê uma reserva de expansão que será constituída de até 100% do lucro líquido ajustado remanescente após a constituição da conta de reserva legal, conta de reserva para contingências e pagamento de dividendos obrigatórios. O valor total dessa reserva não poderá ultrapassar o valor do nosso capital social. Os nossos acionistas podem alterar o nosso Estatuto Social para estabelecer outras reservas discricionárias. A destinação do nosso lucro líquido para as contas de reserva discricionária não poderá ser feita se impedir a distribuição de nossos dividendos obrigatórios.

Conta de reserva de lucro não realizado. A parcela dos dividendos obrigatórios que ultrapassar o lucro líquido efetivamente realizado em qualquer exercício poderá ser destinada à conta de reserva de lucro não realizado. O lucro não realizado é o lucro resultante de investimentos mensurados pelo método de equivalência patrimonial e/ou o resultado de qualquer operação, cuja satisfação financeira ocorra no exercício fiscal subsequente. A conta de reserva de lucro não realizado, quando realizada, deverá ser utilizada primeiramente para compensar prejuízos acumulados, se houver, e o restante deverá ser utilizado para pagamento de dividendos obrigatórios.

Reserva de lucros acumulados. Os nossos acionistas podem decidir reter uma parcela do lucro líquido desde que tal parcela tenha sido contemplada no orçamento de capital previamente aprovado pelos acionistas.

Distribuição de Dividendos

De acordo com a legislação societária brasileira e o nosso Estatuto Social, podemos pagar dividendos somente de:

- nosso “lucro líquido” auferido em determinado exercício fiscal, que é o nosso resultado do exercício fiscal em questão, reduzido pelos prejuízos acumulados de exercícios fiscais anteriores; provisões para imposto de renda e contribuição social para tal exercício fiscal; e valores alocados à participação de empregados e administradores nos resultados de tal exercício fiscal, de acordo com os nossos planos de participação nos lucros. O nosso Estatuto Social nos permite implementar um plano de participação nos lucros para empregados e administradores e um plano de opção de compra de ações. O valor a ser pago em relação a ambos os planos é determinado pelo nosso conselho de administração e não deve ultrapassar um valor igual a 15% do nosso lucro líquido. De acordo com a legislação societária brasileira, essa participação nos lucros somente poderá ser paga aos administradores em relação ao exercício fiscal em que o dividendo obrigatório tenha sido declarado;
- os nossos lucros líquidos acumulados em exercícios fiscais anteriores ou em qualquer período intermediário de seis meses e/ou trimestre de um exercício fiscal; ou
- as nossas reservas de lucros destinadas em exercícios fiscais anteriores ou nos primeiros seis meses de um exercício fiscal. Para esses fins, “reservas de lucros” significa qualquer conta de reserva discricionária, conta de reserva para contingências, valores alocados ao nosso orçamento de investimento aprovado por deliberação dos nossos acionistas ou conta de reserva de lucros não realizados, não incluindo a conta de reserva legal.

Os dividendos geralmente devem ser declarados nas assembleias gerais de acionistas, de acordo com a recomendação do conselho de administração. O nosso conselho de administração pode declarar dividendos intermediários a serem deduzidos do lucro acumulado registrado em nossas demonstrações financeiras anuais ou semestrais. Além disso, o nosso conselho de administração pode pagar dividendos do lucro líquido com base em nossas demonstrações financeiras trimestrais não auditadas. Os dividendos intermediários poderão ser declarados e debitados ao valor da reserva de lucros registrado na última demonstração financeira anual ou semestral. Esses dividendos intermediários semestrais ou trimestrais não podem ultrapassar os valores contabilizados em nossas contas de reserva de capital. Qualquer pagamento de dividendos intermediários poderá ser compensado com o valor dos dividendos obrigatórios relativos ao lucro líquido apurado no exercício em que os dividendos intermediários foram pagos.

De acordo com a legislação societária brasileira e o nosso Estatuto Social, os dividendos devem estar disponíveis aos acionistas em até 60 dias após a data em que os dividendos foram declarados. O valor está sujeito à correção monetária, se for o caso, determinada pelo nosso conselho de administração.

Um acionista tem um período de três anos após a data de pagamento do dividendo para reivindicar um dividendo em relação às suas ações. Após o término desse período, não somos mais responsáveis pelo pagamento de tal dividendo.

Juros sobre o Capital Próprio

Podemos pagar juros sobre o capital próprio como forma alternativa de pagamento aos acionistas. Podemos tratar esses pagamentos como despesas dedutíveis para fins de imposto de renda e contribuição social. Os pagamentos de juros sobre o capital próprio podem ser efetuados a critério de nosso conselho de administração, sujeitos à aprovação dos nossos acionistas em uma assembleia geral de acionistas. O valor distribuído aos nossos acionistas como juros sobre o capital próprio, líquido de qualquer imposto retido na fonte, pode ser incluído como parte da distribuição obrigatória. Essa alíquota aplicada no cálculo dos juros sobre o capital próprio não poderá ultrapassar a variação diária proporcional da TJLP, conforme determinado pelo Banco Central, de tempos em tempos, e não poderá ultrapassar, para fins fiscais, o maior de (1) 50% do lucro líquido (após a dedução da contribuição social, mas antes de considerar a provisão para imposto de renda e o valor dos juros sobre o capital próprio) do exercício a que se refere o pagamento; ou (2) 50% da soma das reservas de lucros e lucros acumulados no início do período em relação ao qual o pagamento é feito.

Qualquer pagamento de juros sobre ações ordinárias a acionistas, residentes no Brasil ou não, incluindo detentores de ADRs, cada um representando uma ação ordinária, está sujeito à retenção de imposto brasileiro à alíquota de 15% ou à alíquota de 25%, se o beneficiário for residente ou domiciliado em uma Jurisdição de Tributação Baixa ou Nula (geralmente um país ou local que não impõe imposto de renda ou onde a alíquota máxima de imposto de renda é inferior a 20%, ou 17%, se determinados requisitos forem atendidos, ou onde a legislação local impõe restrições à divulgação da composição acionária ou da titularidade do investimento). Consulte “— 10E. Tributação — Considerações Fiscais Brasileiras — Distribuição de Juros sobre o Capital

Próprio”. O valor distribuído aos nossos acionistas como juros sobre o capital próprio, líquido de qualquer retenção de imposto, pode ser incluído como parte dos dividendos mínimos obrigatórios. De acordo com a lei aplicável, somos obrigados a pagar aos acionistas um valor suficiente para garantir que o valor líquido que eles recebem em relação aos juros atribuíveis ao patrimônio líquido, após o pagamento de qualquer imposto retido na fonte aplicável, mais o valor dos dividendos declarados, seja pelo menos equivalente ao valor obrigatório.

Conselho de Administração

De acordo com a legislação societária brasileira, os nossos conselheiros estão proibidos de votar ou atuar em assuntos em que seus interesses entrem em conflito com os nossos.

O nosso Estatuto Social prevê que os acionistas são responsáveis pela determinação da remuneração global dos membros de nossos órgãos de administração e fiscais. Não há disposições específicas sobre o poder dos conselheiros de votar em sua remuneração na ausência de quórum independente.

O nosso conselho de administração tem o poder de autorizar o empréstimo de recursos em valores superiores ao equivalente à metade de nosso EBITDA.

No caso de atos que impliquem qualquer tipo de aquisição, venda, alienação ou constituição de qualquer ônus sobre qualquer de nossos ativos, inclusive quaisquer imóveis, bem como, para a concessão de procurações para a prática de tais atos, somos obrigados a ser representados: (i) em conjunto por dois diretores executivos; (ii) por dois procuradores; (iii) por um diretor e um procurador, sendo um deles sempre o diretor presidente; e o procurador devidamente nomeado por dois diretores executivos, sendo um deles o diretor presidente.

Não há exigência de acordo com a legislação societária brasileira ou nosso Estatuto Social de que os conselheiros se aposentem ao atingir determinada idade. Além disso, o nosso Estatuto Social não prevê a reeleição de conselheiros em intervalos escalonados.

Para uma discussão sobre o nosso conselho de administração, consulte o “Item 6. Conselheiros, Alta Administração e Empregados – 6A. Conselheiros e Alta Administração — Conselho de Administração” e o “Item 6. Conselheiros, Alta Administração e Empregados – 6C. Práticas do Conselho”.

Direitos de Voto

Em nossas assembleias gerais de acionistas, cada ação ordinária dá direito a um voto ao seu detentor. De acordo com o nosso estatuto social e o nosso contrato de listagem na B3 em conexão com a listagem das nossas ações ordinárias no Novo Mercado, não podemos emitir ações sem direito a voto ou com direito a voto restrito. Além disso, o nosso Estatuto Social e a legislação societária brasileira preveem que os detentores de nossas ações ordinárias têm direito a dividendos ou outras distribuições feitas proporcionalmente a respeito de nossas ações ordinárias de acordo com suas respectivas participações na quantidade total de nossas ações ordinárias emitidas e em circulação. Consulte “— Apropriação do Lucro Líquido e Distribuição de Dividendos — Juros sobre o Capital Próprio” para obter uma descrição mais completa do pagamento de dividendos e outras distribuições sobre as nossas ações ordinárias. Além disso, após a nossa liquidação, os detentores de nossas ações ordinárias têm o direito de compartilhar os nossos ativos remanescentes, após o pagamento de todos os nossos passivos, proporcionalmente de acordo com a sua respectiva participação no valor total de nossas ações ordinárias emitidas e em circulação. Os detentores de nossas ações ordinárias não são obrigados a subscrever futuros aumentos de capital social e geralmente têm direitos de preferência para subscrever novas ações, proporcionalmente às suas respectivas participações acionárias, conforme previsto na legislação societária brasileira. Consulte “— Direitos de Preferência em Aumentos de Capital Social”.

De acordo com a legislação societária brasileira, os detentores de nossas ações ordinárias que não sejam acionistas controladores e representem pelo menos 10% de nosso capital votante total terão o direito de eleger um membro de nosso conselho de administração. Somente poderão exercer tal direito os acionistas que comprovarem a detenção de ações ordinárias por, no mínimo, três meses consecutivos imediatamente anteriores à respectiva assembleia geral ordinária de acionistas.

A legislação societária brasileira permite a adoção do voto cumulativo mediante solicitação de acionistas representando pelo menos 10% de nosso capital votante. A Instrução CVM nº 165, de 11 de dezembro de 1991, alterada pela Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022, ou Resolução CVM nº 70, permite a redução do percentual mínimo de capital votante exigido para a adoção do voto cumulativo em sociedades de capital aberto

de 10% para até 5%, dependendo do valor do capital social da empresa. Levando em consideração o nosso capital social atual, acionistas detentores de ações representando pelo menos 5% de nossas ações com direito a voto em nossa assembleia geral de acionistas têm o direito de nos solicitar a adoção de um procedimento de voto cumulativo para eleger os membros do nosso conselho de administração. Esse procedimento deve ser solicitado pelo menos 48 horas antes da assembleia geral de acionistas.

No caso de nossos acionistas minoritários elegerem um conselheiro por meio do procedimento de voto cumulativo descrito acima, os nossos acionistas controladores terão o direito de eleger pelo menos um membro adicional para o conselho de administração, independentemente da quantidade total de membros do nosso conselho de administração.

De acordo com a legislação societária brasileira, os acionistas minoritários têm o direito de eleger um membro e um suplente para o nosso conselho fiscal em eleição separada, desde que representem, em conjunto, pelo menos 10% de nossas ações com direito a voto. Os demais acionistas com direito a voto poderão eleger os membros remanescentes e suplentes, os quais, em qualquer hipótese, deverão ser superiores aos membros do conselho fiscal e suplentes eleitos por quaisquer detentores de ações preferenciais sem direito a voto e pelos acionistas minoritários.

A Resolução CVM nº 70 permite que o percentual mínimo de capital votante exigido para eleição de um membro e um suplente para o conselho fiscal de uma companhia de capital aberta seja reduzido de 10% para 2%, dependendo do capital social da companhia. Considerando o nosso capital social, acionistas representando 2% do nosso capital votante podem solicitar a eleição de um membro e um suplente para o nosso conselho fiscal. De acordo com a legislação societária brasileira, o nosso Estatuto Social e os atos praticados em uma assembleia geral de acionistas não privam um acionista dos seguintes direitos:

- o direito de participar na distribuição de lucros;
- o direito de participar igual e proporcionalmente em quaisquer ativos residuais remanescentes em caso de liquidação da Companhia;
- direitos de preferência no caso de emissão de ações, debêntures conversíveis ou bônus de subscrição, exceto em determinadas circunstâncias específicas, de acordo com a legislação societária brasileira, descritos em “— Direitos de Preferência em Aumentos de Capital Social;”
- o direito de supervisionar a nossa administração, de acordo com as disposições da legislação societária brasileira; e
- o direito de se retirar da Companhia nos casos especificados na legislação societária brasileira, descrito em “— Direitos de Resgate e Retirada”.

Provisão para Indenizações

Em 28 de abril de 2021, uma assembleia geral ordinária de acionistas foi realizada e aprovou uma alteração em nosso Estatuto Social que incluiu uma provisão para indenizações em favor de membros do nosso conselho de administração, nossos diretores, membros dos nossos comitês estatutários, membros do nosso conselho fiscal e empregados que exerçam qualquer função em nossa administração. Como resultado, uma indenização estará disponível, de acordo com o nosso Estatuto Social, se a cobertura de seguro de qualquer responsabilidade civil fornecida por nós não for suficiente para cobrir as perdas de um membro de nossa administração. Qualquer ação não será indenizada, se (i) estiver em desacordo com qualquer legislação ou regulamentação aplicável; (ii) for contra o nosso Estatuto Social, políticas e códigos; (iii) não for realizada no curso normal dos negócios; (iv) for praticada com má-fé, fraude ou culpa grave, em interesse próprio ou de terceiros; ou (v) for em detrimento do interesse social.

Assembleias Gerais de Acionistas

De acordo com a legislação societária brasileira, os nossos acionistas geralmente têm poderes em nossas assembleias gerais de acionistas para adotar qualquer medida relacionada ao nosso objeto social e aprovar deliberações que considerem necessárias para os nossos interesses e desenvolvimento em assembleias gerais devidamente convocadas. Os acionistas em nossa assembleia geral ordinária de acionistas, que deve ser realizada durante os primeiros quatro meses após o final de nosso exercício fiscal, têm o direito exclusivo de aprovar as nossas demonstrações financeiras auditadas e determinar a destinação de nossos lucros líquidos e a distribuição

de dividendos relativos ao exercício fiscal findo imediatamente antes da respectiva assembleia geral de acionistas e para eleger os membros de nosso conselho de administração e conselho fiscal, conforme o caso.

Uma assembleia geral extraordinária de acionistas pode ser realizada a qualquer momento durante o ano, incluindo concomitantemente com a assembleia geral ordinária de acionistas. De acordo com o nosso Estatuto Social e a legislação societária brasileira, os seguintes atos, entre outros, poderão ser praticados somente em uma assembleia geral de acionistas:

- alteração do nosso Estatuto Social;
- nomeação ou destituição dos membros de nosso conselho de administração;
- nomeação ou destituição do presidente ou dos co-vice-presidentes do nosso conselho de administração;
- aprovação das contas anuais da administração e nossas demonstrações financeiras anuais;
- aprovação de qualquer emissão de ações, bônus, debêntures conversíveis em nossas ações ou valores mobiliários ou outros direitos ou participações que sejam conversíveis, permutáveis ou exercíveis por nossas ações, sem limitar a autorização concedida ao nosso conselho de administração para aprovar tais emissões dentro do limite de nosso capital social autorizado (400.000.000 ações ordinárias);
- aprovação de quaisquer avaliações de ativos oferecidos por um acionista em contraprestação pela subscrição de ações de nosso capital social;
- aprovação de qualquer proposta de alteração de nossa forma societária, incorporação, fusão da Companhia com ou em outra sociedade, cisão ou processo de spin-off da Companhia, ou qualquer outra forma de reestruturação da Companhia;
- aprovação de qualquer proposta de dissolução ou liquidação da Companhia, ou de nomeação ou substituição do liquidante;
- aprovação das contas do liquidante; e
- estabelecimento da remuneração anual global dos membros do nosso conselho de administração e diretoria executiva.

A nossa assembleia geral ordinária e extraordinária de acionistas ocorreu em 27 de abril de 2022. A pauta da assembleia incluiu: (i) a análise das contas da administração, bem como análise, discussão e votação do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2021; (ii) a deliberação sobre a proposta de destinação do resultado do exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2021; (iii) a eleição de 9 membros para o nosso conselho de administração; (iv) a nomeação do presidente e co-vice-presidente do nosso conselho de administração; (v) a determinação da remuneração global anual dos membros de nossa (a) administração (incluindo conselho de administração e diretoria executiva) e (b) conselho fiscal, caso os acionistas solicitem a sua continuidade; (vi) a deliberação sobre a proposta de realocação de R\$ 1,8 bilhão decorrente de incentivos fiscais concedidos a nós nos exercícios de 2013 a 2017, inicialmente destinado à reserva estatutária prevista em nosso Estatuto Social, para a reserva de incentivos fiscais, nos termos do Artigo 195-A da legislação societária brasileira; (vii) a aprovação da proposta de alteração e consolidação do nosso Estatuto Social para refletir os aumentos de capital decorrentes do exercício de opções de compra de ações, de acordo com o nosso plano de opções de compra de ações, dentro dos limites do capital social autorizado, conforme aprovado em determinadas reuniões do nosso conselho de administração, que foram realizadas após a última assembleia geral extraordinária de acionistas realizada em 2021; e (viii) a rratificação da remuneração anual da Diretoria Executiva para o exercício de 2021.

Convocação da Assembleia Geral de Acionistas

O presidente do nosso conselho de administração pode convocar assembleias gerais de acionistas. Em sua ausência, a assembleia poderá ser convocada por qualquer um dos co-vice-presidentes do nosso conselho de administração ou, na sua ausência, por um diretor executivo indicado pelo presidente do nosso conselho de administração. De acordo com a legislação societária brasileira, as assembleias gerais de acionistas também podem ser convocadas por:

- qualquer acionista, se a nossa administração não convocar uma assembleia geral de acionistas no prazo de 60 dias após a data que deveria ter convocado, segundo a lei aplicável e o nosso Estatuto Social;
- acionistas detentores de pelo menos 5% de nossas ações, se a nossa administração não convocar uma assembleia no prazo de 8 dias após o recebimento de uma solicitação justificada de convocação da assembleia por esses acionistas indicando a pauta;
- acionistas detentores de um percentual predeterminado de nossas ações, se a nossa administração não convocar uma assembleia no prazo de oito dias após o recebimento de uma solicitação para convocação da assembleia com a finalidade de criação do conselho fiscal. De acordo com a Resolução CVM nº 70, esse percentual varia de 1% a 5%, dependendo do capital social da companhia. Considerando o nosso capital social, acionistas representando 2% do nosso capital votante podem convocar a assembleia nesse caso; e
- o nosso conselho fiscal, se for criado, se a nossa administração deixar de convocar uma assembleia geral ordinária de acionistas no prazo de um mês após a data em que é obrigada a fazê-lo, de acordo com a lei aplicável e o nosso Estatuto Social. O conselho fiscal também poderá convocar uma assembleia geral extraordinária de acionistas se ele acreditar que há questões importantes ou urgentes a serem tratadas.

Edital de convocação de nossas Assembleias Gerais de Acionistas

De acordo com a legislação societária brasileira, o edital de convocação de nossas assembleias gerais de acionistas deve ser publicado pelo menos três vezes, de forma completa, em um jornal on-line de grande reconhecimento do Estado onde a sede da empresa está localizada e, na mesma data, no exemplar impresso do mesmo jornal. Atualmente, publicamos os nossos editais na Folha de São Paulo. Tal edital de convocação deverá conter a pauta da assembleia e, no caso de alteração do nosso Estatuto Social, um resumo da alteração proposta. A primeira convocação deve ser publicada no máximo 21 dias antes da data da assembleia na primeira convocação e, no máximo, oito dias antes da data da assembleia na segunda convocação. No entanto, a CVM recomenda que o primeiro edital seja publicado até 30 dias antes da data da assembleia. Além disso, a pedido de qualquer acionista, a CVM poderá suspender por até 15 dias o edital prévio obrigatório de uma assembleia geral extraordinária de acionistas para que a CVM conheça e analise as propostas a serem votadas na assembleia e, conforme for o caso, informar à nossa Companhia, ao final desse período, os motivos pelos quais alguma proposta apresentada aos acionistas violou a legislação aplicável, ou a CVM poderá, inclusive, adiar a assembleia por até 30 dias, caso considere que as informações divulgadas para análise dos acionistas não são suficientes.

Condições de Admissão em uma Assembleia Geral de Acionistas

Acionistas presentes em uma assembleia geral ordinária de assembleia geral de acionistas deverão apresentar evidência de sua condição como acionistas e de que detêm ações ordinárias que eles pretendem votar. Um acionista pode ser representado em uma assembleia geral de acionistas por um procurador que tenha sido designado no máximo um ano antes da assembleia, desde que o procurador seja um acionista, um diretor da sociedade, um advogado ou uma instituição financeira. Um fundo de investimento deve ser representado por seu diretor de fundo de investimento ou procurador.

quórum e Votação na Assembleia Geral de Acionistas

Geralmente, a legislação societária brasileira prevê que o quórum para as nossas assembleias gerais de acionistas seja composto por acionistas representando pelo menos 25% da nossa quantidade total de ações com direito a voto e, se esse quórum não for atingido, qualquer percentual na segunda convocação. Quando o objetivo de uma assembleia geral de acionistas for alterar o nosso Estatuto Social, um quórum nessa assembleia geral de acionistas deve consistir em acionistas representando pelo menos dois terços de nossas ações ordinárias emitidas e em circulação, na primeira convocação, e qualquer percentual, na segunda convocação.

Como regra geral, o voto afirmativo dos acionistas representando pelo menos a maioria de nossas ações ordinárias emitidas e em circulação presentes em pessoa, virtualmente (sempre que a assembleia geral de acionistas for realizada em formato parcial ou 100% digital), por meio boletins de voto à distância ou representadas por procuradores em assembleia geral de acionistas é necessário para ratificar qualquer ação proposta, não sendo consideradas as abstenções. No entanto, o voto afirmativo dos acionistas representando mais da metade de nossas ações ordinárias emitidas e em circulação é necessário para, entre outras coisas:

- reduzir o percentual dos dividendos obrigatórios;

- alterar o nosso objeto social;
- consolidar ou incorporar a Companhia com ou em outra empresa;
- fazer spin off de uma parte de nossos ativos ou passivos;
- aprovar a nossa participação em um grupo de empresas (conforme definição constante na legislação societária brasileira);
- solicitar o cancelamento de qualquer liquidação voluntária;
- incorporar todas as nossas ações em outra empresa brasileira, de forma que nos tornemos uma subsidiária integral dessa empresa; e
- aprovar a nossa dissolução.

Direitos de Preferência em Aumentos de Capital Social

De acordo com a legislação societária brasileira, cada acionista tem o direito de preferência geral para subscrever ações em qualquer aumento de capital social, na proporção de sua participação acionária, exceto no caso de concessão e exercício de qualquer opção de adquirir ações do nosso capital social, de acordo com o nosso Plano de Opção de Compra de Ações. Um acionista tem direito de preferência geral para subscrever debêntures conversíveis em nossas ações e bônus de subscrição que possamos emitir. Um período mínimo de 30 dias após a publicação do aviso de aumento de capital social deve ser respeitado para exercer esse direito, exceto se determinado de outra forma pelo Estatuto Social ou assembleia geral de acionistas. Esse direito é negociável.

O nosso conselho de administração está autorizado a eliminar direitos de preferência com relação à emissão de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, desde que a distribuição de tais ações seja efetuada (i) por meio de bolsa de valores ou oferta pública; ou (ii) por meio de uma troca de ações em uma oferta pública, cujo objetivo é adquirir o controle de outra empresa.

Em caso de aumento de capital que mantenha ou aumente a proporção de nosso capital social, os detentores de ADSs poderão, nas circunstâncias descritas acima, exercer direitos de preferência para subscrever ações recém-emitidas. No caso de um aumento de capital que reduza a proporção do capital social, os detentores de ADSs podem, nas circunstâncias descritas acima, ter direitos de preferência para subscrever ações na proporção de suas participações. Para riscos associados a direitos de preferência, consulte o “Item 3. Informações Principais – 3D. Fatores de Risco — Riscos Relacionados às ADSs e Nossas Ações Ordinárias — Você pode não conseguir exercer direitos de preferência com relação às ações ordinárias subjacentes às ADSs”.

Direitos de Resgate e Retirada

As nossas ações ordinárias não são passíveis de resgate. Qualquer um de nossos acionistas que discordar de determinadas ações realizadas por nossos acionistas em uma assembleia geral de acionistas tem o direito de se retirar da Companhia e receber o valor de suas ações ordinárias. De acordo com a legislação societária brasileira, o direito de retirada do acionista dissidente poderá ser exercido caso a assembleia geral de acionistas aprove as seguintes questões:

- uma redução do percentual dos dividendos obrigatórios;
- uma alteração em nosso objeto social;
- a incorporação de todas as nossas ações em outra empresa brasileira, de forma que nos tornemos uma subsidiária integral dessa empresa ou vice-versa;
- a nossa incorporação em outra empresa, inclusive se formos incorporados por uma de nossas empresas controladoras ou consolidados com outra empresa;
- a nossa participação em um grupo de empresas, conforme definido pela legislação societária brasileira e sujeito às condições nela previstas;
- a conversão da Companhia em outra forma societária; e

- um processo de spin-off da Companhia, se envolver (1) uma mudança em nosso objeto social, (2) uma redução nos dividendos obrigatórios, ou (3) a nossa participação em um grupo de empresas, conforme definido na legislação societária brasileira.

O direito de retirada não poderá ser exercido em caso de:

- a incorporação de todas as nossas ações em outra empresa brasileira, de forma que nos tornemos uma subsidiária integral dessa empresa ou vice-versa;
- a nossa incorporação em outra empresa, inclusive se formos incorporados por uma de nossas empresas controladoras ou consolidados com outra empresa; e
- a nossa participação em um grupo de empresas, conforme definido pela legislação societária brasileira e sujeito às condições nela previstas,

se as nossas ações (1) forem “líquidas”, o que significa que elas fazem parte do Índice Ibovespa ou outro índice de bolsa de valores negociado, conforme definido pela CVM, e (2) forem amplamente detidas, de modo que os nossos acionistas controladores e as suas afiliadas detenham menos de 50% da espécie ou classe de ações que estão sendo retiradas.

Os acionistas dissidentes também têm o direito de retirada no caso de a entidade resultante de (1) uma incorporação de todas as nossas ações por outra empresa para que nos tornemos uma subsidiária integral de tal empresa; (2) um processo de spin-off; ou (3) uma incorporação ou fusão de uma empresa brasileira de capital aberto deixar de se tornar uma empresa brasileira de capital aberto dentro de 120 dias da assembleia geral ordinária de acionistas em que tal decisão foi tomada.

O direito de retirada se encerra em 30 dias após a publicação da ata da assembleia geral de acionistas pertinente. Temos o direito de reconsiderar qualquer ação que dê origem a direitos de retirada dentro de dez dias após o término desse período, se determinarmos que a retirada de ações de acionistas dissidentes prejudicaria a nossa estabilidade financeira.

Qualquer acionista que exercer o direito de retirada tem o direito de receber o valor contábil de suas ações, com base em nosso último balanço patrimonial auditado aprovado por nossos acionistas. No entanto, se a deliberação que deu origem aos direitos de retirada for adotada mais de 60 dias após a data de nosso último balanço patrimonial aprovado auditado, um acionista poderá solicitar que suas ações sejam avaliadas com base em um balanço patrimonial especial com data não superior a 60 dias antes da data de aprovação da deliberação. Nesse caso, somos obrigados a pagar imediatamente 80% do valor contábil das ações, de acordo com o nosso último balanço patrimonial auditado aprovado, devendo o saldo ser pago em até 120 dias após a data da deliberação da assembleia geral de acionistas que deu origem a direitos de retirada.

Forma e Transferência de Ações

As nossas ações são escriturais e a transferência de tais ações é feita pelo oficial de registros em nossos livros, debitando a conta de ações do cedente e creditando a conta de ações do cessionário. Mantemos serviços de escrituração com o Custodiante, que realiza todos os serviços de conservação e transferência de nossas ações e serviços relacionados.

A transferência de ações por um investidor estrangeiro é feita da mesma forma e é solicitada pelo agente local do investidor em nome do investidor. Se o investimento original for registrado no Banco Central, de acordo com a Resolução CMN 373, o investidor estrangeiro também deverá buscar a alteração do registro eletrônico para refletir a nova propriedade por meio de seu agente local, se necessário.

A B3 opera uma câmara de compensação por meio da Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia, ou CBLC. A CBLC também é responsável pela liquidação e custódia das ações. O pagamento de dividendos, bônus e outros eventos corporativos é administrado pela Central Depositária, que é um departamento da B3.

Outras Disposições

Além das disposições já descritas neste relatório anual, a legislação societária brasileira, o nosso Estatuto Social e os regulamentos atuais preveem, entre outros, que:

- i. mediante uma venda de controle, o comprador é obrigado a lançar uma oferta pública para comprar todas as ações minoritárias com direito a voto a um preço igual a pelo menos 80% do preço de controle;
- ii. se previsto no Estatuto Social, como é o nosso caso, as disputas entre acionistas serão objeto de arbitragem;
- iii. na ocorrência de oferta pública visando ao cancelamento da listagem da Companhia ou por meio da qual os nossos acionistas controladores adquiram mais de um terço das ações em circulação, o preço de compra será igual ao valor justo das ações, considerando a quantidade total de ações em circulação;
- iv. os membros do nosso conselho de administração eleitos pelos acionistas não controladores terão direito de veto na escolha do auditor independente dos acionistas controladores;
- v. o presidente de qualquer assembleia de acionistas ou conselho de administração pode desconsiderar qualquer voto proferido contra disposições de qualquer acordo de acionistas, se esse acordo de acionistas tiver sido devidamente registrado conosco.

Venda do Controle de Nossa Companhia

Em caso de alienação do nosso controle societário direto ou indireto, por meio de uma única ou sucessiva transação, o comprador deverá realizar uma oferta pública de aquisição da totalidade das ações detidas pelos demais acionistas, para assegurar o tratamento igualitário a todos os acionistas (direito de tag along). A oferta pública estará sujeita aos termos e condições previstos na legislação aplicável e nas regras do Novo Mercado.

Aquisição de uma Participação Acionária Significativa em nossa Companhia

O nosso Estatuto Social contém disposições que têm o efeito de evitar a concentração de nossas ações nas mãos de um pequeno grupo de investidores, para promover uma propriedade mais ampla de nossas ações. Essas disposições exigem que qualquer pessoa, acionista ou Grupo de Acionistas (conforme definido na Cláusula 36 do nosso Estatuto Social) que adquira, seja por meio de uma única transação ou por meio de uma série de transações:

- propriedade direta ou indireta de mais de 25% de nossa participação acionária (excluindo ações em tesouraria); ou
- quaisquer outros direitos dos acionistas, incluindo usufruto ou estabelecimento de um fundo fiduciário, relativos a mais de 25% de nossa participação acionária (excluindo ações em tesouraria) (cada uma, uma Participação Acionária Significativa);

no prazo de 30 dias a partir da data de tal aquisição, inicie uma oferta pública de aquisição de todas e quaisquer ações em circulação, de acordo com os regulamentos da CVM e B3 e o nosso Estatuto Social. O preço de compra oferecido na oferta pública não deve ser inferior ao maior entre:

- o valor econômico de nossa Companhia, determinado de acordo com a Cláusula 36 do nosso Estatuto Social;
- o maior preço pago pelo comprador, acionista ou Grupo de Acionistas nos 12 meses anteriores à aquisição da Participação Acionária Significativa; e
- 125% do preço unitário médio ponderado de nossas ações ordinárias durante o período de 120 pregões anteriores ao início da oferta pública.

A obrigação de iniciar uma oferta pública não se aplicará a uma pessoa, acionista ou Grupo de Acionistas que adquirir uma Participação Acionária Significativa:

- como resultado de uma fusão de nossa Companhia com outra empresa ou uma incorporação de ações de outra empresa em nós;

- se adquirirmos outra empresa por meio de aumento privado do capital social ou subscrição de ações por oferta primária por qualquer pessoa que tiver direitos de preferência;
- se adquirirmos outra empresa por meio de aumento particular de capital social ou subscrição de ações por meio de oferta primária por falta de integralização por qualquer pessoa que tiver direitos de preferência ou se não houver interessados suficientes na respectiva oferta; ou
- no caso de oferta pública (incluindo oferta pública com esforços de venda restritos).

Aumentos involuntários de participação societária resultantes do cancelamento de ações em tesouraria, recompras de ações por nós ou reduções de capital social com cancelamento de ações não serão considerados no cálculo de Participação Acionária Significativa.

O início de uma oferta pública de aquisição pelo detentor de Participação Acionária Significativa não impede qualquer outra pessoa de iniciar uma oferta pública concorrente, de acordo com a regulamentação aplicável.

A obrigação do detentor de uma Participação Acionária Significativa de iniciar uma oferta pública de aquisição pode ser dispensada em uma assembleia geral ordinária de acionistas pelo voto afirmativo da maioria de nossas ações em circulação presentes em tal assembleia, excluindo as ações detidas pelo detentor de uma Participação Acionária Significativa. A exigência de quórum para uma assembleia geral ordinária de acionistas convocada para deliberar sobre tal renúncia é de no mínimo 2/3 de nossas ações em circulação, excluindo as ações detidas pelo detentor de uma Participação Acionária Significativa, na primeira convocação, e qualquer quantidade de nossas ações em circulação ações em uma convocação subsequente.

Arbitragem

De acordo com o nosso Estatuto Social, nós, os nossos acionistas, conselheiros, diretores e membros do nosso conselho fiscal, em exercício ou suplentes, se houver, concordamos em resolver por meio de arbitragem perante a Câmara de Arbitragem do Mercado da B3 quaisquer disputas ou controvérsias que possam surgir entre nós em relação a ou decorrentes de nossa condição de emissor, acionistas, conselheiros, diretores ou membros do conselho fiscal, especialmente decorrentes das disposições estabelecidas na Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, na legislação societária brasileira, em nosso Estatuto Social, nas regulamentações emitidas pelo CMN, pelo Banco Central e pela CVM, bem como em qualquer regulamentação aplicável ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas contidas no Regulamento do Novo Mercado, demais regulamentações da B3 e no Contrato de Participação do Novo Mercado.

10C. Contratos Relevantes

Acordo de Separação

Para obter informações sobre o Acordo de Separação com a Sendas, consulte o “Item 7. Principais Acionistas e Transações com Partes Relacionadas – 7B. Transações com Partes Relacionadas — Acordos e Contratos com a Sendas — Acordo de Separação”.

Acordo de Rateio de Custos com o Grupo Casino

Para obter informações sobre o nosso acordo de rateio de custos com o Grupo Casino, consulte o “Item 7. Principais Acionistas e Transações com Partes Relacionadas – 7B. Transações com Partes Relacionadas — Acordos e Contratos com o Grupo Casino — Acordo de Rateio de Custos”.

Transação de Cessão de Imóveis Relacionada às Lojas Extra Hiper

Em 14 de outubro de 2021 e 16 de dezembro de 2021, os conselheiros da CBD e da Sendas em reuniões do conselho de administração de ambas as empresas aprovaram a conversão de 70 lojas *Extra Hiper* operadas por nós e localizadas em vários estados do Brasil em lojas atacado de autosserviço a serem operadas pela Sendas, ou a Transação de Cessão de Imóveis. O preço total estimado da Transação de Cessão de Imóveis é de R\$ 5.173 milhões, dos quais R\$ 3.973 milhões serão pagos pela Sendas à CBD em parcelas entre dezembro de 2021 e janeiro de 2024. A Transação de Cessão de Imóveis foi formalizada por meio de contrato de cessão entre a CBD e a Sendas para cessão das lojas *Extra Hiper* e venda para Sendas de alguns equipamentos dessas lojas. A

consumação da transação está sujeita a diversas condições suspensivas, incluindo a desmobilização de todas as lojas cedidas. Em 31 de dezembro de 2021, recebemos R\$ 1,0 bilhão da Sendas no âmbito da Transação de Cessão de Imóveis.

Para obter mais informações sobre a Transação de Cessão de Imóveis e a descontinuação da bandeira Extra Hiper, consulte o “Item 4. Informações sobre a Companhia — 4A. Mudanças em Nossos Negócios — Operações Descontinuadas do Exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2022 — Lojas Extra Hiper” e o “Item 5. Revisão e Perspectivas Operacionais e Financeiras – 5A. Resultados Operacionais — Operações Descontinuadas — Operações Descontinuadas do Exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2022 — Lojas Extra Hiper”.

10D. Controles de Câmbio

A titularidade de ações ordinárias por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas fora do Brasil está sujeita a determinadas condições estabelecidas pela legislação brasileira.

Não há restrições à titularidade de nossas ADSs ou nossas ações ordinárias por pessoas físicas ou jurídicas com base na localização e/ou nacionalidade do respectivo investidor. No entanto, o direito de converter dividendos e juros sobre o capital próprio provenientes de nossas ações, bem como o produto da venda de nossas ações, em dólares dos EUA, e remeter tais valores para fora do Brasil está sujeito a restrições de controle de câmbio e à legislação de investimento estrangeiro. Tais operações geralmente exigem que os investimentos pertinentes sejam registrados no Banco Central e os investidores estrangeiros sejam registrados na CVM. Os detentores de nossos valores mobiliários podem ser afetados adversamente por atrasos ou dificuldades para atender a qualquer exigência regulatória para conversões de pagamentos reais e remessas ao exterior.

Investidores residentes fora do Brasil podem registrar os seus investimentos em valores mobiliários no Brasil (i) como investimento estrangeiro direto, nos termos da Resolução CMN nº 3.844 ou (ii) como investimento em carteira, nos termos da Resolução CMN nº 4.373 e da Resolução CVM nº 13, de 18 de novembro de 2020. Investidores estrangeiros, independentemente de seus investimentos serem feitos na forma de investimentos diretos ou investimentos em carteira, devem ser cadastrados na Receita Federal do Brasil. O processo de registro é realizado por instituição financeira ou por instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil como representante legal do investidor no Brasil. Qualquer investidor estrangeiro também deve ser registrado na Receita Federal do Brasil, conforme Instrução Normativa RFB nº 1.548, de 13 de fevereiro de 2015, e Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 28 de dezembro de 2018.

Investidores diretos estrangeiros, de acordo com a Resolução CMN 3.844, podem deter e vender diretamente valores mobiliários em operações de mercado privado e aberto, mas esses investidores provavelmente estarão sujeitos a um tratamento tributário diferente sobre ganhos, além de estarem sujeitos à tributação sobre a execução de operações de câmbio.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.373, os investidores estrangeiros podem investir em praticamente todos os tipos de ativos financeiros e participar de praticamente todo tipo de operações disponíveis nos mercados brasileiros financeiro e de capitais, contanto que sejam atendidas as exigências a seguir:

- i. nomear um representante legal devidamente credenciado junto ao Banco Central, que será responsável pelo cumprimento das exigências de registro e divulgação periódica do Banco Central e da CVM;
- ii. nomear um custodiante autorizado no Brasil devidamente autorizado pela CVM (exceto pessoas físicas);
- iii. preencher o formulário de registro de investidor estrangeiro pertinente e ser registrado como investidor estrangeiro na CVM;
- iv. estar registrado na Receita Federal do Brasil para se inscrever no cadastro de contribuinte; e
- v. por meio do representante designado no Brasil, registrar o investimento estrangeiro no Banco Central.

No caso de um detentor de ADSs trocar essas ADSs por ações ordinárias, esse detentor terá o direito de (i) vender as ações na bolsa de valores e contar com o registro eletrônico do depositário para obter e remeter dólares dos EUA ao exterior; (ii) converter o seu investimento em investimento estrangeiro em carteira, nos termos da Resolução CMN nº 4.373, ou (iii) converter o seu investimento em investimento estrangeiro direto, nos termos da Resolução CMN nº 3.844. Se um detentor de ADSs desejar converter o seu investimento em um investimento estrangeiro em carteira, segundo a Resolução CMN nº 4.373, ou um investimento estrangeiro direto, segundo a Resolução CMN nº 3.844, ele deverá iniciar o processo de obtenção de seu próprio registro de investidor estrangeiro perante o Banco Central e/ou a CVM, conforme o caso, antes de trocar as ADSs por ações.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.373, investidores que não forem residentes em uma Jurisdição de Tributação Baixa ou Nula (ou seja, um país que não impõe imposto de renda ou onde a alíquota máxima de imposto de renda é inferior a 20%) têm direito ao tratamento fiscal favorável. Consulte “— 10E. Tributação — Considerações Fiscais Brasileiras”.

10E. Tributação

Este resumo contém uma descrição das principais consequências do imposto de renda federal brasileiro e norte-americano aplicáveis à compra, propriedade e alienação de nossas ações ordinárias ou ADSs, mas não pretende ser uma descrição abrangente de todas as considerações fiscais que possam ser pertinentes a essas questões, com base nas circunstâncias particulares de um detentor.

Este resumo se baseia nas leis tributárias federais do Brasil e nas leis federais de imposto de renda dos Estados Unidos em vigor na data deste documento, que estão sujeitas a alterações e interpretações divergentes, possivelmente com efeito retroativo. Este resumo também se baseia nas declarações do depositário e na suposição de que cada obrigação contida no Contrato de Depósito Alterado e Consolidado, datado de 28 de maio de 1997, alterado pela última vez em 4 de março de 2020, conforme alterado de tempos em tempos, ou o Contrato de Depósito, entre nós, o JP Morgan Chase Bank, N.A., como depositário e detentores, de tempos em tempos, de ADRs, e quaisquer documentos relacionados, serão executados de acordo com os seus termos.

Embora não haja atualmente nenhum tratado de imposto de renda entre o Brasil e os Estados Unidos, as autoridades tributárias dos dois países vêm realizando discussões que podem culminar em tal tratado. Não é possível assegurar, porém, se ou quando um tratado tributário começará a vigorar ou comentar como ele afetaria um detentor norte-americano de ações ordinárias ou ADSs.

Investidores em potencial devem consultar os seus próprios assessores tributários sobre as consequências fiscais federais, estaduais e locais do Brasil e dos Estados Unidos da compra, propriedade e alienação de nossas ações ordinárias e ADSs.

Considerações Fiscais Brasileiras

Visão Geral

A discussão a seguir descreve as consequências fiscais relevantes no Brasil relacionadas à compra, propriedade e alienação de nossas ações ordinárias e nossas ADSs por Detentores Não Residentes.

Não pretende ser uma discussão abrangente de todas as consequências fiscais que possam ser pertinentes a esses assuntos e não é aplicável a todas as categorias de investidores, algumas das quais podem estar sujeitas a regras fiscais especiais não abordadas especificamente neste documento. Baseia-se nas leis tributárias do Brasil em vigor na data deste relatório anual, que estão sujeitas a alterações e a diferentes interpretações. Qualquer mudança nas leis e regulamentações brasileiras aplicáveis pode impactar as consequências descritas abaixo.

As consequências fiscais descritas abaixo não levam em conta os tratados fiscais celebrados entre o Brasil e outros países. A discussão também não aborda quaisquer consequências fiscais, de acordo com as leis fiscais de qualquer estado ou localidade do Brasil, exceto se contido em contrário neste documento.

Embora não haja atualmente nenhum tratado de imposto de renda entre o Brasil e os Estados Unidos, as autoridades tributárias dos dois países vêm realizando discussões que podem culminar em tal tratado. Não é possível assegurar, porém, se ou quando um tratado tributário começará a vigorar ou comentar como ele afetaria um detentor norte-americano de nossas ações ordinárias ou ADSs.

Sugerimos consultar o seu próprio assessor tributário com relação a um investimento em nossas ações ordinárias ou ADSs em vista de suas circunstâncias específicas de investimento.

Consequências Fiscais Brasileiras Relevantes para Detentores Não Residentes de Nossas Ações Ordinárias e ADSs

A discussão a seguir resume as principais consequências fiscais brasileiras aplicáveis à compra, propriedade e alienação de nossas ações ordinárias ou ADSs por um Detentor Não Residente.

Tributação de Dividendos

Os dividendos pagos por uma empresa brasileira, como a nossa, a um Detentor Estrangeiro de ações ordinárias ou ADSs não estão atualmente sujeitos ao imposto de renda retido na fonte brasileiro (“WHT”) no Brasil, na medida em que tais valores estejam relacionados a lucros gerados em ou após 1º de janeiro de 1996. Os dividendos pagos a partir dos lucros gerados antes de 1º de janeiro de 1996 podem estar sujeitos ao imposto de renda retido na fonte (WHT) a alíquotas variáveis, de acordo com a legislação fiscal aplicável a cada ano correspondente.

A Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, ou a Lei nº 11.638 alterou significativamente a lei societária brasileira para alinhar os princípios contábeis brasileiros geralmente aceitos com as IFRS. Entretanto, a Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, introduziu o Regime Tributário Transitório (RTT) para neutralizar, sob uma perspectiva fiscal, todas as alterações previstas pela Lei nº 11.638. De acordo com o RTT, para fins fiscais, as pessoas jurídicas devem respeitar os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.

Os lucros determinados de acordo com a Lei nº 11.638, ou IFRS Profits, podem diferir dos lucros calculados de acordo com os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007 ou nos lucros de 2007.

Embora fosse prática geral do mercado distribuir dividendos isentos com referência aos lucros do IFRS, a Norma nº 1.397, emitida pelas autoridades fiscais brasileiras em 16 de setembro de 2013, estabeleceu que as pessoas jurídicas deveriam observar os lucros de 2007 para determinar o valor de lucros que poderiam ser distribuídos como renda isenta aos seus beneficiários.

Quaisquer lucros pagos em excesso aos referidos Lucros, ou Dividendos Excedentes, deverão, na opinião das autoridades fiscais e no caso específico dos Detentores Não Residentes, estar sujeitos às seguintes normas de tributação: (1) 15% WHT, no caso de beneficiários domiciliados no exterior, mas não em Jurisdição de Tributação Baixa ou Nula e (2) 25% WHT, no caso de beneficiários domiciliados em Jurisdição de Tributação Baixa ou Nula.

Para mitigar possíveis disputas sobre o assunto, a Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, ou a Lei nº 12.973, além de revogar o RTT, introduziu um novo conjunto de normas tributárias, ou o Novo Regime Fiscal Brasileiro, incluindo novas disposições a respeito dos Dividendos Excedentes. De acordo com estas novas disposições: (1) os Dividendos Excedentes relativos a lucros apurados de 2008 a 2013 estão isentos; (2) possíveis disputas permanecem em relação aos Dividendos Excedentes relacionados aos lucros de 2014, já que a Lei 12.973 não excluiu expressamente esses valores da tributação e a Norma 1.492, emitida pelo fisco brasileiro em 17 de setembro de 2014, estabeleceu que eles estão sujeitos à tributação quando distribuídos por sociedades que não tenham optado por aplicar o Novo Regime Tributário Brasileiro em 2014; e (3) a partir de 2015, como o Novo Regime Tributário Brasileiro é obrigatório e substituiu completamente o RTT, os dividendos calculados com base nas normas IFRS Profits devem ser considerados totalmente isentos.

Por fim, há atualmente legislação pendente no Congresso brasileiro discutindo a tributação de dividendos. Não é possível prever se a tributação de dividendos será efetivamente aprovada pelo Congresso Nacional e como tal tributação será implementada.

Distribuição de Juros sobre o Capital Próprio

A Lei nº 9.249, datada de 26 de dezembro de 1995, conforme alterada, permite que uma sociedade Brasileira, como a nossa, faça pagamentos a acionistas de juros sobre o capital próprio como uma alternativa para as distribuições de dividendos futuros e trate esses pagamentos como uma despesa dedutível para o fim de calcular o imposto de renda de pessoa jurídica e a contribuição social sobre a receita líquida.

Para fins fiscais, tais juros são limitados à variação diária proporcional da taxa de juros de longo prazo, conforme determinado pelo Banco Central e aplicado eventualmente a determinadas contas patrimoniais, e o valor desta distribuição não poderá exceder o maior dentre:

- 50% da receita líquida (após a dedução da contribuição social e antes de considerar a provisão para imposto de renda de pessoa jurídica e os valores atribuíveis aos acionistas como juros sobre o capital próprio) para o período a respeito do qual o pagamento é feito; ou
- 50% da soma dos lucros retidos e reservas de lucros do exercício anterior ao exercício em relação ao qual o pagamento é feito.

Pagamentos de juros sobre o capital próprio a um Detentor Não Residente estão sujeitos a WHT à alíquota de 15% ou 25%, se o Detentor Não Residente estiver domiciliado em uma Jurisdição de Tributação Baixa ou Nula.

Esses pagamentos podem ser incluídos, ao seu valor líquido, como parte de qualquer dividendo obrigatório. Na medida em que tais pagamentos são contabilizados como parte do dividendo obrigatório, de acordo com a legislação brasileira vigente, somos obrigados a distribuir aos acionistas um valor adicional suficiente para assegurar que o valor líquido recebido pelos acionistas, após o pagamento por nós do IRRF aplicável, acrescido do valor dos dividendos declarados, seja no mínimo igual ao dividendo obrigatório. A distribuição de juros sobre o capital próprio deve ser proposta pelo nosso conselho de administração e está sujeita à posterior ratificação pelos acionistas em assembleia geral de acionistas.

Ganhos de Capital

Venda de Nossas ADSs

De acordo com a Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, ou a Lei nº 10.833, ganhos de capital obtidos na alienação de ativos localizados no Brasil por um Detentor Não Residente, seja para outro Detentor Não Residente ou para um Detentor Residente no Brasil, estão sujeitos à tributação no Brasil.

O nosso entendimento é que as ADSs não se qualificam como ativos localizados no Brasil para os fins da Lei nº 10.833, porque representam valores mobiliários emitidos e renegociados em um mercado de câmbio offshore e, portanto, não devem estar sujeitos ao WHT brasileiro. No entanto, considerando a falta de qualquer decisão judicial a respeito disso, não podemos garantir a você como as autoridades fiscais e os tribunais brasileiros interpretariam a definição de ativos localizados no Brasil em relação à tributação de ganhos realizados por um Detentor Não Residente na alienação de ADSs a outro Detentor Não Residente. Se as ADSs forem consideradas ativos localizados no Brasil, os ganhos reconhecidos por um Detentor Não Residente da venda ou outra alienação a um não residente ou residente no Brasil poderão estar sujeitos ao imposto de renda no Brasil, conforme descrito abaixo.

Conversão de Nossas ADSs em Nossas Ações Ordinárias

Embora não haja uma orientação regulatória clara, o cancelamento de nossas ADSs e o recebimento das ações ordinárias subjacentes não devem sujeitar um Detentor Não Residente ao imposto de renda brasileiro. Detentores Não Residentes podem cancelar as suas ADSs, receber as ações ordinárias subjacentes, vender tais ações ordinárias em uma bolsa de valores brasileira e remeter ao exterior o produto da venda, de acordo com os regulamentos do Banco Central.

Na ocasião do recebimento das ações ordinárias subjacentes mediante o cancelamento das ADSs, um Detentor Não Residente também poderá optar por registrar no Banco Central do Brasil o valor em dólar dos EUA dessas ações ordinárias como um investimento estrangeiro em carteira segundo a Resolução nº 4.373, que dará a eles o direito ao tratamento fiscal descrito abaixo.

Alternativamente, um Detentor Não Residente também tem o direito de registrar no Banco Central o valor em dólares dos EUA dessas ações ordinárias como um investimento estrangeiro direto de acordo com a Lei nº 4.131/62, caso em que a respectiva venda estaria sujeita ao tratamento fiscal aplicável a operações realizadas por um Detentor Não Residente que não esteja registrada junto ao Banco Central e a CVM, em conformidade com a Resolução nº 4.373 do Banco Central, conforme descrito abaixo.

Venda de Ações Ordinárias

Os ganhos de capital tributados de um Detentor Não Residente sobre a alienação de ações ordinárias realizadas em bolsa de valores brasileira:

- são isentos do imposto de renda quando realizado por um Detentor Não Residente que: (1) registrou o seu investimento no Brasil junto ao Banco Central, de acordo com as regras da Resolução CMN nº 4.373 ou for um Detentor 4.373; e (2) não for residente ou domiciliado em Jurisdição de Tributação Baixa ou Nula;
- estão sujeitos a imposto de renda à alíquota de 15% no caso de ganhos realizados por um Detentor Não Residente que: (1) for um Detentor 4.373; e (2) for residente ou domiciliado em Jurisdição de Tributação Baixa ou Nula. Nesse caso, um WHT de 0,005% do valor da venda será aplicável e retido pela instituição intermediária (isto é, um corretor) que recebe a ordem diretamente do Detentor Não Residente, o qual pode ser posteriormente compensado com qualquer imposto de renda devido sobre o ganho de capital auferido pelo Detentor Não Residente; ou
- estão sujeitos a imposto de renda à alíquota de até 25% no caso de ganhos realizados por um Detentor Não Residente que: (1) não for um Detentor de 4.373; e (2) for residente ou domiciliado em Jurisdição de Tributação Baixa ou Nula. Nesse caso, um WHT de 0,005% do valor da venda será aplicável e retido pela instituição intermediária (isto é, um corretor) que recebe a ordem diretamente do Detentor Não Residente, o qual pode ser posteriormente compensado com qualquer imposto de renda devido sobre o ganho de capital auferido pelo Detentor Não Residente.

Quaisquer outros ganhos tributados na alienação de ações ordinárias que não for realizada em uma bolsa de valores brasileira estão sujeitos a: (1) imposto de renda a uma alíquota que varia de 15% a 22,5% quando realizados por um Detentor Não Residente que (A) tiver registrado o seu investimento como investimento estrangeiro direto, nos termos da Lei nº 4.131/62 (um Detentor 4.131; e (B) não for residente ou domiciliado em Jurisdição de Baixa Tributação; e (2) imposto de renda à alíquota de 25% quando realizados por um Detentor 4.131 domiciliado ou residente em Jurisdição de Baixa Tributação. Se esses ganhos estiverem relacionados a transações realizadas no mercado de balcão não organizado brasileiro com intermediação, um WHT de 0,005% sobre o valor da venda também será aplicado e poderá ser usado para compensar o imposto de renda devido sobre o ganho de capital.

De acordo com a legislação brasileira, há fundamentos legais para sustentar que a alienação de ações de uma entidade brasileira por um Detentor 4.373 fora da bolsa de valores brasileira deveria estar sujeita a uma alíquota de 15%. Isso ocorre principalmente porque o Artigo 81 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, complementado pelo Artigo 16 da Medida Provisória nº 2.189-49/01, prevê Regime Tributário Especial para Detentores 4.373 por meio do qual: (1) estão isentos os ganhos de capital auferidos por Detentores 4.373, na medida em que forem considerados ganhos de capital os resultados positivos obtidos em operações realizadas em bolsa; e (2) em todos os demais casos se aplica a tributação à alíquota de 15% WHT. Não obstante, os agentes custodiantes brasileiros geralmente não aceitam essa visão e exigem o tratamento tributário aplicável a Detentores 4.131 (ou seja, alíquotas progressivas de IRRF que variam de 15% a 22,5%) na alienação de ativos brasileiros realizada fora da bolsa de valores. Há um Acórdão em torno do assunto, mas ainda deixa margem para interpretação. Os precedentes administrativos e judiciais são inexistentes.

Qualquer exercício de direitos de preferência relativos a ações ordinárias ou ADSs não estará sujeito ao IRPF brasileiro. Qualquer ganho na venda ou cessão de direitos de preferência relativos a ações ordinárias pelo Depositário em nome de detentores de ADSs estará sujeito ao imposto de renda brasileiro de acordo com as mesmas normas aplicáveis à venda ou alienação de ações ordinárias.

No caso de resgate de ações ordinárias ou redução de capital por uma empresa brasileira, como a nossa, a diferença positiva entre o valor recebido pelo Detentor Não Residente e o custo de aquisição das ações ordinárias resgatadas, incluindo ações ordinárias subjacentes às ADSs, é tratada como ganho de capital derivado da venda ou troca de ações não realizada em uma bolsa de valores brasileira e, portanto, está sujeita a imposto de renda a alíquotas específicas detalhadas acima, dependendo da natureza do investimento e do local do investidor.

Como regra geral, os ganhos realizados como resultado da alienação de ações ordinárias, incluindo as ADSs subjacentes, são a diferença positiva entre o valor realizado na venda ou troca das ações ordinárias e seu custo de aquisição. Há uma controvérsia em relação à moeda que deveria ser considerada para os fins de apuração

do ganho de capital realizado por um Detentor Não Residente sobre a venda ou alienação de ações no Brasil, mais especificamente se tal ganho de capital tiver de ser apurado em moeda estrangeira ou em moeda local.

Não há garantia de que o tratamento preferencial atual para um Detentor Não Residente de ADSs e um Detentor 4.373 de ações ordinárias continuará ou não será alterado no futuro.

Conversão de Ações Ordinárias em ADSs

O depósito de ações ordinárias no programa de ADSs e a emissão de ADSs podem sujeitar um Detentor Não Residente ao imposto de renda brasileiro sobre ganhos de capital, se o valor previamente registrado no Banco Central como investimento estrangeiro em ações ordinárias ou, no caso de outros investidores de mercado, nos termos da Resolução nº 4.373, o custo de aquisição das ações ordinárias, conforme o caso, for inferior:

- ao preço médio por ação ordinária na B3 no dia do depósito; ou
- caso nenhuma ação ordinária tenha sido vendida naquele dia, ao preço médio da B3 nos 15 pregões anteriores.

A diferença entre o valor previamente registrado ou o custo de aquisição, conforme o caso, e o preço médio das ações ordinárias, calculado conforme previsto acima, é considerada ganho de capital.

Discussão sobre Jurisdições de Tributação Baixa ou Nula

Em 4 de junho de 2010, as autoridades fiscais brasileiras promulgaram a Instrução Normativa nº 1.037 listando: (1) os países e jurisdições considerados como Jurisdições de Tributação Baixa ou Nula ou onde a legislação local não permite o acesso a informações relacionadas à composição societária das pessoas jurídicas, à sua titularidade ou à identidade do beneficiário efetivo dos rendimentos atribuídos a não residentes; e (2) os regimes fiscais privilegiados, cuja definição é dada pela Lei nº 11.727, de 23 de junho de 2008, ou a Lei nº 11.727.

Uma Jurisdição de Tributação Baixa ou Nula é um país ou local que: (1) não tributa a receita; (2) impõe imposto de renda a uma alíquota máxima inferior a 20%; ou (3) impõe restrições à divulgação da composição acionária ou da propriedade do investimento. Uma regulamentação emitida pelo fisco brasileiro em 28 de novembro de 2014 (Portaria nº 488, de 2014) reduziu, de 20% para 17%, o limite mínimo para casos específicos. O limite reduzido de 17% se aplica apenas a países e regimes alinhados com os padrões internacionais de transparência fiscal, de acordo com normas a serem estabelecidas pelas autoridades fiscais brasileiras. Embora a Portaria nº 488 tenha reduzido a alíquota inicial, a Instrução Normativa nº 1.037, que identifica os países considerados Jurisdições de Tributação Baixa ou Nula e os locais considerados regimes fiscais privilegiados, ainda não foi alterada para refletir a modificação de tal limite.

A Lei nº 11.727 criou o conceito de “regimes fiscais privilegiados”, que engloba os países e jurisdições que: (1) não tributam a receita ou tributam-na a uma alíquota máxima inferior a 20%; (2) concedem vantagem de natureza fiscal à pessoa física ou jurídica não residente (a) sem exigência de realização de atividade econômica substantiva no país ou jurisdição, ou (b) condicionada ao não exercício de atividade econômica substantiva no país ou na jurisdição; (3) não tributam a receita ou tributam receita gerada no exterior a uma alíquota máxima inferior a 20%; ou (4) restringem a divulgação de propriedade de ativos e direitos de propriedade ou restringem a divulgação sobre transações econômicas realizadas. Embora acreditemos que a melhor interpretação da legislação tributária atual é que o conceito de “regime fiscal privilegiado” acima mencionado deve ser aplicado apenas para fins de preços de transferência brasileiros e regras de subcapitalização, entre outras regras que fazem referência explícita aos conceitos, não podemos fornecer nenhuma garantia de que as autoridades fiscais não interpretarão as regras como aplicáveis também a um Detentor Não Residente sobre pagamentos de juros sobre o capital próprio.

Atualmente, o entendimento do fisco brasileiro é de que a alíquota de 15% do IRRF incide sobre pagamentos efetuados a beneficiários residentes em regimes fiscais privilegiados (Resposta à Solicitação de Antecipação Fiscal COSIT nº 575, de 20 de dezembro de 2017). De qualquer forma, se as autoridades fiscais brasileiras determinarem que os pagamentos feitos a um Detentor Não Residente, de acordo com um regime fiscal privilegiado, estão sujeitos às mesmas regras aplicáveis aos pagamentos feitos a Detentores Não Residentes localizados em Jurisdições de Tributação Baixa ou Nula, o IRRF aplicável a tais pagamentos poderia ser tributado a uma alíquota de até 25%.

Recomendamos que os investidores consultem os seus próprios assessores tributários periodicamente para verificar qualquer possível consequência fiscal decorrente da Instrução Normativa nº 1.037 e da Lei nº 11.727. Se as autoridades fiscais brasileiras determinarem que os pagamentos feitos a um Detentor Não Residente são considerados feitos sob um “regime fiscal privilegiado”, o IRRF aplicável a tais pagamentos poderá ser avaliado a uma alíquota de até 25%.

Outros Impostos Brasileiros

Não há impostos federais brasileiros sobre herança, doação ou sucessão aplicáveis à propriedade, transferência ou alienação de ações ordinárias ou ADSs por um Detentor Não Residente. Impostos sobre doações e heranças, no entanto, podem ser cobrados por alguns estados sobre doações feitas ou heranças concedidas pelo Detentor Não Residente a pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas nesses estados no Brasil. No Brasil, não existem impostos de selo, emissão, registro ou similares ou que devam ser pagos por um Detentor Não Residente de ações ordinárias ou ADSs.

Tributação de Operações de Câmbio (IOF/Câmbio)

De acordo com o Decreto nº 6.306/07, a conversão em moeda estrangeira ou a conversão em moeda brasileira dos recursos recebidos ou remetidos por uma entidade brasileira de um investimento estrangeiro no mercado brasileiro de valores mobiliários, incluindo aqueles relacionados com o investimento por um Detentor Não Residente em ações ordinárias e ADSs, pode estar sujeita ao Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários, ou IOF/Câmbio. Atualmente, a alíquota aplicável para quase todas as transações de câmbio em moeda estrangeira é de 0,38%. Na data deste relatório anual, as operações de câmbio de moeda estrangeira realizadas para a entrada de fundos no Brasil para investimento no mercado financeiro e de capitais brasileiro feitas por um investidor estrangeiro (incluindo um Detentor Não Residente, conforme o caso) estão sujeitas ao IOF/Câmbio a uma alíquota de 0%. A alíquota do IOF/Câmbio também será 0% e se aplica à saída de recursos do Brasil relacionada a esses tipos de investimentos, incluindo pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio de acionistas, e a repatriação de fundos investidos no mercado brasileiro. Além disso, o IOF/Câmbio é atualmente cobrado à alíquota de 0% para a conversão de ADSs em ações ordinárias detidas por investidores estrangeiros, de acordo com o regime de Detentores 4.373. Em qualquer caso, o governo brasileiro pode aumentar a taxa para um máximo de 25% a qualquer momento, com relação a operações futuras. Qualquer aumento na taxa não se aplicaria retroativamente.

Imposto sobre Operações de Títulos e Valores Mobiliários (IOF/Títulos)

De acordo com o Decreto nº 6.306/07, o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários, ou IOF/Títulos, pode ser cobrado sobre qualquer operação envolvendo títulos e valores mobiliários, mesmo que as operações sejam realizadas em bolsa de valores brasileira. A alíquota desse imposto para transações envolvendo ações ordinárias é atualmente 0%, mas o governo brasileiro pode aumentar essa alíquota até 1,5% ao dia, com relação a transações futuras. Atualmente, a emissão de certificados de depósito negociados fora do Brasil cujas ações ordinárias subjacentes são emitidas por uma empresa brasileira e listadas em uma bolsa de valores brasileira também estão sujeitas ao IOF/Títulos à alíquota de 0%. Qualquer aumento na taxa não se aplicaria retroativamente.

Considerações sobre Imposto de Renda Federal dos EUA

A discussão a seguir resume determinadas considerações de imposto de renda federal dos EUA relacionadas à aquisição, propriedade e alienação de ações ordinárias ou ADSs por um detentor norte-americano (conforme definido abaixo) de tais ações ordinárias ou ADSs como “ativos de capital”, para fins de imposto de renda federal dos EUA (geralmente, propriedade mantida para investimento), na acepção do Artigo 1221 do Código da Receita Federal de 1986, conforme alterado (“Código”). Este resumo é baseado no Código, seu histórico legislativo, regulamentos do Tesouro, pronunciamentos administrativos da Receita Federal dos EUA (“IRS”) e decisões judiciais, todos em vigor na data deste documento e todos os quais são sujeitos a alterações (possivelmente com efeito retroativo) e a diferentes interpretações. Este resumo não descreve quaisquer implicações, nos termos da lei tributária estadual, local ou fora dos EUA, ou qualquer aspecto da lei tributária federal dos EUA (como o imposto sobre herança, imposto sobre doações ou o imposto Medicare sobre a renda líquida de investimentos) que não seja o imposto de renda federal dos EUA.

Este resumo não pretende abordar todas as consequências relevantes do imposto de renda federal dos EUA que podem ser pertinentes aos detentores de ações ordinárias ou ADSs e não leva em consideração as circunstâncias específicas de quaisquer investidores em particular, alguns dos quais (como entidades isentas de

impostos, bancos ou outras instituições financeiras, companhias de seguros, corretores de valores mobiliários ou moedas, comerciantes de valores mobiliários que optam por usar um método de marcação a mercado para contabilizar as suas participações em valores mobiliários, empresas de investimento regulamentadas, fundos de investimento imobiliário, investidores responsáveis pelo imposto mínimo alternativo, parcerias e outras entidades ou esquemas de repasse, expatriados dos EUA, investidores que possuem ou são tratados como detentores, de forma direta, indireta ou construtiva, de 10% ou mais do poder de voto ou valor de nossas ações, investidores que detêm as ações ordinárias ou ADSs como parte de uma transação de straddle, hedge, conversão ou venda construtiva ou outra transação integrada, “controladas estrangeiras”, alguns detentores norte-americanos que registram demonstrações financeiras aplicáveis exigidas para reconhecer a receita quando a receita associada é refletida em tais demonstrações financeiras e detentores norte-americanos cuja moeda funcional não é o dólar dos EUA) podem estar sujeitos a regras fiscais especiais.

Conforme usado abaixo, um “detentor norte-americano” é um legítimo proprietário de ações ordinárias ou ADSs que é, para fins de imposto de renda federal dos EUA:

- i. uma pessoa física, cidadão ou residente nos Estados Unidos;
- ii. uma sociedade por ações (ou uma entidade tributável como uma sociedade por ações) criada ou constituída em conformidade com as leis dos Estados Unidos, de qualquer respectivo estado ou do Distrito de Columbia;
- iii. um patrimônio cuja renda esteja sujeita ao imposto de renda federal norte-americano, independentemente de sua fonte; ou
- iv. um trust, se (a) um tribunal nos Estados Unidos puder exercer supervisão primária sobre a administração do trust e uma ou mais pessoas dos Estados Unidos tiverem autoridade para controlar todas as decisões substanciais do trust; ou (b) o trust tem uma eleição válida em vigor, de acordo com os regulamentos aplicáveis do Tesouro dos EUA, para ser tratado como uma pessoa dos Estados Unidos.

Se uma sociedade ou qualquer outra entidade ou esquema tributado como sociedade para fins de imposto de renda federal dos EUA detiver ações ordinárias ou ADSs, o tratamento fiscal federal dos EUA de um sócio geralmente dependerá do status do sócio e das atividades da sociedade. Os sócios de sociedades detentoras de ações ordinárias ou ADSs devem consultar os seus assessores tributários.

Em geral, para fins de imposto de renda federal dos Estados Unidos, os detentores de ADRs que comprovarem as ADSs serão tratados como legítimos proprietários das ações ordinárias representadas por essas ADSs.

Tributação das Distribuições

Sujeito às regras da empresa de investimento estrangeiro passivo (“PFIC”) discutidas abaixo, o valor bruto de quaisquer dividendos (incluindo valores retidos em relação a impostos brasileiros) pagos com relação às ações ordinárias ou ADSs geralmente estará sujeito ao imposto de renda federal dos EUA como renda ordinária. Em geral, as distribuições com relação às ações ordinárias ou ADSs (que incluem (i) distribuições de juros sobre o capital próprio, de acordo com a legislação brasileira, e (ii) valores retidos em relação a impostos brasileiros e (iii) quaisquer valores adicionais a pagar em relação a tais impostos retidos na fonte, conforme descrito acima em “— Considerações Fiscais Brasileiras — Distribuição de Juros sobre o Capital Próprio”), na medida provenientes de nossos ganhos e lucros atuais ou acumulados, conforme determinado de acordo com os princípios do imposto de renda federal dos EUA, constituirão dividendos para fins de imposto de renda federal dos EUA. Se uma distribuição exceder o valor de nossos ganhos e lucros atuais e acumulados, conforme determinado de acordo com os princípios de imposto de renda federal dos EUA, o excesso será tratado primeiro como um retorno de capital não tributável, na medida da base tributária do detentor norte-americano, nas ações ordinárias ou ADSs e, posteriormente, como ganho de capital, que será ganho de capital de longo ou curto prazo, dependendo se o detentor norte-americano deteve as ações ordinárias ou ADSs por mais de um ano. Não pretendemos manter cálculos de nossos ganhos e lucros, de acordo com os princípios de imposto de renda federal dos EUA, e, a menos e até que tais cálculos sejam feitos, os detentores norte-americanos devem presumir que todas as distribuições são feitas de ganhos e lucros e constituem receita de dividendos. Conforme usado abaixo, o termo “dividendo” significa uma distribuição que constitui um dividendo para fins de imposto de renda federal dos EUA.

As distribuições pagas em moeda brasileira serão incluídas na receita bruta de um detentor norte-americano em um valor em dólares dos EUA calculado por referência à taxa de câmbio vigente na data em que os dividendos forem efetiva ou construtivamente recebidos pelo detentor norte-americano ou, no caso de dividendos recebidos com relação a ADSs, na data em que os dividendos são efetiva ou construtivamente recebidos pelo depositário ou seu agente, convertidos ou não em dólares dos EUA. Um detentor norte-americano terá uma base tributária em qualquer moeda brasileira distribuída igual ao seu valor em dólares dos EUA na data de recebimento pelo detentor norte-americano ou alienação, conforme o caso, e qualquer ganho ou perda reconhecido em uma alienação subsequente de tal geralmente será ganho ou perda em moeda estrangeira, que é tratado como receita ou perda ordinária de origem dos EUA. Se as distribuições pagas em moeda brasileira forem convertidas em dólares dos EUA no dia em que forem recebidas pelo detentor norte-americano, pelo depositário ou seu agente, conforme o caso, os detentores norte-americanos geralmente não devem ser obrigados a reconhecer ganho ou perda em moeda estrangeira em relação à receita de dividendos. Os detentores norte-americanos devem consultar os seus próprios assessores tributários sobre o tratamento de qualquer ganho ou perda em moeda estrangeira, se houver, se a moeda brasileira recebida pelo detentor norte-americano, pelo depositário ou seu agente não for convertida em dólares dos EUA na data do recebimento.

De acordo com a lei atual, o valor em dólares dos EUA de dividendos recebidos por uma pessoa física com relação às ADSs estará sujeito à tributação a uma alíquota reduzida, se os dividendos representarem “receita de dividendos qualificados”. Os dividendos pagos sobre as ADSs serão tratados como receita de dividendos qualificados, se (i) as ADSs forem prontamente negociáveis em um mercado de valores mobiliários estabelecido nos Estados Unidos; (ii) o detentor norte-americano atender ao requisito de período de detenção para as ADSs (geralmente mais de 60 dias durante o período de 121 dias que começa 60 dias antes da data ex-dividendo; e (iii) não estávamos no exercício anterior ao exercício em que o dividendo foi pago e não estamos no exercício em que o dividendo é pago, uma PFIC. As ADSs estão listadas na NYSE e devem se qualificar como prontamente negociáveis em um mercado de valores mobiliários estabelecido nos Estados Unidos, desde que estejam listadas. Entretanto, nenhuma garantia pode ser dada de que as ADSs serão ou permanecerão prontamente negociáveis. Além disso, conforme discutido abaixo em “Regras de Empresas de Investimento Estrangeiro Passivo”, acreditamos que não fomos tratados como PFIC para fins de imposto de renda federal dos EUA em 2021 e não esperamos nos tornar uma PFIC em nosso exercício tributável atual. Além disso, dividendos sobre ADSs não serão elegíveis para a dedução de dividendos recebidos permitida a empresas norte-americanas.

Com base na orientação existente, não está totalmente claro se os dividendos recebidos com relação às ações ordinárias (na medida em que não sejam representadas por ADSs) serão tratados como receita de dividendos qualificados, porque as ações ordinárias não estão listadas em uma bolsa dos EUA. Além disso, o Departamento do Tesouro dos EUA anunciou que continua estudando e promulgando regras adicionais ou revisadas segundo as quais os detentores de ADSs, ou ações e intermediários por meio dos quais tais valores mobiliários são detidos, poderão confiar em certificações de emissores para estabelecer que dividendos são tratados como dividendos qualificados. Como tais procedimentos ainda não foram emitidos, não temos certeza de que conseguiremos cumpri-los. Detentores norte-americanos de ADSs e ações ordinárias devem consultar os seus próprios assessores tributários sobre a disponibilidade da alíquota reduzida de imposto sobre dividendos em vista de suas próprias circunstâncias específicas.

Os dividendos pagos por nós geralmente constituirão receita de “categoria passiva” de fonte estrangeira e estarão sujeitos a várias outras limitações para fins de crédito tributário estrangeiro nos EUA. Para fins de limitação de crédito tributário estrangeiro dos EUA, a renda de fonte estrangeira é separada em diferentes “cestas” e o crédito tributário estrangeiro sobre a renda em qualquer cesta é limitado ao imposto de renda federal dos EUA atribuível a tal receita. Sujeito às limitações geralmente aplicáveis, de acordo com a lei de imposto de renda federal dos EUA, o imposto de renda brasileiro cobrado ou retido sobre esses dividendos, se houver, será tratado como um imposto de renda estrangeiro elegível para crédito com relação à obrigação de imposto de renda federal dos EUA de um detentor norte-americano (ou em critério de um detentor norte-americano, se não optar por reivindicar um crédito tributário estrangeiro para quaisquer impostos de renda estrangeiros pagos durante o exercício tributável, todos os impostos de renda estrangeiros pagos poderão ser deduzidos no cálculo do lucro tributável desse detentor norte-americano). Em geral, regras especiais serão aplicadas ao cálculo de créditos tributários estrangeiros em relação à receita de dividendos que está sujeita a alíquotas preferenciais do imposto de renda federal dos EUA.

Os detentores norte-americanos devem estar cientes de que o IRS expressou preocupação de que as partes para as quais as ADSs são liberadas possam estar adotando medidas que sejam inconsistentes com a reivindicação de créditos tributários estrangeiros por detentores norte-americanos de ADSs. Dessa forma, a discussão acima sobre a credibilidade do imposto de renda brasileiro sobre dividendos pode ser afetada por ações futuras que

possam ser tomadas pela Receita Federal. As regras com relação ao crédito tributário estrangeiro nos EUA são complexas. Regulamentações recentes dos EUA impuseram requisitos adicionais que devem ser atendidos para que um imposto estrangeiro seja creditável e os detentores norte-americanos de ações ordinárias ou ADSs devem consultar os seus próprios assessores tributários sobre a disponibilidade do crédito de imposto estrangeiro em suas circunstâncias específicas.

Tributação de Ganhos de Capital

Depósitos e saques de ações ordinárias por detentores norte-americanos em troca de ADSs não resultarão na realização de ganho ou perda para fins de imposto de renda federal dos EUA.

Em geral, os ganhos ou perdas, se houver, realizados por um detentor norte-americano em uma venda, troca ou outra alienação tributável de ações ordinárias ou ADSs estarão sujeitos ao imposto de renda federal dos EUA como ganhos ou perdas de capital em um valor igual à diferença entre o valor realizado na venda, troca ou outra alienação tributável e a base fiscal ajustada de tal detentor norte-americano nas ações ordinárias ou ADSs. Tais ganhos ou perdas de capital serão ganhos ou perdas de capital de longo prazo se, no momento da venda, troca ou outra alienação tributável, as ações ordinárias ou ADSs tiverem sido detidas por mais de um ano. De acordo com a atual lei de imposto de renda federal dos EUA, os ganhos de capital líquidos de longo prazo de detentores norte-americanos não corporativos (incluindo pessoas físicas) são elegíveis para tributação a taxas preferenciais quando a propriedade for mantida por mais de um ano. A dedutibilidade das perdas de capital está sujeita a certas limitações sob o Código.

Ganhos ou perdas de capital, se houver, realizados por um detentor norte-americano na venda, troca ou outra alienação de ações ordinárias ou ADSs geralmente serão tratados como ganhos ou perdas de origem dos EUA para fins de crédito tributário estrangeiro nos EUA. Se um imposto de renda brasileiro for cobrado sobre a venda ou alienação de ações ordinárias, um detentor norte-americano que não receber receita de fonte estrangeira suficiente de outras fontes pode não conseguir obter benefícios efetivos de crédito tributário estrangeiro nos EUA em relação a tal imposto de renda brasileiro. De acordo com as recentes regulamentações norte-americanas, o imposto retido na fonte brasileiro incidente sobre tal ganho de fonte norte-americana pode não constituir um imposto creditável. Além disso, mesmo que o imposto seja um imposto creditável, o detentor norte-americano pode não ser beneficiado, a menos que o detentor norte-americano possa aplicar o crédito no imposto de renda federal dos EUA a pagar sobre outras receitas de fontes estrangeiras da cesta de impostos estrangeira pertinente. Alternativamente, um detentor norte-americano pode fazer uma dedução para todos os impostos de renda estrangeiros pagos durante o exercício tributável, se não optar por reivindicar um crédito tributário estrangeiro para quaisquer impostos estrangeiros pagos ou acumulados durante o exercício fiscal. Os detentores norte-americanos devem consultar os seus próprios assessores tributários sobre a aplicação das regras de crédito tributário estrangeiro para o seu investimento e alienação de ações ordinárias ou ADSs.

Normas de Empresas de Investimento Estrangeiro Passivo

Com base em nossa receita, ativos e atividades atuais e projetadas, não esperamos que as ações ordinárias ou ADSs sejam consideradas ações ordinárias de uma PFIC em nosso exercício fiscal atual. Em geral, seremos uma PFIC em relação a um detentor norte-americano se, em qualquer exercício fiscal em que o detentor norte-americano detivesse ADSs ou ações ordinárias, (i) pelo menos 75% de nossa receita bruta no exercício fiscal fossem receita passiva ou (ii) pelo menos 50% do valor (determinado com base em uma média trimestral) de nossos ativos fossem atribuíveis a ativos que geram ou são mantidos para gerar renda passiva. Para este fim, a renda passiva geralmente inclui, entre outras coisas, dividendos, juros, royalties, aluguéis (exceto determinados aluguéis e royalties derivados da condução ativa de um negócio ou negociação), anuidades e ganhos de ativos que geram renda passiva.

Além disso, como a determinação de se as ações ordinárias ou ADSs constituem ações ordinárias de uma PFIC será baseada na composição de nossa receita, ativos e natureza de nossos negócios, bem como uma participação proporcional na receita, ativos e negócios da entidades nas quais detemos pelo menos 25% de participação, de tempos em tempos, e porque há incertezas na aplicação das regras pertinentes, não pode haver garantia (e é possível que o IRS possa chegar a uma conclusão contrária) de que as ações ordinárias ou ADSs não serão consideradas ações ordinárias de uma PFIC em qualquer exercício fiscal. Se as ações ordinárias ou ADSs forem ações ordinárias de uma PFIC em qualquer exercício fiscal, os detentores norte-americanos (incluindo determinados detentores norte-americanos indiretos) podem estar sujeitos a consequências fiscais adversas, incluindo a possível imposição de juros sobre ganhos ou “distribuições em excesso” alocáveis a exercícios anteriores no período de detenção do detentor norte-americano durante o qual fomos considerados uma PFIC. Se

formos considerados uma PFIC em um exercício tributável, os dividendos sobre as nossas ações ordinárias ou ADSs não seriam “receita de dividendos qualificados” elegíveis para alíquotas preferenciais de imposto de renda federal dos Estados Unidos.

Se formos tratados como uma PFIC e, a qualquer momento, investirmos em empresas não norte-americanas classificadas como PFICs (cada uma, uma “PFIC Subsidiária”), os detentores norte-americanos geralmente serão considerados proprietários e também estarão sujeitos às regras da PFIC com relação à sua participação indireta nessa PFIC Subsidiária. Se formos tratados como uma PFIC, um detentor norte-americano poderá incorrer em responsabilidade pelo imposto diferido e encargos de juros descritos acima, se (1) recebermos uma distribuição ou alienarmos toda ou parte de nossa participação na PFIC Subsidiária ou (2) o detentor norte-americano alienar a totalidade ou parte de suas ações ordinárias ou ADSs.

As regras fiscais especiais de PFICs com relação a ganhos e “distribuições em excesso” descritas acima não se aplicarão a um detentor norte-americano, se o detentor norte-americano optar (i) por “marcar a mercado” as ações ordinárias ou ADSs (uma “escolha de marcação a mercado”) ou (ii) por nos tratar como um “fundo eleitor qualificado” (uma “eleição de FEQ”). A eleição de FEQ não está disponível para os detentores, a menos que concordemos em cumprir determinados requisitos de relatórios e forneçamos as declarações de informações anuais exigidas. Como atualmente não pretendemos fornecer essas informações, os detentores devem presumir que a eleição de FEQ não estará disponível para eles. A eleição de FEQ e a escolha de marcação a mercado se aplicam apenas a exercícios tributáveis em que as ações ordinárias ou ADSs do detentor norte-americano são tratadas como ações de uma PFIC.

Um detentor norte-americano pode fazer uma escolha de marcação a mercado, se as ações ordinárias ou ADSs forem “regularmente negociadas” em uma “bolsa qualificada”. De acordo com os regulamentos aplicáveis do Tesouro dos EUA, uma “bolsa qualificada” inclui uma bolsa de valores nacional, como a NYSE, registrada na SEC ou no sistema de mercado nacional estabelecido nos termos da Lei de Mercados de Capitais. Além disso, de acordo com os Regulamentos do Tesouro aplicáveis, os valores mobiliários da PFIC negociados em uma bolsa qualificada são negociados regularmente nessa bolsa em qualquer ano civil durante o qual essas ações forem negociadas, exceto em quantidades *de minimis*, em pelo menos 15 dias durante cada trimestre civil. Não podemos garantir que as ADSs serão elegíveis para uma escolha de marcação a mercado.

Um detentor norte-americano que fizer uma escolha de marcação a mercado com relação a suas ADSs deve incluir, em cada exercício tributável em que as ações ordinárias ou ADSs do detentor norte-americano forem tratadas como ações de uma PFIC, como receita ordinária, um valor igual ao excesso do valor justo de mercado das ações ordinárias ou ADSs no final do exercício fiscal sobre a base tributária ajustada do detentor norte-americano nas ações ordinárias ou ADSs, e é permitida uma perda ordinária pelo excesso, se houver, da base tributária ajustada sobre o valor justo de mercado das ações ordinárias ou ADSs no final do exercício tributável, mas apenas na medida do valor das inclusões de marcação a mercado anteriores (não compensadas por perdas anteriores de marcação a mercado). Esses valores de receita ordinária e qualquer ganho reconhecido na venda, resgate ou outra alienação tributável de uma ADS com relação à qual tal escolha está em vigor não serão elegíveis para as alíquotas favoráveis aplicáveis à receita de dividendos qualificados ou ganhos de capital a prazo. A base tributária de um detentor norte-americano nas ações ordinárias ou ADSs será ajustada para refletir quaisquer valores de lucro ou prejuízo em suas inclusões anuais. Embora um detentor norte-americano possa ser elegível para fazer uma escolha de marcação a mercado com relação a suas ações ordinárias ou ADSs, tal escolha não pode ser feita com relação às ações de qualquer PFIC Subsidiária que tal detentor norte-americano for tratado como proprietário, porque tais ações da PFIC Subsidiária não são negociáveis. Assim, a escolha de marcação a mercado não será válida para evitar todas as consequências fiscais adversas descritas acima com relação a quaisquer PFICs Subsidiárias. Os detentores norte-americanos devem consultar os seus próprios assessores tributários sobre a disponibilidade e conveniência de fazer uma escolha de marcação a mercado com relação às suas ações ordinárias de ADSs, com base em suas circunstâncias específicas.

Um detentor norte-americano que possuir ações ordinárias ou ADSs durante qualquer exercício tributável em que sejamos uma PFIC que ultrapasse determinados valores *de minimis* e não se qualifique para outras isenções deverá apresentar o Formulário 8621 do IRS. Além disso, em determinadas circunstâncias, os regulamentos também exigem que uma “pessoa dos Estados Unidos” (como tal termo é definido no Código) que detiver uma participação em uma PFIC como acionista indireto por meio de uma ou mais pessoas dos Estados Unidos registre o Formulário 8621 de qualquer exercício tributável durante o qual tal acionista indireto for tratado como recebendo uma distribuição em excesso em conexão com a propriedade ou alienação de tal participação, ou relatar receita, de acordo com uma escolha de marcação a mercado. Os detentores norte-americanos devem consultar os seus próprios assessores tributários sobre a aplicação das regras de PFIC às ações ordinárias ou ADSs.

Relatório de Informações e Retenção para Garantia de Imposto dos EUA

Determinados detentores norte-americanos de ações ordinárias ou ADSs podem, em certas circunstâncias, estar sujeitos a relatórios de informações e retenção para garantia de imposto com relação a determinados pagamentos a tal detentor norte-americano, tais como dividendos pagos por nossa Companhia ou o produto de uma venda, troca ou outra alienação de ações ordinárias ou ADSs, a menos que tal detentor norte-americano (i) seja um destinatário isento e demonstre esse fato quando necessário; ou (ii) no caso de retenção para garantia de imposto, forneça um número de identificação de contribuinte correto, certifique que é um cidadão dos EUA e que não esteja sujeito à retenção para garantia de imposto e, de outra forma, cumpra os requisitos aplicáveis das regras de retenção para garantia de imposto. A retenção para garantia de imposto não é um imposto adicional. Qualquer valor retido, de acordo com essas regras, será creditado no imposto de renda federal dos EUA de um detentor norte-americano, desde que as informações necessárias sejam fornecidas oportunamente ao IRS.

Relatório de “Ativos Financeiros Estrangeiros Especificados”

Os proprietários de “ativos financeiros estrangeiros especificados” com valor total superior a US\$ 50.000 (e, em algumas circunstâncias, um limite mais alto), podem ser obrigados a apresentar um relatório de informações sobre esses ativos com suas declarações de imposto de renda federal dos EUA. “Ativos financeiros estrangeiros especificados” geralmente incluem quaisquer contas financeiras mantidas por instituições financeiras não norte-americanas, bem como qualquer um dos seguintes, mas somente se não forem mantidas em contas mantidas por instituições financeiras: (i) ações e valores mobiliários emitidos por pessoas não norte-americanas; (ii) instrumentos financeiros e contratos mantidos para investimento que tenham emissores ou contrapartes não norte-americanos; e (iii) participações em entidades não norte-americanas.

Os possíveis compradores devem consultar os seus próprios assessores tributários sobre a aplicação das leis de imposto de renda federal dos Estados Unidos às suas situações específicas, bem como quaisquer consequências fiscais adicionais resultantes da compra, detenção ou alienação de ações ordinárias ou ADSs, incluindo a aplicabilidade e o efeito de leis tributárias de qualquer jurisdição estadual, local ou estrangeira, incluindo leis de propriedade, doação e herança.

10F. Dividendos e Agentes de Pagamento

Não aplicável.

10G. Declaração de Peritos

Não aplicável.

10H. Documentos Apresentados

Estamos sujeitos aos requisitos de informação da Lei de Mercados de Capitais, segundo a qual registramos relatórios e outras informações junto à SEC. Relatórios e outras informações registradas por nós junto à SEC podem ser examinadas e copiadas nas instalações de referência pública mantidas pela SEC em Room 1580, 100 F Street N.E., Washington, D.C. 20549, e nos Escritórios Regionais da Comissão em 233 Broadway, New York, New York 10279, e Northwestern Atrium Center, 500 West Madison Street, Suite 1400, Chicago, IL 60661-2511. Cópias de tal material também podem ser obtidas a taxas prescritas por escrito para a Seção de Referência Pública da SEC em 100 F Street N.E., Washington, D.C. 20549. Além disso, a SEC mantém um site (<http://www.sec.gov>) que contém cada um de nossos relatórios registrados e declarações de informações. Você também pode examinar esses relatórios e outras informações nos escritórios da New York Stock Exchange Inc., 120 Broad Street, New York, New York 10005, nos quais as nossas ADSs estão listadas.

Também registramos demonstrações financeiras e outros relatórios periódicos junto à CVM, incluindo o Formulário de Referência, que é um relatório anual elaborado e registrado de acordo com a Instrução CVM nº 480/09 e pode ser acessado em www.cvm.gov.br. As informações desse site não são incorporadas por referência a este documento.

Cópias de nossos relatórios anuais no Formulário 20-F e documentos mencionados neste relatório anual e o nosso Estatuto Social estarão disponíveis para inspeção mediante solicitação em nossa sede em: Avenida Brigadeiro Luiz Antonio, 3142, São Paulo, SP, Brasil.

O nosso site está localizado em <https://www.gpabr.com> e o nosso site de relações com investidores está localizado em <http://www.gpari.com.br>. (Esses URLs se destinam a ser apenas uma referência textual inativa. Eles não se destinam a ser um hiperlink ativo para o nosso site. As informações em nosso site, que podem ser acessadas por meio de um hiperlink resultante desse URL, não são e não serão consideradas incorporadas a este relatório anual.)

10I. Informações de Subsidiárias

Não exigido.

ITEM 11. DIVULGAÇÕES QUANTITATIVAS E QUALITATIVAS SOBRE O RISCO DE MERCADO

Risco de Mercado

Estamos expostos a riscos de mercado decorrentes de mudanças na moeda estrangeira e no patamar de juros. Risco de mercado é a possível perda decorrente de mudanças adversas nas taxas de mercado, como taxas de câmbio e patamar de juros. Para obter informações adicionais sobre instrumentos financeiros derivativos e o nosso risco cambial e de patamar de juros, consulte a nota explicativa 18 de nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas com relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, incluídas em outras partes deste relatório anual.

Temos uma política de tesouraria projetada para administrar o risco do mercado financeiro relacionado ao dólar dos EUA, principalmente trocando uma parte substancial de nossos passivos denominados em dólares dos EUA por obrigações denominadas em reais. Contratamos swaps de taxa de juros multimoeda sob os quais celebramos um contrato normalmente com a mesma contraparte que fornece o financiamento original em dólar dos EUA. Um instrumento financeiro separado é assinado no momento em que o contrato de empréstimo é celebrado, de acordo com o qual somos efetivamente responsáveis pelos valores em reais e juros baseados na taxa CDI. Os valores são normalmente realizados com as mesmas instituições financeiras e com os mesmos prazos de vencimento. Consulte o “Item 5. Revisão e Perspectivas Operacionais e Financeiras — 5B. Liquidez e Recursos de Capital”.

O Grupo Éxito utiliza derivativos para proteção contra as variações cambiais (dólares dos EUA e euros) de importações, bem como para proteção contra as variações cambiais (dólares dos EUA) de empréstimos bancários.

Usamos instrumentos financeiros derivativos, geralmente swaps de taxas de juros de moedas cruzadas, para mitigar o risco causado pela flutuação do dólar dos EUA e do patamar de juros. Contratamos swaps de taxas de juros de moedas cruzadas para proteger contra a exposição cambial ao dólar dos EUA. As decisões sobre os contratos de swap são tomadas caso a caso, levando em consideração o valor e a duração da exposição, a volatilidade do mercado e as tendências econômicas. Os nossos ganhos e perdas realizados e não realizados nesses contratos estão incluídos em “receita financeira” e “despesa financeira”, respectivamente.

Usamos contratos de swap de taxas de juros para gerenciar custos de juros e riscos associados a mudanças nas taxas. O diferencial a ser pago ou recebido é provisionado à medida que o patamar de juros muda e é reconhecido em despesa de juros ao longo da vigência dos contratos.

Temos uma política de celebrar contratos apenas com partes que possuam altas classificações de crédito. As contrapartes desses contratos são as principais instituições financeiras. Não esperamos uma perda de crédito por descumprimento da contraparte.

Risco de Taxa de Juros

Estamos expostos à volatilidade das taxas de juros com relação ao nosso caixa e equivalentes de caixa e dívida com taxas flutuantes. A taxa de juros em nosso caixa e equivalentes de caixa denominada em reais é baseada na taxa CDI, a taxa básica de juros estabelecida diariamente pelo mercado interbancário.

Estamos expostos à volatilidade das taxas de juros com relação a futuras emissões de dívida, flutuações de moeda estrangeira e emissões existentes de dívida de taxa variável. Gerenciamos a nossa carteira de dívidas em resposta a mudanças no patamar de juros e taxas de moeda estrangeira por meio de resgates e recompras

periódicos de dívida e uso de instrumentos financeiros derivativos. Entre outras facilidades, também utilizamos empréstimos bancários para atender às nossas necessidades de financiamento, incluindo empréstimos denominados em dólares dos EUA e convertidos em obrigações em reais com juros com base na taxa CDI.

O Grupo Éxito também utiliza empréstimos bancários para atender às suas necessidades de financiamento, geralmente denominados em pesos colombianos com juros acumulados, com base no índice bancário de referência na Colômbia, ou IBR.

A tabela abaixo fornece informações sobre os nossos importantes instrumentos sensíveis à taxa de juros. Para dívida com taxa de juros variável, a taxa apresentada é a taxa média ponderada calculada em 31 de dezembro de 2021.

	Data de Vencimento Prevista						Custo de Tomada de Empréstimo	Valor Justo	Taxa Média de Juros Anual
	Em 31 de dezembro de 2021								
	2022	2023	2024	2025	Posteriormente (em milhões de R\$)	Total			
Ativos:									
Caixa e bancos denominados em reais ⁽¹⁾	3.581	-	-	-	-	3.581	-	3.581	
Equivalentes de caixa denominados em reais ⁽²⁾	4.693	-	-	-	-	4.693	-	4.693	93,51% do CDI
Total de caixa e equivalentes de caixa	8.274	-	-	-	-	8.274	-	8.274	
Passivos:									
Empréstimos e financiamentos									
Taxa flutuante, denominada em dólares dos EUA ⁽³⁾	2	287	167	-	-	456	-	456	(US\$ + 2,12% ao ano) + (CDI + 1,7% ao ano)
Taxa flutuante, denominada em pesos colombianos ⁽⁴⁾ ...	228	268	438	159	154	1.247	-	1.246	(IBR 3M+1,6%) (CDI+ 1,89% ao ano) + (TR + 9,8% ao ano)
Taxa flutuante, denominada em reais.....	156	1.169	1.085	168	170	2.748	(11)	2.737	
Total de empréstimos e financiamentos	386	1.724	1.690	327	324	4.451	(11)	4.439	
Taxa flutuante de debêntures, denominada em reais.....	1.095	1.000	-	1.007	1.527	4.629	(17)	4.612	(CDI + 1,59% ao ano)
Total de passivos	1.481	2.724	1.690	1.334	1.851	9.080	(28)	9.051	

- (1) Caixa e bancos incluem as instalações do Grupo Éxito na Colômbia, Uruguai e Argentina, no valor de (i) R\$ 2.905 milhões, (ii) R\$ 366 milhões e (iii) 126 milhões, respectivamente, bem como os nossos recursos investidos nos Estados Unidos em dólares dos EUA, no valor de R\$ 84 milhões.
- (2) Equivalentes de caixa incluem equivalentes de caixa do Grupo Éxito na Colômbia e Uruguai, no valor de (i) R\$ 94 milhões e (ii) R\$ 1 milhão, respectivamente
- (3) Originalmente denominada em dólares dos EUA e convertida em CDI.
- (4) Refere-se a empréstimos e financiamentos do Grupo Éxito.

A tabela a seguir apresenta dados históricos de patamar de juros relevantes para o nosso instrumento financeiro nos últimos três anos:

	Em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
CDI ⁽¹⁾	9,15%	1,9%	4,4%

- (1) Taxa anualizada ao final de cada período.

Não tivemos e não esperamos ter dificuldades na obtenção de financiamento ou refinanciamento de dívida existente. Consulte o “Item 5. Revisão e Perspectivas Operacionais e Financeiras — 5B. Liquidez e Recursos de Capital” para ter acesso a uma discussão sobre os nossos contratos de crédito.

Risco de Taxa de Câmbio

Estamos expostos a flutuações nos fluxos de caixa em moeda estrangeira relacionados a determinados pagamentos de dívidas de curto e longo prazo. Estamos expostos principalmente a flutuações da taxa de câmbio com o dólar dos EUA e os pesos colombianos. Para obter mais informações, consulte o “Item 3. Informações Principais – 3D. Fatores de Risco — Riscos Relacionados ao Brasil — A volatilidade da taxa de câmbio pode afetar adversamente a economia brasileira e a nós”.

A nossa exposição cambial gera riscos de mercado associados a movimentos cambiais em relação ao dólar dos EUA e ao peso colombiano. Passivos denominados em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2021 incluíam dívida denominada principalmente em dólares dos EUA e pesos colombianos. A nossa exposição cambial líquida em dólares dos EUA (dívida denominada em dólares dos EUA menos os nossos swaps de taxa de juros de moeda cruzada em nossa dívida denominada em dólares dos EUA) era uma dívida de R\$ 7 milhões, em 31 de dezembro de 2021, em comparação a uma dívida de R\$ 12 milhões, em 31 de dezembro de 2020, e crédito de R\$ 15 milhões, em 31 de dezembro de 2019. A nossa exposição cambial líquida é representada pela dívida de financiamento de importação. Os nossos swaps de taxas de juros de moedas cruzadas cobrem parcialmente a nossa exposição decorrente de nossa dívida denominada em dólares dos EUA. Não usamos swaps de taxas de juros de moedas cruzadas para proteger a nossa exposição decorrente de nossa dívida denominada em pesos colombianos.

O Grupo Éxito utiliza derivativos para proteção contra as variações cambiais (dólares dos EUA e euros) de importações, bem como para proteção contra as variações cambiais (dólares dos EUA) de empréstimos bancários.

A tabela abaixo fornece informações sobre a nossa dívida em aberto em 31 de dezembro de 2021:

	Data de Vencimento Prevista					Total	Valor Justo
	2022	2023	2024	2025	Posteriorm ente		
	(em milhões de R\$)						
Empréstimos e financiamentos							
Dólares dos EUA ⁽¹⁾	2	287	167	-	-	456	456
Pesos colombianos ⁽²⁾	228	268	438	159	154	1.247	1.246
Reais.....	156	1.169	1.085	168	170	2.748	2.737
Total de empréstimos e financiamentos.....	386	1.724	1.690	327	324	4.451	4.439
Debêntures e notas promissórias em reais.....	1.095	1.000	-	1.007	1.527	4.629	4.612
Total de Debêntures.....	1.095	1.000	-	1.007	1.527	94.629	4.612

(1) Originalmente denominados em dólares dos EUA e convertidos em CDI.

(2) Refere-se a empréstimos e financiamentos do Grupo Éxito.

Os contratos de swap de moeda estrangeira nos permitem trocar dívidas de curto e longo prazo denominadas em dólares dos EUA com taxas fixas por dívidas com taxas flutuantes denominadas em reais, com base na variação do CDI. Para obter informações adicionais sobre instrumentos financeiros derivativos e o nosso risco cambial e de patamar de juros, consulte a nota explicativa 18 de nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas com relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, a dívida originalmente denominada em dólares dos EUA totalizava R\$ 459 milhões, R\$ 283 milhões e R\$ 831 milhões, que foram cobertas por swaps de taxa flutuante em reais, com base na taxa CDI, foi tratada de forma combinada, como se esses empréstimos tivessem sido originalmente denominados em reais e CDI acumulado. Além disso, os contratos de swap não oferecem garantias.

A tabela abaixo fornece informações sobre os nossos swaps de taxa de juros de moedas cruzadas:

Dívida	Referencial (em milhões)	Data de Vencimento Prevista	2021	2020
		Dólares dos EUA para reais.....	US\$ 50	2023
Arrendamento Mercantil				
Dólares dos EUA para COP\$.....	US\$ 1	2022	-	1
Contas a Pagar a Fornecedores				
Euros para COP\$.....	EUR 3	2021	-	(2)
Dólares dos EUA para COP\$.....	US\$ 35	2021	-	(23)

Dólares dos EUA para COP\$......	US\$ 105	2022	15	-
Total			(8)	(36)

Para obter mais informações sobre os nossos swaps de taxas de juros de moedas cruzadas, consulte a nota explicativa 18.4 de nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas com relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Risco de Crédito

Caixa e equivalentes de caixa: para minimizar o nosso risco de crédito, adotamos políticas de investimento em instituições financeiras aprovadas pelo nosso Comitê Financeiro, levando em consideração também os limites monetários e avaliações das instituições financeiras, que são atualizados regularmente.

Contas a Receber: grande parte das vendas em nossas lojas é paga com cartões de crédito. As vendas para clientes que utilizam cartões de crédito representaram 47,2%, 46,5% e 46,4% da receita operacional líquida consolidada em 2021, 2020 e 2019 do nosso segmento de varejo brasileiro, respectivamente. Os riscos de crédito relacionados às contas a receber de cartão de crédito são minimizados pelo fato de vendermos essas contas a receber para bancos e administradoras de cartão de crédito, visando a fortalecer o capital de giro. As vendas de recebíveis de cartão de crédito resultam no desconhecimento das contas a receber devido à transferência do risco de crédito, benefícios e controle desses ativos para terceiros. Adicionalmente, monitoramos o risco de crédito, principalmente no que diz respeito às contas a receber na modalidade de vendas a prazo, por meio da verificação de antecedentes para a concessão de crédito aos clientes e pela análise periódica da provisão para perdas.

Instrumentos derivativos: também temos risco de contraparte relacionado a instrumentos derivativos; tal risco é mitigado pelas operações realizadas de acordo com as políticas aprovadas pelos nossos conselhos de governança.

Não há valores a receber que sejam individualmente superiores a 5% das contas a receber ou vendas.

ITEM 12. DESCRIÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS QUE NÃO SEJAM AÇÕES

12A. Títulos de Dívida

Não aplicável.

12B. Garantias e Direitos

Não aplicável.

12C. Outros Valores Mobiliários

Não aplicável.

12D. Ações Depositárias Americanas

Nos Estados Unidos, as nossas ações ordinárias são negociadas na forma de ADSs. As ADSs começaram a ser negociadas na NYSE em 29 de maio de 1997.

Não tratamos os detentores de ADRs, pois os nossos acionistas e os detentores de ADRs não têm direitos de acionistas. A lei brasileira rege os direitos de acionistas. O depositário é o detentor das ações ordinárias subjacentes às ADSs. Os detentores de ADRs têm direitos de detentores de ADRs.

Um modelo do Contrato de Depósito está anexado como Anexo 2.(a).1 a este relatório anual. Recomendamos que você revise este documento cuidadosamente se for um detentor de ADSs.

Para informações sobre os riscos relacionados às ADSs, consulte o “Item 3. Informações Principais – 3D. Fatores de Risco — Riscos relacionados às ADSs e Nossas Ações Ordinárias”.

Taxas e Despesas

O depositário cobra suas taxas pela entrega de ADSs diretamente de investidores depositando ações ordinárias ou entregando ADSs para fins de retirada ou de intermediários agindo em nome deles. O depositário cobra taxas para fazer distribuições aos investidores deduzindo essas taxas dos valores distribuídos, ou vendendo uma parte dos bens passíveis de distribuição para pagar as taxas. O depositário poderá cobrar sua taxa anual pelos serviços de depositário ao deduzir das distribuições em dinheiro, ou ao cobrar diretamente os investidores, ou ao cobrar as contas do sistema escritural dos participantes que atuam em nome deles. Em geral, o depositário pode recusar-se a prestar serviços de cobrança de taxas até que suas taxas para esses serviços sejam pagas.

As pessoas que depositarem ou sacarem ações ordinárias deverão pagar:	Para:
US\$ 5,00 (ou menos) por 100 ADSs (ou parte de 100 ADSs)	<ul style="list-style-type: none">• Emissão de ADSs, incluindo emissões resultantes de uma distribuição de ações ordinárias ou direitos ou outros bens• Cancelamento de ADSs para fins de retirada, inclusive se o contrato de depósito for encerrado
US\$ 0,05 (ou menos) por ADS	<ul style="list-style-type: none">• Qualquer distribuição em dinheiro para Detentores de ADSs registrados
US\$ 0,05 (ou menos) por ADS por ano civil (ou parte dele)	<ul style="list-style-type: none">• Serviços prestados pelo depositário na administração de nosso programa de ADRs (cuja taxa pode ser cobrada periodicamente durante cada ano civil, deve ser tributada dos detentores de ADRs na data de registro ou datas de registro definidas pelo depositário durante cada ano civil e paga na forma descrita na próxima disposição)
Uma taxa equivalente à taxa que seria paga se os valores mobiliários distribuídos a você tivessem sido ações ordinárias e as ações ordinárias tivessem sido depositadas para emissão de ADSs	<ul style="list-style-type: none">• Distribuição de valores mobiliários distribuídos a detentores de valores mobiliários depositados que são distribuídos pelo depositário a detentores de ADS registrados
Taxas de registro ou transferência	<ul style="list-style-type: none">• Transferência e registro de ações ordinárias em nosso registro de ações para ou a partir do nome do depositário ou de seu agente quando você depositar ou retirar ações
Despesas do depositário	<ul style="list-style-type: none">• Transmissões por cabo, telex e fax (quando expressamente previsto no contrato de depósito)• Conversão de moeda estrangeira em dólares dos EUA
Impostos e outros encargos governamentais que o depositário ou custodiante deve pagar sobre quaisquer ADS ou compartilhar subjacentes a uma ADS, por exemplo, impostos sobre transferência de ações, imposto de selo ou impostos retidos na fonte	<ul style="list-style-type: none">• Conforme necessário
Quaisquer encargos incorridos pelo depositário ou seus agentes para a manutenção dos valores mobiliários depositados	<ul style="list-style-type: none">• Conforme necessário

Taxas Incorridas Desde 1º de janeiro de 2021

De 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021, a Companhia recebeu do J.P. Morgan Chase Bank N.A., como banco depositário de nosso programa de ADSs durante esse período, o valor de US\$ 1,6 milhão para o pagamento de taxas anuais contínuas de listagem em bolsa de valores, custos de manutenção padrão para as ADRs (que consistem no reembolso das despesas de postagem e envelopes para envio de relatórios financeiros anuais e intermediários, impressão e distribuição de cheques de dividendos, registro eletrônico de informações fiscais federais dos EUA, envio de formulários fiscais obrigatórios, papelaria, postagem, fax e chamadas

telefônicas), quaisquer indicadores de desempenho aplicáveis relacionados ao programa de ADRs, taxas de subscrição e honorários advocatícios.

Taxas a Serem Pagas no Futuro

O JPMorgan Chase Bank N.A., como depositário, concordou em reembolsar a Companhia pelas despesas incorridas relacionadas a despesas de estabelecimento e manutenção do programa de ADSs. O depositário concordou em reembolsar a Companhia por suas taxas anuais contínuas de listagem na bolsa de valores. O depositário também concordou em pagar os custos de manutenção padrão das ADRs, que consistem nas despesas de postagem e envelopes para envio de relatórios financeiros anuais e intermediários, impressão e distribuição de cheques de dividendos, registro eletrônico de informações fiscais federais dos EUA, envio de formulários fiscais exigidos, papelaria, postagem, fax e chamadas telefônicas. Também concordou em reembolsar a Companhia anualmente por determinados programas de relacionamento com investidores ou atividades promocionais especiais de relações com investidores. Em determinados casos, o depositário concordou em fornecer pagamentos adicionais à Companhia com base em quaisquer indicadores de desempenho aplicáveis relacionados ao programa de ADRs. Existem limites no valor das despesas pelas quais o depositário reembolsará a Companhia, mas o valor do reembolso disponível para a Companhia não está necessariamente vinculado ao valor das taxas que o depositário cobra dos investidores.

PART II

ITEM 13. INADIMPLÊNCIAS, DIVIDENDOS A PAGAR E OUTROS ATRASOS

Não há assuntos a relatar.

ITEM 14. MODIFICAÇÕES RELEVANTES DOS DIREITOS DOS DETENTORES DE VALORES MOBILIÁRIOS E DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Não há.

ITEM 15. CONTROLES E PROCEDIMENTOS

(a) Avaliação dos Controles e Procedimentos de Divulgação

A Companhia mantém controles e procedimentos de divulgação projetados para garantir que as informações que devem ser divulgadas em relatórios registrados nos termos da Lei de Valores Mobiliários, de 1934, conforme alterada (“Lei de Mercados de Capitais”), sejam registradas, processadas, resumidas e relatadas dentro dos períodos especificados. O Diretor-Presidente (“CEO”) e o Diretor Financeiro (“CFO”) da Companhia avaliaram a eficácia, em 31 de dezembro de 2021, dos “controles e procedimentos de divulgação” da Companhia, conforme definido nas Regras 13a-15(e) e 15d-15(e), nos termos da Lei de Mercados de Capitais. Com base nessa avaliação, o nosso Diretor-Presidente e Diretor Financeiro concluíram que, devido a deficiências relevantes em nosso controle interno sobre relatórios financeiros, conforme descrito abaixo, os nossos controles e procedimentos de divulgação não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2021. Concluímos procedimentos adicionais antes de registrar este relatório anual, o que nos permitiu concluir que, apesar dessas deficiências relevantes, as nossas demonstrações financeiras consolidadas incluídas neste relatório apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a nossa situação financeira, resultados operacionais, posição de capital e fluxos de caixa nos períodos apresentados, em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade e Relatório – IFRS, emitidas pelo Conselho Internacional de Normas Contábeis – IASB.

(b) Relatório da Administração sobre o Controle Interno de Relatórios Financeiros

A administração da Companhia é responsável por estabelecer e manter controle interno adequado de relatórios financeiros, conforme definido nas Regras 13a-15(f) e 15-d15(f), nos termos da Lei de Mercados de Capitais. O controle interno da Companhia sobre relatórios financeiros é um processo destinado a fornecer garantia razoável com relação à confiabilidade dos relatórios financeiros e à elaboração das demonstrações financeiras para fins externos de acordo com as IFRS, conforme emitidas pelo IASB.

O controle interno da Companhia sobre relatórios financeiros é um processo destinado a fornecer garantia razoável com relação à confiabilidade dos relatórios financeiros e à elaboração das demonstrações financeiras consolidadas para fins externos de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos aplicáveis. O nosso

controle interno sobre relatórios financeiros inclui aquelas políticas e procedimentos que (1) estejam relacionados à manutenção dos registros que reflitam, com detalhes razoáveis, de forma precisa e cabível, as operações e alienações de ativos da Companhia, (2) forneçam uma garantia cabível de que as operações estejam registradas, conforme necessário, a fim de permitir que a elaboração das demonstrações financeiras esteja de acordo com as IFRS e que os recebimentos e despesas da Sociedade estejam sendo feitos apenas de acordo com as autorizações da administração e do conselho de administração; e (3) forneçam garantia razoável em relação à prevenção ou detecção oportuna de aquisição, uso ou alienação não autorizada dos ativos da Companhia que poderia ter um efeito relevante nas demonstrações financeiras.

Devido a suas limitações inerentes, o controle interno sobre os relatórios financeiros poderá não evitar ou detectar distorções. Portanto, mesmo aqueles sistemas considerados eficazes podem fornecer apenas segurança razoável com relação à elaboração e apresentação das demonstrações financeiras. Além disso, as projeções de qualquer avaliação de eficácia para exercícios futuros estão sujeitas ao risco de que os controles se tornem inadequados devido às alterações nas condições, ou que o grau de conformidade com as políticas ou com os procedimentos possa se deteriorar.

A administração avaliou a eficácia do controle interno da Companhia sobre relatórios financeiros com base nos critérios para controle interno eficaz sobre relatórios financeiros estabelecidos em “Controle Interno – Estrutura Integrada”, emitido pelo Comitê de Organizações Patrocinadoras (COSO) da Comissão Treadway (2013). Com base nessa avaliação, a administração concluiu que o nosso controle interno sobre relatórios financeiros não era eficaz em 31 de dezembro de 2021, considerando as deficiências relevantes descritas abaixo.

Uma vulnerabilidade relevante é uma deficiência ou combinação de deficiências no controle interno sobre os relatórios financeiros, de modo que haja uma possibilidade razoável de que uma distorção relevante em nossas demonstrações financeiras anuais não seja evitada ou detectada em tempo hábil.

(1) Controles inadequados de nível de entidade da Companhia sobre a análise e o monitoramento da eficácia dos controles gerais de TI e controles de processos de negócios da Almacenes Exito S.A. e suas subsidiárias na Colômbia.

Os controles de monitoramento da administração não eram suficientes em relação à Almacenes Exito S.A. e suas subsidiárias na Colômbia para (i) detectar e corrigir oportunamente deficiências na operação dos controles gerais de TI e (ii) executar oportuna e efetivamente o plano para testar a eficácia operacional dos controles internos relacionados a determinados processos de negócios, especialmente no que diz respeito à suficiência e adequação das evidências e análise das informações apresentadas pela entidade utilizada nos controles. As deficiências não resultaram em distorções reais, mas poderiam ter impactos generalizados nas demonstrações financeiras. Não houve impactos nas demonstrações financeiras consolidadas com relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e períodos comparativos.

(2) Controles gerais de tecnologia da informação ineficazes para dar suporte aos sistemas operacionais de tecnologia da informação, banco de dados e aplicativos de TI da Almacenes Exito S.A. e suas subsidiárias na Colômbia.

Falha da administração em manter controles internos eficazes sobre a revisão do acesso de usuários em aplicativos de TI e segregação de funções da Almacenes Exito S.A. e suas subsidiárias na Colômbia, para dar suporte aos sistemas operacionais de tecnologia da informação, banco de dados e aplicativos de TI que, no conjunto, resultou em uma deficiência relevante. Essas deficiências também afetaram a eficácia dos controles automatizados de processos de negócios, controles manuais com um componente automatizado, o banco de dados e a lógica dos relatórios que foram usados para executar determinados controles automatizados e manuais. As deficiências não resultaram em distorções reais, mas poderiam ter impactos generalizados nas demonstrações financeiras. Não houve impactos nas demonstrações financeiras consolidadas com relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e períodos comparativos.

(c) Relatório de atestado da empresa de contabilidade independente registrada

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., a empresa de contabilidade pública certificada independente que auditou as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluídas neste Formulário 20-F, emitiu um relatório sobre o controle interno da Companhia sobre relatórios financeiros, que está incluído neste documento.

(d) Alteração no Controle Interno sobre os Relatórios Financeiros

Não houve outras alterações em nosso controle interno sobre relatórios financeiros (conforme definido nas Regras 13a-15(f) e 15d-15(f), nos termos da Lei de Mercados de Capitais), além das alterações discutidas abaixo nas ações corretivas para o exercício findo 31 de dezembro de 2021, ocorridas durante o período abrangido por este relatório anual que afetaram substancialmente ou são razoavelmente susceptíveis de afetar substancialmente o controle interno da Companhia sobre relatórios financeiros que não sejam aqueles resultantes da implementação do plano para remediar as deficiências relevantes descritas acima e que continuará sendo implementado ao longo de 2022.

Ações corretivas sobre a deficiência relevante avaliada em 31 de dezembro de 2020

Em 31 de dezembro de 2020, foram identificadas deficiências relevantes relacionadas aos controles internos da Almacenes Exito S.A. e suas subsidiárias na Colômbia, além de controles inadequados sobre os controles gerais de TI relacionados às subsidiárias no Brasil e na Colômbia. A administração adotou medidas em relação à concepção e implementação de controles, abordando integralmente as deficiências que deram origem às deficiências relevantes nos controles gerais de TI relacionados às subsidiárias no Brasil. A administração também projetou e implementou controles durante 2021 para resolver as deficiências de controle em relação aos controles gerais de TI da Almacenes Exito S.A. e suas subsidiárias na Colômbia. No entanto, as deficiências na operação dos controles gerais e de processos de negócios de TI continuavam em 31 de dezembro de 2021.

Ações corretivas sobre as deficiências relevantes avaliadas em 31 de dezembro de 2021

A Companhia está em processo de conceber e implementar as ações corretivas apropriadas para resolver as deficiências relevantes descritas acima, com o apoio de consultores externos e a supervisão do comitê de auditoria.

A administração abordou substancialmente as deficiências durante 2021 relacionadas à concepção e implementação; no entanto, as deficiências relacionadas à operação dos controles ainda permaneceram, que a administração acredita que poderá implementar ainda mais as ações de remediação e sanar completamente as deficiências ao longo de 2022. Essas ações corretivas começarão com o fortalecimento de nosso monitoramento do planejamento e execução de controles nas etapas iniciais do processo, especialmente nos controles gerais de TI.

ITEM 16. RESERVADO

16A. Especialista Financeiro do Comitê de Auditoria

O nosso conselho de administração indicou o Sr. Fernando Dal-Ri Múrcia, membro do nosso comitê de auditoria, como especialista financeiro do comitê de auditoria, conforme definido nas normas vigentes da SEC. O Sr. Dal-Ri Múrcia atende aos requisitos de independência da SEC e dos padrões de listagem da NYSE.

16B. Código de Ética

Em 2000, o nosso conselho de administração adotou um código de ética para os nossos conselheiros, diretores e empregados, incluindo o nosso diretor presidente e diretor financeiro, que foi alterado pela última vez pelo nosso conselho de administração em 6 de fevereiro de 2020 para se adaptar aos requisitos do segmento de listagem Novo Mercado. Este código de ética da Companhia atende ao item 5.8 do novo regulamento de listagem de Governança Corporativa do Novo Mercado emitido pela B3 e está disponível em nosso site www.gpari.com.br e em www.cvm.gov.br. As informações desse site não são incorporadas por referência a este documento. Forneceremos gratuitamente a qualquer pessoa uma cópia do nosso código de ética, mediante solicitação ao nosso diretor de relações com investidores.

Uma cópia do nosso Código de Ética e Conduta foi anexada como Anexo 11.1 a este relatório anual.

16C. Principais Taxas e Serviços Contábeis

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. (ID do PCAOB: 1045) atuou como nossa empresa de contabilidade pública independente registrada no exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2021. A Ernst & Young Auditores Independentes S.S. (ID do PCAOB: 1448) atuou como nossa empresa de contabilidade pública independente registrada nos exercícios fiscais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2020. O gráfico abaixo apresenta o valor total faturado a nós por nossos contadores independentes pelos serviços prestados em 2021 e 2020, incluindo despesas diretas, e um detalhamento desses valores por categoria de serviço:

	2021	2020
	(em milhões de R\$)	
Taxas de Auditoria.....	14,5	15,7
Taxas Relacionadas à Auditoria.....	-	4,2
Taxas Fiscais	-	-
Todas as Outras Taxas	-	0,8
Total.....	14,5	20,7

Taxas de Auditoria

Taxas de auditoria são taxas pela auditoria de nossas demonstrações financeiras consolidadas dos exercícios de 2021 e 2020, as análises de nossas informações financeiras trimestrais do exercício com auditoria correspondente de nosso controle interno sobre relatórios financeiros de 2021 e 2020.

Taxas Relacionadas à Auditoria

As taxas relacionadas à auditoria incluíam garantia e serviços relacionados ao desempenho da auditoria ou análise de nossas demonstrações financeiras consolidadas, incluindo due diligence relacionada a incorporações e aquisições, auditoria relacionada a aquisições, revisões de controle interno, serviços de atestado que não são exigidos por estatuto ou regulamento, consultas sobre normas de contabilidade e relatórios financeiros e análise da conformidade fiscal.

Taxas Fiscais

As taxas fiscais foram compostas pelas taxas totais cobradas por serviços profissionais prestados pelo contador principal para cumprimento fiscal, consultoria tributária e planejamento tributário.

Todas as Outras Taxas

Todas as outras taxas foram compostas pelas taxas totais cobradas por produtos e serviços prestados pelo contador principal, exceto os serviços relatados em “taxas de auditoria”, “taxas relacionadas à auditoria” e “taxas fiscais”.

Políticas e Procedimentos Pré-Aprovação

O nosso comitê de auditoria tem a responsabilidade de analisar todos os serviços de auditoria, relacionados à auditoria, tributários e outros prestados por nossos auditores independentes e auxiliar o nosso conselho de administração nesses assuntos. O nosso conselho de administração é o responsável final por aprovar todos os serviços de auditoria, relacionados à auditoria, fiscais e outros prestados por nossos auditores independentes. Quaisquer serviços prestados por nossos auditores independentes que não estejam especificamente incluídos no escopo da auditoria devem ser pré-aprovados por nosso comitê de auditoria antes de qualquer contratação. O nosso comitê de auditoria tem permissão para aprovar determinados serviços de auditoria e fiscais, de acordo com uma exceção *de minimis*.

16D. Isenções das Normas de Listagem para Comitês de Auditoria

De acordo com as normas de comitês de auditoria de empresas listadas da NYSE e da SEC, somos obrigados a cumprir a Regra 10A-3 da Lei de Mercados de Capitais, que exige que estabeleçamos um comitê de auditoria composto por membros do conselho de administração que atenda aos requisitos especificados ou confiemos em uma isenção, nos termos da Regra 10A-3(c)(3) da Lei de Mercados de Capitais, que é o caso de nosso comitê de auditoria estatutário. Em nossa avaliação, em vista da composição do nosso comitê de auditoria

estatutário, a nossa confiança na isenção não afeta adversamente a capacidade do nosso comitê de auditoria estatutário de agir de forma independente e atender aos outros requisitos da Regra 10A-3 da Lei de Mercados de Capitais. Para uma discussão mais detalhada sobre nosso comitê de auditoria estatutário e a isenção do comitê de auditoria, consulte o “Item 6. Conselheiros, Alta Administração e Empregados – 6C. Práticas do Conselho – Comitês do Conselho de Administração – Comitê de Auditoria”.

16E. Compras de Ações pelo Emissor e Compradores Afiliados

Como resultado de nossa migração para o segmento de listagem Novo Mercado da B3, três acionistas, detentores em conjunto de 6.474 de nossas ações preferenciais, exerceram o seu direito de retirada. Portanto, de acordo com o Artigo 45 da legislação societária brasileira, esses acionistas receberam um reembolso de R\$ 41,54 por ação, calculado de acordo com o patrimônio líquido registrado em nossas demonstrações financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, incluído em outra parte deste relatório anual. Em 10 de fevereiro de 2020, pagamos o valor total de R\$ 0,3 milhão a esses acionistas dissidentes. As ações preferenciais foram convertidas em ações ordinárias e são mantidas em tesouraria por nós. Para informações adicionais sobre nossa migração para o segmento de listagem Novo Mercado da B3, consulte o “Item 10. Informações Adicionais — 10B. Memorando de Constituição e Estatuto Social — Ações Ordinárias”.

16F. RESERVADO

16G. Governança Corporativa

Diferenças Significativas entre nossas Práticas de Governança Corporativa e os Padrões de Governança Corporativa da NYSE

Estamos sujeitos às normas de listagem de governança corporativa da NYSE. Como emissor privado estrangeiro, as normas aplicáveis a nós são consideravelmente diferentes das normas aplicadas a sociedades listadas nos EUA. De acordo com as regras da NYSE, devemos divulgar quaisquer diferenças significativas entre as nossas práticas de governança corporativa e aquelas seguidas por empresas norte-americanas, de acordo com os padrões de listagem da NYSE. Como uma empresa brasileira listada na B3, somos obrigados a cumprir os padrões de governança corporativa estabelecidos na legislação societária brasileira e as normas da CVM. A seguir apresenta-se um resumo dessas diferenças.

Independência de Conselheiros e Testes de Independência

As normas da NYSE exigem que a maioria do conselho de administração seja composta por conselheiros independentes. A independência é definida por vários critérios, inclusive inexistência de relação relevante entre o conselheiro e a companhia listada. A lei brasileira não possui exigência semelhante. De acordo com a legislação brasileira, nem o nosso conselho de administração nem a nossa administração são obrigados a testar a independência dos conselheiros antes de sua eleição para o conselho de administração. No entanto, a legislação societária brasileira e a CVM estabeleceram normas que exigem que os conselheiros atendam certas exigências de qualificação e tratam da remuneração, dos deveres e das responsabilidades dos diretores executivos e conselheiros da companhia, bem como das restrições a eles aplicáveis. Embora os nossos conselheiros atendam às exigências de qualificação da legislação societária brasileira e da CVM, não acreditamos que a maioria de nossos conselheiros seria considerada independente de acordo com o teste da NYSE para a independência dos conselheiros.

A legislação societária brasileira exige que os nossos conselheiros sejam eleitos por nossos acionistas em uma assembleia geral ordinária de acionistas. Atualmente, o nosso conselho de administração é composto por nove membros eleitos por nossos acionistas, dos quais seis são representantes do Grupo Casino e três são conselheiros independentes.

Sessões Executivas

As normas da NYSE exigem que os conselheiros não pertencentes à administração se reúnam regularmente em sessões executivas agendadas sem a presença da administração. A legislação societária brasileira não possui disposição semelhante. De acordo com a legislação societária brasileira, até um terço dos membros do conselho de administração podem ser eleitos pela administração. Não há exigência de que os conselheiros não pertencentes à administração se reúnam regularmente sem a administração. Em consequência, os conselheiros não

pertencentes à administração em nosso conselho de administração não se reúnem habitualmente em sessão executiva.

Comitê de Nomeação/Governança Corporativa

As normas da NYSE exigem que as sociedades listadas tenham um comitê de nomeação/governança corporativa composto inteiramente de conselheiros independentes e regido por um estatuto escrito, abordando o propósito exigido do comitê e detalhando suas responsabilidades exigidas, que incluem, entre outros, identificar e selecionar candidatos qualificados a membro do conselho e desenvolver um conjunto de princípios de governança corporativa aplicáveis à companhia.

Embora não sejamos obrigados pela legislação brasileira aplicável, criamos um Comitê de Recursos Humanos e Governança Corporativa para aprimorar as nossas práticas de governança corporativa. O Comitê de Recursos Humanos e Governança Corporativa é responsável por examinar os candidatos e fornecer diretrizes para a indicação de membros para o nosso conselho de administração, comitês especiais e diretores executivos. Para obter mais informações sobre o nosso Comitê de Recursos Humanos e Governança Corporativa, consulte o “Item 6. Conselheiros, Alta Administração e Empregados – 6C. Práticas do Conselho — Comitês do Conselho de Administração — Comitê de Recursos Humanos e Governança Corporativa”.

Comitê de Recursos Humanos e Remuneração

As normas da NYSE exigem que as sociedades listadas tenham um comitê de remuneração composto inteiramente de conselheiros independentes e regido por um estatuto escrito, abordando o propósito exigido do comitê e detalhando suas responsabilidades exigidas, que incluem, entre outros, revisar as metas corporativas relevantes para a remuneração do diretor executivo, avaliar o desempenho do diretor presidente, aprovar os níveis de remuneração do diretor-presidente e recomendar ao conselho de administração planos de remuneração, incentivo-remuneração e com base em ações.

De acordo com a legislação societária brasileira, o valor total disponível para remuneração de nossos conselheiros e diretores executivos e para pagamentos de participação nos lucros a nossos diretores executivos é estabelecido por nossos acionistas na assembleia geral ordinária de acionistas. Por outro lado, o conselho de administração, por meio do Comitê de Recursos Humanos e Governança Corporativa, é responsável por recomendar aos acionistas a remuneração individual e a participação nos lucros de cada diretor executivo, bem como a remuneração dos membros do conselho e dos comitês. Ao fazer tal recomendação, o conselho, por meio do Comitê de Recursos Humanos e Governança Corporativa, analisa o desempenho dos diretores executivos, incluindo o desempenho de nosso diretor presidente, que normalmente se abstém em discussões sobre seu desempenho e remuneração. Para obter mais informações sobre o nosso Comitê de Recursos Humanos e Governança Corporativa, consulte o “Item 6. Conselheiros, Alta Administração e Empregados – 6C. Práticas do Conselho — Comitês do Conselho de Administração — Comitê de Recursos Humanos e Governança Corporativa”.

Comitê de Auditoria e Exigências Adicionais do Comitê de Auditoria

As normas da NYSE exigem que as empresas listadas tenham um comitê de auditoria que (i) seja composto por um mínimo de três conselheiros independentes, todos com conhecimento financeiro; (ii) atenda às normas da SEC relativas a comitês de auditoria para empresas listadas; (iii) tenha pelo menos um membro com experiência em contabilidade ou gestão financeira; e (iv) seja regido por um estatuto escrito, abordando a finalidade exigida do conselho e detalhando suas responsabilidades exigidas. No entanto, como emissor privado estrangeiro, precisamos apenas cumprir a exigência de que o comitê de auditoria atenda às normas da SEC relativas a conselhos fiscais para sociedades listadas, na medida compatível com a legislação societária brasileira.

Em decorrência de nossa migração para o Novo Mercado, de acordo com as regras de listagem do Novo Mercado, somos obrigados a criar e implementar um comitê de auditoria, que será composto por pelo menos um membro independente e um membro com notável conhecimento em contabilidade societária.

Como emissor privado estrangeiro, optamos por contar com uma isenção, nos termos da Regra 10A-3(c)(3) da Lei de Mercados de Capitais. Para uma discussão mais detalhada sobre nosso comitê de auditoria estatutário e a isenção do comitê de auditoria, consulte o “Item 6. Conselheiros, Alta Administração e Empregados – 6C. Práticas do Conselho – Comitês do Conselho de Administração – Comitê de Auditoria”.

Diretrizes de Governança Corporativa

De acordo com os padrões de listagem da NYSE, uma empresa norte-americana listada deve adotar e divulgar diretrizes de governança corporativa que abranjam determinados assuntos mínimos especificados. Adotamos e observamos as diretrizes de governança corporativa de acordo com a legislação brasileira, incluindo uma política de divulgação que exige, entre outras coisas, a divulgação de nossas diretrizes de governança corporativa, fatos relevantes e relatórios financeiros anuais. Além disso, adotamos e observamos uma política de conduta e ética nos negócios.

Código de Conduta e Ética nos Negócios

As normas da NYSE exigem que as sociedades listadas adotem e divulguem o código de conduta e ética comercial aos conselheiros, diretores e empregados, e imediatamente divulguem qualquer isenção do código a conselheiros ou diretores executivos. A lei brasileira possui uma exigência semelhante.

Implementamos um código de ética em 2000, conforme alterado em 2016 e 2020, para regular a conduta de nossos empregados conosco e com os nossos clientes, fornecedores, concorrentes, agentes públicos e o público em geral. Para atender às exigências da Lei Sarbanes-Oxley, das normas da NYSE e da legislação brasileira aplicável, implementamos regras aplicáveis à conduta de nossos administradores em relação ao registro e controle de informações financeiras e contábeis e seu acesso a informações privilegiadas e informações e dados não públicos em 2016. Para obter mais informações sobre o nosso código de ética, consulte “— 16B. Código de Ética”.

Departamento de Auditoria Interna

As normas da NYSE requerem que as companhias listadas mantenham um departamento de auditoria interna para fornecer à administração e ao conselho fiscal ou ao comitê de auditoria, conforme o caso, avaliações contínuas do processo de gestão de riscos e sistema de controle interno da companhia. O nosso departamento de controles internos é responsável por nossa conformidade com os requisitos do Artigo 404 da Lei Sarbanes Oxley dos EUA, de 2002, ou SOX, em relação ao controle interno sobre relatórios financeiros. Além disso, o nosso departamento de auditoria interna, que é subordinado ao nosso comitê de auditoria e ao nosso diretor presidente, revisa os nossos controles internos sobre relatórios financeiros. O nosso comitê de auditoria e o nosso diretor presidente, por sua vez, são subordinados ao nosso conselho de administração.

SOX

Mantemos controles e procedimentos projetados para garantir que possamos coletar as informações que somos obrigados a divulgar nos relatórios que registramos na SEC e processar, resumir e divulgar essas informações dentro dos prazos especificados nas normas da SEC. Apresentamos as certificações oficiais pertinentes, nos termos do Artigo 404 da SOX, em relação aos controles internos sobre relatórios financeiros como Anexos 12.1 e 12.2 deste relatório anual.

16H. Divulgação de Segurança de Minas

Não aplicável.

16I. Divulgação sobre Jurisdições Estrangeiras que Impedem Inspeções

Não aplicável.

PART III

ITEM 17. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Respondemos ao Item 18 em vez de responder a este item.

ITEM 18. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras consolidadas, juntamente com os Relatórios dos Escritórios de Contabilidade Pública Independentes Registrados, são registradas como parte deste relatório anual.

ITEM 19. ANEXOS

<u>Número do Anexo</u>	<u>Descrição</u>
1.1	Tradução para o inglês do nosso Estatuto Social, conforme alterado. ⁽¹⁾
2.(a).1	Modelo do Contrato de Depósito Alterado e Consolidado, entre nós, o JPMorgan Chase Bank, N.A., como depositário, e todos os detentores, de tempos em tempos, de ADRs emitidas de acordo com o mesmo, evidenciando ADSs representando Ações depositadas (definido neste documento). ⁽²⁾
2.(a).2	Formulário alterado de ADR (definido no mesmo). ⁽²⁾
2.(d)	Descrição dos valores mobiliários do requerente registrados de acordo com o Artigo 12 da Lei de Mercados de Capitais. ⁽³⁾
4.(b).1	Acordo de Rateio de Custos, datado de 1º de agosto de 2014, entre a Casino Guichard Perrachon S.A., a Sudaco Participações Limitada e a Companhia Brasileira de Distribuição. ⁽⁴⁾
4.(b).2	Primeira Alteração ao Acordo de Rateio de Custos, datada de 30 de outubro de 2014, por e entre a Casino Guichard Perrachon S.A., a Sudaco Participações Limitada, a Companhia Brasileira de Distribuição e a Euris. ⁽⁴⁾
4.(b).3	Segunda Alteração ao Acordo de Rateio de Custos, datada de 28 de outubro de 2020, por e entre a Casino Guichard Perrachon S.A., a Casino Services SAS, a Helicco Participações Ltda., a Wilkes Participações S.A., a Euris, a Companhia Brasileira de Distribuição e a Sendas Distribuidora S.A.*
4.(b).4	Acordo de Acionistas da Wilkes Participações S.A., datado de 20 de agosto de 2015, entre a Segisor S.A.S., a Casino, a Guichard-Perrachon S.A., a Oregon LLC, a Pincher LLC, a Bengal I LLC e a Almacenes Éxito S.A. e, como Partes Intervenientes, a Wilkes Participações S.A., a Companhia Brasileira de Distribuição e a Onper Investments 2015, S.L. ⁽⁵⁾
4.(b).5	Acordo de Separação, datado de 14 de dezembro de 2020, entre a Companhia Brasileira de Distribuição e a Sendas Distribuidora S.A. (Traduções para o inglês) ⁽¹⁾
8.1	Lista de Subsidiárias. Para obter informações sobre as nossas subsidiárias, consulte a nota explicativa 12 de nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas.
11.1	Código de Ética, datado de 6 de fevereiro de 2020. ⁽⁶⁾
12.1	Seção 302 Certificação do Diretor Presidente.*
12.2	Seção 302 Certificação do Diretor Financeiro.*
13.1	Seção 906 Certificação do Diretor Presidente.*
13.2	Seção 906 Certificação do Diretor Financeiro.*

(1) Incorporada neste documento por referência de nosso relatório anual no Formulário 20-F registrado em 30 de abril de 2021.

(2) Incorporado neste documento por referência da Alteração Pós-Efetiva nº 1 ao Formulário F-6 Declaração de Registro, nos termos da Lei de Mercados de Capitais de 1933, registrado na SEC (protocolo SEC nº 333-207667) em 9 de dezembro de 2021.

(3) Incorporada neste documento por referência ao nosso relatório anual no Formulário 20-F registrado em 1º de dezembro de 2020.

(4) Incorporada neste documento por referência ao nosso relatório anual no Formulário 20-F registrado em 30 de abril de 2015.

(5) Incorporado neste documento por referência ao nosso 6-K fornecido em 28 de agosto de 2015

(6) Incorporado neste documento por referência ao nosso relatório anual no Formulário 20-F registrado em 1º de dezembro de 2020.

* Registrado junto a este instrumento.

ASSINATURAS

Pelo presente instrumento, a requerente certifica que atende a todas as exigências para registro constante do Formulário 20-F e que devidamente fez com que e autorizou o signatário abaixo a assinar este Relatório Anual em seu nome.

COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO

Por: /s/

Nome: Marcelo Pimentel

Cargo: Diretor Presidente

Por: /s/

Nome: Guillaume Marie Didier Gras

Cargo: Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

CERTIFICAÇÃO

Eu, Marcelo Pimentel, certifico que:

1. Revisei este relatório anual no Formulário 20-F da COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO (“Companhia”);

2. Com base em meu conhecimento, este relatório não contém declarações falsas sobre um fato relevante nem omite a declaração de um fato relevante necessário para que as demonstrações sejam feitas, nas circunstâncias em que tais demonstrações foram feitas, de forma que causa interpretações errôneas sobre o período abrangido por este relatório;

3. Com base em meu conhecimento, as demonstrações financeiras e outras informações financeiras incluídas neste relatório apresentam, referente a todas as questões significativas, a condição financeira, os resultados operacionais e os fluxos de caixa da Companhia nos períodos apresentados neste relatório.

4. O outro diretor de certificação da Companhia e eu somos responsáveis por estabelecer e manter os controles e procedimentos de divulgação (conforme definição das Regras 13a-15(e) e 15d-15(e) da Lei de Mercados de Capitais) e o controle interno de relatórios financeiros (conforme definição das Regras 13(a)-15(f) e 15d-15(f) da Lei de Mercados de Capitais) para a Companhia. Nós também:

- a) projetamos tais controles e procedimentos de divulgação ou providenciamos para que tais controles e procedimentos de divulgação fossem projetados sob nossa supervisão para garantir que informações importantes sobre a Companhia, incluindo suas subsidiárias consolidadas, fossem divulgadas a nós por outras pessoas que trabalham em tais entidades, especialmente durante o período no qual este relatório foi preparado;
- b) projetamos o controle interno de relatórios financeiros, ou providenciamos para que tal controle interno de relatórios financeiros fosse projetado sob nossa supervisão, para oferecer uma garantia razoável com relação à confiabilidade de relatórios financeiros e da preparação de demonstrações financeiras para fins externos de acordo com princípios contábeis geralmente aceitos;
- c) avaliamos a eficiência dos controles e procedimentos de divulgação da Companhia e apresentamos neste relatório nossa conclusão sobre a eficiência dos controles e procedimentos de divulgação, no fim do período abrangido por este relatório com base na avaliação; e
- d) divulgamos neste relatório qualquer alteração no controle interno da Companhia sobre relatórios financeiros que tenha ocorrido durante o período coberto pelo relatório anual que tenha afetado materialmente, ou tenha uma probabilidade razoável de afetar materialmente, o controle interno da Companhia sobre relatórios financeiros; e

5. Os outros diretores de certificação da Companhia e eu divulgamos, com base em nossa última avaliação do controle interno de relatórios financeiros, para os auditores da Companhia e para o comitê de auditoria do conselho de administração da requerente (ou pessoas que exerçam função equivalente):

- a) todas as deficiências e fraquezas significativas no modelo ou na operação do controle interno de relatórios financeiros que possuam uma probabilidade razoável de afetam adversamente a capacidade da Companhia de registrar, processar, resumir ou reportar informações financeiras; e
- b) qualquer fraude, seja significativa ou não, que envolva a administração ou outros empregados que tenham um papel significativo no controle interno de relatórios financeiros da Companhia.

Data: 16 de maio de 2022

Por: /s/

Nome: Marcelo Pimentel

Cargo: Diretor Presidente

CERTIFICAÇÃO

Eu, Guillaume Marie Didier Gras, certifico que:

1. Revisei este relatório anual no Formulário 20-F da COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO (“Companhia”);

2. Com base em meu conhecimento, este relatório não contém declarações falsas sobre um fato relevante nem omite a declaração de um fato relevante necessário para que as demonstrações sejam feitas, nas circunstâncias em que tais demonstrações foram feitas, de forma que causa interpretações errôneas sobre o período abrangido por este relatório;

3. Com base em meu conhecimento, as demonstrações financeiras e outras informações financeiras incluídas neste relatório apresentam, referente a todas as questões significativas, a condição financeira, os resultados operacionais e os fluxos de caixa da Companhia nos períodos apresentados neste relatório.

4. O outro diretor de certificação da Companhia e eu somos responsáveis por estabelecer e manter os controles e procedimentos de divulgação (conforme definição das Regras 13a-15(e) e 15d-15(e) da Lei de Mercados de Capitais) e o controle interno de relatórios financeiros (conforme definição das Regras 13(a)-15(f) e 15d-15(f) da Lei de Mercados de Capitais) para a Companhia. Nós também:

- a) projetamos tais controles e procedimentos de divulgação ou providenciamos para que tais controles e procedimentos de divulgação fossem projetados sob nossa supervisão para garantir que informações importantes sobre a Companhia, incluindo suas subsidiárias consolidadas, fossem divulgadas a nós por outras pessoas que trabalham em tais entidades, especialmente durante o período no qual este relatório foi preparado;
- b) projetamos o controle interno de relatórios financeiros, ou providenciamos para que tal controle interno de relatórios financeiros fosse projetado sob nossa supervisão, para oferecer uma garantia razoável com relação à confiabilidade de relatórios financeiros e da preparação de demonstrações financeiras para fins externos de acordo com princípios contábeis geralmente aceitos;
- c) avaliamos a eficiência dos controles e procedimentos de divulgação da Companhia e apresentamos neste relatório nossa conclusão sobre a eficiência dos controles e procedimentos de divulgação, no fim do período abrangido por este relatório com base na avaliação; e
- d) divulgamos neste relatório qualquer alteração no controle interno da Companhia sobre relatórios financeiros que tenha ocorrido durante o período coberto pelo relatório anual que tenha afetado materialmente, ou tenha uma probabilidade razoável de afetar materialmente, o controle interno da Companhia sobre relatórios financeiros; e

5. Os outros diretores de certificação da Companhia e eu divulgamos, com base em nossa última avaliação do controle interno de relatórios financeiros, para os auditores da Companhia e para o comitê de auditoria do conselho de administração da requerente (ou pessoas que exerçam função equivalente):

- a) todas as deficiências e fraquezas significativas no modelo ou na operação do controle interno de relatórios financeiros que possuam uma probabilidade razoável de afetar adversamente a

capacidade da Companhia de registrar, processar, resumir ou reportar informações financeiras;
e

- b) qualquer fraude, seja significativa ou não, que envolva a administração ou outros empregados que tenham um papel significativo no controle interno de relatórios financeiros da Companhia.

Data: 16 de maio de 2022

Por: /s/

Nome: Guillaume Marie Didier Gras

Cargo: Diretor Financeiro e Diretor de Relações com
Investidores

**CERTIFICAÇÃO DE ACORDO COM O ARTIGO 1350 DO 18 U.S.C.,
CONFORME ADOTADO DE ACORDO COM
O ARTIGO 906 DA LEI SARBANES-OXLEY DE 2002**

A COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO (“Companhia”) está registrando junto à Comissão de Valores Mobiliários dos EUA, nesta data, seu relatório anual no Formulário 20-F do exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2021 (“Relatório”). De acordo com o Artigo 1350 do 18 U.S.C., conforme promulgado de acordo com os requisitos do Artigo 906 da Lei Sarbanes-Oxley de 2002, eu, Marcelo Pimentel, Diretor Presidente, certifico que:

1. o Relatório está em plena conformidade com as exigências do Artigo 13(a) ou 15(d) da Lei de Mercados de Capitais de 1934; e
2. as informações contidas no Relatório apresentam de forma razoável, em todos os aspectos relevantes, a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

Data: 16 de maio de 2022

Por: /s/
Nome: Marcelo Pimentel
Cargo: Diretor Presidente

**CERTIFICAÇÃO DE ACORDO COM O ARTIGO 1350 DO 18 U.S.C.,
CONFORME ADOTADO DE ACORDO COM
O ARTIGO 906 DA LEI SARBANES-OXLEY DE 2002**

A COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO (“Companhia”) está registrando junto à Comissão de Valores Mobiliários dos EUA, nesta data, seu relatório anual no Formulário 20-F do exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2021 (“Relatório”). De acordo com o Artigo 1350 do 18 U.S.C., conforme promulgado de acordo com os requisitos do Artigo 906 da Lei Sarbanes-Oxley de 2002, eu, Guillaume Marie Didier Gras, Diretor Financeiro, certifico que:

1. o Relatório está em plena conformidade com as exigências do Artigo 13(a) ou 15(d) da Lei de Mercados de Capitais de 1934; e
2. as informações contidas no Relatório apresentam de forma razoável, em todos os aspectos relevantes, a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

Data: 16 de maio de 2022

Por: /s/

Nome: Guillaume Marie Didier Gras
Cargo: Diretor Financeiro e Diretor de Relações com
Investidores